

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

KARINE MARINS AMARAL CRUZ

**Memória empresarial e memória sindical:
movimentos hegemônicos e contra hegemônicos
de um campo em disputa.
(1980 – 2013)**

**Uberlândia
2013**

KARINE MARINS AMARAL CRUZ

**Memória empresarial e memória sindical:
movimentos hegemônicos e contra hegemônicos
de um campo em disputa.
(1980 – 2013)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

**Uberlândia
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C957m Cruz, Karine Marins Amaral, 1978-
2013 Memória empresarial e memória sindical : movimentos hegemônicos e
contra hegemônicos de um campo em disputa (1980-2013) / Karine Marins
Amaral Cruz. -- 2013.
238 f. : il.

Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Brasil - Teses. 3. Movimentos
sociais - Brasil - História - Teses. 4. Sindicatos - Brasil - História - Teses.
I. Vasconcelos, Regina Ilka Vieira. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Laura Antunes Maciel (UFF)

Prof^a. Dr^a. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)

Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)
(Orientadora)

A Nelson Ney Dantas Cruz, meu esposo, minha família, meu companheiro na vida e na fé, que amparou cada lágrima rolada e acompanhou cada sorriso surgido durante esse percurso investigativo.

Agradecimentos

Produzir essa dissertação foi muito mais complexo do que eu havia inicialmente pensado, quando, a cerca de dois anos atrás, esbocei essa pesquisa e a apresentei, na forma de projeto, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, através da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. De lá para cá, muitas foram as dificuldades relacionadas ao seu desenvolvimento, as quais me fizeram compreender que este trabalho, aqui apresentado, não se constitui em uma produção individualizada, mas é, também, fruto da generosidade, amizade e compromisso social e político de muitas pessoas que com ele se envolveu, contribuindo, de forma significativa, para sua concretização. É a essas pessoas que eu agradeço, pois sem elas – e isso eu não tenho dúvidas em afirmar –, não teria sido possível alcançar as questões e reflexões aqui suscitadas.

Dessa forma, agradeço à Prof.^a Regina Ilka, intelectual que sempre me chamou atenção pela postura, tanto historiográfica quanto política, assumida diante da sociedade de seu tempo. Ter a chance de, novamente, ser orientada por ela foi muito importante para o amadurecimento de questões que já vinham sendo pensadas desde a graduação e que se desenvolveram de forma mais efetiva nessa dissertação. Agradeço pelos atendimentos, pelos livros emprestados, pelas discussões realizadas na disciplina “Trabalho e Movimentos Sociais” e pelos direcionamentos apontados durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, ainda, pelo respeito estabelecido na relação orientando/orientador, em que tive a liberdade de me colocar como sujeito nessa pesquisa, sendo respeitadas todas minhas iniciativas, embora fossem perpassadas por notáveis limitações. Obrigada Regina.

Da mesma forma, agradeço às professoras Marta Emisia Jacinto Barbosa e Laura Antunes Maciel. À Prof.^a Marta, agradeço pelo acompanhamento dessa pesquisa desde a disciplina “Seminário de Pesquisa”, em que as discussões estabelecidas muito contribuíram para a organização estrutural e metodológica dessa dissertação. As anotações produzidas na disciplina foram recorrentemente

utilizadas, servindo de apoio, sobretudo, nos momentos solitários da escrita. Agradeço, também, pelas indicações apontadas no exame de qualificação. As questões ali levantadas me ajudaram a reorganizar aspectos que são importantes na dissertação. Obrigada Prof.^a Marta.

À Prof.^a Laura, agradeço pelas sugestões e reflexões que foram encaminhadas a partir da atividade “Oficina de Pesquisa”, integrada à disciplina Seminário de Pesquisa. O diálogo ali suscitado encaminhou questões que hoje se encontram materializadas nessa dissertação, sobretudo, no capítulo três. Naquele momento tive, ainda, a oportunidade de ouvir seu relato sobre o desenvolvimento do projeto “Pátria Amada Esquartejada”, o que contribuiu, de forma direta e indireta, para o desenvolvimento de questões que perpassam a dissertação como um todo. Obrigada Prof.^a Laura.

Agradeço ao Prof. Paulo Fontes que, cordialmente, indicou algumas referências sobre a memória sindical e forneceu-me importantes contatos no Sindicato dos Químicos de São Paulo. No sindicato, Domingos Galante e Irani me receberam prontamente, concedendo-me entrevistas e disponibilizando-me importantes materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. O meu muito obrigado ao Prof. Paulo Fontes, ao Domingos Galante e à Irani.

Agradeço à Gisélia que, também na condição de desenvolvimento de sua tese de doutorado, trocou experiências e reflexões que foram auxílios importantes em muitos momentos da minha pesquisa. Seu apoio e suas orações também me ajudaram em momento crucial nesse mestrado, quando estive prestes a desistir de tudo. Obrigada Gisélia.

Agradeço, de forma especial, ao meu esposo Nelson, que foi uma pessoa fundamental nesse processo investigativo. Agradeço por ter, literalmente, financiado as idas a São Paulo, mesmo quando nossas condições financeiras se mostravam desfavoráveis. Agradeço pelo companheirismo, pela ajuda na realização das entrevistas e com o manuseio dos materiais dos acervos sindicais e empresariais. Agradeço por segurar as pontas em nossa casa, por me incentivar na escrita, por ler esse trabalho quando eu não mais conseguia escrever, por me ajudar a estruturar os capítulos, por rezar por mim e comigo para a concretização dessa dissertação. Agradeço por sempre ter acreditado que eu conseguiria e pelas inúmeras reflexões

sobre a importância desse trabalho. Obrigada, Lindo, pelo amor, carinho e dedicação.

Por fim, gostaria de agradecer a Deus: começo, meio e fim desse trabalho. Agradeço pela presença nos momentos de dificuldades e pelas realizações alcançadas com essa pesquisa. Compreendo-a como forma de amor ao próximo e de luta contra as injustiças e desigualdades sociais, desde sempre colocadas por Cristo. Obrigada Senhor.

Resumo

Este trabalho tem como eixo de reflexão os movimentos de disputa estabelecidos em torno da memória, entre o final do século XX e início do século XXI. Partindo dos procedimentos investigativos e posicionamentos da História Social, procura analisar a memória empresarial desenvolvida na realidade social contemporânea – estabelecendo como espaço investigativo o Centro de Memória Votorantim com seus respectivos acervos e exposições – em suas relações com as lutas estabelecidas pelos movimentos sindicais e pelos movimentos sociais, sobretudo, a partir da década de 1980, pelo direito à história e à memória. As práticas políticas de preservação das experiências dos trabalhadores ocorridas naquela conjuntura – as quais foram transformadas em fontes documentais, cuja preservação projetava a construção de uma determinada memória social contra hegemônica –, pressionaram os grupos empresariais a recontarem e sistematizarem suas histórias e memórias, fundamentando-as e legitimando-as através da incorporação da história oral, a partir da qual são constituídas historicidades que, articuladas ao patrimônio e a processos educacionais específicos, consolidam formas sociais e culturais hegemônicas na realidade contemporânea. Desse movimento contraditório, os sindicatos vêm estabelecendo uma experiência de confrontação concretizada na organização dos centros de documentação e memória sindical que reabrem e recompõem as discussões da memória como um campo de luta social e política.

Palavras Chave: Memória Empresarial; Memória Sindical; Memória e História Social; Hegemonia e Contra hegemonia; Centro de Memória Votorantim; Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores.

Abstract

This paper is the reflection axis movements of dispute set around the memory, between the late twentieth and early twenty-first century. Based on the investigative procedures and placements of Social History, analyzes the corporate memory developed in contemporary social reality - such as establishing space investigative Memory Center Votorantim with their collections and exhibitions - in its relations with the struggles established by labor movements and movements social, especially from the 1980s, the right to history and memory. Political practices of preserving the experiences of workers occurred in that context - which were transformed in documentary sources, the preservation of which projected the construction of a particular social memory against hegemonic - business groups lobbied to systematize and recount their stories and memories, basing and the legitimized them by incorporating oral history from which consist historicities that articulated the specific heritage and educational processes, consolidate hegemonic social and cultural forms in contemporary reality. This contradictory movement, unions have established experience of confrontation embodied in the organization of the documentation centers and memory association to reopen discussions and recompose memory as a field of social and political struggle.

Keywords: Corporate Memory, Memory Association, Memory and Social History; Hegemony and Counter hegemony; Memory Center Votorantim; Memory and Documentation Centre of the Central Union of Workers..

Lista de Imagens

Imagens 01 e 02: Linha do tempo projetada para contar a história da empresa Odebrecht	57
Imagens 03 e 04: Demais ambientes projetados para contar a história da empresa Odebrecht	57
Imagen 05 e 06: História da Klabin, organizada a partir da linha do tempo	58
Imagens 07 e 08: Linha do tempo com história da Sadia e gabinete de trabalho de Atílio Fontana	59
Imagens 09 e 10: História da Bunge e visita de Getúlio Vargas à fiação santista da empresa	60
Imagens 11 e 12: Linha do tempo da empresa Bosch e narrativa de funcionário da empresa	60
Imagens 13 e 14: Espaço Votorantim e canal educativo da empresa	62
Imagens 15 e 16: Estrutura denominada “Árvore da Vida” e Link de acesso às entrevistas do Memória Votorantim	73
Imagens 17 e 18: Notícia de jornal sobre assessoria prestada por historiadores a instituições empresariais	92
Imagens 19 e 20: Charges publicadas no Sindiluta	108
Imagens 21 e 22: Charge publicada no Sindiluta	110
Imagens 23 e 24: Frente e verso de carta de trabalhador da Nitro Química	119
Imagens 25 e 26: Fotografia parte interna e externa da Árvore da Vida	128
Imagen 27: Foto aérea da Nitro Química, em São Miguel Paulista	136
Imagen 28: Painel situado no Memória Votorantim	140
Imagen 29: Notícia publicada pelo Sindiluta	143
Imagen 30: Notícia de readmissão de funcionário da Nitro Química:	144
Imagens 31, 32 e 33: Fotografias apresentando mobilização dos trabalhadores na portaria da Nitro Química	145
Imagen 34: Processo de transformação da bauxita (Memória Votorantim)	154
Imagens 35 e 36: Faixa produzida pelo Sindicato dos Químicos e matéria que compara a vida de Antônio Ermírio à de um trabalhador	160
Imagen 37: Organização espacial da exposição “90 anos do grupo Votorantim”	161

Imagens 38, 39, 40, 41 e 42: Módulos de número 1 a 5 da exposição Votorantim	162
Imagens 43, 44, 45, 46 e 47: Módulos de número 6 a 10 da exposição Votorantim	163
Imagen 48: Cartaz informativo sobre ato público de denúncia de tortura e morte de Virgílio Gomes da Silva	175
Imagens 49 e 50: Cartaz Movimento dos Atingidos por Barragens e cartaz Movimento de mulheres	183
Imagens 51 e 52: Cartaz Romaria da Terra e cartaz 1º Congresso Nacional dos Movimentos Populares	184
Imagens 53 e 54: Cartazes produzidos pela CUT Rio Grande do Sul e de São Paulo em apoio à reforma agrária	186
Imagen 55: Cartaz de divulgação da Jornada Nacional dos Trabalhadores	186
Imagen 56: Capa do Cordel “Reco-reco – Máquina de bater em patrão”	189
Imagen 57: Capa do Cordel “Chegou a hora – nós e os patrões: o desafio de morte”	190
Imagens 58 e 59: Cartaz “Campanha de reintegração dos demitidos na greve da Rhodia” e cartaz “Justiça já”	197
Imagen 60: Cartaz “Traidores do povo” da CUT de Minas Gerais	198
Imagens 61 e 62: Cartaz “CUT – imagens, memória e história” e cartaz “Memória e História Oral”	201
Imagens 63, 64 e 65: Páginas 1, 2 e 3 do relatório da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho de São Paulo	214
Imagens 66 e 67: Publicações Sindiluta	215
Imagens 68 e 69: Cartas enviadas pelos trabalhadores da Nitro Química ao sindicato da categoria	220

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

ABPA – Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AMORJ – Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia

CDP – Centro de Documentação Popular

CEDEC – Centro de Estudos e Cultura Contemporânea

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”

CEDOC – Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

CMM – Companhia Mineira de Metais

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Crédito

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil

CPV – Centro Pastoral Vergueiro

CSP – Central Sindical e Popular

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico (de São Paulo)

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SINDIMETAL – Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

UGT – União Geral dos Trabalhadores

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – Em torno da memória: lutas sociais, memória empresarial e intelectuais	38
1.1. Quando as empresas entram em cena: história e memória	54
1.2. Intelectuais: atuação profissional e política dos historiadores no campo da memória	87
Capítulo 2 – Tecendo hegemonia e contra-hegemonia: patrimônio, cultura e educação	100
2.1. História oral incorporada pela memória empresarial	112
2.2. Patrimônio histórico: sentidos e significados sociais	135
2.3. Articulações com educação: rompendo os limites das relações de trabalho	150
Capítulo 3 – Em busca da liberdade: os projetos de memória como uma luta (re)tomada pelo sindicato contemporâneo	171
3.1. Centros de Documentação e Memória Sindical: uma prática e uma estratégia política	179
3.2. Processos trabalhistas e acervos sindicais: outras dimensões das experiências e lutas dos trabalhadores	206
Considerações Finais	223
Fontes	226
Bibliografia	232

Introdução

*Que alguien me diga si han visto a mi esposo
preguntaba la Doña
Se llama Ernesto X, tiene cuarenta años
trabaja de celador, en un negocio de carros
llevaba camisa oscura y pantalón claro
Salió anoche y no ha regresado
y no sé ya qué pensar
Pues esto, antes no me había pasado*

*A três dias
procuro a minha irmã
Se chama Altagracia
igual a avó
Saiu do trabalho para a escola
estava de jeans e camisa clara
Não foi o noivo, o cara está em casa
Não sabem dela do PSN e nem no hospital*

*Que alguien me diga si han visto a mi hijo
es estudiante de pre-medicina
se llama Agustín y es un buen muchacho
a veces es terco cuando opina
lo han detenido, no sé que fuerza
pantalón claro, camisa a rayas
pasó anteayer*

*Para onde vão os desaparecidos?
Procure na água e nos matagais
E por que é que desaparecem?
Porque nós todos não somos iguais
E quando voltarão os desaparecidos?
Cada vez que vem de volta em seu pensamento
Como se fala ao desaparecido?
Com a emoção apertando por dentro¹. [...]*

Estávamos em 2009, quando toda a sociedade brasileira, ou parte dela, foi surpreendida pelo editorial da “Folha de São Paulo” – Limites a Chávez –, em que o jornal fazia alusão à ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, como sendo uma “ditabrand”², ou seja, na opinião do jornal (que representa interesses e grupos sociais específicos), se comparada a outros regimes ditoriais ocorridos na América Latina, a ditadura brasileira não teria sido tão atroz e inflexível quanto historicamente

¹ BLADES, Rubén. Desapariciones. Intérprete: Maná. In: MANÁ. MTV Unplugged. [S.I.]: Warner, 1999. 1 CD, DVD. Faixa 7. Grifos meus e tradução intercalada minha.

²Limites a Chávez. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 fev. 2009.

aparentou ser. Tal reinterpretação histórica do regime militar no Brasil insere-se no interior de determinadas perspectivas revisionistas da história, a partir das quais, por exemplo, procurou-se redimensionar o holocausto como um não acontecimento, ou como um acontecimento em proporções diferenciadas – mais amenas em relação àquelas historicamente conhecidas e reconhecidas pelas diversas sociedades³ –, e a reduzir a Revolução Francesa a uma construção histórico-ideológica própria das interpretações marxistas – o que acaba por promover uma desconstrução do caráter revolucionário dos acontecimentos de 1789 desencadeados na França e, consequentemente, um esvaziamento das potencialidades daqueles sujeitos históricos em transformarem sua própria história⁴.

Valendo-se dos esquemas teóricos da pós-modernidade de interpretação do passado, esse tipo de movimento histórico-revisionista tem procurado reconstituir e recontar a história em perspectivas que tendem a minimizar, desconsiderar e mesmo suprimir as experiências de inúmeros sujeitos sociais – experiências de dominação, perseguição, violência e luta de classes – com suas respectivas condições materiais de existência, atenuando não só as ações e horrores cometidos pelos grupos sociais ligados ao poder, para nele se manter, mas também o próprio movimento dialético, ou seja, o movimento contraditório da história em sua concretude.

As proposições de Hyden White acerca do caráter narrativo e discursivo da história⁵ têm se mostrado um importante aporte teórico a muitos desses processos revisionistas, na medida em que seu emprego tem, subliminarmente, reafirmado o capitalismo e seus agentes históricos. Como a História é, na concepção de White, uma construção discursiva na qual o historiador fabrica, por meio das fontes históricas, uma representação sobre as realidades passadas, essa representação,

³ As perspectivas revisionistas ou “negacionistas” do holocausto procuram afirmar, por exemplo, que os nazistas não possuíam uma polícia voltada ao extermínio dos judeus, que não utilizaram câmaras de gás e que o número de pessoas mortas foi muito menor do que o divulgado historicamente. De acordo com essas interpretações, as histórias que conhecemos sobre o holocausto não passariam de mitos criados para desqualificar os alemães.

⁴ O expoente de tais interpretações e posicionamentos historiográficos acerca da Revolução Francesa é o historiador François Furet, que se contrapõe enfaticamente à historiografia marxista que comprehende a Revolução Francesa como movimento revolucionário marcante do início do período contemporâneo, a partir do qual se desenvolverá e se problematizará a organização social, econômica e política capitalista. Para aprofundamentos, ver: FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; _____. *O passado de uma ilusão: ensaio sobre o ideário comunista do século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

⁵ Para essa discussão, ver: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ou seja, o conhecimento do passado pode se alterar de acordo com outras possíveis interpretações, constituindo, nesse sentido, outros discursos ou outras “narrativas” históricas. Tal subjetividade e relatividade atribuídas à História, que coloca em questionamento sua própria ontologia ao propor uma diluição de suas fronteiras em relação à literatura, tem permitido às forças sociais dominantes recontarem e recolocarem determinados acontecimentos passados – como no caso dos militares e dos acontecimentos relativos ao holocausto –, a partir de um conjunto que tende a enfraquecer os sentidos de desigualdade, as tensões, conflitos e contradições que historicamente emergiram das relações socialmente estabelecidas, uma vez que, ao deslocar o caráter histórico das fontes e o trabalho do historiador sobre as práticas sociais humanas ao campo das ideias, desloca-se, também, a essa região, as condições históricas e materiais de existência, reforçando, nesse sentido, a perspectiva de uma história homogênea, contínua e linear.

Para essa discussão nos aproximamos e partilhamos dos supostos de Ginzburg quando, num debate com Hayden White, ele parte da noção de existência de um “princípio de realidade”⁶ que permeia o trabalho do historiador em torno das fontes históricas, ou seja, o historiador não tem a liberdade de inventar e criar diálogos imaginários, dado que as diferentes fontes históricas às quais ele se volta em seus trabalhos não são, meramente, uma representação da realidade, o que inviabiliza a compreensão de que a História seja uma “representação realizada em cima de representações”. Longe de ser uma representação ou um ponto de vista que paira sobre a realidade, as fontes históricas são constituídas e constituintes do social, sendo reveladoras, portanto, de sua dinâmica e das relações humanas estabelecidas nas diferentes temporalidades históricas. Nesse sentido, recuperamos Beatriz Sarlo quando em “Paisagens imaginárias”, no capítulo “Os militares e a história – contra os cães do esquecimento”, levanta essa problemática contemporânea – a da tentativa de reunificação histórica desenvolvida através da produção/reprodução de esquecimentos (e eu diria, ainda, através da produção e disseminação de determinadas memórias em substituição de outras) – indicando que, se existem aqueles que insistem, com seus procedimentos teórico-

⁶ GINZBURG, C. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-232.

metodológicos, na tentativa de se eliminar ou alterar os acontecimentos históricos em sua concretude e, portanto, em suas relações desiguais e conflituosas, haverá, sempre, diferentes vestígios – fontes históricas não representativas, mas constitutivas do social, como a literatura e as letras de músicas, a exemplo de *Desapariciones*, cantada pelo grupo Maná – e mesmo determinados posicionamentos político/historiográficos a se situarem como uma “caixa de Pandora”, mantendo aberto o que outros querem, em benefício de seus projetos e interesses de classe, manter fechado.⁷

Foi com essas questões e preocupações que, no ano seguinte, em 2010, já inteirada dos movimentos empresariais estabelecidos em torno da produção de memórias⁸, me deparei com a notícia de que diversas empresas estavam se reunindo para promover o primeiro encontro dos centros de memória empresarial, do qual participaram o Memória Votorantim, Centro de Memória Bunge, Centro de Memória Instituto Roberto Bosch, Espaço Itaú Unibanco, Centro de Documentação e Memória Klabim, Centro de Memória J. Macedo, dentre outros projetos de memória empresarial. O objetivo do encontro era promover uma partilha das experiências empresariais traçadas no campo da memória a partir da década de 1980, quando redes de informação e comunicação e, portanto, de conhecimento, foram constituídas e articuladas em torno da memória empresarial.

As ligações foram imediatas: Estariam as empresas, na contemporaneidade, preocupadas em promover uma forma de revisionismo histórico? De que referenciais teórico-metodológicos partiam? Que estratégias estavam estabelecendo de forma conjunta e que histórias queriam recontar através de seus núcleos

⁷ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 25-34. As considerações de Beatriz Sarlo nos fazem compreender a importância de nos esforçarmos por construir um “olhar político” sobre nossas investigações, que perpassa pelos referenciais teórico-metodológicos que escolhemos. Os referenciais utilizados indicam os posicionamentos políticos que assumimos.

⁸Em meio à pesquisa de monografia que desenvolvi na graduação, quando investigava as relações de trabalho dos motoristas caminhoneiros vinculados à Sadia Alimentos, pude constatar que diferentes instituições empresariais, inclusive a Sadia, estavam investindo na preservação, sistematização e organização de diferentes fontes documentais, as quais compunham determinadas historicidades – uma versão histórica que seus dirigentes pretendem contar e divulgar socialmente, através dos centros de documentação e memória empresarial, estabelecendo, dessa forma, uma determinada memória social. VER: AMARAL, Karine Marins. *Trabalho e cotidiano dos profissionais do transporte de carga pesada em Uberlândia-MG no início do século XXI*. 2009. 89 f. Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

memoriais/educativos? Sob quais perspectivas? Que memórias estavam sendo construídas pelos grupos empresariais? E quais teriam sido as redes de informação/comunicação formadas para efetivação dessa memória social?

Esboçava-se aí uma problemática que me levou a observar mais de perto os centros de documentação e memória empresarial. Em tais observações, pude perceber que a história oral constituía-se em metodologia frequentemente utilizada para composição dos acervos e exposições, permanentes ou não, estabelecidas pelos centros de documentação e memória empresarial. As empresas estavam se utilizando das narrativas, ou melhor, da subjetividade de seus trabalhadores para contarem ou recontarem suas trajetórias sociais. Que histórias e que memórias estavam sendo legitimadas com a fala dos funcionários das empresas? Suas experiências e condições materiais de existência estavam sendo reveladas nas narrativas apresentadas? De que forma? E as contradições e diferenças de classe historicamente emergentes das relações estabelecidas entre os trabalhadores e os grupos empresariais? Como se apresentavam?

Partimos do pressuposto de que o uso das narrativas dos trabalhadores, pelas instituições empresariais, tem procurado forjar uma identidade histórico-institucional, que opera um deslocamento nas relações sociais: ao mesmo tempo em que oculta desigualdades, contradições, conflitos e disputas, bem como os sentidos de controle, dominação e exploração de classe (historicamente reconhecidos em torno das relações sociais de trabalho), também constitui e reconstitui, nesse processo, certas histórias e memórias complacentes às ações dos grupos dirigentes empresariais e contrárias às diferentes historicidades contra-hegemônicas reveladas e divulgadas pelos movimentos sociais em suas lutas sociais e políticas.

Situando-me no interior das discussões e reflexões produzidas pela História Social, cujas abordagens fundamentam-se nas perspectivas do materialismo histórico em diálogo com a tradição marxista inglesa, tenho compreendido a memória e, portanto, a memória empresarial, como um campo ativo de práticas hegemônicas e contra-hegemônicas, “como um campo de luta, como alvo de disputa, de domínio e de afirmação social”⁹, ou seja, como um campo – assim como

⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes. et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 7.

qualquer outro envolvido por experiências humanas no interior da sociedade capitalista –, de contradições e conflitos de classe. Ao propor uma investigação no âmbito da memória empresarial, afeita à utilização de diferentes narrativas de trabalhadores na composição de seus acervos documentais – o que cria uma ideia de harmonia institucional e histórica –, dediquei-me a explorar, de forma a identificar e apontar, justamente as tensões, contradições, conflitos e disputas sociais. Indaguei os documentos dos arquivos empresariais e, dentre eles, as fontes orais, não como fruto da imaginação dos sujeitos entrevistados ou como um ponto de vista dos mesmos sobre a história, mas como sendo decorrentes de suas experiências sociais concretas – entendendo as entrevistas, em seu processo de construção e de relação social, como parte integrante dessa experiência que é perpassada por oposições, contradições e disputas de classe.

Com isso, sinalizo que a dominação e a resistência na sociedade capitalista contemporânea não se reduzem a processos desenvolvidos numa base econômica – cuja divisão base/superestrutura torna-se inadequada à compreensão do processo histórico em suas relações sociais materiais não produtivas (não produtivas pelo viés do determinismo econômico). Formas de dominação e resistência são processadas na totalidade da vida humana. Elas adentram o campo da cultura – que não é dissociada da vida material – e de suas formas de memória, revelando uma luta de classe que se configura também como uma luta de interesses e de valores sociais diferentes e divergentes entre si. É por esse motivo que cultura emerge como um campo importante neste trabalho e não pode ser pensada como um mero “reflexo ou eco de uma base material”¹⁰, mas como um processo social ativo em que se desenvolvem disputas entre grupos cujos interesses são divergentes e conflitantes entre si. Portanto, as posições teóricas aqui assumidas relacionam-se ao que Raymond Williams descreveu como “materialismo cultural”, cujas proposições teóricas inserem-se e são desenvolvidas no interior do materialismo histórico dialético¹¹.

¹⁰ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

¹¹ WILLIAMS, Raymond. Introdução. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 7-13. Constituem-se também como referencial teórico para essa pesquisa: FENELEN, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992; _____. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. *Projeto História*, São Paulo, n. 4,

O ponto de partida que orientou as investigações produzidas nesta dissertação foi a materialidade constituída pelo Memória Votorantim, que apresenta um amplo acervo formado por centenas de entrevistas realizadas com os trabalhadores da empresa. Em parceria com o Museu da Pessoa – cooperação que nos dá indícios das redes que foram articuladas em torno da memória empresarial –, a Votorantim, mais que qualquer outra empresa, realizou diferentes programas de história oral, cujos resultados foram digitalizados e disponibilizados para a sociedade através do site do centro de memória da empresa. A relativa facilidade de acesso às narrativas dos trabalhadores e aos materiais produzidos pelo centro de documentação e memória da instituição constituiu-se em fator de definição em relação ao Memória Votorantim. Ainda que sua sede se localize na grande São Paulo, eu poderia acessar não só as entrevistas, mas grande parte do acervo constituído pela empresa, e ainda realizar visitas virtuais à exposição estabelecida no Espaço Votorantim. Perante as dificuldades de deslocamento interestadual, a comunicação digital revelou-se um importante instrumento à realização da pesquisa.¹²

Para enfrentar a problemática em questão, me propus a analisar as entrevistas realizadas com os trabalhadores e as diferentes publicações que foram produzidas pela empresa a partir dos programas de história oral. Associadas às demais fontes constituídas pelo centro de memória da instituição (livros e publicações diversas, manuais didáticos, exposição temática), elas constroem uma determinada imagem da empresa e de seus dirigentes – uma imagem apaziguadora, cujos mecanismos de poder, dominação e exploração no trabalho, historicamente vividas por diferentes sujeitos sociais, se fazem ausentes. Em suas falas, os trabalhadores apresentam os empregadores como pessoas boas, justas e generosas, que, ao mesmo tempo em que se preocupam, também cuidam de seus

jan./dez. 1985; THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 227-267; _____. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹² Mesmo que inserida numa realidade social distante de São Paulo, é desse centro urbano que surgem movimentos de memória empresarial a influenciarem, e mesmo, servirem de modelo, a muitas outras empresas estabelecidas no interior do país. Todo esse empreendimento em torno da memória empresarial articula-se ao intenso movimento de industrialização ocorrido em São Paulo no início do século XX, de modo que, a memória e a utilização das narrativas dos trabalhadores vêm por sofisticar e complexificar processos dominantes já iniciados com a industrialização desenvolvida nos grandes centros urbanos do país.

funcionários na integralidade da pessoa humana. A empresa é descrita como local de realização pessoal e profissional, como espaço seguro e com condições salubres e satisfatórias para o desenvolvimento das atividades diárias. E as relações de trabalho são tidas como relações amistosas e cordiais. Por esses e por tantos outros aspectos apresentados, os trabalhadores revelam-se orgulhosos e sentem satisfação em trabalharem nas empresas do grupo Votorantim, construindo, nesse sentido, uma harmonia de classe que projeta uma determinada imagem da empresa para a sociedade e consolida uma memória sobre as relações de trabalho desenvolvidas no Brasil.

Por esse viés, as histórias e memórias dos trabalhadores conferem às historicidades empresariais toda uma credibilidade, ao passo que são eles próprios, os trabalhadores, que, através de suas experiências reais e concretas e, portanto, inquestionáveis, que estão afirmado/reafirmando versões históricas favoráveis aos grupos dirigentes empresariais.

Em muitos debates realizados sobre a história oral, os questionamentos sobre os conhecimentos produzidos por tal metodologia transitam no campo da individualidade narrativa, ou seja, apontam para uma falibilidade da memória ou intencionalidade de quem concede a entrevista. Em suas reflexões, Michael Hall procura indicar que os resultados de uma entrevista são indissociáveis aos processos – de lembranças e esquecimentos – que se desenvolvem na memória humana, de forma individualizada:

Entendemos, mais precisamente, que as entrevistas da história oral mostram menos a experiência direta dos informantes do que o resultado do trabalho que a memória faz com essa experiência. Para complicar ainda mais a questão, infelizmente não possuímos dados muito satisfatórios sobre como funciona a memória humana. Como é, por exemplo, que lembramos de certos tipos de experiência com precisão e esquecemos de outros? Como é que o envolvimento emocional altera as lembranças? Afinal, como é que a memória se organiza e se modifica?¹³

Nesses termos, Hall indica que as narrativas orais (percebidas como produto da memória humana) podem produzir deformidades que comprometem a

¹³ HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 157.

compreensão, e mesmo alteram determinados acontecimentos históricos. Em sua argumentação, ele cita um episódio no qual realizou uma entrevista com um indivíduo que participou da greve de 1917, ocorrida em São Paulo. Durante a conversa, o entrevistado narrou fatos relativos à greve de 1919 acreditando estar se referindo aos acontecimentos de 1917, o que demonstra, segundo o autor, que a memória humana apresenta falhas involuntárias, e que devemos, ainda, considerar a possibilidade da produção de distorções intencionadas por parte do narrador. Tal perspectiva interpretativa reduz a história oral e suas possíveis ambiguidades ao âmbito da memória individual: é o sujeito entrevistado quem se esquece ou se lembra (de acordo com os limites impostos por sua memória) dos acontecimentos sociais por ele vividos, e é ele quem opera possíveis distorções conforme suas intenções pessoais.

As análises aqui desenvolvidas em torno da história oral, ou seja, das narrativas dos trabalhadores da Votorantim, são desenvolvidas por uma outra perspectiva, que perpassa pela compreensão de que os conteúdos alcançados nas entrevistas são fruto não da memória individual do trabalhador entrevistado, mas de uma construção histórico-interpretativa realizada tanto por quem concede a entrevista quanto por quem a realiza – trabalhadores e empresa (na figura do profissional por ela contratado). Negar essa relação dialógica da história oral significa desconsiderar a participação efetiva da empresa nas entrevistas dos trabalhadores e nos significados por elas produzidos, desconsiderando, portanto, as contradições e mecanismos dominantes que podem ser processados no campo da documentação oral.

Na análise das entrevistas constituintes do acervo da Votorantim, em especial as que foram realizadas com os trabalhadores da Nitro Química – uma das empresas do grupo –, ainda que não sejam reveladas as perguntas que orientaram as entrevistas que foram produzidas pelos profissionais do Museu da Pessoa, as condições de trabalho e as questões relativas à segurança no espaço fabril constituem-se em ponto recorrente nas diferentes e muitas entrevistas que foram realizadas. Talvez, porque, historicamente, os trabalhadores da Nitro Química tenham se organizado numa luta contra a falta de segurança na fábrica, no interior da qual ocorreram vários acidentes que culminaram com a morte de muitos

trabalhadores. E, ainda, porque os questionamentos dos funcionários nitrinos, quanto à falta de equipamentos de segurança e às constantes denúncias relativas a diversos setores considerados insalubres e insatisfatórios ao desenvolvimento das atividades de trabalho, tenham criado uma imagem social desfavorável à empresa, que passou a ser percebida, na região, como uma fábrica perigosa de se trabalhar – dado aos inúmeros eventos de explosão que nela ocorreram ao longo dos anos, devido ao manuseio de produtos químicos –, onde se desenvolviam relações desumanas e conflituosas, de difícil conciliação.

Nesse sentido, a segurança e as condições de trabalho podem ter sido o mote escolhido pelos agentes de memória para desconstruir uma imagem da empresa (já amplamente difundida através de diferentes registros) e construir uma outra em seu lugar. Talvez fosse preciso dizer, através das experiências imediatas dos trabalhadores, desenvolvidas no dia-a-dia da fábrica, que as condições de trabalho eram seguras, que as relações eram constituídas em harmonia e que a empresa era responsável e preocupada com seus funcionários porque tais certezas, alcançadas através da confirmação dos trabalhadores nas entrevistas, constituiriam e sustentariam uma memória com projeções sociais e políticas não só para a realidade social vivida naquele momento, mas também para o futuro.

Portanto, os resultados das entrevistas devem ser concebidos como uma produção que envolve dois lados distintos e que se relacionam e não apenas um. Com esse posicionamento, considero que as lembranças e esquecimentos, bem como as distorções (de conteúdos e sentidos) que podem ter sido produzidas pelas/has narrativas orais dos trabalhadores, vão para além da memória individual, ou seja, inscrevem-se, também, no campo das relações, e relações que são contraditórias – de subordinação produtiva e dominação social –, o que nos leva a estabelecer determinados questionamentos: quais foram as perguntas que nortearam as entrevistas?¹⁴ Como e onde essas entrevistas foram produzidas? Sob quais condições e quais pressões? Que interesses estão aí envolvidos, tanto da parte de quem concede a entrevista quanto de quem a realiza?

¹⁴ As reflexões de Portelli constituíram-se em referencial, na medida em que o autor levanta a problemática de que a não apresentação das perguntas realizadas na entrevista acaba por distorcer a fala do narrador. VER: PORTELLI, Alessandro. O que faz história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 36, fev. 1997.

As interrogações produzidas ao longo dessa dissertação não se constituem, simplesmente, em um estilo de escrita. As indagações produzidas procuram problematizar determinadas concepções e produções histórico-sociais, de forma a conduzi-las, permanentemente, a um lugar de instabilidade, a partir do qual se possa evidenciar outras perspectivas históricas, bem como os processos contraditórios e dominantes aí desenvolvidos. O “saber interrogativo” empregado constitui-se, nesse sentido, como um caminho de desconstrução de interpretações unívocas (que se querem homogêneas) e de “*renuncia a um pensamento tranquilizante e tranquilizador*” acerca da compreensão dos processos sociais desenvolvidos em determinadas conjunturas passadas.¹⁵

Contudo, tal problematização das fontes orais, que busca compreender e colocar em evidência a participação efetiva da empresa nos resultados das entrevistas realizadas e disponibilizadas, não elimina ou diminui o envolvimento consciente e consonante de determinados trabalhadores nesse processo de construção de memórias, que, por sua vez, tem orientado uma reconstrução da hegemonia capitalista. As relações aí desenvolvidas são também de concordância, de negociação e mesmo de cumplicidade aos projetos empresariais, que podem ser motivadas por anseios e expectativas diversas decorrentes das experiências vividas.

Esse movimento contraditório, de consentimento e acomodação dos trabalhadores aos interesses dos grupos empresariais, indica-nos que as explicações históricas não podem ser reduzidas a uma mera oposição entre vencidos e vencedores, ou seja, entre trabalhadores e empresários, mocinhos e bandidos, numa formulação simplista, fechada em si mesma – que pode ser a mais cômoda, mas não a mais adequada para a compreensão do processo histórico em sua dinâmica e complexidade. No interior da própria classe trabalhadora existem interesses diferentes e conflitantes entre si e mesmo formas diversas de se lidar com as relações de trabalho e com as condições materiais de existência. Os diferentes sujeitos sociais – homens e mulheres, trabalhadores inseridos na sociedade capitalista – forjam diversas saídas para seus problemas, submetem-se a determinados processos e improvisam oportunidades, porque não só de conflito vive

¹⁵ VER: SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. Cit. p. 9-22.

o homem e a história, mas também de congruências e de conveniências, conforme mencionado por Thompson em “Folclore, antropologia e História Social”:

Por congruências, entendo as regras “necessárias”, as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*.¹⁶

Ainda que não gostemos, muitos trabalhadores são co-participes, mesmo que de forma estratégica e dissimulada, desse processo em que a utilização de suas falas procura reforçar determinadas historicidades homogêneas, convenientes às forças dominantes, a partir das quais se erigirá uma determinada memória social.

As análises das entrevistas dos trabalhadores e das demais fontes constituídas pelo Centro de Memória da Votorantim indicavam-me a construção ou reconstrução de todo um processo de hegemonia em pleno desenvolvimento na realidade social contemporânea. Contudo, com o desenrolar da pesquisa pude compreender que esse processo de hegemonia não se restringia somente à empresa ou à utilização das narrativas dos trabalhadores. Em torno da memória empresarial foi constituída toda uma rede que articulava intelectuais, instituições e políticas públicas, culturais e patrimoniais, que me fizeram ampliar a noção de hegemonia – agora pensada na rede constituída a partir da memória empresarial e não somente nos limites da empresa e das fontes orais por ela produzidas.

Para pensar nesse processo de hegemonia, as leituras de Raymond Williams – *Hegemonia* – sinalizavam-me que, mesmo pensando-o no interior das redes que então se formaram, a hegemonia não se constituía em torno de si mesma (das redes de memória empresarial), ou seja, não se estabelecia nem se limitava somente ao campo da dominação social e cultural projetadas. A hegemonia é, antes de tudo, um processo, que só se desenvolve a partir das relações e constantes pressões estabelecidas pelas forças sociais não dominantes que ameaçam as configurações capitalistas de poder nas diferentes conjunturas históricas, o que as colocam – as perspectivas contra-hegemônicas – na mira da hegemonia que procura, na prática, criar mecanismos e articulações sociais para controlá-las.

¹⁶ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Op. Cit. p. 262.

A partir de tais considerações de Williams, me voltei para a realidade empírica, compreendendo que a memória empresarial e as redes a partir dela constituídas, por si só, não poderiam revelar-me o processo de hegemonia constituído em toda sua complexidade, haja vista que esse processo é desenvolvido e significado no interior de um processo histórico ativo, o qual é impulsionado pelas relações socialmente estabelecidas. Precisava, portanto, compreender e recuperar a organização da memória empresarial, a utilização das narrativas dos trabalhadores e as redes que foram constituídas, não de forma isolada e desconexa (fechadas ao próprio centro de memória da empresa, com seus respectivos materiais), mas no interior do “emaranhado social”, do qual surgem contradições, disputas e resistências, mas também convergências e concordâncias em relação aos processos de dominação e exploração desenvolvidos na sociedade capitalista.

A escolha desse procedimento de pesquisa situa-se no interior de uma determinada concepção investigativa para o campo da história. Ampliar as observações e indagações para além dos centros de memória das empresas e para além das redes por elas constituídas significa estabelecer (ou pelo menos tentar) um desvencilhamento em relação a delimitações mecânicas e estanques do objeto, que, na forma compartmentada, cria a pretensa ilusão de se alcançar aprofundamentos em torno do que se pesquisa. Estou, ao contrário disso, procurando recuperar o que é de mais caro para a História Social, ou seja, a recomposição do objeto pesquisado no movimento social dinâmico em que foi constituído. Trata-se de:

[...] fazer com que o objeto apareça no emaranhado de suas mediações e contradições; de recuperar como este objeto foi constituído, tentando reconstituir sua razão de ser ou aparecer a nós segundo seu movimento de constituição, do qual fazem parte o pesquisador e sua experiência social, em vez de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados.¹⁷

É a simultaneidade – do hegemônico com o contra-hegemônico – que estamos procurando na recomposição da memória empresarial – daí as relações estabelecidas com os projetos de memória empreendidos pelas instituições sindicais na realidade social contemporânea. Diferente de outras possibilidades de

¹⁷ VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. Cit. p. 10-11.

dissertação, queremos trabalhar a simultaneidade na medida em que é a partir desse movimento contraditório que se constroem empreendimentos para afirmação e redefinição de hegemonia. Ainda que esse caminho seja mais trabalhoso e mais arriscado que o de compreender a hegemonia por ela mesma (a memória empresarial em si mesma), considero-o mais adequado e consistente quanto à compreensão desse processo social articulado de constituição de memórias, em toda sua complexidade e dinâmica.

Nessa direção – questionando-me sobre quais seriam as formas de resistência e os processos contra-hegemônicos que levaram as instituições empresariais a implementarem uma (re)organização de suas histórias e memórias, via centro de documentação e memória empresarial que se articula em rede –, procurei entender e recompor as transformações ocorridas no país em torno do ato de reunir, preservar e organizar registros em arquivos. Foi então que percebi que, a partir da década de 1980, no período pós-ditadura militar e de consequente anseio por democracia – entendida em perspectiva que se projeta para além do direito de escolha dos representantes políticos –, os movimentos sociais, em uma luta pelo direito à história e, portanto, pelo direito à memória, passaram a compor acervos documentais, organizados em centros de documentação e memória social, que pudessem preservar as experiências históricas (experiências de luta, de desigualdade e dominação de classe, mas também de resistência social e política) de diferentes grupos sociais – mulheres, negros, estudantes, trabalhadores, militantes, dentre outros –, a fim de se constituir “outras histórias e outras memórias” sobre o processo histórico, diferente daquelas que estabeleciam e limitavam os sujeitos da história aos grupos sociais ligados ao poder.¹⁸

A história oral assumiu, nesse processo, toda uma importância, visto que, a partir de seus procedimentos metodológicos, tornou-se possível transformar as experiências de muitos homens e mulheres, sujeitos comuns (e, em muitos casos, analfabetos), em fontes documentais históricas a serem preservadas e

¹⁸ Alguns dos centros de documentação e memória social referenciados neste trabalho são: Arquivo Edgar Leuenroth (da Unicamp), CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica (da PUC/SP), CDP – Centro de Documentação Popular (estabelecido na cidade de Uberlândia e vinculado à Universidade Federal de Uberlândia). Outros centros de memória social mencionados: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação (São Paulo), CEDEC – Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (São Paulo), CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo) e CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Belo Horizonte).

disseminadas socialmente nas diferentes temporalidades históricas. No entanto, não se tratava de uma simples preservação das histórias de vida das pessoas que, de alguma forma, foram desfavorecidas ou submetidas a processos de dominação, exploração e perseguição na sociedade capitalista. Preservá-las, através dos centros de documentação e memória dos movimentos populares, cumpria uma função social específica – a de estabelecer a memória como um campo da luta social e política, em que pesem as relações sociais e os processos de enfrentamento em relação às formas de controle e dominação, bem como das desigualdades de classe socialmente estabelecidas.

A memória emergia, no interior de tais propostas contra-hegemônicas, como meio de consolidação da informação e mesmo de formação da classe trabalhadora, ou seja, através da memória (constituída, sobretudo, na elaboração e preservação de diferentes fontes documentais) buscava-se não só informar a sociedade contemporânea e as gerações futuras sobre as condições de vida e de trabalho e, portanto, sobre as lutas empreendidas pelos grupos sociais não dominantes em suas respectivas realidades históricas, mas também formar uma classe trabalhadora possivelmente constituída a partir do reconhecimento e da identificação com as experiências sociais preservadas – dos diferentes sujeitos constituídos trabalhadores assalariados no processo de desenvolvimento industrial –, dando continuidade às lutas por eles estabelecidas, nas diferentes e posteriores conjunturas históricas, por uma sociedade mais justa e menos desigual¹⁹.

A comunicação e a informação aparecem, nesse contexto, não como um conceito analítico estático – padronizado e universalmente válido para qualquer temporalidade histórica²⁰. Na conjuntura dos anos de 1980, no interior das práticas de memória, empreendidas pelos movimentos sociais populares, a comunicação é pensada como um processo que, ao fazer circular a informação no social e nos

¹⁹ Sobre as redes de movimentos sociais que se constituíram em todo o país, em torno da memória, através da constituição de centros de documentação e memória social, com a finalidade de informar e formar a classe trabalhadora, ver: ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta*. (Uberlândia – MG, anos 1980). 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

²⁰ VER: THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Op. Cit.; THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14.

diferentes momentos históricos, ganha força política, firmando perspectivas e projetos sociais contra-hegemônicos. Produzir informações e fazê-las circular historicamente compunha sentidos estratégicos estabelecidos em torno das lutas sociais, endossando o movimento em que a expectativa era a da constituição de mecanismos que pudessem fazer chegar aos diferentes trabalhadores elementos concretos das experiências sociais vividas, capazes de movimentá-los a uma ação transformadora do social. A comunicação e a informação são pensadas, portanto, a partir das experiências e como experiência dos movimentos sociais na constituição de seus modos de luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Em torno desse processo de luta articulou-se uma rede composta por intelectuais ligados à História Social, pelos movimentos populares, pelas instituições sindicais e pelas entidades de apoio ligadas aos trabalhadores, como as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base – ligada à Igreja Católica) e suas pastorais e as associações de bairro.

É a partir dessas projeções e pressões exercidas pelos movimentos sociais que as empresas, ainda na década de 1980, passaram a se preocupar com a sistematização de suas histórias e memórias. Inseridos na conjuntura da abertura política ou da “Nova República”, que então se apresentava como um processo histórico muito mais favorável aos movimentos sociais – mais favorável, portanto, aos trabalhadores que aos empresários –, tornava-se imprescindível aos grupos empresariais empreenderem um movimento de redefinição de hegemonia para conservação do domínio, do poder e da ordem dominante alcançadas no período precedente. Articulados à rede de colaboração do regime ditatorial, os empresários, segundo levantamento da Comissão da Verdade²¹, apoiaram e financiaram a perseguição política contra inúmeros trabalhadores militantes, engajados nos movimentos de luta social e política e com participação sindical. Os levantamentos realizados pela Comissão indicam que, só da região do ABC Paulista, diversas empresas do ramo metalúrgico enviaram ao DOPS (Departamento de Ordem

²¹ QUADROS, Vasconcelos. Ligação de empresários com a ditadura abre nova frente de indenização a vítimas. *IG*, Último Segundo, São Paulo, 11 maio, 2013. Apud. NASSIF, Luís. A comissão da verdade e os empresários ligados à ditadura. *Luis Nassif Online*, São Paulo, 12 maio 2013. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-comissao-da-verdade-e-os-empresarios-ligados-a-ditadura>>. Acesso em: 23 maio 2013.

Política e Social) listas com nomes de trabalhadores considerados suspeitos de subversão, dos quais muitos foram torturados e alguns se encontram ainda desaparecidos – como é o caso de Virgílio Gomes da Silva, que foi operário da Nitro Química. Seguindo essa linha de atuação, diferentes empresas submetiam, ainda, os candidatos às vagas de emprego à triagem policial, sendo negada a contratação caso houvesse qualquer participação com movimentos grevistas ou políticas de esquerda.

Com o processo de abertura política, os grupos empresariais não poderiam mais contar com esse amparo estatal que os ajudou, até certo ponto, a controlar as tensões e as dissidências ocorridas no interior do espaço fabril. A partir de então, precisavam enfrentar as contradições, as tensões, os conflitos e as disputas de uma outra forma e, precisavam, ainda, limitar as ações e práticas de memória dos movimentos sociais, cujos sujeitos, através das redes constituídas, emergiam com força social e política, quanto à projeção de uma sociedade que se queria democrática e mais igualitária. Os projetos de memória empresarial, que então se fundamentaram nas políticas neoliberais (que dominaram o cenário social e político a partir da década de 1990) – que enfatizavam o individualismo em detrimento das formas sociais coletivas –, constituíram-se em uma saída estratégica. Ante tais perspectivas, diferentes instituições empresariais viram-se na premência da incorporação das histórias de vida de seus trabalhadores (a pretexto de valorizá-las) aos acervos que se constituíam nos centros de documentação e memória empresarial. Iniciava-se, aí, todo um processo de reconstrução de hegemonia, de incorporação e reversão dos conteúdos apresentados pelas narrativas orais contra-hegemônicas, bem como dos sentidos, sociais e políticos, inicialmente traçados pelos movimentos sociais no âmbito da memória social.

No interior da rede de luta constituída a partir do processo de abertura democrática, os movimentos sociais, num intenso diálogo com a História Social e com seus procedimentos investigativos, traçaram um percurso de atuação no campo da memória, que partia da preservação das muitas e diferentes histórias dos sujeitos sociais cujas experiências se contrapunham às vivências dos grupos dominantes, passando pela evidenciação das relações sociais e do processo histórico de dominação em que estavam submetidos, para se chegar, então, a uma ação efetiva

de classe, a partir da qual se esperava uma reorganização da sociedade, pautada em princípios de igualdade e liberdade (liberdade, essa, entendida como forma de supressão da dominação socialmente estabelecida na sociedade capitalista).

Ao incorporarem as diferentes histórias dos trabalhadores em seus acervos, as empresas criaram sentidos contrários e divergentes aos imaginados pelos movimentos sociais em suas práticas de memória. Associadas aos princípios e concepções de trabalho do “Museu da Pessoa” – associação essa pensada no interior da rede que se estabeleceu em torno da memória empresarial –, as empresas organizaram e disponibilizaram para a sociedade, através dos centros de documentação e memória empresarial, uma verdadeira “coleção de histórias de vida”, ou seja, um conjunto de histórias individualizadas reunidas para comporem uma determinada historicidade. Nesse processo, assim como naquele pensado e projetado pelos movimentos sociais, parte-se das histórias e memórias dos trabalhadores e adentra-se o campo das relações sociais, só que aqui as relações são de outra natureza, são relações de concordância, de assentimento e de harmonia de classe, o que produz resultados diferentes aos idealizados pelos movimentos sociais em suas práticas políticas.

No interior da memória empresarial, as narrativas dos trabalhadores são revertidas em documentos que possam assegurar a construção de uma identidade histórico-institucional, supostamente comum aos diferentes sujeitos situados no âmbito das relações sociais de trabalho. Nesse sentido, as histórias e memórias dos trabalhadores seriam o ponto de partida não para se alcançar transformações sociais, mas para se promover, contraditoriamente, a manutenção da organização social capitalista, cujas formas de dominação se recriam e se renovam nas diferentes temporalidades históricas.

A partir da estratégia de incorporação das histórias dos trabalhadores, as empresas atingiriam o objetivo de recontarem, com credibilidade, suas histórias – o que também implica num recontar da história da industrialização desenvolvida no país –, de forma a eliminar as contradições, tensões, exploração, conflitos e disputas de classe que, historicamente, criaram, sobretudo, com as iniciativas contra-hegemônicas estabelecidas no campo da memória, uma imagem desfavorável aos grupos dirigentes/empresariais. Mas, mais do que produzir uma imagem favorável

aos empregadores, reverter essa história de opressão estabelecida em torno das relações sociais de trabalho significava disputar a hegemonia no/pelo social, a qual perpassava pela descaracterização da relação capitalismo/desigualdade/exploração, que se constituiu, na história, como um motor a impulsionar as movimentações sociais coletivas de transformação social e política. Configurava-se, aí, uma disputa pelo processo de construção social da memória, cujos sentidos identitários produzidos buscam intervir na realidade social e de trabalho.²²

As chaves para a problematização de tais identidades constituídas pela memória empresarial e para a evidenciação do campo social de disputas em que se insere a produção da memória – desenvolvida entre objetivos históricos e políticos divergentes entre si –, foram as condições de trabalho e de segurança recorrentemente mencionadas pelos trabalhadores nas narrativas orais apresentadas pelo Memória Votorantim. As inquietações em torno dos sentidos constituídos, sobretudo, no que se refere aos relacionados às experiências dos trabalhadores da Companhia Nitro Química Brasileira, levaram-me aos Sindicatos e, consequentemente, aos projetos de memória sindical constituídos na contemporaneidade. Diferentes instituições sindicais, dentre elas, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, atual Sindicato Unificado dos Químicos e Plásticos de São Paulo e região, estão desenvolvendo projetos de memória voltados à preservação das experiências sociais, das condições de vida e de trabalho, enfim, das histórias e lutas dos trabalhadores e do movimento sindical ao longo do desenvolvimento industrial

²² A construção de uma identidade histórico-institucional, constituída através da memória, tem servido tanto como forma de criação de uma coesão interna entre funcionários e empresa (o que procura inviabilizar e desmobilizar a continuidade da luta de classe), como meio de aproximação das instituições empresariais com a sociedade como um todo. Sobre esse aspecto, Karen Worcman, historiadora que desenvolve diversos trabalhos para os centros de documentação e memória empresarial, fundadora do Museu da Pessoa, sinaliza: “Como, para cada um de nós, é a partir de nossa memória que organizamos e desenvolvemos nossa existência, é também pela memória compartilhada que um grupo se unifica e forma uma identidade. [...] Uma empresa é obviamente um grupo. E, como todos os grupos, possui uma memória que garante sua coesão e identidade. Resta-nos saber em que medida as empresas hoje utilizam sua história como fator de união entre seus integrantes e, ainda, como fator de criação de identidade perante o resto da sociedade”. Tais considerações apontam para as disputas estabelecidas em torno da produção da memória e dos significados sociais a partir delas projetados. WORCMAN, Karen. A história na empresa: identidades e oportunidades. p. 2. In: MUSEU DA PESSOA, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.com.br/biblioteca/pdfs/ahistorianaempresa.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

brasileiro, os quais são significados no interior das disputas por hegemonia, travadas nos campos social, político, econômico e cultural.

Em sua atuação política, o Sindicato dos Químicos produziu e preservou diferentes fontes documentais que dimensionam as disputas da conjuntura social pela qual elas foram produzidas, os antagonismos e as contradições de classe nas diferentes temporalidades históricas, bem como os embates estabelecidos pela produção social da memória na realidade contemporânea. Documentos tais como cartas, processos trabalhistas, informativos, panfletos, fotografias, cartazes, folhetos, cordéis, dentre outros, foram preservados e organizados pelo Sindicato para que se pudesse ter acesso às experiências dos trabalhadores na história, não como indivíduos, mas como sujeitos sociais que se relacionaram com grupos cujas experiências e interesses diferiram dos seus. Tratava-se, portanto, de acordo com os projetos das instituições sindicais, de recuperar os trabalhadores na história, como indicado por Thompson:

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.²³

Os referenciais teóricos que dão suporte aos nossos posicionamentos e às perspectivas constituídas pela memória sindical indicam que as pessoas que vivenciaram e vivenciam as relações sociais e de trabalho, na sociedade capitalista, se relacionam a partir da diferença e da desigualdade de classe²⁴. Investigar, nesse sentido, a memória empresarial em interface aos materiais constituintes da memória sindical poderia me conduzir ao universo das disputas e, portanto, das relações sociais, em que as experiências dos diferentes sujeitos, homens e mulheres, trabalhadores assalariados são significadas. As experiências de que tratei e que busquei evidenciar com esse percurso investigativo são as desenvolvidas no interior

²³ THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

²⁴ Constituíram-se referências: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. I, II e III; FENELON, Décia Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992;

das relações sociais e não fora delas. Chegar a essas experiências dos trabalhadores – alcançadas, por exemplo, através dos processos trabalhistas, da literatura operária e de cordel, das cartas e de outras fontes documentais que foram constituídas a partir das atuações e relações sociais dos trabalhadores nas diferentes conjunturas históricas – poderia produzir divergências em relação às historicidades apresentadas pela memória empresarial e também em relação às narrativas dos trabalhadores, o que inviabilizaria a noção de identidade histórica homogênea também no que se refere à classe trabalhadora, visto que ela própria não se constitui em um todo singular e coeso. Compreender os trabalhadores como um bloco unívoco, significaria, da mesma forma, eliminar as relações e contradições que também se desenvolvem em seu interior.

As iniciativas sindicais estabelecidas no campo da memória têm como propósito a recuperação de uma identidade da classe trabalhadora, contudo, uma identidade constituída a partir das relações sociais, de forma a situar os trabalhadores e suas condições de vida e de trabalho em permanente oposição aos grupos dirigentes empresariais e seus interesses de classe. Tais disputas são indicativas das diferentes e contrárias tendências sociais e políticas que tensionam o social, empreendo-lhe uma dinâmica complexa nas diferentes temporalidades históricas. Toda essa movimentação estabelecida em torno da memória (memória sindical/memória empresarial) sustenta a compreensão – como apresentado por Déa Ribeiro Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto na introdução do livro “Muitas memórias, outras histórias” – de que a memória, compreendida como parte integrante da experiência do homem na história, constitui-se como campo ativo da luta social e política, em que forças hegemônicas e contra-hegemônicas disputam o domínio sobre o social e sobre a produção da memória na realidade do tempo presente:

[...] como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais²⁵.

²⁵ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro. et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água. 2005, p. 6.

Compreender, portanto, as apropriações e usos que as instituições sindicais têm feito do passado, de forma concomitante às práticas de memória empreendidas pelas empresas, significa, nessa dissertação, a busca pela evidenciação do campo social de disputas que engendraram esses projetos de memória – tanto as lutas do contexto social em que foram produzidos tais projetos quanto as localizadas nas temporalidades as quais eles procuram produzir determinados conhecimentos históricos.

Nesse sentido, o movimento da dissertação está em compreender e evidenciar que “*todos no somos iguales*”²⁶ (trabalhadores e empresários) e que nossas experiências nos levaram, historicamente, a organizações e movimentações sociais diferentes e divergentes entre si, inclusive no campo da memória. Com o intuito de acompanhar esse indicativo investigativo, a dissertação foi dividida e organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Em torno da memória: lutas sociais, memória empresarial e intelectuais”, procurei situar os movimentos da memória empresarial (as diferentes iniciativas e propostas de centros de documentação e memória empresarial nas quais se integra o Memória Votorantim) a partir dos movimentos sociais em suas práticas de memória projetadas, sobretudo, de 1980 em diante. Compõem, ainda, as discussões do capítulo, o papel dos intelectuais/historiadores na constituição dessas memórias totalizantes e as implicações políticas de suas escolhas para a sociedade como um todo.

No segundo capítulo, “Tecendo hegemonia e contra-hegemonia: patrimônio, cultura e educação”, busco analisar os processos sociais hegemônicos constituídos a partir dos direcionamentos apontados pelo Memória Votorantim – que estabelece como eixo a história oral, o patrimônio e processos educacionais específicos – porém, partindo não da hegemonia em si, mas das práticas e propostas contra-hegemônicas que foram constituídas pelos trabalhadores da Nitro Química ao longo do processo histórico. No interior desse movimento, procurei compreender como a incorporação da história oral constitui historicidades que são articuladas aos campos do patrimônio, da cultura e de processos educacionais, de forma a sair das relações de trabalho para atingir a cidade, promovendo uma organização da realidade social e cultural contemporânea.

²⁶ BLADES, Rúben. Desapariciones. Op. Cit.

No terceiro capítulo, “Em busca da liberdade: os projetos de memória como uma luta (re)tomada pelo sindicato contemporâneo”, a proposta é referenciar o contra-hegemônico, a partir da organização da memória dos sindicatos. Os processos trabalhistas preservados pelo acervo do Sindicato dos Químicos de São Paulo constituem-se como importantes fontes para o capítulo, a indicarem as relações a que os trabalhadores estiveram submetidos ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro. Com os processos judiciais adentrei experiências sociais de trabalho que são quase ausentes nos documentos oficiais. As tensões e conflitos que dimensionam permitem ouvir as vozes dos trabalhadores, “imaginar seus rostos e visualizar seus projetos”²⁷ ante as relações e lutas de classe socialmente empreendidas.

De acordo aos interesses da pesquisa aqui desenvolvida – de se recuperar a memória empresarial a partir do processo histórico em sua dinâmica e disputa de classe –, não partimos dos referenciais teóricos normalmente utilizados nas pesquisas acadêmicas que se debruçaram sobre a memória empresarial²⁸. As abordagens partem, quase sempre, de uma compreensão de que estaríamos vivendo, na contemporaneidade, um verdadeiro “boom” da memória – quase que uma obsessão pela memória – devido ao que Pierre Nora, no artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”²⁹, chamou de “aceleração da história”. Segundo o autor, as transformações vertiginosas processadas na sociedade

²⁷ As discussões estabelecidas por Thompson foram significativas quanto às perspectivas aqui apresentadas de se chegar aos trabalhadores de modo adverso às ortodoxias marxistas, ou seja, a partir de suas experiências reais e concretas de classe. Com as fontes documentais do sindicato, não buscava compreender a ação das lideranças da esquerda ou mesmo da instituição sindical. Para além desse sentido, procurava ver, nos documentos preservados, as experiências e relações sociais historicamente estabelecidas pelos trabalhadores, compreendidos, nessa vertente historiográfica, como sujeitos da/na história. VER: THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. Cit.; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SILVA, Marcos Antônio da. Por que dialogar com E. P. Thompson. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, p. 9-10. Jul./dez. 1995. p. 9.

²⁸ Cito aqui os seguintes trabalhos acadêmicos e artigos: SOUSA, Sara Barbosa de. *Memória empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?* 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; FIGUEIREDO, Miriam Collares. *Da memória dos trabalhadores à memória Petrobrás: a história de um projeto.* 2009. 109f. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009; BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 100-114, 2007.

²⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

contemporânea geraram a necessidade do estabelecimento de “lugares de memória”, criados com o objetivo da lembrança. Seriam espaços com uma “vontade de memória”, para que pudessem ser bloqueados, na realidade social contemporânea, os esquecimentos produzidos nesse processo de mutação constante.³⁰

Nessa direção, as empresas estariam preocupadas, simplesmente, em estabelecer lugares de memória para impedir possíveis esquecimentos sociais, consequentes das rápidas transformações ocorridas na sociedade contemporânea capitalista? Partimos do pressuposto de que tal concepção teórica é convenientemente relacionada e articulada – de acordo aos interesses e projetos dominantes no capitalismo – aos projetos de memória empresarial desenvolvidos socialmente. Não compreendemos a “vontade de memória” das empresas como um marco próprio da sociedade contemporânea, mas como um processo dinâmico, contraditório e dialético que se situa nas relações sociais e delas emergem. Também não a compreendemos como resposta ao que se convencionou chamar de crise das identidades (identidades cambiantes), mas como um movimento hegemonicamente imbricado às perspectivas e práticas contra-hegemonicamente processadas na sociedade, sobretudo, a partir da década de 1980.

³⁰ Dessa mesma compreensão partem os autores Joel Candau, em “Memória e identidade” (2011), e Andreas Huyssen, na publicação “Seduzidos pela memória” (2000).

Capítulo 1

Em torno da memória: lutas sociais, memória empresarial e intelectuais

A memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra. (...) É historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo.

Raphael Samuel

Imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação de diferentes grupos que nela atuam.

Maria do Pilar de Araújo Vieira,
Maria do Rosário da Cunha Peixoto,
Yara Aun Khoury

A memória pensada como experiência humana na história não comporta um sentido único e homogêneo, pois que, como toda experiência, é permeada por contradições que são processadas em meio à correlação de forças estabelecidas no social. Com tal compreensão, estamos partindo do pressuposto de que, longe de se configurar como um sistema de armazenagem ou um banco de dados e imagens do passado – conforme mencionado por Raphael Samuel –, a memória se constitui como prática política, a partir da qual conhecimentos são organizados e colocados em circulação, de forma a constituir significações e estabelecer intervenções na realidade social vivida e no próprio desenvolvimento histórico.³¹

Nessa direção, ao se propor a pensar sobre a memória empresarial e sua organização institucional com historiadores e com o público que se interessa por tal

³¹ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 116-138.

problemática, a professora Célia Reis Camargo³² sinalizou que práticas de memória, no âmbito institucional/empresarial, não implicam, simplesmente, em indicações de procedimentos técnicos para o recolhimento, tratamento e armazenamento de fontes documentais diversas. Para além desse mecanismo, as memórias institucionais são constituídas a partir de escolhas, e escolhas que são políticas, originadas e desenvolvidas no interior do processo histórico que é dinamizado pelas relações sociais.

É a partir desse posicionamento que este trabalho se situa, e discute, nesse capítulo, as práticas arquivísticas, entendidas como elementos de constituição da memória, e suas respectivas transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX, cujos desdobramentos nos remetem às diferentes propostas e projetos de centros de documentação e memória.

O ato de reunir, preservar e organizar fontes documentais para disseminação de informações sociais passou por significativas redefinições a partir da década de 1980, que não podem ser compreendidas senão pelas transformações sociais ocorridas, que, por sua vez, alteraram e ampliaram os contornos da produção historiográfica desenvolvida nas universidades do país.

Os arquivos públicos, associados às bibliotecas e museus, em sua gênese, formavam o conjunto de instituições modelares, cujo principal atributo era preservar a documentação oficial produzida no país. Consolidando uma determinada ideia de patrimônio cultural/documental, as informações que conservavam decorriam do recolhimento tanto de registros provenientes de instituições públicas vinculadas ao Estado, quanto de documentação produzida por pessoas públicas, ligadas à elite política brasileira.

Conduzidos pelos procedimentos da arquivologia, no trato de arquivos permanentes, os documentos eram submetidos a três níveis de passagem³³, metodologia que se fundamenta na teoria das três idades, para determinar o ciclo

³² Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Professora assistente da UNESP e coordenadora do CEDEM – Centro de Documentação e Memória da mesma universidade. Palestra organizada pelo SESC Memória no ano de 2009, cujo tema debatido pela palestrante era “Fontes de Pesquisa para a História Institucional”. Disponível em: <<http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default082009.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

³³ Essa discussão sobre os procedimentos adotados pela arquivologia quanto às fontes documentais é apresentada em: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

vital da documentação. O primeiro, denominado arquivos correntes, abriga os documentos durante seu uso funcional institucional. Posteriormente, tal documentação passaria à fase de arquivos intermediários onde ficaria armazenada por um período de vinte anos, estágio no qual os documentos passariam por avaliação, podendo ser, a partir de critérios estabelecidos, “eliminados certos papéis desnecessários ao órgão de origem e sem interesse para a pesquisa histórica³⁴”. Chegariam ao terceiro estágio somente os documentos considerados aptos à investigação científica e à memória, os quais seriam encaminhados aos arquivos públicos permanentes.

Entretanto, ao mesmo tempo em que esses procedimentos têm contribuído para consolidar a prática arquivística no Brasil, também têm suscitado uma série de indagações. Ora, o que seria documento sem interesse para a investigação histórica? Os historiadores só se interessam por documentos que, ultrapassando seu uso primeiro, são considerados adequados à utilização histórica, científica, social e cultural? Quais são os critérios de descarte de documentação considerada sem valor? E por que ela é considerada sem valor histórico? Quais memórias estão sendo constituídas a partir da preservação da documentação selecionada?

Tais questionamentos são desenvolvidos à luz da compreensão de que estratégias de controle e subordinação social não são estabelecidas somente através da forma institucionalizada, na qual o Estado se faz presente por meio da segurança pública ou na aplicação de normas jurídicas. Uma multiplicidade de formas de poder é forjada em meio à correlação de forças que se configuram socialmente, às quais os diferentes profissionais envolvidos na organização de arquivos não são alheios ou resguardados por uma suposta neutralidade. Estes assumem posicionamentos metodológicos e atuam a partir de escolhas que também são políticas.

A forma de organização documental no país sofreu alguns deslocamentos quando a responsabilidade pela preservação das fontes armazenadas fora transferida para as universidades. Diante do acúmulo de papéis públicos produzidos, da falta de iniciativa do poder público em relação à preservação do conjunto documental disponível e da carência de fontes de pesquisa acessíveis aos

³⁴ Id. ibid. p. 5-6.

pesquisadores em âmbito estadual e municipal, o governo federal acabou por estimular, a partir dos anos de 1970, a criação de centros de documentação circunscritos aos domínios das universidades, cabendo-lhes a função de preservar e organizar os acervos documentais do país.³⁵

Junto à formação dos primeiros centros de documentação das universidades, sobreveio uma ampliação das preocupações com o conhecimento histórico subsidiado pelo uso da memória, sobretudo, a partir do emprego de fontes orais nas pesquisas desenvolvidas. Tal comportamento intelectual/acadêmico não está desvinculado dos movimentos historiográficos que conduziram à incorporação de novos temas às investigações realizadas pelos historiadores, à adesão de novas abordagens, à assimilação de novas fontes de pesquisa e à releitura daquelas já amplamente utilizadas. Alguns programas de pós-graduação, a partir da redefinição de suas linhas de pesquisa, assumiram o compromisso de interpretar a realidade social e passaram a atuar no sentido de transformá-la.

Na década de 1980, através de uma reavaliação da esquerda, tanto em termos históricos, com o questionamento ao leninismo e à concepção de partido de vanguarda, quanto à produção historiográfica que se situava na contramão dos processos e grupos dominantes, os historiadores da História Social encaminharam as discussões no sentido de compreender que a história não se processa pela atuação de partidos e de lideranças políticas, ou seja, que não são os grandes nomes, quer da história oficial dominante ou da esquerda, que fazem a história. Esta é constituída por homens e mulheres comuns que vivem suas experiências de luta pela sobrevivência cotidiana, os quais são portadores de sonhos, anseios, valores, necessidades, memórias e modos de vida específicos, que tem nos remetido a pensar criticamente sobre cultura.³⁶

³⁵ Para uma discussão mais ampla sobre os centros de documentação das universidades, ver: CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 49-63.

³⁶ Pensando a cultura a partir da “*ideia de um processo social fundamental que modela ‘modos de vida’ específicos e distintos [...] e de seu plural já agora necessário de culturas*”, compreendemos que “*a cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é trabalho, é História, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa, etc. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiura, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura*”. VER: WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 23; CHAUÍ, Marilena. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura.

Essa perspectiva de investigação, de compreensão e de produção historiográfica levou a História Social a distanciar-se das tradicionais abordagens da história, em dois sentidos. Primeiro, rompia com a abordagem marxista ortodoxa, cujos esquemas teóricos compreendiam e interpretavam o social através de uma divisão mecânica entre os elementos da base (infraestrutura) e superestrutura, cuja prioridade direcionava-se a uma abordagem economicista determinante, para voltar-se para o campo da cultura³⁷, ampliando e incorporando temas como o espaço urbano, as mulheres, pobres, negros, índios e mesmo os trabalhadores em dimensões outras que não, exclusivamente, as econômicas produtivas.³⁸

Segundo, afastava-se das abordagens de cunho positivista que compreendem que o historiador deve manter uma neutralidade e conservar uma distância de segurança para garantir a qualidade dos resultados da investigação. O pesquisador se situaria, então, nessa perspectiva, como um agente externo, que observa e analisa a trama social de fora, e seus procedimentos nunca interviriam no decurso natural dos acontecimentos históricos. Os historiadores da História Social, ao contrário, reforçavam sua opção pela classe social composta por sujeitos cujas experiências não foram registradas pela produção histórica predominantemente consultada, sobretudo, no ensino de história. Procuravam enfrentar as consequências políticas de suas escolhas, situando-se no interior do processo social, também, como sujeitos históricos, assumindo posições e, assim, tornando visível que o social não é consolidado por homogeneidades e unicidades, mas por uma pluralidade de projetos e concepções de sociedade que são afinados com interesses divergentes e por muitas vezes, conflitantes entre si.

Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 31

³⁷ Torna-se importante situar que a História Social volta-se ao campo da cultura numa perspectiva adversa às abordagens que foram suscitadas pela História Cultural. Enquanto a abordagem desta se desenvolve em torno das mentalidades e das representações, a História Social comprehende a cultura como “campo privilegiado do sentido do viver”, como um processo social concreto que cria modos de vida diferentes e conflitantes, o que a constitui como um campo de lutas sociais e não como mero reflexo de uma base material. Não se trata, no entanto, de sair da base econômica para situar-se no extremo oposto, na superestrutura, e lá permanecer. Trata-se de compreender o homem na totalidade de seu ser, cujas determinações econômicas ou determinações culturais são insuficientes para essa compreensão. Cultura é pensada, nessa perspectiva, a partir do materialismo histórico cultural, conforme proposições da historiografia marxista inglesa.

³⁸ Ver discussão em: FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-91, dez. 1993.

Déa Fenelon, enquanto historiadora que vivenciou esse processo de transformação no social e na historiografia, nos dá a dimensão dos posicionamentos, embates e confrontamentos assumidos pela História Social no contexto brasileiro:

Há os que, reclamando uma postura teoria mais definida, nunca se questionam sobre as implicações políticas das concepções que assumem e, com isto, praticam uma história abstrata e intelectualizada [...]. Ao contrário disto, queremos dizer, que, se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na academia, é pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele.³⁹

Os historiadores vinculados às perspectivas da História Social escolheram, portanto, não de forma abstrata e apartada do processo social, abordar temas relacionados às experiências, vivências e cultura dos grupos populares⁴⁰. Tal opção é, antes de qualquer coisa, um posicionamento social e político, uma vez que a definição e escolha pelos grupos sociais populares não se desenvolve simplesmente pelo apreço e predileção pelas ações dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, enfim, dos que de alguma forma foram excluídos socialmente, mas, sobretudo, pelas relações que os colocam em conflitos e disputas com os grupos dominantes, os quais criaram condições históricas de dominação e desigualdade social. Suas escolhas têm a ver com as lutas que, enquanto historiadores e sujeitos sociais, assumem por um social compreendido de forma diversa ao sentido da unidade e da homogeneidade. Uma luta compromissada com o esforço de demonstração de um

³⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. Op. Cit. p. 74.

⁴⁰ Popular não é aqui tomado como um conceito estático, abstrato, elaborado previamente, sem correspondência dialógica com a realidade histórica. Por popular, entende-se a articulação de diferentes sujeitos que formam específicos grupos que, a partir das relações sociais historicamente vividas, produzem projetos divergentes em relação aos grupos que protagonizaram processos de dominação. Tais relações sociais nos remetem aos embates que se desenvolvem em torno da cultura, em termos de cultura popular e cultura dominante. No entanto, popular e cultura popular não é entendido como um campo soberano e autônomo, desarticulado das práticas sociais e culturais estabelecidas pelos grupos dominantes. “O essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a ‘cultura popular’ em tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante.” HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 241. Ver também: FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

social complexo, que abarca muitas histórias e, portanto, diferentes experiências e memórias.

A partir das problemáticas levantadas pela História Social, que se colocam como questões a serem consideradas pela produção historiográfica quanto às implicações sociais das concepções que assumem, as preocupações no campo da memória se desenvolveram no sentido de aproveitar, reorganizar ou, ainda, criar centros de documentação e memória que pudessem se debruçar sobre a organização e difusão de diferentes historicidades contra-hegemônicas. As práticas oficiais de preservação do passado no presente corporificaram uma única concepção de memória, sustentada por políticas de preservação (arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, feriados nacionais e concepções conservadoras de patrimônio e cultura) que puderam fazer triunfar os poderes instituídos e as histórias dos grupos que historicamente estiveram ligados ao poder. Contrapondo-se a tais práticas de organização da memória, muitos centros de documentação social constituíram acervos que pudessem referenciar as histórias e as memórias de diferentes grupos sociais, evidenciando, assim, as lutas que cotidianamente travavam, os projetos sociais que defendiam e as tensões que viviam em meio às relações estabelecidas. Rompendo com o suposto da sincronia, tais práticas de arquivamento, organização e interpretação de diferentes fontes documentais ligadas aos movimentos sociais sinalizavam que muitos/outros sujeitos eram também portadores e produtores de memória e que fazê-las visíveis socialmente implicava na renúncia de um pensamento tranquilizador e unívoco sobre o social. A compreensão de memórias, no plural, significava trazer para o centro das discussões a diversidade e a pluralidade atravessadas por reais dissensões. Significava, ainda, empreender “um olhar político”⁴¹ que pudesse lançar outras luzes sobre o passado, descobrindo outros sentidos históricos e propondo outras perspectivas e outras organizações sociais que não foram consolidadas historicamente. Nesse sentido, foram sendo constituídas redes de articulação – aqui compreendidas a partir das inter-relações estabelecidas entre os intelectuais ligados à História Social, os militantes e as diferentes práticas arquivísticas (universitárias, sindicais e populares que foram se constituindo) – em torno da preservação

⁴¹ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. Cit. p. 55-63.

documental e, portanto, da circulação histórica das experiências e lutas dos grupos sociais não dominantes.

Com esses encaminhamentos, o arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp (1974), foi o primeiro arquivo de história social brasileiro a ser constituído. Em sua proposta inicialmente formulada, o arquivo, composto por coleções de periódicos, livros, folhetos e outros documentos que pertenceram ao militante anarquista Edgar Leuenroth, referenciava a história do movimento operário e as atuações da esquerda no país. Com a ampliação das reflexões em torno do campo da cultura, movimento historiográfico associado às transformações ocorridas nas abordagens da história social, a política de arquivos de história social sofreu significativas alterações que foram acompanhadas pelo arquivo Edgar Leuenroth. A partir da década de 1980, foram, então, reunidas diferentes fontes documentais para organizarem coleções sobre a memória dos novos movimentos sociais (feminista, estudantil, negro, etc.), dos movimentos que surgiram durante a ditadura militar e da repressão política sofrida no período. Os acervos constituídos faziam surgir histórias e memórias que foram silenciadas historicamente, bem como grupos e projetos sociais que foram brutalmente combatidos e infamados socialmente.⁴²

Por essa mesma transformação passava o CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica – vinculado à PUC/SP, criado em 1980. Acompanhando as mudanças nas abordagens historiográficas e no programa de pós-graduação em História da universidade, que realinhou o mestrado em nova área de concentração – a História Social –, cujo eixo temático configurou-se em História e Cultura que se desdobra em três linhas de pesquisa – Cultura e Cidade, Cultura e Trabalho e Cultura e Representações –, em 1986, o CEDIC acabou por redefinir seu perfil de atuação, passando a dedicar-se a reunir, tratar e disponibilizar para a

⁴² Sobre o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) ver: ZANATTA, Elaine Marques. Arquivo Edgard Leuenroth: do documento ao conhecimento. A construção do arquivo dos trabalhadores. In: MARQUES, Antônio José et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos trabalhadores, 2010. p. 211-224; BATALHA, Cláudio H. M.; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. Op. Cit. p. 65-77.

sociedade conjuntos de fontes documentais ligados aos movimentos sociais, aos movimentos de educação, à cultura, à cidade.⁴³

A partir das relações estabelecidas entre os intelectuais situados nas universidades e os movimentos sociais, foi criado, também na década de 1980, o Centro de Documentação Popular (CDP), hoje constituído em acervo sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU). Através da atuação de grupos de professores e alunos da universidade, foi constituído um acervo documental voltado à preservação e disseminação das histórias dos diferentes movimentos sociais populares vinculados à cidade de Uberlândia. Numa intensa articulação promovida pelas redes estabelecidas em torno da memória popular, o CDP mantinha contato com diferentes centros de documentação e memória social estabelecidos em todo o país, trocando experiências e fazendo circular materiais de naturezas diversas.⁴⁴

Também os sindicatos de diferentes categorias – que em suas atuações políticas acumularam fontes documentais variadas (boletins, informativos, cartazes, periódicos, cartas de trabalhadores, processos trabalhistas, laudos médicos, dentre outros) – atentaram para a importância da constituição dos arquivos operários e para a circulação das informações relativas às lutas dos trabalhadores no país. Ainda em 1980, foi criado, em São Paulo, o Centro de Memória Sindical – uma instituição intersindical que congregou documentos sobre as lutas, sobre as dificuldades e também sobre as conquistas dos trabalhadores brasileiros⁴⁵, dentre eles, os metalúrgicos e eletricitários de São Paulo.

Na década seguinte, foi a vez da CUT (Central Única dos Trabalhadores) a lançar o CEDOC – Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT –, que

⁴³ A respeito da constituição do CEDIC, de suas transformações e organização de diferentes acervos, ver: ANDRADE, Ana Célia Navarro de. O mundo dos trabalhadores no acervo do CEDIC/PUC-SP. In: MARQUES Antônio José. et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Op. Cit. p.191-200.

⁴⁴ Para compreensão do processo de constituição do CDP/UFU, sua organização e posterior dissolução nos anos de 1990, ver: ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). 2008. Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Sobre as redes às quais o CDP se articulava, ver: _____. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta*. (Uberlândia – MG, anos 1980). 2011. 265 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

⁴⁵ Para acesso ao arquivo do Centro de Memória Sindical e compreensão do seu acervo documental, ver: <http://www.memoriasindical.com.br/materias.php?cd_secao=11&codant=&friurl=_O-Centro-_#.UaVDRkA3tKU>. Acesso em: 28 mai. 2013.

articulou documentação variada que foi sendo constituída e armazenada ao longo dos históricos embates travados pelo sindicato e seus filiados. Dentre eles, o Sindicato dos Químicos de São Paulo – ao qual é integrada a categoria dos trabalhadores da Nitro Química – também reuniu e organizou documentos diversos que foram constituídos a partir das relações contraditórias estabelecidas entre trabalhadores e empregadores no decorrer do processo industrial brasileiro.

Nesse movimento de memória, as Comunidades Eclesiais de Base e suas pastorais e as associações de moradores também desempenharam papel importante, na medida em que, inserindo-se na luta por melhores condições de vida na cidade – cuja opção era pelos pobres e pelos moradores dos bairros, ou seja, pelos trabalhadores em espaços fora da fábrica –, produziram vestígios documentais reveladores sobre os movimentos desenvolvidos pelos próprios grupos populares em seus anseios, organizações e lutas. Os registros das lutas por emprego, saúde pública, habitação, ensino, água, luz – abaixo-assinados, atas, panfletos, cartazes, periódicos, cartas abertas, relatórios, moções, circulares, anotações – compunham, junto aos diferentes centros de documentação e comunicação popular estabelecidos pelo país, uma memória que se queria disseminada socialmente e historicamente, para o fortalecimento de perspectivas contra-hegemônicas de organização social.

No interior da rede de articulação e comunicação social que então se estabelecia, o sentido da preservação documental constituía-se em pilar fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos centros de documentação e memória social⁴⁶. Entretanto, a proposta de tais organizações, sobretudo das instituições sindicais, não se limitava simplesmente ao armazenamento de fontes documentais diversas. Este aspecto deveria ser associado e sucedido pela divulgação e difusão das memórias dos trabalhadores e de tantos outros sujeitos sociais, a fim de que pudessem servir de instrumento de transformação e apoio às lutas socialmente empreendidas.

Dessa forma, a preservação e organização documental não estavam em descompasso ao sentido da informação/formação que poderiam ser efetivadas

⁴⁶ Alguns outros centros de documentação e memória social que se tem registro são: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC), Centro Pastoral Vergueiro (CPV) – todos localizados em São Paulo – e Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), situado em Belo Horizonte.

através da memória. As histórias e memórias conservadas por diferentes suportes documentais cumpririam o duplo sentido. Primeiro, o de informar os trabalhadores, tanto os situados no presente quanto os localizados em temporalidades futuras, sobre as lutas cotidianas desenvolvidas por sujeitos que vivenciaram e vivenciam experiências sociais semelhantes que os aproximam – tanto no interior do espaço em que se desenvolvem as relações de trabalho como fora dele, enquanto moradores dos bairros e enquanto pessoas pobres da cidade. Segundo, poderia, ainda, atuar no sentido de formação ou de fortalecimento da organização da classe trabalhadora⁴⁷, entendida como articulação de sujeitos que se relacionam e lutam contra os interesses de outros grupos cujas experiências sociais e de trabalho, ou seja, de vivência na cidade são diferentes e opostas às suas.⁴⁸

As associações entre memória e classe social, se reduzidas e subjugadas aos valores das unicidades e identidades homogêneas, perdem as relações humanas sociais que ocupam a centralidade do processo histórico, ainda que no âmbito das interpretações da história social. Não se trata de compreender a classe trabalhadora como um bloco coeso e unívoco, fechado em si mesmo, constituído a partir de uma memória. Pensar a organização da classe trabalhadora pela memória é pensar na

⁴⁷ Portelli, a partir das reflexões produzidas em “Memória e Globalização: a luta contra o fechamento da Thyssen-Krupp em Terni, 2004-2005”, nos dá indícios sobre as articulações classistas que a memória pode constituir. Quando, em 2004, os trabalhadores da multinacional alemã Thyssen-Krupp, situada em território italiano, foram informados sobre a efetivação de um corte na produção, o qual originaria pelo menos 900 demissões, eles redimensionaram os acontecimentos passados, de 1953, que corresponderam ao momento histórico em que milhares de operários, a partir das demissões também efetuadas pela empresa naquele ano, articularam-se e organizaram lutas e confrontamentos diante dos interesses do capital e da empresa. As ações situadas em 1953, registradas a partir de suportes variados, referenciaram as oposições e as lutas no presente vivido em 2004. As referências de classe foram sendo constituídas historicamente, através das experiências que marcaram sujeitos que vivenciaram processos temporalmente diferentes, porém semelhantes em sua essência, recuperados através das articulações da memória. PORTELLI, Alessandro. Memória e Globalização: a luta contra o fechamento da Thyssen-Krupp em Terni, 2004-2005. In: BOSI, Antônio de Pádua; VERUSSA, Rinaldo José (Orgs.). *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 19-35.

Os centros de documentação e memória sociais, através da preservação documental, poderiam articular os trabalhadores em temporalidades futuras, dando continuidade ao projeto de sociedade que se pretende mais justo e com condições de igualdade para os diferentes sujeitos.

⁴⁸ Thompson, na “Formação da classe operária inglesa”, faz algumas considerações importantes sobre o conceito de classe: “*Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus*”. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-10.

confluência de diferentes experiências que emergem das relações sociais – vividas por diferentes homens e mulheres, em diferentes localidades e temporalidades – que se encontram para constituírem uma força social capaz de se contrapor aos interesses e projetos dos grupos dominantes que se relacionam. As memórias dos trabalhadores, que se constituem em amalgamas de relações, registradas e acessadas através dos centros de documentação e memória social, podem contribuir para a formação e a movimentação dessa força que é a classe social. Daí a importância de se pensar a memória como importante espaço da luta social e política, como campo de conflitos, disputas e de embates entre as classes sociais.

A partir da década de 1970, surge um novo elemento de especial importância a dar suporte à tríade preservação/informação/formação (pensada a partir da experiência de classe, no interior de um projeto que tem a memória como campo privilegiado de atuação política) – a construção de documentação oral, processada através de entrevistas. Junto aos centros de documentação, pesquisa e memória foram constituídos programas de história oral, cuja finalidade era gravar as narrativas de diferentes pessoas, a serem disponibilizadas como fontes de pesquisa na modalidade sonora (áudio das gravações) e escrita, através da transcrição das entrevistas.

O primeiro programa de história oral a ser implementado no Brasil, em 1975, foi o do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com uma proposta que se fundamentava em um posicionamento político divergente àqueles anunciados e desenvolvidos pelos centros de documentação e memória social, o CPDOC se dispõe, inicialmente, a desenvolver um projeto específico de história oral – investigar e registrar a trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras, ou seja, dos homens públicos que se destacaram na história recente do país, sobretudo, daqueles que se engajaram na política brasileira a partir do evento da Revolução de 1930.

Posteriormente, a partir da segunda metade dos anos de 1980, o programa de história oral do CPDOC direcionou-se à organização de acervos orais a serem constituídos a partir das demandas apresentadas pelas empresas – movimento que articulou, com outras instituições e intelectuais, toda uma rede estabelecida em torno da memória empresarial na contemporaneidade. Nesse novo caminho que se abria,

o CPDOC realizou trabalhos para agências públicas como a Petrobrás, Eletrobrás, Banco Central e BNDES. A parceria visava à organização de um acervo documental a ser constituído a partir dos depoimentos de técnicos, gerentes e políticos envolvidos com as organizações empresariais.

Nos últimos tempos, o Programa de História Oral do CPDOC, tem-se voltado para os aspectos político do golpe militar de 1964, procurando recuperar, através da coleta de diferentes depoimentos, a trajetória de militares, políticos, tecnocratas e mesmo das lideranças estudantis.⁴⁹

Ainda que fortemente vinculado à teoria da história política, numa perspectiva tradicional, o CPDOC foi uma instituição importantíssima para o desenvolvimento da metodologia da história oral no Brasil, nas suas diferentes concepções. A partir das metodologias de gravação, tratamento e transcrição de entrevistas que implementou⁵⁰, desenvolveram-se outros tantos programas e iniciativas de história oral no Brasil, com procedimentos teórico-metodológicos, posicionamentos políticos e objetivos diferentes.

No âmbito da memória dos movimentos sociais, a fonte oral constituiu-se em importante instrumento de luta, na medida em que alcançava múltiplas histórias e memórias, narradas por diferentes sujeitos (não integrantes da elite política do país) que vivenciavam relações e experiências sociais específicas, e sua incorporação satisfez ao imperativo de elaboração, e, ainda, diversificação das fontes documentais provenientes dos grupos e movimentos sociais contemporâneos, cujo analfabetismo era uma realidade social comprometedora. Homens e mulheres, interlocutores da história social, que não tinham o domínio da linguagem escrita formal, viram a possibilidade de suas histórias e memórias serem preservadas através de registro documental.

Por meio da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, durante a gestão da Professora Marilena Chauí, o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH-SP), então coordenado pela Professora Déa Ribeiro Fenelon, na administração municipal de Luisa Erundina, no período de 1989/1992, realizou uma

⁴⁹ Sobre as transformações e encaminhamento de pesquisa do CPDOC, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____. (Org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994. p. VII-XI.

⁵⁰ Sobre a metodologia do CPDOC, ver: ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

importante experiência, com orientação da Professora Maria Célia Paoli, de registro de histórias e memórias de diferentes grupos ligados aos movimentos sociais.⁵¹ O compromisso social e político de tais intelectuais ligados à História Social era com a transformação da sociedade, situando a memória como campo privilegiado de suas atuações – o que os colocava em diálogo com a rede de memória que se estabelecia pelo país em torno dos movimentos sociais.

Foram produzidas entrevistas, constituídas a partir da ação conjunta e dialógica do historiador e dos sujeitos sociais envolvidos no projeto, que, gravadas e transcritas, tornar-se-iam importantes documentos, capazes de trazer para a discussão histórica outras historicidades, alicerçadas nas experiências dos diferentes sujeitos que tiveram suas ações atenuadas perante a história, perante a memória socialmente constituída, e mesmo pelas abordagens promovidas por determinadas correntes historiográficas. O projeto do DPH recuperou e registrou aspectos relacionados às lutas empreendidas pelos trabalhadores urbanos de São Paulo. Desenvolveu trabalhos de entrevistas junto ao movimento do Sindicato dos Trabalhadores de Cimento, Cal e Gesso de Perus⁵² e também com os trabalhadores aposentados do Sindicato de Fiação e Tecelagem do estado. Conversou, ainda, com os participantes do Movimento de Saúde da zona leste de São Paulo e com os integrantes de alguns Movimentos por Moradia, da zona sul paulista, inscrevendo suas narrativas em diferentes suportes documentais.

No interior da rede de memória dos movimentos sociais, também o CEDIC da PUC/SP, o Arquivo Edgard Leuenroth, o Centro Pastoral Vergueiro, dentre outros centros de documentação, pesquisa e memória social, estruturaram programas de documentação oral, registrando e fomentando acervos compostos por narrativas de militantes da esquerda, presos políticos, estudantes, mulheres, trabalhadores, enfim,

⁵¹ Torna-se importante esclarecer que tal política de preservação desenvolvida pelo poder público municipal se dá numa gestão em que a esquerda, através do Partido dos Trabalhadores (PT), assume o poder na cidade de São Paulo. A associação entre forças políticas opositoras com intelectuais de diferentes campos do saber – profissionais pesquisadores, também historiadores, comprometidos com a diversidade social e atentos às consequências políticas de seus trabalhos – foi capaz de produzir uma proposta de preservação documental e patrimonial que caminhava na contramão das práticas normalmente implementadas pelos órgãos governamentais, comumente afeitos às histórias dos grupos que compõem a história oficial. Ver: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *Revista do Arquivo Municipal. Memória e ação cultural*, n. 200. São Paulo, DPH, 1991.

⁵² Perus é um bairro localizado na periferia de São Paulo, onde se localizava a Fábrica de Cimento Perus Portland. Os trabalhadores dessa fábrica empreenderam uma greve histórica que durou sete anos – de 1962 a 1969, no período da ditadura militar no Brasil.

de diferentes sujeitos situados fora da esfera oficial de preservação, porém partes integrantes da difícil realidade capitalista.

Essas iniciativas de constituição de espaços destinados a conservar e tornar acessível, em diferentes temporalidades, fontes documentais produzidas a partir de diversas linguagens para referenciar a história dos sujeitos integrantes dos movimentos sociais, não tinha como objetivo substituir as versões oficiais dominantes, revertendo-as ao anonimato antes ocupado por tais movimentos. O que levantavam eram questionamentos e problematizações que nos pudessem fazer refletir sobre os direcionamentos da história: “tem, pois, a história um sentido? E existe um sentido da história?”⁵³. Podemos pensar em um sentido único da história ou em sentidos que lhe são atribuídos ante os projetos políticos e as relações sociais estabelecidas?

É a partir de tais interpelações, que produzem muito mais reflexões que respostas propriamente ditas, que o DPH, ainda coordenado por intelectuais ligados à gestão petista em São Paulo, desenvolveu o projeto “Pátria Amada Esquartejada”. Por ocasião da comemoração dos “descobrimentos” da América, o projeto foi elaborado para evidenciar e reforçar questões/problemas que causavam incômodo social, e que, se desenvolvidas, através do diálogo entre os diferentes sujeitos sociais, poderiam interferir no suposto percurso linear progressista da história⁵⁴.

Com uma proposta divergente às iniciativas solenes de comemorações projetadas para o Brasil, em 1992, os pesquisadores envolvidos no projeto elaboraram um material – constituído a partir da conversação com os diferentes movimentos sociais da cidade – que se fazia questionador da celebração dessa memória oficial: que história estamos celebrando? Ela nos remete para onde? Para qual passado? Para quais experiências? Seria esse o único sentido possível para a

⁵³ Em *História e memória*, Le Goff destaca que, ao conceito de história, é colocado, hoje, um problema (que se soma a outros cinco apresentados pelo autor). A dialética da história, situada na oposição e/ou diálogo entre presente/passado e passado/presente, “em geral, não é uma oposição neutra, mas subentende, ou exprime um sentido de atribuição de valores, como por exemplo, nos pares antigo/moderno, progresso/revolução”, e acrescentamos memória/esquecimento, visibilidade/ocultação. Na história, o que se lembra e o que se esquece socialmente não é algo casual ou natural, mas envolvem construções de memória que dão determinado sentido ao processo histórico, eliminando outras possibilidades, outras histórias, outros sentidos. Portanto, não é possível pensar em uma memória social absoluta sem levar em consideração as escolhas que envolvem a sua constituição. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). p. 7-8.

⁵⁴ Ver livro: MACIEL, Laura Antunes; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *Pátria amada esquartejada*. São Paulo: DPH/Imprensa Oficial do Estado, 1992.

história? Foi esse sentido que, de forma autônoma e independente das relações sociais, se desenvolveu, com exclusividade, na história, ou fomos nós, ou melhor, alguns de nós, que o escolhemos?

Dentre as atividades que articulavam o programa, foram realizadas exposições de rua constituídas por painéis organizados a partir do diálogo entre a linguagem escrita e imagética. O painel de abertura da exposição, denominado “Tiradentes Esquartejado”, abria para um diálogo que procurava estimular a reflexão histórica em outras possibilidades de desenvolvimento e interpretação. Contrapondo-se à imagem que tradicionalmente aparece nos manuais didáticos de história, na qual Tiradentes aparece de corpo inteiro, de vestes brancas e longas, com ar de tranquilidade e serenidade, o painel que abria a exposição trazia a imagem de pedaços de um corpo humano, chamando atenção para outras perspectivas e outras possibilidades interpretativas para o processo histórico. A escolha dessa imagem em detrimento da outra não está dissociada das perguntas que os historiadores, em suas concepções e práticas, lançam sobre o passado. Perguntas diferentes produzem conhecimentos também diferentes que podem modificar o sentido da história.⁵⁵ Que passado se quer vivo no presente com a veiculação e memorização de uma imagem que acaba por negar a violência do enforcamento e do esquartejamento de Tiradentes? Optar por uma representação alternativa que põe em foco o esquartejamento, compreendido como resultado das relações sociais estabelecidas na época dos acontecimentos, significa desvincilar-se das interpretações factuais que absolutizam a história em uma sucessão de

⁵⁵ No texto “A lógica histórica”, Thompson sinaliza que cada geração, a partir de suas preocupações, formula perguntas diferentes às evidências históricas, podendo, portanto, chegar a resultados também diferentes e até divergentes de geração para geração. Compreendo que essa diversidade interpretativa também se desenvolve no interior de uma mesma geração. Situados em uma mesma temporalidade, historiadores, pesquisadores e qualquer pessoa interessada pelos movimentos da história podem produzir conhecimentos diferentes, uma vez que as inquietações que dão suporte à formulação de suas questões são também diferentes. Ao abordar uma mesma temática, as produções filmicas de Claude Lanzmann, *Shoah*, de 1985, e de Steven Spielberg, *A Lista de Schindler*, de 1993, produzem significações diferentes sobre o Holocausto. Beatriz Sarlo, em suas considerações sobre cinema, literatura e história, comprehende que a diferença entre as duas produções situa-se nas diferentes perguntas que foram formuladas por seus produtores. “*Lanzmann, à diferença de Spielberg, fez certas perguntas que estiveram muito longe do roteiro e da filmagem de A Lista de Schindler*”. As perguntas projetadas pelo diretor Lanzmann faz com que “*Shoah não empreenda um movimento apenas reconstrutivo, mas também prospectivo*”. No projeto Pátria Amada Esquartejada, as perguntas elaboradas procuravam empreender esse movimento prospectivo, sinalizando para outras possibilidades históricas. THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. Cit. p. 42-43.

acontecimentos autônomos, considerados em si mesmos, de forma independente aos projetos e interesses políticos que estão em jogo nas diferentes conjunturas históricas. Significa retomar, prospectivamente, diferentes valores e projetos sociais que, no passado, foram defendidos por uns e atacados com veemência por outros. Significa, enfim, recuperar o movimento histórico em toda sua pluralidade e diversidade.

Em consonância com as abordagens da história social e das práticas de memória empreendidas pelos centros de documentação, pesquisa e memória dos movimentos sociais (sindicais, populares e universitários), o mote do esquartejamento constituiu-se em oportunidade de reflexão sobre o processo de dominação social que se estende, também, sobre o campo da memória. Existem histórias que não são contadas, perspectivas que não são registradas e que não se desenvolvem como explicação histórica.

Tais inquietações levaram-nos a compreender que a memória é, antes de tudo, um fenômeno de construção, a partir do qual histórias são elaboradas e também reelaboradas, desdobrando-se em várias frentes de atuação. Os encaminhamentos daí decorrentes situaram a memória como uma das principais preocupações – em termos sociais, culturais e políticos – dos grupos sociais contemporâneos, sobretudo, a partir do processo de redemocratização do país, ampliando, sobremaneira, as possibilidades de atuação profissional dos historiadores e de diferentes especialistas envolvidos na preservação de fontes documentais. Para além do universo acadêmico, dos museus, bibliotecas e espaços culturais, a confluência de interesses sociais demarcou a memória não somente como demanda dos movimentos sociais, mas também de diferentes instituições empresariais.

1.1 – Quando as empresas entram em cena: história e memória

O maior desafio da História Social no campo da memória, a partir dos anos de 1980, era o de superar as compreensões que estabeleciam grupos dominantes, políticos e econômicos da sociedade como protagonistas essenciais da história. As interpretações que produziam buscavam traçar caminhos que viabilizasse a democratização da história e da memória, desenvolvendo procedimentos que pudessem evidenciar uma história multifacetada, envolvida pelas experiências de diferentes sujeitos sociais – o que cooperaria, em termos concretos, com o projeto contra-hegemônico de intervenção e transformação da sociedade.

Nesse sentido, as questões que colocaram – as quais estão profundamente relacionadas aos movimentos historiográficos que, com suas abordagens, deslocaram os esquemas tradicionais de interpretação da história – contribuíram para uma significativa diversificação da memória, que se concretizou, principalmente, através da criação e sistematização de diferentes centros de documentação e memória social – constituídos no interior da luta estabelecida pelos movimentos sociais em diálogo com diferentes agentes sociais, dentre eles, os intelectuais ligados à História Social.

A conservação documental já não era mais uma prerrogativa somente das elites e do Estado, mas também um direito que se estendia a um número cada vez maior de pessoas portadoras de diferentes histórias e memórias. Tais desdobramentos propiciaram, perante as lutas e embates travados no social, um considerável desenvolvimento da história dos trabalhadores, baseada na conservação e organização de diferentes fontes documentais que foram reunidas pelos movimentos sociais, pelos centros de documentação e memória popular, pelas universidades e também pelas instituições sindicais, as quais participaram ativamente tanto nos movimentos de luta empreendidos pelos trabalhadores, quanto na produção de materiais de diferentes tipologias documentais (cartazes, jornais, boletins, atas, panfletos, informativos, etc.).

No entanto, a consolidação das perspectivas e propostas de trabalho da História Social – que são, também, propostas de luta política que se articulam aos projetos e concepções contestadoras da ordem capitalista – acabou por gerar um movimento contraditório que possibilitou o desenvolvimento não somente da história dos trabalhadores, apresentada, sobretudo, a partir das desigualdades sociais e

lutas historicamente empreendidas. A memória, no âmbito das relações de trabalho, fora também recuperada por diferentes instituições empresariais, dos mais variados ramos de atividade profissional, que despertaram para a possibilidade de contarem e, mais ainda, de recontarem suas histórias, reelaboradas a partir da organização de projetos de memória, desenvolvidos em centros de documentação e memória empresarial.

Nesse movimento, em 1984, no edifício-sede da Organização Odebrecht, em Salvador, foi lançado o Núcleo de Cultura e Memória Odebrecht.⁵⁶ Com o propósito de registrar, preservar e disseminar a história da empresa, foram reunidas, organizadas e articuladas diferentes fontes documentais, as quais foram selecionadas para comporem uma determinada historicidade da empresa.

O Núcleo conta com uma exposição iconográfica permanente que reúne painéis, fotografias, medalhas, troféus, vídeos e diferentes documentos considerados parte da história da empresa e, portanto, com capacidade de evidenciação de sua história. Através da organização de uma linha do tempo, a história da empresa é contada a partir de uma sucessão cronológica linear, de forma a demonstrar os fatos históricos e as atuações da organização no tempo, sobretudo, através da história do fundador da empresa e de seus familiares.

O Núcleo de memória da empresa conta, hoje, com espaço virtual, que torna seus conteúdos e valores acessíveis, mesmo para aqueles que não podem visitar sua sede em Salvador. Aliás, esta tem sido uma das grandes preocupações da memória empresarial: divulgar suas informações e conhecimentos produzidos não somente em âmbito local (limitado à localização do arquivo, exposição ou centro de memória), mas suscitar uma expressiva democratização da informação, promovendo sua acessibilidade em ambientes virtuais.

⁵⁶ A empresa Odebrecht atua, principalmente, no segmento de engenharia e construção, perfuração de poços de petróleo, cultivo de eucaliptos para produção de papel e celulose, ramo químico e petroquímico, produção de etanol e álcool, dentre outras atividades. O Núcleo de Cultura e Memória da empresa possui uma exposição que conta a história da organização. A visitação é disponibilizada através do endereço: <<http://www.odebrecht.com/culturaodebrecht/>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

História Linha do Tempo

Os principais projetos e acontecimentos da **história** da Odebrecht encontram-se representados nessa linha de tempo, que se estende de 1850 até a atualidade. A viagem começa com a chegada do primeiro Odebrecht ao Brasil. Conta a trajetória de uma pequena empresa, que **se consolidou no Brasil, se diversificou** assumindo status de Organização e alcançou cinco continentes.

Conheça a história de mais de seis décadas de atuação da Organização Odebrecht.



Imagens 01 e 02: Linha do tempo projetada para contar a história da empresa Odebrecht, disponibilizada no site da Companhia e ambiente em que se inicia a visita virtual do Núcleo de Cultura e Memória Odebrecht.



Imagens 03 e 04: Demais ambientes projetados para contar a história da Odebrecht, disponibilizados para visita virtual: <<http://www.odebrecht.com/culturaodebrecht/>>. Acesso em: 17 jul. 2012.⁵⁷

Ainda nos anos de 1980, foi criado o Centro de Documentação e Memória da Klabin⁵⁸ (1989), o qual reuniu, catalogou e disseminou diferentes fontes documentais, que, ainda hoje, compõem um vasto acervo formado por documentos textuais, depoimentos, imagens, peças audiovisuais, livros e objetos considerados museológicos. Assim como o Núcleo de Cultura e Memória Odebrecht, a história da empresa Klabin é organizada em uma linha do tempo, que se inicia em 1889, com a

⁵⁷ As imagens estão aqui apresentadas de acordo com a lógica traçada pela memória da empresa: a evidenciação de uma linha do tempo em que parte das ações passadas do fundador para se chegar à empresa na atualidade.

⁵⁸ Produtora, exportadora e recicladora de papéis, atuando no Brasil e na América Latina. Algumas informações sobre o programa de memória da empresa estão disponíveis em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/aklabin/centro-de-memoria.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

chegada de Maurício Freeman Klabin, seu fundador, no Brasil, desenvolvendo-se historicamente, década a década, até os dias atuais.



História

Em mais de cem anos de história, a Klabin já passou por diversas transformações e inúmeras conquistas. Nesta seção da web, descrevemos os principais fatos marcantes ligados à Klabin S.A. Uma empresa que, desde a chegada de seus fundadores ao Brasil, acredita e investe no futuro, com foco no desenvolvimento sustentável.

1887
Chegada de Mauricio Freeman Klabin ao Brasil.

1890
Mauricio Klabin trabalha em uma tipografia no centro de São Paulo (SP), a qual arrenda, criando a empresa M.P. Klabin e Irmão. Além de tipografia, o estabelecimento era uma casa importadora de artigos para escritório.

1899
Fundação da Klabin Irmãos e Cia. (KIC), por Mauricio Klabin, seus irmãos Salomão Klabin e Hessel Klabin, e seu primo Miguel Lafer. A empresa importa produtos de papelaria e produz artigos para escritórios, comércios, repartições públicas e bancos.

1902
Família Klabin-Lafer entrou no setor de produção de papel ao arrendar a Fábrica de Papel Paulista, na vila de Salto de Itu.

1909
Constituição da Companhia Fabricadora de Papel (CFP) para KIC e outros acionistas. A fábrica iniciou seu funcionamento no ano de 1914.

1920
Instalação do escritório da Klabin Irmãos e Cia. no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

1924
A Klabin é considerada uma das três maiores produtoras do setor papereiro nacional.

1929
É constituída a Sociedade Anônima Jardim Europa em São Paulo, como filial da Klabin.

2005
Klabin recebeu a certificação Forest Stewardship Council® para suas florestas em Santa Catarina. Nesse ano, acontece ainda a conquista da certificação FSC® para a cadeia de custódia de papelcartão e kraftliner no Paraná, sendo a única empresa do mundo a receber tal selo. É também inaugurado o projeto Plasma, a primeira unidade do mundo para reciclagem de embalagens longa vida.

2006
Conquista do selo FSC® para a produção de papéis, sacos industriais, papelcartão e kraftliner em diversas unidades. Foi a primeira no Brasil a obter essa certificação em embalagem papelcartão. O selo garante a rastreabilidade das matérias-primas em toda a cadeia produtiva.

2007
Conquista do selo FSC® para a produção de papéis reciclados e embalagens de papelão ondulado em oito unidades. Lançamento da nova máquina de embalagem ondulado resistente. Conquista do selo FSC® para papel reciclado em três unidades e para papelão ondulado em quatro unidades. Lançamento do Programa Caubí de Educação Ambiental em Santa Catarina.

2008
Inauguração do Projeto de Expansão MA-1100, com isso, a Unidade Monte Alegre ocupa a posição entre as maiores fábricas de papel do mundo e a Klabin entra entre os seis maiores fabricantes globais de cartões de fibras virgens. Nova máquina de papel dupla a produção de papelcartão em um processo caracterizado por iniciativas de eficiência energética e ambiental. A capacidade da fábrica foi elevada para 1,1 milhão de toneladas/ano.

2009
Uma nova tecnologia que garante fechamento seguro e eficiente dos sacos industriais é lançada em Lages (SC). Criação e participação no Programa de Desenvolvimento de Telêmaco Borba e região com base na diversificação da indústria madeireira, com diversas parcerias locais e estaduais.

2011
Aquisição de terras para construção de uma fábrica de celulose de pinus e eucalipto no Paraná. Instalação de nova caldeira de biomassa em Otacílio Costa (SC) para redução nas emissões de gases de efeito estufa e do consumo de óleo combustível. Estruturação do Comitê de Sustentabilidade. Conclusão da linha de alta-tensão em Monte Alegre (PR) que aumenta a estabilidade no fornecimento de energia.

2012
Anunciado investimento de R\$ 220 milhões em nova máquina de sackraft em Correia Pinto, (SC) com capacidade de 80 mil toneladas/ano, que será concluída em 2013.

2013
A Klabin continua trabalhando para que essa linha do tempo receba novas atualizações em breve. Continue acompanhando por aqui nossos próximos passos.

Imagens 05 e 06: História da Klabin, organizada a partir da linha do tempo. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/paginas/historia>>. Acesso em: 30 maio 2013.

Seguindo esse rastro de práticas empresariais de memória, em 1993, instalou-se o Centro de Memória da Sadia.⁵⁹ A concepção de memória da empresa foi constituída, principalmente, em duas frentes de atuação: acervo histórico organizado a partir de documentação variada e espaço museológico denominado “Memorial Attílio Fontana”, inaugurado em 2000, que reúne elementos para contar a história da empresa a partir da atuação de seu diretor e fundador. O memorial, que se situa em uma antiga residência dos Fontana, em Concórdia – SC, promove visitas monitoradas ao acervo constituído por maquinários antigos da indústria, fotografias, objetos pessoais e de trabalho de Attílio Fontana, quadros, dentre outros elementos históricos que procuram referenciar a cultura, através da produção de específicos conhecimentos e saberes. No acervo histórico, a linha do tempo compõe uma determinada historicidade que procura evidenciar o desenvolvimento da empresa, que parte de um pequeno empreendimento situado na região de Santa Catarina, na década de 1940, para se tornar uma das maiores indústrias de alimentos industrializados nos anos 2000. A linha do tempo pode ser acessada pelo

⁵⁹ Indústria de alimentos frigoríficos. A história da empresa é acessada através do Memorial Attílio Fontana, fundador da empresa: <<http://www.memorialattiliofontana.com.br/>>. Acesso em 20 jul. 2012.

site da empresa e visitas virtuais podem ser realizadas através do portal Memorial Attílio Fontana.



Imagens: 07 e 08: Linha do tempo – história da Sadia; e gabinete de trabalho de Attílio Fontana – ambiente integrante da exposição situada no Memorial Attílio Fontana. Linha do tempo disponível em: <<http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/linha-do-tempo.jsp>> e fotografia do gabinete disponível no endereço: <<http://www.memorialattiliofontana.com.br/gabinete.php>>. Acesso em: 30 maio 2013.

Em 1994, foi a vez da empresa Bunge⁶⁰, através da implementação do Centro de Memória Bunge, que se localiza no Centro Empresarial de São Paulo (CENESP). Seu acervo é composto por fotografias, gravuras, pinturas, mapas, cartazes, filmes, correspondências, medalhas, troféus e documentos variados. A sistematização de sua memória institucional compreendeu, ao longo dos anos, uma atuação que extrapolou o sentido inicial da preservação documental, alcançando atividades direcionadas ao campo da cultura e do patrimônio histórico. Suas incursões históricas procuravam colocar à disposição da sociedade não só a história das empresas Bunge, como também do processo de industrialização brasileiro, no qual se inseriu, legitimando a relação empresa/sociedade.

⁶⁰ Empresa do ramo do agronegócio e alimentos. Endereço para consulta do acervo documental da empresa: <<http://www.fundacaobunge.org.br/linhas-de-atuacao/preservacao-da-memoria/centro-de-memoria-bunge/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.



Imagens 09 e 10: História da Bunge e visita de Getúlio Vargas à fiação santista da empresa. Acervo documental e linha do tempo, ambos disponíveis no site da empresa.

O Centro de Memória da empresa Bosch⁶¹ foi criado em 2003. O acervo comprehende documentos de naturezas variadas, como iconográficos, textuais e história oral, que procuram revelar a história e memória do grupo Bosch no Brasil. A linha do tempo elaborada pela empresa é composta por imagens e fotos que foram selecionadas para demonstrar o processo evolutivo vivido pela empresa em consonância com o progresso de um Brasil marcadamente capitalista. Os conhecimentos que produz procuram se relacionar à atuação de Roberto Bosch e seu comprometimento não só com a empresa, como também com a formação e preservação de um patrimônio histórico-cultural.



Minha história começou na Bosch aos 14 anos como menor aprendiz (guarda-mirim). Em fevereiro de 1995 fui contratada como funcionária da Bosch, que para mim foi um motivo de alegria e orgulho. A primeira seção que comecei a trabalhar foi na embalagem de peças técnicas (almoxarifado), depois na produção do CRI, na montagem da bomba UP e agora no almoxarifado. Durante estes 16 anos trabalhando na Bosch Curitiba, conheci meu marido Ézio Borges, casamos e temos um filho que se chama Enzo. Fiz muitos amigos durante estes 16 anos e sinto orgulho das amizades que fiz em cada seção que passei. Algumas pessoas me perguntam: como você consegue trabalhar por tanto tempo em uma mesma empresa? Digo a elas que quando você gosta do que faz, é reconhecido pelo seu trabalho você não percebe o tempo passar. Considero a Bosch como minha 2ª casa, pois foi onde fiz belas amizades, constitui minha família e sou feliz por fazer parte desta História da Bosch. Agradeço à Deus em primeiro lugar, aos meus pais pela educação e apoio e também à Bosch pela oportunidade de trabalho quando eu mais precisei.

Imagens 11 e 12: Linha do tempo empresa Bosch e narrativa de funcionário (“contadores de história”). Disponível em: <<http://centrodememoria.institutorobertbosch.org.br/cm/Index.asp>>. Acesso em: 30 maio 2013.

⁶¹ Empresa que atua no setor de tecnologia automotiva, tecnologia industrial, bens de consumo e tecnologia de construção. Informações sobre o centro de Memória Bosch encontram-se disponíveis em: <<http://www.institutorobertbosch.org.br/secao14/11/2/2/Centro-de-Memoria>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

Dentre outras tantas propostas de organização da memória empresarial⁶², ressalto o Memória Votorantim.⁶³ Lançado oficialmente em 2003, o centro de memória da empresa se situa no edifício Ermírio de Moraes, no centro histórico de São Paulo, prédio onde funcionava o antigo Hotel Esplanada.⁶⁴ Nesse espaço, a história e a memória da empresa têm sido organizadas e difundidas a partir de duas perspectivas fundamentais: o acervo histórico e o núcleo educativo. O acervo é constituído por uma diversidade de documentos – fotografias, filmes, DVDs, manuscritos, entrevistas, mapas, livros, revistas, medalhas e objetos diversificados – que foram agrupados por área de atuação do grupo. Divide-se em: Memória Corporativa, Memória Tecidos, Memória Funcionários, Memória Cimento, Memória Metais, Memória Alumínio, Memória Nitro Química, Memória Celulose e Papel e Memória Energia.

O objetivo do acervo da Votorantim não é só organizar e inventariar os diferentes documentos custodiados pela empresa, mas também, através das articulações entre passado/presente, produzir conhecimentos sobre a companhia, assim como sobre a realidade social na qual esteve e está inserida. O núcleo educativo tem se constituído em um instrumento de comunicação e disseminação das historicidades constituídas pela empresa. Através de ações que são empreendidas no Espaço Votorantim, que abriga uma exposição de longa duração – “90 anos do grupo Votorantim” – a empresa tem criado um canal de comunicação com a sociedade e, sobretudo, com os educadores e estudantes de um modo geral. Os programas de relacionamento que desenvolvem buscam manter um diálogo com

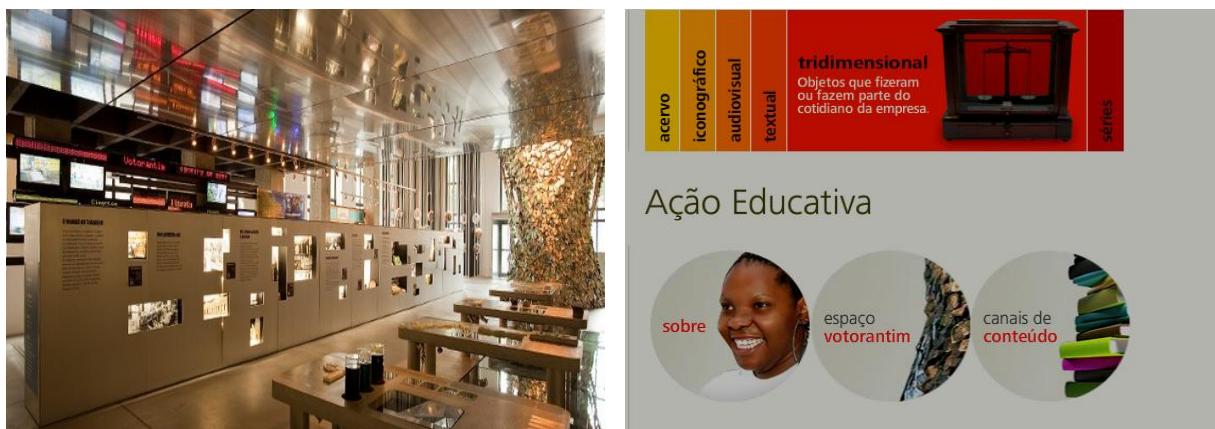
⁶² Alguns outros centros de memória empresarial: Centro da Memória da Eletricidade, Centro de Memória da Eletropaulo, Memória Gerdau, Memória Globo, Centro de Memória J. Macedo, Fundação Patrimônio Histórico de Energia e Saneamento, SESC Memórias, Espaço Memória Itaú Unibanco, Vale do Rio Doce – Centro de Memória da Estrada de Ferro Vitória a Minas, BMF & BOVESPA, Centro de Documentação e Memória Suzano, Centro de Documentação e Memória Garoto, dentre outros.

⁶³ Grupo que concentra suas atividades comerciais em setores base da economia, como cimento, mineração, metalurgia, siderurgia, celulose e papel. O centro de memória da empresa é organizado e subdividido em núcleos de memória específicos, relacionados à trajetória de cada empresa do grupo, incluindo a Companhia Nitro-Química.

⁶⁴ O local onde se situa o Centro de Memória Votorantim, historicamente, esteve ligado ao circuito cultural dominante, ligado à elite da capital paulista. Situado na Praça Ramos de Azevedo, próximo ao Teatro Municipal de São Paulo, o antigo Hotel Esplanada guardava uma ligação subterrânea com o teatro paulista. “Por esse túnel, passaram despercebidos do público o tenor Beniamino Gigli, a soprano Bidú Sayão, a pianista Magdalena Tagliaferro, para citar alguns artistas que costumavam ficar semanas hospedados no antigo hotel”. VER: BRANDALISE, Vitor Hugo. Os túneis “quase secretos” da cidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,os-tuneis-quase-secretos-da-cidade,744646,0.htm>>. Acesso em: 18 set. 2012.

seus principais interlocutores (diálogo esse articulado à exposição permanente), a fim de fomentar toda uma discussão sobre o desenvolvimento do Brasil em interface com o processo de industrialização e atuação empresarial, sobretudo da Companhia Votorantim, em diferentes conjunturas históricas.

Como produtos da memória da empresa foram produzidos livros – “Votorantim 90 anos” e “Do menino imigrante” – manuais, revistas, relatórios e outras publicações⁶⁵ que procuram difundir e consolidar a história e a memória (no singular) que, compartilhada socialmente, tornar-se-ia referência nacional e mesmo internacional para compreensão do processo de industrialização do país (pelo menos essa era a expectativa de seus idealizadores).



Imagens 13 e 14: Espaço Votorantim, situado no Centro de Memória Votorantim e canal educativo, uma das frentes de atuação do projeto de memória desenvolvido pela empresa. Disponíveis em: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2013.

Diante de todas essas práticas empresariais de memória – tão bem elaboradas e estruturadas, as quais provocam fascínio aos que visitam suas instalações e exposições⁶⁶, ainda que em uma perspectiva de visitação virtual –

⁶⁵ Algumas publicações são aqui destacadas: Carta do Senador José Ermírio de Moraes; Votorantim at 90: A history of endeavors and achievements; Votorantim para mim: 30 vencedores do concurso interno de histórias, Votorantim 75 anos; Votorantim 85 anos: uma história de vida e trabalho; Grupo Votorantim 80 anos; Votorantim Group 80 Years.

⁶⁶ Fascínio esse que se aproxima às sensações dos estudantes quando visitam, por exemplo, o Museu Paulista, mais conhecido como “Museu do Ipiranga”, o Teatro Municipal de São de Paulo, ou ainda, quando passam a conhecer, através dos livros, peças expostas em grandes museus internacionais. Os centros de memória

surgem questões e indagações a serem consideradas: Por que tantas empresas, na contemporaneidade, têm se preocupado e investido significativamente na formação de centros de documentação e memória empresarial? De onde surgem tais preocupações? E quais relações as fomentam?

Diferentes explicações sobre a constituição da memória e da memória empresarial no Brasil situam-na a partir da necessidade da formação e consolidação de sentidos de unidade e identidade, reclamadas mediante as constantes transformações sociais ocorridas na sociedade capitalista contemporânea. Num diálogo com autores predominantemente utilizados para interpretações contemporâneas sobre a memória – Pierre Nora, Joel Canda, Andreas Huyssen, Maurice Halbwachs – a historiadora Marialva Barbosa, em produção conjunta com a professora Ana Paula Goulart Ribeiro, indica que a organização da memória, também das empresas, está em consonância com as questões identitárias que se relacionam às transformações capitalistas contemporâneas:

A memória é cada vez mais necessária num mundo em profunda mutação. As mudanças sociais aceleradas e as identidades cambiantes resultam numa sensação de insegurança e angústia. E, nesse contexto, a memória passa a ser crucial, porque permite atribuir sentidos à realidade em meio à dispersão e à pluralidade. [...] O que leva todas essas instituições [empresariais] a lembrar? De onde vem o seu impulso memorialista? Por que resolveram reconstruir sua história e preservar sua memória? Uma primeira resposta parece óbvia: essas empresas buscam, através da sistematização de uma história e de uma memória, construir uma identidade institucional, produzindo a partir desse movimento a sua própria legitimação. Essa questão parece ainda mais relevante se levarmos em conta, como mencionamos acima, a função social da memória na contemporaneidade, frente ao que alguns autores chamam de crise das identidades. [...] a memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional.⁶⁷

Essa perspectiva interpretativa tem fundamentado grande parte das produções acadêmicas que se ocupam da investigação da memória empresarial no Brasil contemporâneo. Miriam Collares Figueiredo, ao analisar o fenômeno de

empresarial, inserindo-se nesse circuito, deslumbram seus visitantes pelo repertório composto em torno de uma determinada perspectiva histórico-cultural, que enfatiza a trajetória social e material de certos sujeitos, qualificados como protagonistas da história. VER: SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁶⁷ BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v.28, n.47, p. 100-114, 2007. p. 103-106.

multiplicação de projetos de memória empresarial, no qual o programa de memória da Petrobrás se insere, reafirma o interesse das empresas pela memória a partir da necessidade de afirmação de identidades, haja vista que as transformações da sociedade capitalista atual, marcada por ritmos de mudanças cada vez mais acelerados, têm promovido uma fragmentação e dispersão dos grupos sociais, que em outras temporalidades históricas conservavam-se (ou acreditava-se), em uma unidade em relação a outros e divergentes posicionamentos sociais:

O surgimento de memórias empresariais cresceu consideravelmente nos últimos anos em todo o mundo e no Brasil. [...] O interesse fica evidente na série de ações, de publicações sobre o tema, de comemorações, de análises de discursos e de textos, de entrevistas e de histórias individuais ou biográficas. Isso parece estar ocorrendo como tentativa de resposta à globalização e como reforço de afirmação da identidade, inclusive de empresas e de empresários, num momento em que vivemos um processo de mudanças, que estaria “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.⁶⁸

Também Sara Barbosa de Sousa, em pesquisa de mestrado desenvolvida em 2010, na qual se propõe a analisar a memória empresarial, identificando se esta se constitui em estratégia de autopromoção empresarial ou em responsabilidade social organizacional, parte de perspectiva analítica semelhante:

A aceleração do tempo provoca a hegemonia da efemeridade – o surgimento e a duração do novo ocorrem num piscar de olhos. Nesse ambiente ágil e em constante movimento, as relações são baseadas no presente, no momento atual, culminando com o risco da perda da própria identidade. Nesse contexto, a valorização da memória e a busca generalizada por sua recuperação estão diretamente relacionadas ao medo do esquecimento e ao processo de construção de identidade conduzido por diversos setores sociais e encontram-se inseridas no contexto mundial de globalização que interfere em culturas, impõe mudanças de impacto e determina a tomada de ações em um reduzido espaço de tempo. Assim, a nova dinâmica social caracteriza-se pela diluição das fronteiras, fragilidade dos laços interpessoais e mudanças nas visões de mundo, nos comportamentos, produzindo um sentimento de insegurança e a

⁶⁸ FIGUEIREDO, Miriam Collares. *Da memória dos trabalhadores à memória Petrobrás: a história de um projeto.* 2009. 109f. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. p. 8.

necessidade de se afirmar ou construir uma identidade. É nesse cenário que ocorre a chamada “proliferação de memórias”, entendida como sintoma de um mundo repleto de memórias, mas com relações rompidas com o passado. Nessa ênfase ao momento instantâneo, o indivíduo é submetido a um processo de desenraizamento, sendo impulsionado a buscar sua própria identidade em instituições de memória. Como fenômeno social, a memória não vem sendo retomada unicamente como elemento-chave de constituição de identidade e de evocação do passado para preservar a história, mas também como base de reflexão crítica de erros, interpretações e equívocos cometidos pela sociedade. Dessa forma, o estudo da memória empresarial tem sido valorizado dentro de um processo de construção de identidade.⁶⁹

Tais sentidos de identidade, também projetados a partir da constituição da memória empresarial, tendem a produzir compreensões que são deslocadas das relações sociais concretas, estabelecidas temporalmente. Articulam-se, exclusivamente, às perspectivas estruturantes da modernidade, cuja “aceleração da história” constitui-se em elemento que torna as experiências sociais contemporâneas distintas das vivências inseridas em tempos históricos precedentes. Seu emprego desconsidera os embates, as lutas sociais e políticas do momento da abertura democrática, que se projetam e também se estendem ao campo da memória – constituindo-a em suporte de luta para promoção da transformação social, mas também, em contrapartida, como meio de sustentação da dominação e do poder.⁷⁰

As investigações e compreensões aqui produzidas indicam que as práticas de preservação do passado no presente, circunscritas às relações sociais de trabalho, nas quais se inserem a memória empresarial, estão carregadas de tendências e posicionamentos que são de classe, os quais criam diferentes significações e atribuem diferentes sentidos à realidade social.

Quando os movimentos sociais passaram a se preocupar com a sistematização e preservação de suas memórias, tinham consciência da importância social e política da construção de memórias alternativas. Registrar a existência

⁶⁹ SOUSA, Sara Barbosa de. *Memória empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?* 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 01-02.

⁷⁰ As discussões que orientaram a compreensão da memória como campo de conflitos e disputas foram: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2005, p. 5-13; KHORY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p.119-120; SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 17-20.

histórica de outros e novos personagens, afirmando suas inserções sociais temporais, não significava, simplesmente, uma reação diante das constantes e rápidas transformações ocorridas na sociedade capitalista contemporânea, consideradas capazes de empreender uma fragmentação na suposta unidade da classe trabalhadora. Os movimentos contra-hegemônicos empreendidos no campo da memória situavam-se no interior de uma conjuntura específica, cujas condições eram a da transição de uma forma autoritária de governo para a construção de uma nova sociedade fundamentada em princípios democráticos. Nesse cenário, os movimentos sociais emergiram como uma força social ativa, capaz de produzir transformações significativas em uma sociedade então autoritária e permeada por desigualdades em diferentes e múltiplas dimensões – desigualdades sociais, econômicas, políticas, raciais e de gênero e desigualdades estabelecidas em torno das relações de trabalho, do acesso à saúde, à moradia, transporte, alimentação, dentre tantas outras dimensões.

No interior dos movimentos sociais – que apresentaram uma diversidade e pluralidade de interesses, reivindicações e contestações da ordem e lógica capitalista – a organização da memória passa pela luta da afirmação de identidades, que se revela, em determinados sentidos, uma luta contra a materialização do esquecimento e do apagamento de muitas histórias e memórias, porém, em perspectivas sociais específicas, que se desenvolveram, sobretudo, a partir dos acontecimentos inseridos na década de 1980 – marcados pelo processo de abertura política –, e não pelo ritmo acelerado das mudanças ocasionadas pelo progresso e pelo desenvolvimento tecnológico da sociedade capitalista. A afirmação das identidades constituía-se, nesse contexto, numa luta pelo direito à memória, ou seja, pela reconstituição (retrospectiva e prospectiva) das experiências dos diferentes sujeitos sociais – mulheres, negros, indígenas, descendentes de quilombolas, trabalhadores, camponeses, dentre outros – que foram negligenciados e excluídos da história e, portanto, dos registros históricos formais. A busca era pela visibilidade das ações de tais sujeitos sociais e, assim, de seus posicionamentos e projetos políticos, bem como a evidenciação dos mecanismos de poder e dominação em que estiveram historicamente submetidos na sociedade capitalista.

Nesse movimento, os centros de documentação e memória dos movimentos sociais afirmaram toda uma vitalidade crítica da reflexão histórica acerca da intricada relação entre empregadores e trabalhadores. Foram colocadas em evidência as condições de vida, de trabalho e de exploração a que muitos homens e mulheres estiveram submetidos, pelo fato de terem na força de trabalho a única forma de garantia de suas sobrevivências. Tais espaços conservaram e disseminaram, ainda, as lutas que os trabalhadores empreenderem em seus respectivos tempos históricos, suas formas de organização e resistência quanto às apropriações desiguais do trabalho e dos frutos dele produzidos.

As preocupações com a formação de uma identidade empresarial se desenvolveram no interior dessa correlação de forças dos anos de 1980. É a partir dos embates sociais e historiográficos travados nessa década, que diretores e donos de empresas passaram a investir na elaboração de centros de documentação e memória empresarial. A ascensão do coletivismo, ou seja, da possibilidade de uma organização ou reorganização social pautada numa democracia conduzida pelos movimentos sociais – democracia essa compreendida como forma de governo em que o poder é exercido pelo povo, em perspectivas da luta coletiva –, gerou apreensões, aos grupos ligados ao poder, quanto à possibilidade de ruptura dos padrões capitalistas. As manifestações coletivas levaram à adoção de iniciativas contrárias à ordem social estabelecida, tais quais as apresentadas por Pedro Jacobi:

No início da década de 80 [...] as situações de possível explosão social provocam um clima de inquietação nas metrópoles, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, que se convertem em palco de invasões coletivas de terras, saques, depredações de ônibus e trens em decorrência da crescente deterioração das condições de vida urbana e da reação dos que são mais afetados nos seus padrões mínimos de sobrevivência. [...] Os movimentos populares urbanos têm tornado manifesta uma identidade que se caracteriza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada diretamente com a ampliação do espaço da cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências.⁷¹

Junto às essas movimentações sociais somavam-se, também, as inúmeras greves que foram articuladas no Brasil a partir do final de década de 1970. Esse

⁷¹ JACOBI. Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir et alii (Orgs.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 12-13.

período foi de extrema efervescência às mobilizações dos trabalhadores e de suas instituições sindicais, conforme mencionado por Giannotti:

A década de 1980, para o Brasil, foi longa. Podemos dizer que começou antecipadamente, em 1978, quando a onda de greve de maio deu início a uma nova era no país. [...] O maior volume de greves realizado na história do país ocorreu nos anos 80. O acúmulo das lutas, neste período, permitiria, inclusive, que a disputa eleitoral de 1989 se desse entre um filho da burguesia tradicional e um líder operário. [...] A partir de 1978 e, sobretudo, em 1979, o Brasil passa a chamar a atenção do mundo pelas centenas de milhares de mãos levantadas, em assembleia, votando pela continuidade das greves.⁷²

O coletivismo ou a classe tornara-se, nesse sentido, o inimigo a ser batido. Tal conceito articula-se numa rede que liga o Brasil a um panorama internacional, instrumentalizada e financiada pelos Estados Unidos, de supressão das ideologias marxistas não só das práticas sociais de diferentes países, inclusive da América Latina, mas também da formas teórico-interpretativas que movimentam essas práticas e a compreensão da história.

Em termos de memória, esse combate às formas coletivas – às articulações e intervenções promovidas pelos movimentos sociais – se desenvolveu através da elaboração de uma identidade histórico-institucional que procura enfatizar o individualismo, ou seja, a recuperação do sujeito na história, porém, através de sua individualidade, de sua subjetividade, que é relativa. A constituição da memória empresarial no Brasil passa por esse sentido: pela agregação de histórias díspares e separadas, que são organizadas para comporem uma suposta unidade estabelecida em termos de relações sociais produtivas e de significados sociais e culturais mais amplos. Tal identidade é marcada, sobretudo, pela incorporação e uso das histórias e memórias dos sujeitos trabalhadores que, agora, veem suas narrativas sendo reproduzidas e difundidas junto a uma rede de outras e diferentes histórias de vida que dão corpo à identidade corporativa institucional. Se, até então, a história era abordada por uma perspectiva que procurava valorizar os aspectos econômicos produtivos e as ações, valores e projetos dos grupos sociais dominantes, dos quais

⁷² GIANNOTTI, Vito. *Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 227-233.

os empresários são parte integrante, agora, nesse processo constituído pela memória empresarial, os trabalhadores são inseridos na história, são ouvidos e seus relatos passam a compor o arcabouço documental que estrutura a memória empresarial.

Esse movimento empreendido pelas empresas vincula-se às transformações ocorridas na historiografia, como mencionado por Paulo Nassar (diretor da ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), ainda que de forma indireta, em suas considerações sobre a memória empresarial:

A memória empresarial hoje é importante porque ela trabalha um mundo da subjetividade das pessoas da organização. Historicamente as organizações sempre trabalharam a objetividade, tudo aquilo ligado àquilo que incrementava o que a gente chama de produtividade, a competitividade das empresas. Por isso, o olhar dos gestores era principalmente sobre os tempos e movimentos. Tudo aquilo que podia ser reduzido, em relação a tempos e movimentos, pra você ter produção em escala, produção massificada. Isso, principalmente quando o trabalhador, basicamente era manual. Aquele trabalhador que a organização, a empresa olhava principalmente a sua força física, a sua força muscular. Quer dizer, o trabalhador visto quase que como uma extensão das máquinas. Hoje nós estamos em uma sociedade que o trabalhador é o trabalhador do conhecimento, é o trabalhador que o seu grande processo é o processo mental, é aquilo que está entre as suas duas orelhas, basicamente que é o cérebro. Esse trabalhador é movido pelas emoções, pela afetividade, por tudo aquilo que é ligado ao que a gente chama o mundo subjetivo⁷³.

A inversão por ele projetada insere-se no interior do processo pelo qual passou a historiografia, de deslocamento das análises e reflexões históricas da base material para a superestrutura, ou seja, para o campo da cultura, num movimento conhecido como a “virada linguística” ou a “virada cultural”. Desse processo de viragem resultaram as abordagens da “nova História Cultural”, que em muito diferiram dos posicionamentos teórico-metodológicos da “Nova Esquerda” – em que a cultura fora situada como elemento constitutivo da vida material e, portanto, campo de investigação do materialismo histórico dialético, e não um simples reflexo das condições materiais de existência. Ainda que ambos os movimentos historiográficos

⁷³ Vídeo IMPORTÂNCIA da Memória Empresarial. Diálogos ABERJE Universidade: Memória Empresarial com Nassar. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=a9PLsEFhbDM>>. Acesso em: 15 nov. 2012. (Grifo meu).

se insiram no processo da “reviravolta cultural”, a História Cultural traçou um caminho metodológico e político adverso, de valorização das representações, das subjetividades dos sujeitos históricos e da construção cultural/discursiva das identidades em detrimento das condições materiais da vida social. Com essa inversão, o campo discursivo e os processos mentais tendem a prevalecer ou mesmo suprimir as experiências concretas dos sujeitos na história. Quando os historiadores culturais se voltam para as realidades sociais que pesquisam, por exemplo, para as realidades de trabalho, estão interessados, basicamente, na recuperação das noções e representações sobre o trabalho, ou seja, dos discursos sobre ele produzidos e não das experiências vividas pelos diferentes trabalhadores ao longo do processo histórico. O que importa, nesse percurso investigativo, é o imaginário das pessoas – o que elas dizem que sentem –, e não mais o que elas vivem na realidade social material.

Esse tipo de abordagem tem sido convenientemente empregada pelas instituições empresariais, na medida em que elas elevam ao campo das representações e das subjetividades (beirando a ficção) processos materiais caros aos movimentos sociais, os quais mobilizaram toda uma coletividade na luta pela efetivação de transformações sociais significativas. Formas de exploração e de dominação, de injustiças e desigualdades sociais, bem como as condições insatisfatórias de existência na sociedade capitalista podem se transformar, com essa abordagem, em um sentimento, apenas. Em uma emoção individual que nem todos sentem, que nem todos reconhecem em seus processos mentais e que, portanto, pode não fazer sentido enquanto prática social. Por essa perspectiva, as transformações projetadas pelos movimentos sociais, sobretudo, pelos trabalhadores e pelas organizações sindicais, são desmontadas, ao passo que, na esfera do subjetivo, caminha-se ao individualismo, que por sua vez é indissociável ao relativismo. Uma mobilização coletiva, nessas circunstâncias, tornar-se-ia muito mais difícil, inviabilizando possíveis articulações da classe trabalhadora.

Explorar, nesse sentido, “o que está entre as duas orelhas do trabalhador” (conforme mencionado por Paulo Nassar) para a construção de identidades erigidas a partir de individualidades, constitui-se em estratégia estabelecida pelos grupos empresariais na afirmação de seus projetos políticos, que são contrários àquele que

os movimentos sociais procuraram, na prática, tornar possíveis – os quais se fundamentavam em concepções marxistas de compreensão da realidade. Portanto, as estratégias de afirmação política, estabelecidas no campo da memória, constituem-se em artifício utilizado por ambos os lados: tanto por parte dos trabalhadores quanto das instituições empresariais, o que torna a memória um campo de conflitos e disputas, diretamente relacionado aos processos sociais contraditórios desenvolvidos na sociedade capitalista.

Tais embates levaram diferentes empresas à elaboração de projetos de memória fundamentados na formulação e execução de programas de história oral, que pudessem captar e preservar diferentes histórias de vida dos trabalhadores⁷⁴. Muitos desses programas articularam-se – constituindo redes de colaboração e de apoio – às propostas de trabalho do “Museu da Pessoa”, instituição que desenvolveu toda uma metodologia de histórias de vida, de disseminação e valorização de histórias individuais ou biografias de pessoas comuns as mais variadas na sociedade contemporânea.⁷⁵ Os programas de história oral que foram constituídos e desenvolvidos nos domínios empresariais previam a realização de entrevistas com trabalhadores e mesmo ex-trabalhadores das empresas, que teriam seus depoimentos⁷⁶ gravados em áudio e vídeo, os quais seriam, posteriormente, transcritos, editados, organizados e armazenados em um banco de dados incorporado ao acervo documental da empresa. De modo geral, as entrevistas eram realizadas em cabines de captação que eram montadas no interior da própria

⁷⁴ Dentre as diferentes empresas que se utilizaram de programas de história oral, cujos trabalhadores constituíam-se em um dos focos do programa, podemos citar: Votorantim, Bosch, Globo, Petrobrás, Bradesco, Unimed, Pão de Açúcar, Natura, dentre outras.

⁷⁵ O Museu da Pessoa realizou, desde meados dos anos de 1980, quando foi fundado, cerca de 250 projetos de memória e conta hoje com “um representativo acervo de 18.500 histórias de vida e 72 mil documentos e fotos digitalizadas. São aproximadamente 25 mil horas de gravações, em diversos tipos de mídias e suportes”. O Museu articula-se a uma rede internacional de histórias de vida e sua fundadora e diretora, Karen Worcman, é fellow da “Ashoka Empreendedores Sociais”, instituição fundada pelo americano Bill Drayton, que identifica e apoia projetos de ação inovadora, de empreendedorismo social, os quais se proponham a enfrentar questões sociais oferecendo novas ideias para a solução dos mesmos. Sobre o Museu da Pessoa e suas atuações, ver: <http://www.museudapessoa.net/_index.php/v2013/home>. Acesso em: 2 jun. 2013.

⁷⁶ De modo geral, os programas de história oral desenvolvidos no interior das empresas, com trabalhadores, ex-trabalhadores e mesmo com seus familiares, compartilham do pressuposto de que a realização de uma entrevista corresponde a um momento ímpar de coleta de depoimentos, que podem comprovar e testemunhar determinados aspectos sociais alcançados a partir das histórias narradas pelas pessoas que estão sendo entrevistadas.

empresa, e que também serviam como uma espécie de mini estúdio utilizado para gravação das entrevistas em vídeo.

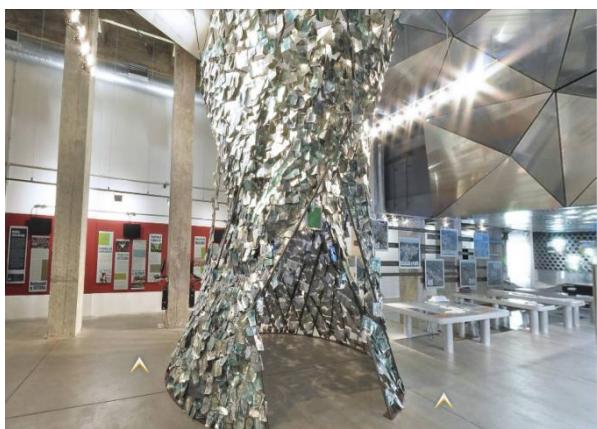
No interior das empresas e unidades produtivas do grupo Votorantim, além da realização de programas de história oral, as histórias de vida dos trabalhadores foram também alcançadas através de concursos e campanhas de história. Por meio do programa de história oral elaborado pela empresa, foram gravados em torno de 274 depoimentos de funcionários que atuam ou atuaram nas diferentes empresas e unidades produtivas do grupo Votorantim em todo o país.⁷⁷ Os depoimentos do programa foram obtidos através de entrevistas agendadas ou entrevistas consideradas espontâneas. Pelo agendamento de entrevistas, foram coletados 65 depoimentos, a maioria de funcionários (e também ex-funcionários) que ocupam cargos de diretores, gerentes, coordenadores, gestores, assessores, dentre outras ocupações. As entrevistas ditas espontâneas, que totalizam cerca de 200 depoimentos, foram obtidas através das cabines que foram espalhadas nas diferentes unidades da empresa, nas quais foram entrevistados supervisores, gerentes, motoristas, torneiros mecânicos, mantenedores, operadores, técnicos de produção, seguranças, garagistas, copeiras, dentre outros profissionais.

Com a criação e implementação das campanhas de histórias, que se efetivou, principalmente, através das campanhas “Linha do Tempo Votorantim” (2005) – 70 anos Nitro-Química e 50 anos CBA – e “Linha do Tempo Votorantim Cimentos, 70 anos” (2006), foram editados um total de 600 depoimentos, obtidos de forma manuscrita, nos quais os trabalhadores redigiram suas histórias e trajetórias na empresa, década a década, em uma perspectiva temporal linear. Já na modalidade concurso de histórias, realizado em 2003, os funcionários da empresa e também seus familiares foram motivados a redigirem e enviaram suas histórias – que deveriam ser fundamentadas na relação trabalho/família/empresa/Votorantim – para comporem o acervo do projeto Memória Votorantim, fixado em São Paulo. Das 600 histórias enviadas à empresa, 30 foram selecionadas e hoje integram a publicação

⁷⁷ Informações contidas no Guia de Acervo 2006 Memória Votorantim. Esse material demonstra a metodologia de trabalho empregada na organização da memória da empresa. Está disponível na forma on-line para consulta no site do Memória Votorantim: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/Acervo/Paginas/Acervo.aspx>>. Acesso em: 21 set. 2012.

“Votorantim 85 anos” e “Votorantim para Mim” (fruto de um concurso interno de histórias na empresa).

As entrevistas e as histórias por elas apresentadas são disponibilizadas, em parte, no site da empresa no link “Estórias que fazem a história” e compõem, ainda, a exposição permanente localizada no Espaço Votorantim, que, articuladas aos demais conteúdos da exposição, constituem uma determinada historicidade.



Imagens 15 e 16: Estrutura denominada “Árvore da vida”, instalada no Espaço Votorantim. A armação metálica é dotada de várias fotos de diferentes trabalhadores, e em seu interior foram acoplados equipamentos de áudio e vídeo, possibilitando a visualização e escuta das entrevistas; Link de acesso às diversas entrevistas de trabalhadores das diferentes unidades produtivas do grupo Votorantim, disponibilizadas no site de memória da empresa: <www.memoriavotorantim.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Portelli, ainda na década de 1990, já sinalizava que a memória se constitua em um processo ativo de criação de significados.⁷⁸ Esses significados podem se constituir e projetar-se para o social, a partir dos diferentes usos institucionais e nexos sociais que se fazem das memórias e das narrativas que delas emergem. Em uma sociedade atravessada por conflitos e embates sociais, a afirmação de perspectivas sociais – hegemônicas ou contra-hegemônicas –, desenvolvidas através da memória, perpassa pela criação de sentidos históricos e de significações sociais que direcionam/redirecionam o olhar social sobre as relações humanas inseridas no passado, de forma a manter ou eliminar, legitimar ou invalidar determinados projetos, com suas perspectivas sociais e culturais. Nesse processo, a

⁷⁸ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 7-39, fev. 1997.

memória se estabelece como meio de difusão de valores e ideais, capazes de modelar formas de agir e de pensar nas realidades sociais contemporâneas e futuras, fundamentadas em determinados direcionamentos sociais e não em outros.

No que se refere à memória empresarial, autores comumente e amplamente utilizados em pesquisas desenvolvidas no campo da memória institucional, os quais têm estreitado relações e estabelecido vínculos com os grupos de empresários que frequentemente contratam seus serviços, sinalizam para a produção de significados a que uma empresa deve atentar quando da organização de suas histórias e memórias:

Trabalhar a memória empresarial não é simplesmente referir-se ao passado de uma empresa. Memória empresarial é, sobretudo, o uso que uma empresa faz de sua história. E dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as empresas podem aproveitar (ou perder) a oportunidade de utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à sua atividade. A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.⁷⁹

A partir da década de 1980, as empresas e os intelectuais a elas ligados passaram a se preocupar não com a mera reconstituição dos acontecimentos passados, mas com as possíveis relações e articulações a partir das quais se poderia promover uma descaracterização das historicidades contraproducentes, que deveriam ser substituídas ou mesmo transformadas em histórias que sustentassem sentidos sociais mais amenos acerca das relações produtivas de trabalho. O diretor da ABERJE (Paulo Nassar) nos dá indícios de tais direcionamentos da memória empresarial, quando se propõe a analisar os desafios das empresas na contemporaneidade:

Um dos maiores desafios que se coloca para as empresas na atualidade é o resgate e conservação da memória empresarial, conjunto de sensações, lembranças e experiências que as pessoas guardam de sua relação direta com uma empresa. No contexto atual, memória é reputação. A força da experiência passada está presente construindo ou demolindo empresas e

⁷⁹ WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.) *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004/2005. p. 23.

carreiras. Uma ação empresarial quando não ou mal explicada vira memória ruim. E a memória – boa ou ruim – registrada em documentos ou na cabeça das pessoas é o que consolida a reputação.⁸⁰

O que viria a ser história ruim ou história boa para as empresas? Que histórias e memórias, consideradas ruins, foram constituídas historicamente e por que elas interferem na suposta reputação das empresas? De que elementos e significações sociais se constituem essas “boas” histórias? Elas são boas para quem ou para quais grupos sociais? E são parte integrante de quais projetos sociopolíticos?

As investigações produzidas nesta pesquisa encaminharam as discussões no sentido de compreender que toda e qualquer experiência humana, inserida nas diferentes temporalidades históricas, é marcada por uma luta que é de classe. Portanto, os movimentos da memória, também empresarial, só podem ser pensados como expressão das relações desiguais e conflituosas que são constitutivas da realidade social. No entanto, na medida em que tal compreensão se desenvolvia, surgiram algumas questões, que se constituíram em desafios para a pesquisa: Quais seriam os documentos a partir dos quais poderíamos compreender a memória empresarial como sendo proveniente das relações e dos embates de classe quanto à produção de significados e sentidos sociais? Quais materiais poderiam levar à compreensão do lugar social a partir do qual memórias “boas” e memórias “ruins” foram produzidas? Que memórias ruins são essas? Onde estão? Que pistas levariam a compor o processo histórico em toda sua complexidade, jogo de interesses e antagonismos?

A busca de vestígios sobre as relações e as diferentes/divergentes propostas estabelecidas no campo da memória me levou a encontrar, na literatura, possibilidades de compreensão sobre o universo social a partir do qual foram organizadas as histórias e memórias das empresas. Longe de se configurar como um simples momento de leitura ou como uma categoria ficcional que se opõe às verdades objetivas produzidas pela história-ciência, a literatura tem emergido no debate historiográfico como dimensão das experiências humanas, podendo

⁸⁰ NASSAR, Paulo. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

evidenciar como os diferentes sujeitos sociais viveram e pensaram suas existências, relações e formas de poder em que estavam submetidos em seus respectivos tempos históricos.⁸¹

Nos movimentos das décadas de 1970/80, que surgem de processos que já estavam em curso desde os anos de 1940 – industrialização, urbanização, migração, formação da classe trabalhadora assalariada urbana (na qual os operários das indústrias se constituem como parte integrante de um todo que compreende experiências diversificadas e complexas⁸²) –, Roniwalter Jatobá, um então operário da indústria metalúrgica de São Paulo, escreveu o livro “Crônicas da Vida Operária”⁸³, obra na qual narra as experiências dos trabalhadores assalariados que foram empregados e inseridos no espaço fabril (que se traduz na sua própria experiência de vida), sobretudo daqueles que migraram de outros contextos regionais, em particular do Nordeste, para a então cidade dos sonhos e oportunidades de uma vida melhor, ou seja, para a grande São Paulo. As diferentes situações sociais apresentadas e registradas na crônica “Trabalhadores” constituem uma específica historicidade sobre o processo de industrialização desenvolvido no país, a qual é evidenciada a partir das experiências, necessidades, sofrimentos e lutas reais de sujeitos reais, com histórias e relações de dominação também reais. Seu conteúdo a insere no interior de uma memória que se constituiu, em termos

⁸¹ Com a ampliação da noção de documento para o historiador, as manifestações humanas têm sido alcançadas, nas pesquisas históricas, através da incorporação de diferentes linguagens, como a literatura, música, pintura, fotografia, objetos, arquitetura, fontes orais, cinema, vídeos, desenho, charges, artes plásticas, cada qual colocando uma infinidade de questões para o historiador em termos de procedimentos metodológicos. Sobre as discussões em torno das aproximações entre história e literatura, ver: PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n.45, p. 15-33, jul./dez. 2011. Os diálogos realizados com Beatriz Sarlo, acerca das discussões sobre história e literatura, têm levado a compreender que um escritor, ao produzir um texto literário nas diferentes modalidades textuais, está registrando, de alguma forma, as perguntas e problemas de seu próprio tempo. Portanto, mais do que fornecer respostas e mesmo apresentar a realidade de forma real ou fantasiosa, a importância da literatura, quanto à sua incorporação como fonte histórica, está nas perguntas de época que ela traz em seu interior, as quais revelam, por seu próprio caráter indagador, as tensões e perspectivas em conflitos da realidade que integra. SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. Cit.

⁸² Destaco aqui o trabalho da professora Heloísa de Faria Cruz, que, ao tratar dos trabalhadores em serviço, busca romper com as perspectivas de que a classe trabalhadora tenha se constituído, exclusivamente, a partir da atuação dos operários. CRUZ, Heloísa de Faria. Os trabalhadores em serviço: dominação e resistência 1900/1920. 1984. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984; CRUZ, Heloísa de Faria. *Trabalhadores em serviço: dominação e resistência em São Paulo, 1910-1920*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1991.

⁸³ JATOBÁ, Roniwalter. *Crônicas da vida operária*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

sociais e historiográficos, a partir da evidenciação dos processos de dominação e relação de poder a que os trabalhadores (também operários industriais) estiveram submetidos. Sua leitura nos infiltra nas relações, problemáticas e debate social e político de um Brasil que se industrializava e se desenvolvia, sob a égide do progresso – construído e estabelecido como noção histórica e como implementação de um determinado projeto social e político. A clareza na expressão e descrição do cotidiano dos trabalhadores revela a construção de um processo de consciência em torno da experiência vivida:

*João
vestiu a roupa domingueira,
da roupa da semana fez a mala,
calçou o sapato apertado no
dedão, pisou a terra quente. Era
domingo, feira, viajou.
Abraçara filhos, mulher,
prometendo.
Acenara de longe, comovente.
Benzera-se no rio, água correndo
fiozenta.
Terça, janeiro, descarregou-se
com mala e tudo na Rodoviária, era
noite.
Passou
no claro olhando as luzes da
Duque de Caxias
e caminhando. Andou de trem da
Central
do Brás até São Miguel. Na
quarta, quinta foi preso.
E sexta surrado e solto. No
sábado,
de roupa domingueira, mão
apertada na mala,
debaixo dum ônibus Cometa, na
Via Dutra, Guarulhos,
morreu.*

Éramos três joões que se perderam por aí, nesse São Paulo sem datas, os dias parecidos, todos iguais, cada um de nós carregando sua sina traçada desde o nascimento ou muito antes, nos rostos suas esperanças estampadas e trazendo de outras terras seus sonhos, cada um indo e vindo na marcação do seu destino.

Éramos três: João Jacinto, João Serafim da morte do verso, eu, João, só João, que passei a primeira semana, aqui, andando da Rua Cavalheiro à Avenida Rangel Pestana, todas duas no Brás, nesse vai e vem. Descia até a estação de trem, bestava, rondava pela porta do Cine Piratininga, nas lojas de discos, apreciava algum violeiro no Largo da Concórdia parado tocando nas rodas de gente, escutava algum vendedor de elixir curador, e

sempre ia esperar o ônibus bonfinense das sete da noite que chegava às nove, dez, trazendo por mão própria, conhecida, notícias frescas de dois dias, na rua Cavalheiro.

No décimo dia na pensão da Rangel Pestana o dono me acordou pelas dez, me jogou pra fora da cama reclamando, gritando, disse: vagabundo, fora daqui! Quis falar, reclamar, sem razão me achava, nada falei, arrumei a mala, desci as escadas da pensão com os gritos do homem me acompanhando: e os dez dias, não vais pagar?; desci a rua arrastando a mala, entrei pelo burburinho da rua movimentada e peguei o primeiro trem que apareceu na estação do Brás, pra São Miguel Paulista, depois de ficar meia hora esperando, meia hora de pensamento ruim, bom, de matar alguém, assaltar a primeira pessoa que aparecesse por ali naquela hora, apareceu mil gentes não tive coragem, era só pensamento raivoso, os dentes rangendo dentro da boca, o pensamento criando formas, vendo a casa dos parentes em São Miguel, eles me recebendo friamente, fazendo pouco caso da minha presença, cochichando nos cantos dessa outra boca aqui pra comer, coisa e tal, não foi tanto assim, foram por primeiro me emprestando um dinheirinho, depois arrumaram uma pensão barata na Rua 3, que ficou acertado que no primeiro mês, assim que arrumasse serviço, um trabalho qualquer, pagaria na certa! E assim foi.

Depois de oito dias encostando o corpo em São Miguel, decidi, peguei o trem em direção ao Brás, saltei lá e cortei caminho no rumo do Parque Dom Pedro, fugindo da Rangel Pestana, que por má sorte minha o dono da pensão podia estar proseando na calçada quando eu passasse, treitoso, andei. Perguntas dali, perguntas dacolá me informando com gente bem-apessoada, andei sondando. Um senhor me informou, ônibus qual, desce assim, foi mostrando, depois, ainda confirmei com um velho que vinha cachimbando rua afora, ele falou a mesma coisa, aí, sim, fui.

Fui fugindo de construção, que é serviço de doido, desembestei pela Via Anchieta, o ônibus me deixou no centro de São Bernardo, perguntei, sondei de serviço, me mostraram o topo dos prédios das indústrias, arrisquei com medo no peito em atravessar a Via Anchieta, os carros zunindo nela em direção a São Paulo e no rumo do mar, cruzei, passei ruas que nunca nesse pensamento eu achava que ia ver na vida, pensando, olho nos carros da rua, dinheirinho regrado da passagem de volta, mãos atochadas nos bolsos da calça me resguardando do frio pouco, do vento muito, segurando o dinheiro pouco que restava, fui encostando na fila, logo depois já proseava com o senhor da minha frente na maior das amizades. Ele me ofereceu cigarros. Fumamos. Traguei a fumaça com o estômago doído, limpo de comida, e a fila estendendo pela cerca, dando volta na fábrica, dobrando a rua, as pessoas nas minhas costas, impacientes, perguntando se já tinham atendido alguém.

Voltei a São Miguel no fim da tarde. A fome roendo. Empregado. Carteira profissional só esperando a promessa que depois de todos os exames ficaria assinada, fichada, o carimbo da firma estampado dentro dela, aí, já podendo andar de cabeça erguida dentro dos bares, sem precisão de correr ao menor movimento de carro de polícia, assombrado.

Ouvindo comentários dos vizinhos de quarto, na parede-meia, eles falando: esse homem nasceu com o cu pra cima!; firma automobilística, é muita sorte!; coisas dessa natureza. Escutava. Os exames vieram, uma semana correndo pra lá, pra cá, em delegacia, em posto de saúde, exame de sangue, de urina, chapa de pulmão, atestado num-sei-o-quê, atestado num-sei-pra-quê. Me endividando mais com os parentes, promessa de pagar logo.

Firma alemã de automóvel. Carros brilhando lá dentro no pátio, carros saindo da montagem final já todo pronto, carros sendo testados, os motores zunindo passando com cheiro de novo pelo portão afora. Recebi fardamento. Macacão azul, de cinta, número maior contando o

encolhimento de depois de lavado. Talão de vales pra almoço, que na primeira meia hora de refeição engoli tudo que vinha na bandeja e passei metade da tarde sentado no vaso do banheiro na maior caganeira, botando as tripas pra fora e escutando o falatório dos outros operários que vinham fumar ali. Conversavam e logo iam embora pros seus afazeres. Chegavam mais outros. Eu medroso, preocupado, de feitor reclamar que no primeiro dia eu não tinha saído do banheiro. Chegando mais fumantes, outros que não fumavam, só pra dar descanso no corpo nesse pouco tempo de folga, todos de tudo reclamando, eu pensando lá dentro, porta do banheiro encostada, vendo o movimento pela abertura, a dor de barriga que não queria estancar, escutando: vai logo logo ter facão!, diziam. Fui descobrindo que o lugar melhor pra se saber e se ficar informado da situação da fábrica era o banheiro, mas sem imaginar o que era facão, depois fiquei sabendo, a palavra fez sentido, era muita gente sendo mandada embora sem explicação, dando as contas.

Quinze dias depois o facão veio. Sem piedade. Cortando. O primeiro a ir embora foi Juvenal, que tinha dois dias de trabalho, entrou quando a pessoa que lhes conta essa história fez duas semanas de carteira fichada, ele trabalhou dia e meio, pois o resto do segundo Juvenal passou no departamento pessoal choramingando que o dinheiro que ele tinha gasto com os exames era o último, verificassem direito se não tinha havido algum engano, não podia ser ele! confirmaram, pois era, um guarda gordo da portaria veio buscar ele, ele passou por nós de cabeça baixa, botaram pra fora da fábrica, quando saiu todo mundo no fim da tarde ele ainda tava lá encostado no portão, xingando a mãe dos diretores, a mãe do guarda, nos acompanhou reclamando, que fazer agora?, aluguel como pagar?, tal e tal. Contava e recontava peças de carros, as vistas embaralhando nas peças miúdas. E aqui vou empurrando logo cedo o carrinho cheio de peças pra montagem final. O carrinho pesando na subida do pátio, entrando à direita, em frente, entregando tudo ao feitor da montagem, fumando, observando, vestido na capa azul. Enquanto conferiam e tiravam as peças de dentro do carrinho, apreciava. A linha final da montagem corria, o trabalho febril, ligeiro, sem tempo nem pra pensar nos problemas, corrido, se alguém queria ir no banheiro levantava o dedo, gritava ao feitor pedindo, num olhar do feitor já vinha outro substituir, esse outro chegava, tomava o lugar, o que tinha pedido saía correndo pro banheiro, corria entre as máquinas, tropeçando, descia as escadas, lá fumava um cigarro enquanto mijava, o feitor lá em cima de olho grudado no relógio, terminava de mijar, acabava de fumar, falava um pouco do serviço de louco, voz baixinha, pois o facão ainda permanecia, voltava no rastro e assumia o seu posto. Eu voltava empurrando o carrinho ladeira abaixo, vazio, chacoalhando.

Aí, o facão estancou de funcionar. Comentaram que tinha ido embora na base de duzentos homens, o medo ainda pairava sobre todas as cabeças, como adivinhar o que se passava no prédio alto ao lado da fábrica, nos pensamentos dos homens? Como? Já fazendo uma semana sem despedir ninguém? No ônibus em direção ao Brás, pela Via Anchieta, o comentário era só esse; a calmaria. Os funcionários do departamento pessoal devem estar abanando moscas, coçando o saco, isso todo mundo pensava. Mas não. Durante duas semanas trabalharam fazendo cartazes, pedindo gente, fantasiaram a portaria da fábrica com precisa-se de funileiros, ponteadores, ferramenteiros, peões de montagem, pintores, ajudantes de pintor, tapeceiros, mil gentes.

Juvenal voltou ao nosso meio quinze dias depois. Nem contou como passou esses dias sem emprego. Ninguém também perguntou. Nos outros dias a porta da fábrica coalhou de gente. Até cego foi admitido pra trabalhar no controle de qualidade, nem acreditei quando comentaram isso no banheiro. Tá louco, foi o que disse quando falaram. Fui ver de perto, só acreditava vendo. Pois era. Ele tateava os parafusos, passava os dedos na porca, no

parafuso mesmo, enfiava um no outro e jogava o parafuso acasalado numa caixa ao lado. Fiquei um par de minutos olhando pra ele. O barulho das lixadeiras fez apagar a minha presença.

Às quatro e meia, o trem das quatro e quinze chegava em São Miguel, os passageiros apertando o nariz pra se livrarem do cheiro de gás que a Nitroquímica soltava já de manhã, bem cedo, das suas altas chaminés, cheiro de bufá, fumaça amarelada, fedentina de cortar com a faca, aqui, o trem já vinha cheio. Gente pendurada nas portas, a composição sempre atrasada, gente segurando nos ganchos dormindo em pé, o calor dentro do vagão indiferente ao frio que já começava nesse mês de maio lá fora, dentro o calor de corpo se misturando ao cheiro fedorento da química, calor de suor, os vidros quebrados nas janelas, os vidros das portas não existindo, só o buraco na madeira, o segundo trem da manhã. Os olhares pesados, sonados de noites maldormidas, o sol fraco da manhã ainda ia demorar a aparecer e iria na certa se confundir com a fumaça amarela que o vento sopra em direção aos vagões.

Às sete a fábrica começa a se movimentar, vai se movimentando, o barulho das máquinas soa longe, os carros saindo prontos, mais apressados da montagem final, agora em número maior. O meu carrinho rangendo as rodas na subida do pátio com tanto peso, peças contadas e recontadas no almojarifado, caindo pelas bordas, escapulindo, eu ajeitando, o carrinho chiando, as rodas moles. Um carro novo saindo atrás do outro, já prontos, carimbados, conferidos, prontos pra rodar, ir pra vitrines, ficar rodando por aí no asfalto negro que cobre as estradas, passando agora por mim, devagar, no rumo do pátio.

O trem toda manhã atrasava. No entroncamento, no acasalamento de linhas, da que vinha de Guaiianases, da que trazia a gente de São Miguel, o trem estancava e ficava esperando o sinal abrir, aguardando o outro trem passar, atrasado também, o pessoal dentro dos vagões ficando impaciente, alguns, se pudesse saltar, até que saltavam. A porta aberta entrando ar, gente pendurada nela, mas longe do chão, longe do trabalho, um horário a cumprir.

Vezes algum carro aparecia no pátio sem o carimbo de aprovado. O carro voltava. O feitor encarregado olhava de cima a baixo o automóvel e carimbava a papeleta. Os funileiros, no banheiro, reclamavam. Xingavam as peças malfeitas, mal imprensadas, as ferramentas nas pressas que lhes tomavam um tempo maior em acertar a lataria dos carros, o feitor em cima cobrando, apressando, a lixa elétrica afinando as chapas no retoque, as chapas cada vez mais se alisando, tomando forma, mas ficando uma pele fina de aço, e diziam mais: essas merdas de carro vão enferrujar em menos de seis meses! Eu nem ligava. Ficava de ouvido em pé era quando falavam de facão, do desemprego, de mandar alguém embora. Tudo, agora, na maior calma. Quatro meses sem ninguém falar de corte de pessoal. Estranho, achava. Calmaria, sim. Os carros saíam da montagem e desapareciam no outro dia bem cedo. O pátio enchia, esvaziava, enchia, de manhã tava vazio de novo. O meu carrinho subia a ladeira mais vezes por dia, por pouco não dava conta, eu empurrando com minha força já morta nessas horas de fim de tarde, os braços cansados, as pernas doendo. E o trabalho dobrava até a noite. O alemão Alfredo, que mês ajudava na contagem das peças, tinha me avisado que não renegasse serviço, hora extra, até mais tarde se for preciso, ele disse, pois no primeiro facão os homens do pessoal guardavam tudo isso, marcado na ficha de cada um, e esses eram os primeiros a ter a cabeça cortada na hora do facão, completou.

O relógio despertador berrava o trinado às três e meia. Menos domingo. Aí, na pressa da montagem, a produção precisava aumentar, até o domingo se foi. Também, domingo. O sentimento de saber que o dia de descanso, das prosas nos bares, foi se acabando, doía. Nada podia fazer. Perguntavam

por mim, os companheiros de quarto diziam: nos olhos roxos de sonados traz o dinheiro do pagamento. E o feitor tinha avisado: “quem não quiser trabalhar no domingo pode ficar em casa”, mas olhou nos olhos de todo mundo que lhe rodeava – “no primeiro facão cabeças vão rolar”. Vinha todo mundo.

A energia caía. O trem estancava a velocidade, ia morrendo, parando, parava. O frio de julho entrando pelos vidros quebrados das janelas, entrando no pessoal reunido dentro do vagão, todos na espera da nova partida. Nada. As horas corriam ligeiras. O vento gelado entrando nas blusas grossas, nada adiantando, o calor dos corpos sendo agora tão bom, quente, nem sentia o cheiro de suor, a chuva molhada molhando pelas janelas abertas, sem anteparo de vidros, no primeiro vagão, na segunda composição da madrugada, linha leste.

E Alfredo, que me ajudava na contagem das peças era de sobrenome, Moeller. Alemão?, parecia. Falava a língua alemã. Nos corredores ele cruzava com os grandes chefes e falavam na mesma língua atravessada. Eu ouvia e ficava na mesma. Cismava, só. Por que Alfredo falava a mesma linguagem deles, era alemão mesmo?, e continuava a contar e recontar peças, no mesmo serviço, fazendo as mesmas horas extras, vindo no domingo, pedido com o olhar de facão do feitor, e Alfredo nem era chefe por mais baixo que fosse? E tinha operário ferramenteiro vindo da Alemanha, alemão mesmo de cor vermelha no rosto, ganhando três vezes mais que os ferramenteiros daqui, e eles ainda com hotel do bom pago pela firma. Eu matutava e nada entendia. Imaginei que Alfredo tivesse sangue judeu. Perguntei pra ele, não me respondeu. Velho? Não muito. Por quê? Nunca soube.

Naquela manhã de setembro o frio já a caminho de ir embora, o trem parou na estação a caminho do Brás e a luz piscou duas vezes, se apagou de vez, a composição morreu com as portas escancaradas, as pessoas começaram a saltar na plataforma, caindo alguns no vão perto dos trilhos, a ponto de fazer alguma arte no corpo, correndo pra pegar o outro trem que também subia ao rumo do Brás, pela outra linha. O outro trem parou, a multidão arrodeou os vagões cheios de gente e ficaram se empurrando, fazendo força na entrada, mas só movimento de corpo, não cabia nos vagões nem pensamento grande. Aí, vi João Jacinto. Vi não, ouvi a voz dele, de longe lá no meio da multidão que tomava de canto a canto a estação.

Ele gritava mostrando o trem que a gente vinha, vazio. “Quebra esta bosta de trem! Quebra, com a mão, pé, pedra!”, gritava ele. Pedras surgiram não sei de onde, agora vi, catadas no leito da ferrovia por mãos raivosas. Vidros inteiros voavam em pedaços pra dentro da composição parada. Gritos de raiva entoavam mais: “quebra, quebra”; homens armados saíram da estação e enfrentaram, caminhando medrosos. João Jacinto, eu vi, por esta luz que me alumia, ele sentir na frente da multidão a força fraquejar, o sangue descer pela camisa azul e banhar o peito magrento, as pernas dele se descomandarem, arriarem, ir arrindo e encontrar o chão melado do próprio sangue dele, ele ouvindo os gritos da multidão: “criminosos, assassinos” – para os homens que se aproximavam de armas na mão, eles entre si, falando: “foi ele, foi ele quem começou”; as vozes, os fios de vozes entrando no ouvido de João Jacinto, baixinho, baixando, se desvolumando.

Por mais primeiro chegou um só carro. Chapa de Santos. Depois outro. Chapa do Rio. Mais outro, mais outro, outro mais. Chapas de Recife, Fortaleza, Natal. A ferrugem comendo as latarias pintadas de amarelo, azul, vermelho, o dedo afundando à menor pressão nas chapas que os funileiros meses atrás tinham alisado, alisavam, reclamavam, as chapas perdendo a cor original, desfiando o aço gasto na fraqueza dele. Lembrei, como nunca, das reclamações, aquele dia, no banheiro.

E nas segundas o ônibus da empresa rumo a São Bernardo, dentro só comentários do domingo, da comida melhor, do dia inteiro passado em casa

sem disposição pra nada, do Sílvio Santos do meio-dia às oito da noite na televisão – “viu aquilo?, aquilo outro?” –, comendo a macarronada em frente à televisão, a preguiça até de mudar de estação, e a loteria esportiva, um sonho tão distante, as discussões e torcida que na próxima semana, enfim, acertaria. E na terça, ainda, uma sobra dos comentários do domingo passado e que na quarta só restava o silêncio dos corpos cansados ou a prosa da situação da firma.

Os carros voltando enferrujados. Eu pouco falava, o dia de ontem é como o de hoje, trabalhei no domingo.

Às sete da noite o ônibus da empresa vai nos deixando na calçada da Rangel Pestana. Desço. Corro. Passo em frente à pensão, me perco no movimento da tarde até a estação do Brás. Os trens, já escurecendo, não tão escuro, as luzes dos postes acesas todas, saem atochados de gente. Pior que os trens da manhã. Não se nota muito, pois é o caminho de volta. Não tem horário a cumprir. A hora da volta, a hora de se chegar em casa, não é marcada num cartão de ponto. O cansaço do dia tira a vontade de reclamar. Alguns, dentro do vagão cheio, em grupos, mesmo sem poderem bulir, encostados à porta, cantam. Modinhas que o rádio e a televisão tocam. Outros ainda conseguem tirar algum sorriso da boca. Poucos. Heróis, acho.

Aqui na fábrica há gente de toda vencidade. Empurrando o carrinho, ia conhecendo todos eles. Conhecendo chefes, feitores de capas azuis, cinzas, amarelas, sobre as camisas, cada um com a sua autoridade; operários marcados com o macacão azul, as pernas do macacão encolhidas acima das botas, cada um sem a sua autoridade, sujos de óleo, de suor, de graxa. Todos com suas histórias que são muitas.

Há muito tinha descoberto no pensamento que o carrinho que empurava pra montagem final, todo o dia várias vezes, era um aparelho de medição do trabalho, era o meio de saber como tava o serviço, qual era a saída dos carros na linha de montagem. O carrinho ficando mais leve de dia pra dia, os pedidos de peças diminuindo. No pátio se misturando aos carros novos, poucos, brilhantes, cheirando a benzina, a cola recente nos estofamentos, os carros velhos vindos com papel pregado no pára-brisa, na garantia ainda, as portas roídas nas dobradiças, os pára-lamas carcomidos, feios, as cores diversas despelando pelancas, furando a lataria, e a chuva que caía todo o dia ainda mais aumentando a ferrugem vermelha. Os diretores andando pela fábrica, nervosos, nem ligando pro Alfredo, que queria conversar com eles, eles falando em alemão um pro outro, vendo que era difícil arremediar o mal de verem os carros voltando enferrujados. Eu nem ligando, sondando a vida do Alfredo, ele sem querer falar. Nada falava.

As vistas doendo, pregadas, querendo fechar; remelentas, nas manhãs. O vento com chuva, o frio doído, mãos duras se batendo nas paredes, até a torneira no meio dos quartos, a água descendo, doendo como pedra, os dedos molhados somente limpando o sujo dos olhos. Novamente, como toda manhã, o trem. Chegaria hoje na hora certa? O ônibus da firma esquentando o motor na Rua Piratininga. Os vidros dentro embaçados, as poltronas frias, úmidas, esperando. O motorista olho pregado no relógio de pulso aguardando a hora de pegar o movimento da Avenida do Estado, Avenida Dom Pedro, passando pelo Ipiranga, Sacomã, Via Anchieta. Eu imaginando o carrinho que de semana a semana subia a ladeira mais vazio. Mais leve. As rodas batendo sem muito ranger, com mais ligeireza. Do carrinho vendo, sentia, que era o trabalho minguando, o medo estampado nos rostos das pessoas no ônibus, na entrada da fábrica às sete da manhã, na chapeira marcando o ponto e todo o resto do dia. E o medo dentro do banheiro. De manhã à noite o banheiro se enchia de gente, pouca gente mesmo pra fazer as necessidades, mais, muito mais, pra prosear, saber das opiniões dos outros. Surgiam boatos, conversas de todas as vencidades,

boas, más, quase todas más, e todo mundo esperando, aguardando o final dessa história toda.

Próximo do carnaval eu sabia que os meus dias estavam contados. Não fazia mais hora extra, não vinha aos domingos mesmo com o olhar de facão do feitor, perdia o dia inteiro conversando com um, com outro e olhando a Via Anchieta, os carros descendo e subindo as pistas. Vendo a garoa fina de São Bernardo, o sol mortiço apagado no céu. Vendo dinheiro sendo emprestado pelos supervisores aos operários, a usura enchendo os bolsos de poucos, muitos tomando pra pagar com jutos altos no fim do mês. Então, ficava colhendo algumas opiniões dos operários, no banheiro, que como eu, sem qualificação nenhuma, quase todos migrantes, vindos da Bahia, Minas, Pernambuco, Ceará.

– Eu até gosto. Me dão comida, fardamento e me pagam, não é muito, mas é melhor do que os salários de construtora.

– Não, nunca me sindicalizei não. Moro muito longe do sindicato e, já que a única serventia do sindicato é o médico, prefiro procurar outros meios.

– Hora extra não é obrigado não. Eu sei. Mas a gente vem, mesmo no domingo, senão, quando começar o facão, quem não vem é o primeiro da fila.

– Gosto daqui muito. O trabalho é corrido, é. Mas lá onde a gente morava é só miséria, aqui é mesmo que tá dentro do céu.

– Ando fazendo um pé-de-meia. Na primeira leva do facão, pego o dinheiro que tenho e compro um terreninho lá na minha terra. A mulher nisso me apoya.

Fiquei dois anos e meio, novecentos dias esperando, toda manhã, em ser posto pra fora, vendo o medo passeando em todos, assim esperando, assim trabalhando. O coração palpitando forte no chegante da manhã; na hora de marcar o ponto, o dia inteiro assustado nos chamamentos pra qualquer coisa que partisse de chefe, feitor, o pensamento voltado pra casa, ali no serviço corrido, na família, lá longe em outros bairros.

O ano passado eu já tinha saído, soube pelos jornais que a fabricação do tal carro tinha parado e terminavam dizendo: por que apodrecem tão depressa os carros nacionais? Vi o resto do pessoal, os da pintura, os funileiros, da montagem final, todos, alguns cochichando no banheiro, outros entrando de férias coletivas, mais outros indo embora. Vendo o caminho e descaminho da indústria de automóveis: de pegar gente pra trabalhar enquanto se vende muito, aí vai a produção decaendo um pouco, minguando, os empregados sendo mandados embora como tinha chegado. Parecia que tava vendo o velho Alfredo novamente procurando emprego, a sua língua alemã atravessada na boca que não adiantava nada, arrastando a carteira profissional outra vez em branco, na força dos seus cinquenta anos.

Agora, me botando letrado. Poderia resumir aqui todo um histórico do crescimento da Ford, VW, GM, Karmann-Ghia, Mercedes, Scania, Toyota. Enumerar o total de migrantes que estão aqui, hoje, na indústria automobilística, fazendo o seu papel de peão, aqueles sem instrução nenhuma, mal sabem assinar o nome, o operário especializado. Mas, pra quê!

No mês passado paguei os dez dias de pensão que eu devia ao homem da Rangel Pestana. Soube que uma indústria automobilística tinha feito queimadas na Amazônia, a pastagem ia tomar conta dos milhares de hectares onde era antes mataria, o gado ia habitar as terras, era o novo investimento? Soube mais, que vão mandar milhares de empregados esse ano embora e que os investimentos em São José dos Campos e a criação de gados nas fazendas Bordon e Vale do Rio Cristalino, na Amazônia, vão indo bem, obrigado!

Continuo andando de trem, no segundo trem da manhã e no fim da tarde, na volta a São Miguel. Quando o trem chega no entroncamento de linhas ainda espera a composição que vem de Guianases passar, depois,

sempre atrasado, ele viaja. Dias, as luzes se apagam, o trem teima em não andar. As portas abertas com gente pendurada, mas o chão tão longe, lá embaixo. Nunca ninguém teve coragem de saltar. Não vi mais João Jacinto. Também, não sei aonde foi enterrado João Serafim. Ando esperando encontrar qualquer dia desse, se ainda é vivo, o vulto conhecido de João Jacinto. Um dia ele aparece. Sei. Até as pedras se encontram, quanto mais a gente que vive correndo pra lá e pra cá. Vou esperando. Esperando tudo, pois nunca estive, como agora, tão perto das verdades, tão vazio de esperanças, tão oco de sonhos.⁸⁴

Histórias de Joões, Juvenais, Alfredos e de tantos outros sujeitos sociais. Histórias nas quais podemos sentir seus sentimentos; sua fome, quando não se alimentam; suas expectativas quanto à procura de emprego e seus temores em relação ao “facão” que gera instabilidade e traz consequências que contrariam a sobrevivência na cidade. São histórias de horas extras, horas que não voltam mais, de ritmos de trabalho “ligeiro, sem tempo nem pra pensar nos problemas”; de domingos perdidos, de vidas marcadas por pressões produtivas, sociais e também políticas. Enfim, são histórias de dominação (mas também de resistência) e subordinação, numa sociedade capitalista cujas relações desiguais deixam as pessoas cada vez mais “vazias de esperanças e ocas de sonhos”.

Na nona tese “Sobre o Conceito de História”⁸⁵, Walter Benjamin faz uma leitura alegórica do quadro de Paul Klee, intitulado “Angelus Novus”. Em sua interpretação, o anjo que representa a história estaria olhando para o passado, assombrado perante toda a destruição produzida e acumulada pelo desenvolvimento capitalista ao longo do tempo, revelando, assim, uma outra face da modernidade. Na concepção de Benjamin, o que o progresso capitalista produz aproxima-se muito mais de uma perspectiva de dilaceramento do social do que com um suposto

⁸⁴ JATOBÁ, Roniwalter. Trabalhadores. In: _____. *Crônicas da vida operária*. Op. cit., p. 42-60. Roniwalter empregou-se na indústria automobilística, na empresa Karmann-Ghia, em março de 1970. Dessa experiência, começou a escrever o livro, que foi lançado, pela primeira vez, em 1978. Concorreu ao Prêmio Casa das Américas

⁸⁵ “Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas assas com tanta força que ele não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” BENJAMIN. Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1). p. 226.

progresso que admite melhorias nas condições humanas de existência. Partindo desse pressuposto, a análise sobre o processo de industrialização e urbanização brasileiro tem se constituído em perspectivas outras que não a da compreensão de que esse período, na escala progressista linear da história, tenha se configurado como um estágio superior e mais bem desenvolvido em relação a um Brasil rural, supostamente “atrasado”.

Referências constituídas a partir das experiências e vivências dos trabalhadores – das quais muitas perpassam não por uma produção intelectualizada acerca dessas experiências históricas, mas das iniciativas dos próprios sujeitos trabalhadores de registro de suas vivências – têm evidenciado um processo em que muitos homens e mulheres, longe de terem vivenciado uma transformação que os conduzisse a estágios superiores de satisfação e realização humana através do trabalho, estiveram, na verdade, submetidos a uma lógica de reprodução e dominação que tende a anulá-los enquanto sujeitos sociais, portadores de sentimentos, limites, necessidades, sonhos, valores e ideais, para transformá-los em força produtiva disciplinada de trabalho.

Para que todo esse cenário de destruição visualizado pelo anjo (injustiça, desigualdade, dominação, relações de poder e subordinação de classe) fosse superado e profundas transformações sociais ocorressem, Benjamin sinalizava que seria necessário problematizar a ideia de progresso, a partir da reconstrução das experiências dos “vencidos”, as quais deveriam fazer-se presentes em diferentes temporalidades históricas. O passado, no entanto, não se limitaria a fornecer informações dos acontecimentos tal qual eles ocorreram. As articulações e relações a serem estabelecidas com as experiências passadas partiriam das questões que são colocadas pelo presente, configurando, portanto, um sentido que parte do presente para o passado, a fim de se estabelecer outros valores e perspectivas capazes de indicar outras possibilidades de convivência e experiências sociais, econômicas e políticas. Caberia ao “materialismo histórico fixar uma imagem do passado” e ao historiador comprometido com o social, o trabalho de “despertar

nesse passado as centelhas da esperança [...], pois os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”⁸⁶.

A memória cumpriria, nesse sentido, uma função social de especial importância quanto à construção de uma sociedade livre da dominação capitalista: a de se constituir em um canal de comunicação a partir do qual as experiências estabelecidas no passado pudessem ser problematizadas (a partir de um posicionamento social e político alternativo) e articuladas às experiências de classe na temporalidade presente, levando à formação e mobilização da classe trabalhadora. Diferentes registros socialmente produzidos, dentre eles a literatura, cumprem esse sentido social. As histórias do trabalhador João são histórias parecidas com as nossas, que não fomos empregados pelas indústrias automobilísticas de São Paulo, mas fomos e somos, em outros sentidos, trabalhadores. Suas perdas são as nossas, suas desilusões sociais nos acompanham e suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho não poderiam ser de outros, senão nossas.

Seriam, então, essas as histórias ruins para a memória empresarial? Ou pior que essas histórias seriam os sentidos subversivos de transformação social que elas carregam? Seria preciso pensar na elaboração de um sentido diferente do apresentado por essas histórias? Seria, ainda, preciso desconstruir as desigualdades e os processos de dominação desenvolvidos na sociedade capitalista? Tais indagações orientam-nos à compreensão de que a memória tem se constituído como um campo de atuação política também para os setores empresariais. Assim como os movimentos sociais tinham consciência da importância da conservação de suas histórias e memórias para a produção de outras perspectivas sociopolíticas, as empresas também passaram a compreender que a memória, incorporada a partir das questões levantadas pela história social, poderia ser articulada no sentido de forjar uma identidade institucional comum (pensada a partir de histórias individualizadas e separadas), capaz de atuar como solvente das contradições, conflitos e desigualdades, estabelecendo uma progressiva

⁸⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Op. cit. p. 224. Sexta tese “Sobre o Conceito de História”.

desarticulação da classe trabalhadora, a partir, sobretudo, da utilização das narrativas de seus “colaboradores” no projeto de memória da empresa.

A memória tem se constituído, portanto, em um campo de luta em torno do qual se desenvolvem oposições e embates que nem sempre são explicitados. Por trás de todos os argumentos que se constituem em possíveis explicações que procuram legitimar as práticas de memória empresarial (responsabilidade histórica e social, elemento de comunicação e marketing, forma de valorização da cidadania e transparência), existe um outro componente inconfesso: o receio de que o passado, recuperado através das abordagens que preconizam uma mudança radical e profunda nas formas de organização social e política, transforme o presente alterando os princípios de dominação que sustentam.

1.2 – Intelectuais: atuação profissional e política dos historiadores no campo da memória

Ao analisar os diferentes usos que se podem fazer da história e dos conhecimentos que dela emanam, Josep Fontana, em suas considerações sobre o historicismo e as implicações políticas de seus fundamentos na construção de unidades nacionais, nos leva à reflexão sobre as posições e atuações que um pesquisador/historiador pode assumir perante a sua sociedade. Numa Alemanha, do início do século XIX, que se via na condição de conter a ameaça revolucionária, construir um sentido de nacionalidade fundamentado em um consenso social poderia refrear e ainda tornarem inconsistentes as perspectivas e projetos dissidentes, que colocavam em evidência as diferenças e desigualdades de classe daquela sociedade que se estruturava por princípios e relações sociais produtivas capitalistas. Para que essa coesão nacional e suas perspectivas ideológicas se concretizassem, os dirigentes da sociedade alemã recrutaram alguns historiadores, que, agora, na condição de funcionários do estado germânico em formação, deveriam trabalhar na construção de uma cultura nacional unitária, cujas bases

advinham de elementos que deveriam ser recuperados de um passado considerado comum. Em suas colocações, Fontana dimensiona essas relações profissionais que foram firmadas pelos historiadores naquela conjuntura:

Os dirigentes da sociedade perceberam, desde o início, a necessidade de fechar as portas às ideias subversivas e de ajudar a criar um consenso social. [...] Ofereciam aos intelectuais bem-estar econômico e promoção social, recebendo deles, em troca, as armas ideológicas para fazer frente à subversão sob a forma de uma cultura nacional que se apresentava dissociada do terreno da política e renunciava às funções de crítica social assumidas pelos intelectuais da Ilustração.⁸⁷

Tais funções assumidas pelos historiadores comprometem a noção de autonomia racional, fundada pelos filósofos e intelectuais da Ilustração Francesa. Em sua acepção moderna, os intelectuais surgem como sujeitos que, não estando submetidos aos interesses das diferentes instituições, sejam elas, religiosas, estatais ou de qualquer outra natureza, gozam de uma relativa independência que lhes confere uma autoridade, tanto teórica quanto prática, para criticar as formas de organização social e política, inclusive da sociedade na qual estão inseridos. Enquanto sujeitos que pensam sobre os problemas da realidade e da trajetória humana em sociedade, os intelectuais autônomos conseguem alcançar toda uma vitalidade crítica que conduz às diferentes possibilidades e sentidos sociais desenvolvidos no interior do processo histórico, o que evidencia outros pontos de vista, que trazem para a cena histórica múltiplos sentidos – divergentes e conflitantes – que se constituem socialmente. Portanto, o papel e, consequentemente, a importância do intelectual na sociedade⁸⁸ perpassa pela questão da crítica, ou da formulação de um saber crítico. Renunciar a essa condições, ou seja, renunciar à autonomia intelectual através da vinculação institucional, significa assumir uma posição de ideólogo, que trabalha pela/na

⁸⁷ FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 223.

⁸⁸ Sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea, Beatriz Sarlo produz uma importante análise sobre o lugar dos intelectuais (e da crítica intelectual) na sociedade argentina. Ver: SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. cit.

justificação e legitimação de determinadas concepções sociais – com suas formas consensuais – em detrimento de outras.⁸⁹

Seriam, então, os historiadores situados na Alemanha no século XIX, intelectuais ou ideólogos dos grupos sociais dominantes? Essa é uma questão de definição de posicionamentos e escolhas sociopolíticas. A partir das atuações profissionais e escolhas metodológicas que foram pautadas no historicismo, os conhecimentos produzidos por aqueles historiadores, agora submetidos à esfera institucional, longe de se caracterizarem como uma ingênua pretensão de se explicar cientificamente os acontecimentos tal qual eles um dia ocorreram, assumiam abordagens e interpretações acríticas, projetadas no sentido de ocultar e disfarçar as diferenças e conflitos de classes, mediante estabelecimento de relações de troca com os poderes instituídos. O historiador, portanto, enquanto sujeito social de seu tempo (e não como um simples profissional dissociado das relações sociais) assume escolhas que não são só escolhas metodológicas, mas são, sobretudo, escolhas sociais e políticas, que trazem implicações para a vida em sociedade.

A problemática levantada por Fontana, quanto às possibilidades de atuação profissional dos historiadores na esfera institucional (pública ou privada), cujas práticas do ofício podem levar a um avigoramento de determinadas políticas conservadoras que reafirmam processos de dominação, possibilitou refletir sobre o papel dos intelectuais, sobretudo, dos historiadores, nos projetos de memória das empresas: Qual a participação dos historiadores na elaboração dos projetos de memória empresarial e na formação de uma identidade histórico-institucional? Com quais significações sociais estariam se comprometendo? De que lugar social estão falando?

As demandas apresentadas pelas instituições empresariais, no campo da memória, ampliaram e inauguraram diferentes possibilidades de trabalho para os profissionais envolvidos com os procedimentos de investigação histórica. Muitas empresas passaram a contratar mão de obra qualificada de profissionais de diversas áreas do conhecimento, também da história, para organização de seus acervos,

⁸⁹ As discussões sobre os intelectuais, estabelecidas por Marilena Chauí, levam-nos ao entendimento da concepção de engajamento e, em contrapartida, das funções de ideólogos assumidas por muitos profissionais. Ver: CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

elaboração de centros de documentação e memória, construção de ambientes museológicos e exposições temporárias, elaboração de pesquisa histórica, livros e textos sobre a história das instituições empresariais e produção de fontes orais. Perante uma massa disforme e variada de documentos, narrativas e objetos, os historiadores, enquanto contratados, assumiram a função de selecionar o que de mais representativo iria compor uma específica historicidade e identidade das empresas, as quais estavam, agora, na condição de clientes que encomendavam trabalhos aos profissionais da história. Desenvolvia-se aí uma relação de troca, em que o trabalho dos historiadores, mediante remuneração salarial, estaria a serviço dos interesses institucionais, tal qual na Alemanha do século XIX, porém, não mais para o Estado, mas para uma empresa capitalista.

Tal relação historiadores/empresas foi desenvolvida não só de forma direta, com as instituições empresariais efetivando a contratação dos historiadores, como também foi fomentada por intermediações que se constituíram nesse processo: através das atuações das empresas especializadas em memória, que cumpriam o papel de ligar os profissionais historiadores às instituições empresariais demandantes dos serviços de memória. A ampla movimentação em torno da formação de uma memória empresarial, que se firmava como um mercado cada vez mais promissor, suscitou a criação de agências, ou empresas especializadas, que fizeram da memória seu principal produto de negociação, obtido através da terceirização do trabalho dos historiadores e de profissionais de áreas diversas do conhecimento (arquivologia, museologia, biblioteconomia, comunicação e marketing).

Os historiadores estariam, portanto, submetendo-se à lógica empresarial não só na forma de “capital intelectual” individual, provedores de instrumentos ideológicos de intervenção e controle social, como também através do processo pelo qual muitos pesquisadores se tornaram empresários e empregadores, atrelados às perspectivas de fornecimento de assessoria e soluções integradas às grandes corporações empresariais, em termos de produção de memória. Estabelecia-se, aí, uma rede de colaboração mútua em torno da memória empresarial: os historiadores absorviam as demandas de memória das instituições empresariais e estas, por sua vez, atendiam aos anseios das pequenas empresas de memória, que – com as

possibilidades historiográficas, sociais e arquivísticas projetadas a partir da conjuntura dos anos de 1980 –, se formaram pelo país, sobretudo, na capital paulista. As recordações de Flávia Borges Pereira, fundadora da “Tempo e Memória”, indicam os processos de constituição, as relações e transformações vividas pelas empresas de memória a partir dos trabalhos e contratos estabelecidos com as instituições empresariais:

Nossa história começou na avenida Rouxinol, 561. Para ser mais precisa, no escritório de meu pai, que ficava nos fundos da casa, onde ele e minha mãe moram até hoje. Foi muito importante mais esse “suporte” de meus pais, que nos acolheram e abraçaram nosso sonho com entusiasmo. Assim como a sala, as mesas, a velha máquina de escrever – isso mesmo, uma Olivetti! –, o sofá, as cadeiras e até o telefone eram cedidos para que usássemos. Quando o telefone tocava, meu pai atendia: “Tempo&Memória!”. [...] Foram muitas reuniões para discutirmos qual seria nosso produto, muitas consultas a jornais e revistas especializados para definirmos nicho de mercado e clientes potenciais, sem contar almoços de negócio e encontros com pessoas indicadas por amigos e por meu marido, que trabalhava em uma multinacional, para trocar ideias e aprender um pouco sobre o novo mundo no qual estávamos ingressando. [...] Conseguimos nosso terceiro e grande cliente: Klabin. A partir de então, a T&M ingressou em uma nova fase. Mudamos para uma sala em um prédio de escritórios na Avenida Faria Lima, esquina com a Avenida Rebouças, e tivemos de contratar uma pesquisadora...⁹⁰

As instituições empresariais, com suas demandas de memória, estavam realizando os sonhos de muitos profissionais/pesquisadores, com formação superior, que se enveredaram pela constituição do próprio negócio. A memória empresarial tornava-se, nesse sentido, uma grande oportunidade de trabalho para essas empresas de memória que expandiram significativamente suas atuações e agregaram outros profissionais a partir dos contratos firmados com diferentes instituições empresariais.

Nesse processo, de desenvolvimento da memória empresarial em articulação com os historiadores e com suas empresas de memória, a USP – Universidade de São Paulo – desempenhou um papel fundamental. Dentre as principais empresas de memória que se estabeleceram pelo país, ou seja, que se estabeleceram em São

⁹⁰ PEREIRA, Flávia Borges. Como tudo começou. *Em Tempo Editorial*, São Paulo, n. 2, p. 4, abr./maio/jun.2009.

Paulo, a USP fora a instituição superior formadora de seus fundadores. A notícia do jornal Folha de S. Paulo sobre a constituição de empresas de memória por historiadores, na década de 1980, dimensiona e nos leva à Universidade de São Paulo, num processo, para nós, de reconstituição das redes de apoio, articulação e comunicação que foram estabelecidas em torno da memória empresarial:

Imagens 17 e 18: Notícia de jornal sobre assessoria prestada por historiadores a instituições empresariais. SANTOS, Fernando. Historiadores prestam assessoria a empresas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. F2, 13 jul. 1989. Para acesso, ver acervo Folha de S. Paulo no endereço eletrônico: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1989/07/13/346/>>. Caderno Portofolha. Acesso em: 4 jun. 2013.

No ano de 1989 o país vivia um processo de sucessão eleitoral entre os candidatos Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva – então representante dos diferentes movimentos sociais que se constituíram em articulação com os trabalhadores e suas lutas. No jornal Folha de São Paulo, do dia 13 de Julho, a matéria sobre as empresas de historiadores se associava a outras, apresentadas no caderno principal (primeiro caderno), em que o foco estava sobre os candidatos em disputa eleitoral. Lula e Collor se contrapunham (em proporções desiguais) em matérias tais como: “PT usa carros oficiais na campanha de Lula” – matéria em que o candidato Luiz Inácio é acusado de se utilizar de carros oficiais

para promoção de sua campanha eleitoral, o que evidenciaria um processo de corrupção a envolver o candidato e as prefeituras petistas de São Paulo – e, “Collor apresenta suas propostas para governar”, “Candidato [Collor] começou na política no fim dos anos 70”, “Na juventude em Brasília, temido mestre de caratê”, “Poucas propriedades”. Nas várias matérias publicadas sobre Fernando Collor, ele aparece como o homem a combater a corrupção (anteriormente associada a Lula e ao PT), como um jovem esportista que não era rico, porque tinha poucas propriedades, e como o candidato com maiores chances de ganhar as eleições, pois estava em plena ascensão na disputa eleitoral daquele ano.

Nesse movimento empreendido pelo jornal, é apresentada, ainda, uma matéria – “Cresce o número de empresas preocupadas com transparência” – em que se evidencia a crescente preocupação das empresas em estabelecer um processo comunicacional com a sociedade, a fim de tornarem claras suas atuações, prevenindo, assim, preconceitos, constituindo conceitos e mudando imagens já estabelecidas em torno das práticas sociais empresariais. A perspectiva construída no jogo das matérias apresentadas é que as empresas, assim como Collor, trabalhem para vencer os processos em disputa na sociedade, evidenciando os escândalos praticados por aqueles que surgem na cena política daquela conjuntura como força social ativa. As empresas emergem, nessa direção, como agentes da transparência a organizarem e reconstituírem os sentidos da história.

A posição da matéria no jornal – situada ao lado da notícia sobre o empreendimento dos historiadores no ramo da memória – indica que esse trabalho deverá ser realizado pelas empresas especializadas em memória que estavam se estabelecendo em São Paulo, cujos profissionais eram formados pela maior instituição universitária do país (pela USP), segundo ranking divulgado pela própria Folha de S. Paulo.

Nessa rede que então se constituía em torno da memória empresarial, a USP situava-se e articulava-se nesse processo como instituição superior formadora de profissionais – não só da História, como de outras áreas do conhecimento – aptos para a elaboração, organização e comunicação das historicidades empresariais. Já na década de 1960, a USP, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

começou a desenvolver estudos sobre o universo empresarial.⁹¹ Ao longo desse percurso, a disciplina “História Empresarial” foi inserida na grade curricular da graduação do curso de História com o objetivo de:

Introduzir a questão da memória empresarial, ou da história corporativa, buscando definir sua função no mundo empresarial e os mecanismos para sua utilização como provedora de documentos históricos para estudos de história econômica e social.⁹²

O curso de História oferecia, ainda, a disciplina “Introdução à Arquivologia”, campo que passou por profundas transformações quando a tipologia das instituições de custódia de documentos começou a mudar no país, deixando de ser uma prerrogativa do Estado e da Igreja para se estender a diferentes instituições, inclusive empresariais.

Esta foi a base para que alguns alunos do curso de História da instituição se lançassem no mercado da memória empresarial.⁹³ Uma das primeiras empresas na área de memória criada no Brasil, especializada no trabalho com a memória empresarial, foi a empresa “Memória e Identidade”. Inaugurada em 1988, por um grupo de pessoas graduadas em História e pós-graduadas em arquivística e documentação⁹⁴, a empresa “Memória e Identidade” formou grupos de trabalhos

⁹¹ Tais estudos foram iniciados no Departamento de Sociologia, através do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), no qual se situaram pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Leônio Martins Rodrigues, dentre outros sociólogos.

⁹² Objetivos da disciplina FLH0118 – História Empresarial, oferecida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, graduação (bacharelado) do curso de História. VER: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0118&codcur=8030&codhab=104>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

⁹³ A instituição tornou-se base de aprendizado não só para os historiadores, como também para os estudantes da graduação e pós-graduação do curso de Comunicação Social. Na graduação, a ECA (Escola de Comunicação e Arte) oferece a disciplina “Comunicação Organizacional” e, na pós-graduação, “Comunicação organizacional: preceitos, processos, novas interfaces e desafios” (oferecida no curso de especialização Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas, ministrada por Paulo Nassar) e “Tópicos Especiais – Tecnologia e Memória” (Oferecida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração “Cultura e Informação”).

⁹⁴ A empresa “Memória e Identidade” foi fundada por Elisabeth Totini, Carlos Marcondes e Flávia Borges, todos graduados em História pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, a empresa conta com uma equipe composta pela fundadora e diretora da empresa Beth Totini, que é graduada em História pela Universidade de São Paulo e pós-graduada em Arquivística e Documentação pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Conta com uma supervisora responsável por projetos na área de sistemas de arquivos e informações – Cristina Borrego – que também é graduada em História pela USP, pós-graduada em Arquivística e Documentação pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e especialista em Gestão do Conhecimento pela Fundação Getúlio

com profissionais que realizaram trabalhos variados para diferentes instituições empresariais. Desenvolveram pesquisa histórica e elaboraram conteúdos para a composição de produtos institucionais para empresas, como a Sadia, Gol, Toyota do Brasil, Volkswagen, Gerdau, Unimed, e Philips-Walita. Trabalharam na implantação de sistemas de arquivos e informações para a Basf, Eletropaulo Metropolitana, Monsanto, Casas Bahia, Bayer, Gol, Natura e também para o Grupo Suzano. Implantaram e promoveram a gestão de centros de documentação e memória para as empresas Garoto, Embraco, Ipiranga, BM&F, Embraer, Natura, Belgo, Suzano, dentre outras empresas.

Acompanhando essa mesma linha de atuação, ainda em 1988, foi criada a “Tempo e Memória”, empresa responsável pela criação de vários centros de documentação e memória empresarial, dentre eles, o Centro de Memória Bunge, Centro de Memória Sadia, Centro de Documentação e Memória Klabin, Centro de Memória Bosch, Centro Histórico Einstein, Espaço Itaú Unibanco, Centro de Memória J. Macêdo e Centro de Memória CR Almeida. A “Tempo e Memória” organizou, além disso, exposições permanentes para o Espaço Memória Itaú Unibanco (Unindo histórias, construindo o futuro), para a GM (GM faz História – Exposição do Acervo Histórico da General Motors do Brasil) e para a Daimler Chrysler (50 anos de Mercedes-Benz Brasil). Dentre seus principais clientes, destacam-se empresas como Avon, Ambev, Volkswagen Brasil, Santander e Pirelli. A empresa é dirigida por Flávia Borges Pereira (que deixou a sociedade da “Memória e Identidade” para fundar a “Tempo e Memória”), historiadora e arquivista, e os projetos que organizam são gerenciados por Clarice de Sousa Mendonça e Edna Aparecida de Oliveira, ambas também historiadoras e arquivistas.

Tais empresas de memória, através da ação intelectual de seus proprietários/empresários/historiadores, assumiram a função de fornecerem as “armas ideológicas” adequadas à reconstrução da imagem das empresas, a qual é erigida a partir do simulacro da identidade corporativa empresarial, que atenua os conflitos, as desigualdades e os processos de dominação que historicamente foram

Vargas (FGV). E conta, ainda, com uma supervisora de projetos na área de pesquisa histórica e produtos institucionais – Elida Gagete – graduada em História pela USP e pós-graduada em Arquivística e Documentação pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). No site da empresa, constam informações sobre os serviços prestados na área da memória empresarial: <<http://www.memoriaeidentidade.com.br/>>. Acesso em 4 out. 2012.

e ainda são vivenciados pelos trabalhadores. Ao pensar sobre as dimensões e metodologias pelas quais deveria ser concebida a memória empresarial, as historiadoras Beth Totini e Elida Gagete,⁹⁵ da “Memória e Identidade”, esforçaram-se por demonstrar a necessidade de se superar as abordagens marxistas ortodoxas, nas quais as empresas são recuperadas como unidades produtivas geradoras de conflitos e exploração de classe, para se estabelecer uma compreensão na qual a instituição empresarial passa a ser considerada “como unidade de produção de significados socioculturais”⁹⁶.

Inteirados do processo de transformação pelo qual passava a historiografia – Virada Linguística –, bem como das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e nas relações que se desenvolviam nas unidades produtivas, esses historiadores conectados às organizações empresariais trataram de estabelecer novas formas de se escrever e interpretar a história do trabalho no Brasil, incorporando e aproveitando a subjetividade dos trabalhadores, alcançada através de suas narrativas pessoais.

Perante os sentidos de identidade de classe revelados pelos movimentos sociais através da memória – que se pautavam nas condições adversas de vida e de trabalho, e nas relações a que muitos homens e mulheres estiveram submetidos no decurso histórico –, tornava-se fundamental criar e fortalecer sentimentos de pertencimento do trabalhador à empresa, a fim de consolidar uma ideia de identidade empresarial unitária. É a partir de tais perspectivas que a história oral ganha força no interior das práticas empresariais de memória. Ainda que, inicialmente, a história oral tenha surgido em uma perspectiva inovadora de recuperação das histórias daqueles que tiveram suas experiências ocultadas ante o processo histórico, contribuindo para a evidenciação de outras histórias, memórias e sentidos sociais, no âmbito empresarial seu emprego assumiu contornos diferentes e mesmo divergentes. Ao serem incorporadas nos projetos de memória das instituições empresariais, as narrativas dos trabalhadores, as quais são constituídas

⁹⁵ GAGETE, Elida; TOTINI, Beth. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo. (Org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.

⁹⁶ Id. ibid. p.115.

a partir de suas subjetividades, adquirem uma outra e diferente função social – a de tornarem-se elemento de acomodação acrítica das tensões sociais.

Nesse processo, há de se considerar as interrelações que foram estabelecidas entre a memória empresarial e o Museu da Pessoa. Através do programa “Memória Institucional”, a instituição desenvolveu trabalhos de memória oral em diversos projetos de ordem empresarial, como: Projeto 50 anos da Fundação Bradesco, Projeto Fundação Banco do Brasil, Projeto Memória Redecard, Memória da Unimed Brasil, Memória Pão de Açúcar, Memória das Comunidades Natura, Memória dos Trabalhadores da Petrobras, Memória Votorantim, BNDES 50 anos, Memória Globo, dentre outros projetos que podem ser visualizados no site da instituição. Junto à USP, ao CPDOC, aos intelectuais ligados às empresas de memória e as políticas públicas (como veremos no segundo capítulo), o Museu da Pessoa tem integrada essa rede estabelecida para afirmação dos projetos políticos empresariais.

Mediante a divisão do trabalho intelectual aí estabelecida, os historiadores, proprietários de empresas de memória têm se ocupado do estabelecimento de metodologias amoldadas à construção de “documentos/monumentos”, capazes de perpetuar sentidos de dominação e manipulação de classe, promovendo, assim, o retorno do mesmo e do sempre igual sentido social dominante. Os aspectos ideológicos que produzem são transferidos e incorporados por outros grupos de historiadores, que, na condição de executores, são contratados para realizarem os trabalhos negociados com as instituições empresariais. O diálogo construído em entrevista com a historiadora Irani Dias de Menezes – profissional que já trabalhou para várias instituições empresariais através de contrato via empresas de memória e hoje trabalha na organização dos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo – possibilita estabelecer uma compreensão sobre as relações que são instituídas no âmbito da organização da memória das empresas:

Karine: O que se procurava privilegiar, Irani, na constituição desses centros de memória?

Irani: O cliente contratou seus serviços pra ele, né. Ele tá te pagando pra fazer o trabalho que ele quer que você faça. Eu faço. O trabalho que me pagam para fazer, eu faço.

Karine: Normalmente, o que se pede?

Irani: É uma coisa, assim, da fundação, né. Quando é uma empresa familiar, a família do cara, que o cara era muito... ele era sempre muito legal, né, uma família fantástica, que veio do nada, com a força do seu trabalho... É essa história, essa história épica.⁹⁷

Essa entrevista realizada com a historiadora Irani é reveladora pelo conteúdo diretamente suscitado pelas perguntas e também pelos desdobramentos produzidos em torno das relações de trabalho estabelecidas nesse processo de produção de memória. Quando já estava prestes a desligar o gravador, já agradecendo à Irani pela cordialidade quanto ao consentimento da entrevista, ela resolveu relatar ainda, espontaneamente, alguns episódios concernentes à sua experiência profissional, momento a partir do qual surgiram algumas reflexões sobre os embates vivenciados pelos historiadores quanto à vinculação institucional, sinalizando possíveis motivações para os posicionamentos assumidos:

Irani: Uma pessoa da nossa equipe, ela brigou com a pessoa do marketing [da empresa que estavam prestando serviços] porque ela falou que ela tinha um material grande pra mostrar pro pessoal de lá, que não sei quê. Aí, a menina falou: eu não tô aqui pra educar ninguém, eu quero mostrar, eu só vou mostrar isso que eu tenho aqui. Eu não tô aqui pra educar.

[...]

Aí, ou você vai embora, vai fazer outra coisa, ou você desliga e fica ali fazendo o que eles estão te pagando pra fazer.

Karine: De forma mecânica, né?

Irani: É. De forma mecânica. Só de forma mecânica, porque, senão, assim, você ficar louco. Aí, você tem um surto. Então, você desliga o seu botãozinho e faça. Sei lá, a gente não sabe se a pessoa tá precisando de dinheiro naquela hora, não tem como encontrar outra coisa. Fica ali por um tempo se sujeitando àquilo.⁹⁸

Tantos profissionais vinculados à esfera institucional vivem a tensão da perda da autonomia, cujas consequências implicam na renúncia de toda uma vitalidade crítica dos conhecimentos históricos, em proveito do estabelecimento de relações

⁹⁷ Entrevista realizada com Irani Dias de Menezes no dia 18 de Abril de 2012, em São Paulo, na sede do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, no bairro Liberdade na capital paulista. (Grifo meu)

⁹⁸ Entrevista concedida pela narradora, Irani Dias de Menezes, em 18 Abr. 2012, em São Paulo, na sede do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Irani tinha 56 anos quando a entrevista foi realizada. Ela é formada em História pela USP e ainda na graduação começou a desenvolver trabalhos na área de arquivos. (Grifo meu)

“prudentes” de trabalho, que lhes garantam um emprego e, portanto, a sobrevivência, ainda que temporariamente. Seria esse, então, um novo posicionamento político (moldado pela necessidade de sobrevivência), diferente daquele assumido pelos historiadores sociais, que se comprometiam com um processo de transformação social? Ou os desdobramentos do ofício do historiador, na sociedade capitalista, levaram ao retorno de um já conhecido posicionamento regulamentado em outras temporalidades históricas, cujos intelectuais se colocavam a serviço da ordem dominante estabelecida?

De qualquer forma, tal posicionamento e associações aos domínios empresariais trazem consequências que vão muito além da organização de acervos, exposições e centros de memória. Por certo, os historiadores, donos de empresas de memória ou não, contribuem para o desenvolvimento de todo um processo de hegemonia, cujos pontos de vista da classe dominante são consolidados e reconfigurados no patrimônio, na cultura e na educação, acentuando os movimentos de enfrentamento em relação às possibilidades de contra-hegemonia, de resistência e de insubordinação.

Capítulo 2

Tecendo hegemonia e contra hegemonia: patrimônio, cultura e educação

Nós sempre nos sentimos membros, mas eu acho que no passado era um pouco mais. A gente tinha relações muito fraternas com os funcionários, e eles com os donos. Nós tínhamos relações muito cordiais com os donos, eles vinham e trabalhavam junto com a gente, vamos dizer assim. Essa é a relação que existia, um pouco diferente de hoje pela própria circunstância do mundo hoje, a profissionalização muda isso muito, mas no passado isso foi muito marcante. [...] Essa fábrica é minha, eu tenho participação aqui, e eu sou reconhecido por isso, os donos me reconhecem como alguém que os ajuda a aumentar o patrimônio da empresa. Eu diria isso, eu me sinto quase um dono da empresa, eu raciocino assim.

Nelson Furlan – Consultor na área de engenharia
Nitro Química

Fui a primeira mulher no setor de bombeiros, tratada como uma filha. Meu chefe me cobrava mais os estudos do que meu próprio pai.

Rosangela de Mello – Assistente administrativa
Nitro Química

A partir dos posicionamentos sociais e políticos que assume na contemporaneidade (aqui situada a partir dos anos de 1980 em diante), a memória empresarial desenvolveu todo um processo de reconstrução ou recomposição de hegemonia, que se inicia na construção de uma determinada memória sobre o trabalho e sobre as relações a partir dele constituídas, mas que se expande para além desse universo, atingindo o próprio espaço da cidade, em perspectivas que se relacionam e se articulam em rede às políticas públicas de preservação patrimonial e de formulação e indicação de conhecimentos históricos e conteúdos educacionais específicos.

A organização desse capítulo segue esse eixo orientado pela memória empresarial, ou seja, parte da realidade de trabalho e de suas relações – cujos significados são constituídos e projetados socialmente através da história oral –, passando pelas questões do patrimônio cultural, para se chegar às perspectivas educacionais planejadas e implementadas pelo Centro de Memória Votorantim, em

uma frente específica de atuação que se engendra e se desenvolve no interior da memória constituída pela empresa.

Para pensar sobre esse processo de hegemonia e sobre as redes de colaboração e comunicação que se estabeleceram para sua efetivação social e para a consolidação de uma determinada formação política, o ponto de partida foi as experiências e as práticas contra-hegemônicas desenvolvidas pelos trabalhadores da Votorantim, especificamente os da Companhia Nitro Química Brasileira.

Em termos gerais, as noções estabelecidas no interior da ortodoxia marxista circunscrevem o conceito de hegemonia aos mecanismos de dominação e às referências socioculturais que são produzidas, exclusivamente, pelos grupos dominantes, direcionando-nos à compreensão do desenvolvimento de toda uma ordenação social fundamentada nos valores, princípios e pontos de vista da burguesia, os quais são impostos à totalidade da sociedade a partir de um sistema de ideias que foi pensado e projetado para controlar, doutrinar e mesmo manipular uma sociedade de classes. Em tal definição marxista, os grupos dominantes são destacados e fixados como agentes ativos, produtores de conteúdos sociais, culturais e políticos, supondo, em contrapartida, uma recepção social passiva à manipulação e doutrinação que se desenvolve na sociedade capitalista. Ao estabelecer essa compreensão em nossas pesquisas, a qual opera uma divisão entre grupos produtores e não produtores (meros receptores) de significados socioculturais, corremos o risco de simplificar e reduzir hegemonia às ações dos grupos sociais dominantes, criando uma interpretação que acaba por negar as relações sociais, por se constituir e desenvolver-se fora delas.

Em suas reflexões (centradas numa outra perspectiva marxista), Raymond Williams⁹⁹, através da ampliação e aprofundamento que realiza sobre a noção de hegemonia alcançada por Gramsci, nos estimula a alargar o entendimento sobre o conceito de hegemonia, de forma a ultrapassar as noções estritas de dominação e manipulação, sem, contudo, desconsiderá-las, para estabelecer uma compreensão na qual a hegemonia será sempre um processo relacional dinâmico (não singular e não unidirecional), que não só cria sentidos e valores orientados pela burguesia, a serem internalizados e naturalizados socialmente, tornando-se parte do nosso ser e

⁹⁹ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. Cit. p.111-117.

prática social, como também se desenvolve a partir da necessidade constante de incorporação dos significados e concepções que se constituem em oposição à lógica de reprodução capitalista.

Em tal proposta investigativa, a hegemonia constitui-se como um processo frequentemente revisto, reinventado e reestruturado socialmente, dadas as pressões que são efetivadas pelas perspectivas dissidentes, não dominantes. Tendo como ponto de partida as lutas sociais e as disputas travadas em torno da produção de significados socioculturais, a construção de hegemonias perpassa pela incorporação das concepções dissidentes (ameaçadoras aos projetos dominantes) que, uma vez integradas às propostas dominantes, são despotencializadas e esvaziadas de seus sentidos contraproducentes, porque retrabalhadas e amoldadas aos princípios sociais e culturais dominantes, assumem outros sentidos políticos (sobretudo, quando articuladas a dimensões outras não efetivadas em suas projeções iniciais) que, inversamente, corroboram para a conservação dos fundamentos burgueses que antes questionavam e combatiam.¹⁰⁰ Nesse sentido, o processo hegemônico não se constitui apenas em uma extremidade, dominante, ou em outra, não dominante, mas através das relações e disputas que se estabelecem entre ambas.

Ao abordar hegemonia por essa perspectiva interpretativa, significada no interior de um processo histórico ativo, Williams nos chama a atenção para as relações sociais e para as oposições e lutas que delas emergem, a partir de uma dinâmica na qual se evidencia não somente o hegemônico – compreendido, em outras vertentes explicativas, como resultado exclusivo da ação da classe dominante – mas também o contra-hegemônico, que se confirma como uma força social, que, na medida em que resiste à dominação e exploração burguesas, também pressiona as práticas hegemônicas a uma constante modificação, reelaboração e reordenação de seus procedimentos, para garantirem-se eficientes e dominantes nas diferentes temporalidades históricas. Nesse sentido, hegemonia e contra-hegemonia não devem ser compreendidas como práticas isoladas, desconexas entre si. Ao considerar o processo hegemônico, desenvolvido na realidade social e cultural vivida, devemos, pois, atentar-nos para os direcionamentos apontados pelas forças

¹⁰⁰Sobre o pensamento de Williams, ver: GLASE, André. *Raymond Williams: materialismo cultural*. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2011.

sociais não dominantes, que podem ser reveladoras da hegemonia que se constitui na sociedade capitalista.¹⁰¹ Tais fundamentos teóricos subsidiaram a construção das questões que integram esse segundo capítulo, questões essas que foram confrontadas dialogicamente com as evidências depreendidas das práticas de memória desenvolvidas no âmbito das relações sociais de trabalho.¹⁰²

A memória desenvolvida pelo grupo Votorantim, conglomerado empresarial que concentra suas atividades em setores diversificados da economia nacional, despertou-me interesse de investigação histórica em dois sentidos, em verdade opostos, mas que se relacionam mutuamente. Dentre as várias empresas que investem na organização de suas memórias, via centro de documentação e memória empresarial, a Votorantim se sobressai quanto ao emprego da metodologia da história oral na apresentação das histórias, ou melhor, da história de vida de seus trabalhadores (tomadas de forma individualizada), que, agora, na condição de fontes históricas produzidas institucionalmente, passam a integrar o montante documental selecionado para compor uma determinada historicidade do processo industrial, produzida pela empresa.

Em parceria com o Museu da Pessoa, o grupo organizou um amplo acervo com depoimentos dos trabalhadores, articulados em diferentes suportes comunicacionais – arquivos digitalizados acessados por meio da internet e exposição museológica situada no Espaço Votorantim, também com acesso virtual.

De acordo com a concepção de história oral trabalhada na organização da memória empresarial, as narrativas dos trabalhadores são tomadas como depoimentos (prova de verdade que comprova a veracidade dos acontecimentos históricos), os quais são coletados, numericamente, para conferirem maior credibilidade e “enriquecer” a história institucional. Artigos publicados pela ABERJE – instituição que estabelece diferentes relações com o Museu da Pessoa (Paulo Nassar, inclusive, é membro do comitê consultivo do Museu) – sinalizam as

¹⁰¹ Sobre a importância das práticas contra hegemônicas na análise dos processos de hegemonia, Williams ressalta: “A ênfase política e cultural alternativa, e as muitas formas de oposição e luta, são importantes não só em si mesmas, mas como características indicativas daquilo que o processo hegemônico procurou controlar, na prática. [...] Qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposições que lhe questionam ou ameaçam o domínio”. WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. Cit. p. 116.

¹⁰² Posicionamento pautado nas reflexões produzidas por Thompson na “lógica história”. Ver: THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op.Cit. p. 47-62.

vertentes interpretativas em que se situam a produção da história oral no âmbito da memória empresarial:

sem esses relatos “verdadeiros”, que suscitam análises dos processos sociais do presente e do passado, o resgate da trajetória de uma companhia corre o risco de tornar-se burocrático (como de fato o são algumas publicações comemorativas).¹⁰³

Os depoimentos coletados, apresentados e divulgados socialmente pela empresa geraram uma curiosidade investigativa quanto ao conteúdo das entrevistas, mas também com relação às histórias e memórias dissidentes que poderiam ter sido incorporadas e resignificadas nesse processo: Que histórias contra-hegemônicas seriam essas? Quais pressões exerceram e em que sentido redimensionaram a história e memória do grupo Votorantim? Sobre quais práticas dominantes empreenderam um olhar crítico e político? E por que se constituíram em ameaça às perspectivas dominantes? Tais questões e indagações conduziram-me, no desenvolvimento da pesquisa, às condições de vida e de trabalho, vivenciadas e registradas pelos trabalhadores (sobretudo, através de sua organização sindical) da Companhia Nitro Química Brasileira, empresa do setor das indústrias químicas que compõe uma das unidades produtivas do grupo Votorantim.

A fábrica situada em São Miguel Paulista, na periferia de São Paulo, desde os anos de 1935, tornou-se conhecida, tanto em termos sociais quanto de produção historiográfica, pelas intrincadas relações produtivas historicamente desenvolvidas e pelas péssimas condições de trabalho efetivadas em seu interior. A produção em escala industrial, voltada, sobretudo, à fabricação do fio raiom¹⁰⁴, criou sérios problemas à saúde física e neurológica dos trabalhadores, que, constantemente expostos a agentes químicos agressivos, eram envenenados e intoxicados ao inalarem os gases desprendidos do processo produtivo executado. As experiências

¹⁰³ Artigo publicado e disponibilizado pela ABERJE. Ver artigo completo: DELMATO, Renato. Memória empresarial: é preciso coragem para resgatar o passado. *Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial*, São Paulo, 15 nov. 2010. Disponível em: <http://aberje.com.br/acervo_colunas_ver.asp?ID_COLUNA=405&ID_COLUNISTA=69>. Acesso em: 3 nov. 2012.

¹⁰⁴Além da produção de raiom, a Nitro Química, em 1937, produzia ainda éter, ácido nítrico, ácido sulfúrico, sulfato de sódio, dentre outros produtos químicos.

desses trabalhadores que vivenciaram, na prática, tais condições produtivas insalubres, foram narradas e registradas pela literatura operária:

[...] Segunda de noite, a fábrica: seção F5, Nitroquímica, o gás rondando os olhos, entrando nas vistas marejadas, cegueira. A voz do feitor apressando, o sinal de saída demorando a tocar lá fora, os minutos se segurando, a dor nas vistas.

– Reclama que eles te mandam embora – algum ente sempre a dizer.
No rumo de casa tateando pelas ruas, chegava, depois, o bálsamo da batata crua sobre os olhos sugando o gás, a verdura empretecendo.

Terça de manhã, o quarto: o quarto girando na cabeça tonta, lá pelas dez começava a tomar vida das coisas ao redor, desturvando, aí já podendo ver as pernas das moças coladas na parede, a luz infiltrando da janela, desturva os olhos, agora já no costume das vistas boas. Fora, da rua o barulho do dia. Vinha o sono. E dentro do sono, madorna, vinham as palavras de Paulo, a muita sabedoria dele que ele aprendia no silêncio, ditas pra todos ouvirem nos domingos, arrodeados na mesa. E ele veio naquele jeito calado, costumeiro, e disse que ia chegar um dia, não longe, que ia me dar coragem e vontade de arrancar dos olhos

*o gás,
a batata fétida e crua e preta que todo dia se
pendurava aqui*

(apontou o dedo rumo aos meus olhos)

*E ia arrancar a corrente que me amarrava ao lado
do tacho coberto*

de química,

de sangue.

*E ia arrancar, com raiva atrasada e vingança,
os postais a cores de mulheres nuas que
me rondavam e entupiam as janelas
durante o dia
e noite*

na pequenez desse meu quarto.¹⁰⁵

O texto, produzido e apresentado pela literatura operária, traz as experiências dos trabalhadores da Nitro Química, em uma perspectiva social não limitada à simples apresentação das condições adversas de vida e de trabalho em que aqueles sujeitos, trabalhadores assalariados, estiveram submetidos. Mais do que mostrar histórias de sofrimentos – cuja atividade profissional que garante a sobrevivência é a mesma que provoca desconforto, aliviado com o uso de batatas –, o registro das histórias dos trabalhadores da Nitro Química (que poderia ser a história de tantos outros trabalhadores inseridos no processo de desenvolvimento industrial brasileiro) assume formas de contestação e questionamento das condições sociais e de trabalho estabelecidas, nas quais se reproduzem a exploração e a dominação

¹⁰⁵ JATOBÁ, Roniwalter. Nos olhos, gases e batatas... In: _____. *Crônicas da vida operária*. Op. Cit. p. 63-64.

capitalista. Ao posicionar-se frente à opressão e indicar elementos textuais que nos remetem a uma luta contrária a ela – *arrancando dos olhos as batatas e as correntes que amarram os trabalhadores ao tacho coberto de química e sangue* – a produção alternativa de memória situa-se no interior de uma luta que é de classes, orientando à compreensão de que o estabelecimento de outras relações produtivas e princípios sociais mais justos e igualitários perpassam por uma luta que se traduz em ações efetivas e contrárias à ordem social capitalista estabelecida.

Tais sentidos de contestação e questionamentos, assumidos pelas perspectivas dissidentes, também se fizeram presentes nas abordagens literárias que procuravam retratar os terríveis e constantes acidentes de trabalho ocorridos na Nitro Química, os quais ocasionaram, muitas vezes, a morte de inúmeros trabalhadores da companhia. Expressados socialmente, em versos e prosa, numa perspectiva cultural não dominante, as experiências de desastre e morte no trabalho foram registradas pelos trabalhadores através da literatura de cordel:¹⁰⁶

Terrível explosão sacudiu
A Nitro Química Brasileira
Juntamente com todo pavilhão
Foi pelos ares a caldeira
[...]
No dia 18 de junho,
No dia de quarta feira,
Eram 12 horas e dez minutos,
Eu estava em uma cadeira
Quando ouviu-se um grande estrondo
Que foi notado redondo
Na Nitro Química Brasileira.
[...]
Que abalou Baquirivú [São Miguel Paulista]
Vitimando dezoito operários
Todos eles se achavam
Firmemente em seus horários

¹⁰⁶ São Miguel Paulista, desde os anos de 1950, fora considerado um bairro nordestino, devido ao fato de a maioria da população ser proveniente da região Nordeste. Impulsionados à migração pela oportunidade de trabalho oferecida pela Nitro Química, os trabalhadores nordestinos registravam suas vivências em São Paulo e suas experiências operárias". Para melhor compreensão da migração nordestina e sua importância para São Miguel Paulista e também para a formação da classe operária brasileira, ver: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008 (publicação da tese de doutorado: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.).

Sem pensar em tal sorte
Encarando estava a morte
Prá nossos correligionários
[...]
Supõe que seja manipulação
De ácido em demasia
Que causou a explosão
Se fosse menos não fazia
Isto mesmo tenho pensado
Nesta minha poesia [...].¹⁰⁷

A perspectiva narrativa apresentada situa a luta de classes não somente no âmbito das relações sociais concretas, cujas atitudes e práticas sociais (individuais ou coletivas) determinam o acontecimento histórico em si, mas também a insere no interior de um processo intangível de produção de significados socioculturais que se desdobram na memória social. Ao sinalizar as divergências interpretativas – *supõe que seja manipulação de ácido em demasia que causou a explosão, se fosse menos não fazia, isto mesmo tenho pensado nesta minha poesia* – o texto envolve o leitor numa perspectiva indagativa, em que as imprecisões superam as certezas: será que a explosão ocorreu por negligência do trabalhador, que usou ácido de forma excessiva? Ou existem outros motivos, pautados nas relações sociais e nas condições de trabalho, que foram silenciados e ocultados pelas perspectivas dominantes? O mecanismo da indefinição utilizado, ao mesmo tempo em que recupera as noções de conflito e contradição, situa ainda os trabalhadores como agentes culturais, produtores de conhecimentos sociais, que, com seus posicionamentos políticos e interpretativos, interferem nos processos hegemônicos de controle e dominação que definem as lembranças e, em contrapartida, os esquecimentos sociais.

O estabelecimento de outros e divergentes significados no campo da memória, registrados a partir das perspectivas e versões não dominantes (para que estas possam vir a se desenvolver enquanto explicação histórica), indica a instalação de uma luta social no bojo do processo histórico, visto que “*tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades*

¹⁰⁷Cordel: A grande explosão da Nitro Química Brasileira, Baquirivú, São Paulo, 15 ago. 1947. In: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Op. Cit. p. 45.

*históricas*¹⁰⁸. As compreensões a partir daí estabelecidas situam a memória como um campo de conflitos e disputas¹⁰⁹, uma vez que, para cada intervenção contra-hegemônica realizada no consolidado, haverá, sempre, uma reação hegemônica a projetar sentidos contrários aos formulados pelas perspectivas dissidentes.

Os problemas relacionados ao trabalho na Nitro Química foram ainda evidenciados e registrados pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo¹¹⁰, em publicações que apresentavam várias charges – produzidas a partir dos relatos, reivindicações e denúncias realizadas pelos próprios trabalhadores ao sindicato, através de correspondências manuscritas e anônimas, o que dimensionava as condições de trabalho e as relações produtivas desenvolvidas na companhia:



Imagens 19 e 20: Charges publicadas no Sindiluta – publicação oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo na Edição Especial Nitro, de 14 de novembro de 1984 e 08 de maio de 1984, respectivamente. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

¹⁰⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 426.

¹⁰⁹ As reflexões contidas na introdução do livro “Muitas memórias, outras histórias” foram fundamentais à compreensão de que a luta de classe se desenvolve, também, no campo da memória: “*como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais*”. (grifo meu). FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 6.

¹¹⁰ Sindicato da categoria dos trabalhadores do setor químico de São Paulo, que representa os trabalhadores da Companhia Nitro Química. Criado em 1933, o sindicato reúne várias histórias de luta, mobilização e também de conquistas dos trabalhadores. Caracterizado como um sindicato combativo, sofreu intervenção estatal de 1947 a 1950, e, posteriormente, de 1964 a 1967. Muitos de seus dirigentes foram cassados e presos nos períodos intervencionistas. Um de seus ativistas e militantes, Virgílio Gomes da Silva, que foi operário da Nitro Química e sindicalista ligado ao Partido Comunista nos anos de 1950/1960, foi morto durante o período militar ditatorial e seu corpo, ainda hoje, não foi encontrado para que seus familiares o enterrassem.

Compreendidos enquanto força social ativa, os veículos impressos, de naturezas diversificadas (jornais, revistas, quadrinhos, da imprensa sindical ou não), devem ser analisados à luz das relações sociais e, portanto, da correlação de forças que no social se constituem.¹¹¹ Nesses termos, não cabe pensar a imprensa como uma entidade suprassocial (depositária da “verdade” sobre as ações humanas desenvolvidas em sociedade), alheia ou neutra às relações, conflitos e tensões socialmente estabelecidos.

Se tomarmos, por exemplo, o jornal, este só se constitui em produto de veiculação social por meio da atuação de seus proprietários/idealizadores, os quais se identificam com determinadas perspectivas e projetos sociais, na mesma medida em que rejeitam e combatem outros princípios sociopolíticos. Sendo assim, as fontes impressas falam a partir de um determinado lugar social, assumindo posicionamentos ante as lutas sociais desenvolvidas em suas respectivas épocas de produção, não estando dissociadas das intencionalidades e inserções sociais das pessoas ou grupos que as constituíram enquanto prática de comunicação social.¹¹²

Se tal compreensão metodológica é válida para as investigações sociais situadas no âmbito da grande imprensa, ela também o é para a imprensa sindical. Ao analisar as charges produzidas pelo Sindiluta (publicação do Sindicato dos Químicos de São Paulo), as quais são articuladas aos demais conhecimentos produzidos e veiculadas pelo jornal, não se trata, pois, de compreendê-las como mera representação ilustrativa, cuja função é estabelecer uma via informativa sobre as reais condições de trabalho desenvolvidas no interior da Nitro Química. Ainda que comporte o sentido da informação, a comunicação sindical constituiu-se, historicamente, como uma importante estratégia de luta, direcionada à formação de

¹¹¹ Debates e reflexões produzidas em alguns trabalhos nortearam as compreensões aqui desenvolvidas sobre imprensa, constituindo-se em importantes referenciais teórico-metodológicos. Destaco: CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, dez/2007, p. 255-272; BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 262-272; MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa (1880/1920). In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 14-40.

¹¹² Ver, ainda: BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Famintos do Ceará. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. Op. Cit . p. 94-115; BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 37-57, jul./dez. 2008.

militantes que pudessem aderir aos princípios e movimentos alternativos, considerados capazes de intervir nas bases estruturantes da sociedade capitalista. Direcionado, principalmente, ao público trabalhador, o Sindiluta produziu edições especiais voltadas exclusivamente para os problemas produtivos da Nitro Química, com o objetivo de desvendar, ao trabalhador nitrino, os mecanismos de exploração e dominação empresariais em que estavam submetidos, levando-os a assumir um posicionamento político ante as condições desiguais de trabalho e as apropriações dos frutos que dele são produzidos. Evidenciar, portanto, os interesses divergentes e conflitantes entre empregadores e empregados (que sinalizava a necessidade de atitudes oposicionistas dos trabalhadores em relação à lógica e projetos empresariais) era a tônica da comunicação estabelecida pelo sindicato:



Imagens 21 e 22: Charge publicada no Sindiluta, compondo a matéria “Assim não dá mais”, com representação de Antônio Ermírio de Moraes, um dos proprietários do grupo Votorantim e, portanto, da Nitro Química, e, ainda, representação dos trabalhados da Companhia Nitro Química Brasileira. Edição Especial Nitro Química, n. 285, de 08 de junho de 1984. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Para empreender esse sentido formativo dos grupos trabalhadores, a imprensa sindical atuava no campo da produção e também conservação documental, produzindo fontes históricas que estabeleciam uma outra relação entre história vivida e história lembrada (memória), promovendo, portanto, alterações significativas na realidade social presente, passada e mesmo nas organizações sociais futuras. Constituída no interior de uma determinada concepção ideológica – que compartilha opiniões, interesses e da mesma ação política –, a imprensa sindical, bem como os registros literários alternativos, situam-se como lugares

sociais a partir dos quais memórias não hegemônicas são produzidas, cumprindo uma determinada função social que se caracteriza pela intervenção e consequente transformação da vida em sociedade nas diferentes temporalidades históricas.¹¹³

Lidas como linguagens sociais e práticas políticas, as historicidades que apresentam constituem-se como uma força social ativa, a qual foi mencionada pelo professor Paulo Fontes, em sua pesquisa de mestrado, produzida no ano de 1996.

Ainda na introdução da dissertação, procurando demonstrar suas motivações investigativas quanto aos trabalhadores da Nitro Química, Paulo Fontes relata o episódio no qual Antônio Ermírio de Moraes, um dos proprietários do grupo Votorantim, foi derrotado nas eleições para governador do estado de São Paulo, em 1986, devido às denúncias que foram realizadas quanto às difíceis e precárias condições de trabalho historicamente desenvolvidas na Nitro Química:

Anos mais tarde a Nitro Química novamente chamaria a minha atenção. Não apenas a minha, na verdade. O nome da empresa estampava as manchetes dos jornais e noticiários televisivos. Estábamos no segundo semestre de 1986 e em plena disputa eleitoral para governador do Estado, uma denúncia revelando as péssimas condições de trabalho na Nitro, procurava atingir a candidatura de Antônio Ermírio de Moraes, filho do fundador e um dos proprietários da companhia. Um dos mote da campanha de Moraes trabalhava a imagem de “bom patrão” que lhe era atribuída. A denúncia, os depoimentos de vários de seus empregados nos jornais e programas eleitorais de seus adversários, e uma greve na fábrica iniciada logo depois exigindo a interdição dos setores mais perigosos da empresa caíram como uma bomba no comitê de campanha de Antonio Ermírio. Durante duas semanas a campanha eleitoral concentrou-se em uma disputa sobre a imagem da Nitro Química. Moraes e seus aliados negavam as acusações e diziam ser a empresa um patrimônio do povo brasileiro e um orgulho para os paulistas, exemplo de desenvolvimento e compromisso com a nação. Afirmavam ainda que a Nitro era uma empresa desde há muito provedora de benefícios e garantias para seus funcionários e que a maioria deles não ratificava as denúncias, que seriam apenas injúria e propaganda eleitoral de seus adversários. Para os outros candidatos, a Nitro era a prova da exploração de Moraes sobre seus trabalhadores. A fábrica seria “um verdadeiro açougue”, ceifando a saúde e muitas vezes a própria vida dos operários. O episódio teve um peso considerável naquela conjuntura. Antonio Ermírio, até então primeiro colocado em todas as pesquisas de opinião, começou a perder pontos. Apesar de seu esforço em reverter o quadro, realizando passeatas com os funcionários de suas

¹¹³ Laura Antunes Maciel propõe uma reflexão sobre o processo de constituição e expansão de uma imprensa feita por trabalhadores e sobre os sentidos dessa imprensa desenvolvida por parte de associações e outras entidades de classe, no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Ver: MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008.

empresas e, inclusive, o último comício da campanha em São Miguel, não conseguiu evitar a derrota para o candidato do PMDB, Orestes Quérzia.¹¹⁴

Ainda que consideremos, nesse caso, os usos, e também abusos, que se podem fazer das histórias contra-hegemônicas em jogadas políticas, o episódio apresentado nos revela que as historicidades alternativas carregam uma importância, tanto social quanto política, não circunscrita a elas mesmas. Os significados e memórias que produzem, os quais são fundamentados nas relações sociais e nas lutas de classes, definem orientações e encaminhamentos sociopolíticos que se entrecruzam às perspectivas e projetos dominantes, ameaçando-lhes o domínio e pressionando-lhes constantemente.

É a partir de tais referências, direcionamentos e pressões exercidas pelas perspectivas dissidentes contra-hegemônicas que nos voltamos para a análise dos programas de história oral desenvolvidos no interior do Memória Votorantim, para compreender os processos de hegemonia que se constituíram através das articulações que foram estabelecidas entre a memória oral e o universo da cultura, do patrimônio e da educação.

2.1 – História oral incorporada pela memória empresarial

As narrativas dos trabalhadores, alcançadas, principalmente, através dos programas empresariais de história oral, corresponderam ao ponto de partida pelo qual se desenvolveu ou se reorganizou todo um processo de hegemonia em torno da produção de significados sociais sobre as relações de trabalho estabelecidas e desenvolvidas junto ao processo de industrialização brasileira. Perante as imagens (fundamentadas pelas/nas práticas sociais) que as perspectivas contra-hegemônicas criaram de si mesmas e, sobretudo, dos grupos empresariais a que se opunham e resistiam, tornava-se fundamental aos donos de empresas e ao conjunto dirigente

¹¹⁴ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Introdução. In: _____. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Op. Cit. p. 12-13.

do grupo Votorantim criar sentidos sociais e políticos contrários àqueles processados e disseminados pelos trabalhadores e por seus representantes sindicais. Mas por que a história oral? Por que os grupos empresariais se interessaram por essa metodologia na composição das fontes a constituírem os centros de documentação e memória empresarial? Por que é que, através das narrativas dos trabalhadores, de suas histórias de vida, foi possível promover uma reorganização da história e memória das empresas, recompondo todo um processo de hegemonia na sociedade contemporânea?

A história oral, enquanto metodologia de pesquisa empregada pelas ciências humanas, assume uma importância social que não se caracteriza simplesmente pela possibilidade de acesso aos acontecimentos armazenados pela memória individual, mas, principalmente, pelos significados (sociais, culturais e políticos) que nela são alcançados através da subjetividade do narrador, cuja experiência é desenvolvida no interior de um determinado grupo ou classe social.¹¹⁵

Na conjuntura histórica e historiográfica brasileira, situada no final dos anos de 1970 e no decorrer dos anos 1980, esses significados depreendidos da história oral foram estabelecidos socialmente, sobretudo, a partir das histórias e memórias dos grupos sociais não hegemônicos, visto que as problemáticas levantadas pela História Social naquela conjuntura – as quais foram recolocadas no interior das redes de luta social que foram estabelecidas junto aos movimentos populares – levaram a uma ruptura dos paradigmas teórico-metodológicos e interpretativos estabelecidos pela historiografia tradicional. Comprometidas com as relações sociais e políticas de seu tempo histórico, diversas pesquisas, situadas, principalmente, no âmbito da História Social, foram desenvolvidas no sentido de empreenderem um olhar crítico sobre as interpretações clássicas dominantes (que limitavam os sujeitos da história e os procedimentos de análise do historiador), estabelecendo outras explicações sobre o presente e sobre o passado, nas quais emergiram as

¹¹⁵ Compartilhamos das proposições formuladas por Portelli, as quais anunciam que a importância e diferença das fontes orais em relação às demais fontes históricas está na questão de tratarem “menos sobre eventos que sobre significados”. Interessa-nos, portanto, não somente os acontecimentos concretos, vivenciados e relatados pelos sujeitos sociais, mas os sentidos e significados que a história oral apresenta a partir das inserções sociais e políticas dos narradores. Ao tratar, por exemplo, do povo, Portelli alerta que as fontes orais “contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Ver: PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

experiências, histórias e memórias de outros e diferentes sujeitos sociais – homens e mulheres que são, na sociedade capitalista, antes de mais nada, trabalhadores. A historiografia, em suas articulações, passava, portanto, a se preocupar com sujeitos sociais diversificados, como, por exemplo, os trabalhadores, reconhecendo a importância da construção e preservação de suas histórias e memórias como forma de garantia da diversidade e pluralidade que no social se instalaram e da afirmação do direito ao passado (que também perpassa pela produção historiográfica) a esses sujeitos não pertencentes à elite política nacional.

Nesse movimento, a história oral assumiu toda uma relevância quanto à investigação, evidenciação e disseminação das historicidades contrahegemônicas.¹¹⁶ Utilizada pelos historiadores da História Social como um caminho metodológico a partir do qual se poderia chegar aos grupos sociais não hegemônicos, com suas muitas histórias e múltiplas versões sociais, a história oral constituiu-se como um importante canal de comunicação em que os diferentes sujeitos sociais – excluídos dos registros históricos escritos formais, cujo domínio pertencia aos grupos dominantes – poderiam expressar e registrar suas vivências, sentimentos, valores e projetos, situando suas inserções sociais temporais. Em termos práticos e políticos, a história oral revelou-se, portanto, um procedimento metodológico de suma importância à evidenciação das histórias e memórias contrahegemônicas, muito mais necessária a estas que às perspectivas hegemônicas, uma vez que para os grupos dominantes a história oral não se constituía em um método indispensável, embora produzida pelo CPDOC, retratando as trajetórias das elites políticas brasileiras, dado o domínio que historicamente estabeleceram em torno das produções simbólicas (monumentais) e documentais escritas¹¹⁷, que não deixam de se constituírem em monumentos perante o processo histórico vivido.

¹¹⁶ No interior da memória popular, entendida como dimensão de uma prática política, a história oral tornou-se importante procedimento metodológico, por se constituir no “*lugar onde a tensão entre objetivos históricos e políticas concorrentes é mais aparente: entre procedimentos profissionais e entusiasmo amador, entre história oral como recriação, como recreação e como política, entre cânones de objetividade e um interesse, mais pontual, pela subjetividade e pelas formas culturais*” (p. 290). Para essa discussão, ver: GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 282-295.

¹¹⁷ Portelli ressalta que as fontes históricas orais foram muito mais essenciais à história dos grupos não dominantes que às historicidades produzidas pelas classes dominantes: “*fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de*

No entanto, a história oral e os significados contraproducentes por ela evidenciados não tardaram a ser incorporados pelas perspectivas dominantes. As historicidades que revelaram, as quais estabeleceram formas diretas ou indiretas de oposição e luta aos mecanismos de poder e dominação na conjuntura dos anos de 1980, assumiram conotações sociais e políticas (tais como no caso da disputa governamental de São Paulo) perturbadoras, e não menos ameaçadoras, aos interesses e projetos de sociedade concebidos pelos grupos dominantes. Atentos a esses sentidos adversos disseminados socialmente, as perspectivas hegemônicas procuraram, na prática, controlá-los, de forma a incorporar, para reverter, não somente os significados e conhecimentos contra-hegemônicos que foram produzidos, como também os usos e princípios teórico-metodológicos pelos quais eles foram alcançados.

Incorporar a história oral significava incorporar as perspectivas de democratização da história e da memória, tão em voga na realidade social e historiográfica naquele momento, sugerindo que a memória empresarial apontava para a construção de uma via democrática, possibilitando o acesso a múltiplas versões históricas constituídas pelas vozes próprias (faladas ou escritas) de inúmeros sujeitos trabalhadores, inseridos no processo industrial do país.

Ao utilizarem-se da história oral, as empresas procuravam sinalizar para a sociedade um suposto comprometimento com o desenvolvimento da democracia e da cidadania histórica, revelando uma imagem de preocupação com as pessoas comuns, cujas histórias e memórias foram omitidas pelas produções oficiais e que se tornaram uma força social ativa e, portanto, ameaçadora. Ao apresentar as histórias de vida dos trabalhadores no site do Memória Votorantim, a empresa procura situar que:

Além da história oficial contada em livros e manuais, buscamos compreender os olhares e memórias das pessoas que estão ou estiveram presentes em diferentes tempos da trajetória do Grupo Votorantim. Aqui, elas compartilham experiências e lembranças que se mantêm vivas através de suas estórias.¹¹⁸

si um registro escrito muito mais abundante". PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente.* Op. Cit. p. 37.

¹¹⁸ ESTÓRIAS que fazem a história. São Paulo: Memória Votorantim, s.d. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 dez. 2012.

É a partir de tal princípio democrático, voltado a uma suposta valorização histórica cidadã, que foram constituídas e apresentadas, através do programa de história oral estabelecido pelo grupo Votorantim, numerosas narrativas desenvolvidas pelos trabalhadores da companhia. Marcadas pelos direcionamentos e pressões exercidas pelas perspectivas dissidentes contra-hegemônicas, as condições de trabalho e as questões relativas à segurança são temas recorrentes nas entrevistas realizadas, constituindo-se em referência para a construção de uma outra imagem da empresa – uma imagem “boa” em detrimento daquela “ruim” apresentada pela literatura operária e de cordel e pela imprensa sindical. Na entrevista realizada, ou encomendada pela Votorantim, com o funcionário da Nitro Química, Luís Carlos Zanella, especialista em produção de nitrocelulose, a questão da segurança no trabalho é abordada:

É assim, quando eu entrei aqui por volta de 83 você tinha ainda... Era a fase em que nós estávamos começando a implementar a utilização do capacete nas plantas da produção. Então, você insistia muito com as pessoas pra que usassem o capacete, pra que usassem a luva. Então, se estava começando um ritmo desse, então você tinha muitas pessoas que não cuidavam de si próprias, no trabalho. Hoje não, de uns cinco anos pra cá houve uma grande virada com isso. Infelizmente, pela mudança, nós tivemos um acidente na planta de nitrocelulose e após esse acidente a postura com relação à segurança foi uma mudança da água para o vinho. Hoje as pessoas estão muito mais conscientes, conscientizadas com relação à segurança, elas mesmas tomam a iniciativa de se prevenir. Hoje o uso de EPI não se discute mais, estamos mais avançados. Até fazendo trabalhos com relação à vida fora da empresa, das pessoas, porque aqui realmente o nível de segurança está consolidado, inserido na atitude das pessoas.¹¹⁹

Os problemas relacionados à segurança e aos acidentes de trabalho ocorridos na Nitro Química ganham aqui uma outra conotação. Eles não são desconsiderados e ocultados pela memória empresarial, que opera uma edição e seleção das entrevistas a comporem o acervo documental da Votorantim, porém, a

¹¹⁹ Entrevista realizada com Luís Carlos Zanella em 17 de outubro de 2003. Nascido em Astorga, no Paraná, em 1962, Luís migrou para São Paulo, sendo então “fichado” pela Companhia Nitro Química Brasileira, na área produtiva. Entrevista disponível, na íntegra, no site do Memória Votorantim, link “Estórias que fazem a história”. ZANELLA, Luís Carlos. Entrevista, 17 out. 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

responsabilidade por sua ocorrência é atribuída aos próprios trabalhadores, que, negligentes, não “cuidavam de si próprios no trabalho”. À empresa, cabia o papel de insistir para que os trabalhadores usassem os equipamentos de segurança, como capacetes e luvas, conscientizando-os sobre sua própria segurança no trabalho.

Essa mesma perspectiva dualista – de um lado, os trabalhadores que não querem utilizar instrumentos necessários à sua segurança, colocando em risco sua própria vida, e, de outro, a empresa consciente e preocupada com a segurança de seus trabalhadores – também é apresentada na entrevista de Rosângela Mello, assistente administrativa da Nitro Química, no setor de bombeiros, também realizada em 2003:

Tem muita história de que muita gente morria aqui dentro; então, muita coisa assim não é nem real. Eu tinha até medo de trabalhar aqui (risos) porque todas essas histórias que contavam, que o gás fazia mal a saúde, tinha que tomar muito leite, o que eu sabia da Nitro lá fora era isso. [...] A empresa evoluiu bastante – como eu te falei – eu saí da produção e fui trabalhar na área de segurança, área do setor de bombeiros. Naquela época, o pessoal não dava muita importância; era uma briga constante dos técnicos de segurança com o pessoal: tem que usar... Hoje não. Todo mundo usa; é lei de segurança na Nitro Química; é lei, todo mundo tem que utilizar máscaras. Então, a evolução foi enorme.¹²⁰

Ao mesmo tempo em que as entrevistas de Luis Carlos e Rosângela sinalizam determinadas perspectivas de segurança no trabalho no interior da Nitro Química, outras formas documentais, não orais, que remetem às experiências vividas pelos trabalhadores da empresa, indicam compreensões divergentes e conflitantes em relação às histórias apresentadas pela memória empresarial. Esses significados e sentidos em disputa, ainda que produzidos no interior de um mesmo grupo ou classe social, situa a memória como um campo de poder, a partir do qual apropriações, dominações e legitimações sociais são estabelecidas. Estando no

¹²⁰ Entrevista realizada com Rosângela de Mello, em 17 de outubro de 2003, através do programa de história oral da empresa. Rosângela nasceu em 1963, na capital paulista, e entrou na Nitro Química no ano de 1980. Trabalha como assistente administrativa da área da manutenção e engenharia, setor de bombeiros. Entrevista disponível, na íntegra, no site do Memória Votorantim, link “Estórias que fazem a história”. MELLO, Rosângela de. Entrevista, 17 out. 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em:

<http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, tive acesso a uma diversidade de documentos, acumulados pelo sindicato ao longo dos anos, sobre a Nitro Química – processos trabalhistas, publicações produzidas pela Nitro, informativos sindicais exclusivos retratando as condições de trabalho na empresa, cartas dos trabalhadores ao sindicato, laudos médicos, dentre outros. Em meio a toda essa variedade documental, chamou-me atenção uma carta (sem data) que fora produzida por um trabalhador da Nitro Química, endereçada ao sindicato.¹²¹ Nela, através de ilustrações (desenhos) e de texto escrito, o trabalhador denuncia, justamente, as condições de trabalho no setor de bombeiros, o mesmo em que se situa a funcionária Rosângela de Mello, departamento este responsável pela segurança das demais seções industriais da Nitro Química:

Brigada particular de incêndio da Cia. Nitroquímica Brasileira, uma vergonha... O cúmulo da pouca vergonha, a Cia. Nitro não tem uma viatura de emergência para brigada. Como o grupo Votorantim não abre a mão nem para jogar peteca, resolveram fazer uma viatura. Aproveitaram um caminhão velho e um tanque velho que a muito tempo estava encostado atrás da caldeiraria; levaram mais quatro meses para montar a presepeda. Soldaram o tanque sobre o caminhão, adaptaram uns armários velhos, válvulas, suportes para mangueiras e uma bomba velha; parece mais um caminhão de peixes que uma viatura de bombeiros. Certa vez foram usá-lo na ilha [um dos setores produtivos da Nitro Química] para combater um incêndio e em vez de água só saiu ar. Como soldaram o tanque muito para frente, o chassis não suportou o peso da água e quando um bombeiro tentava sair com aquela giringonça, percebeu algo de diferente, saltou fora para olhar e percebeu que o caminhão se partia ao meio. A brigada foi alertada, calçaram o chassis e prontamente chamaram um soldador onde reforçaram com pedaços de chapa. O perigo ainda continua, onde está a segurança? Como é Seu Paiva? Está na hora de (ilegível) que a Nitro compre uma viatura de verdade.

¹²¹ As cartas manuscritas constituíram-se em uma forma de luta empreendida pelos trabalhadores da Companhia Nitro Química Brasileira. Suas reclamações e denúncias poderiam ser publicadas no jornal do sindicato – Sindiluta, Especial Nitro Química –, revelando, à sociedade e aos demais trabalhadores, os processos de dominação, controle e subordinação, bem como as condições de trabalho em que estavam submetidos. As cartas e suas possíveis publicações pressionavam, portanto, os grupos empresariais e mesmo os funcionários em cargos de chefia, que tinham seus nomes e suas condutas divulgadas. Valendo-se desse mecanismo, inúmeros trabalhadores enviaram suas reivindicações, indignações e denúncias ao sindicato da categoria. Grande parte dessa documentação histórica compõe, hoje, o acervo constituído pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, que tem sido organizado para ser disponibilizado para a sociedade, a fim de revelar outras histórias e memórias sobre o processo industrial desenvolvido no Brasil, corroborando para uma formação política condizente aos projetos sindicais de sociedade.



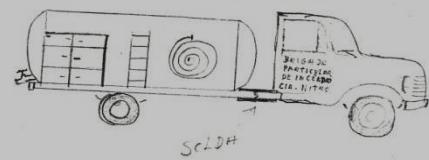
BRIGADA PARTICULAR DE INCÊNDIO DA
CIA. NITROQUÍMICA BRASILEIRA, uma
VERGONHA...

O CÚMULO da pouca Segurança, a
CIA. NITRO NÃO tem uma viatura de res-
gate. O passageiro. Como o Jango Glosou.
não é pra jogar pedras, ná-
fazer uma viatura.

Presentaram um caminhão velho e um
tique velho que a muito tempo estava encostado
nas de caldeiras, levaram mais quinze meses
para montar a guia-pade. Soldados e tique
cobrir o caminhão adaptaram uns arrancos velhos
caldeira, supõe-se para manterem a sua bar-
ra. parece mais um embalo de fogueira.

Quando mal supõem o peso da água
quando um bombeiro tentava sair com
aquele jingonjona, perceber algo de des-
tinto pra pra olhar e perceber que o
caminhão se partia ao meio. Aí bateu
o alertado, calcaram o chão e imme-
diatamente clamaram um soldado onde caía
um com pedaços de chapa. O fio de
extinta, quale este é o seu trabalho?
Seu Pucal está na barra
que o tique vêgo tem que matar.

VANTOIM DE MELO
TUAULHADA, 2580-050.
PEDE-SE NÃO MENCIONAR O NOME



Imagens 23 e 24: Frente e verso da carta do trabalhador da Nitro Química destinada ao Sindicato da categoria. Os desenhos retratam, num primeiro momento, a viatura que se partira ao meio, e, posteriormente, a solda que foi realizada para que a mesma continuasse em funcionamento. Na há menção sobre a data em que a carta foi escrita. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Na carta não consta a data em que a mesma foi escrita. Provavelmente, as experiências por ela retratadas sejam anteriores àquelas vivenciadas por Rosângela na Nitro Química. Sua leitura nos orienta à compreensão de que o desenvolvimento de todo um processo voltado à sistematização da segurança no interior da empresa seja fruto das históricas pressões exercidas pelos trabalhadores nitrinos (e pela atuação do sindicato da categoria), que há muito clamavam (através de denúncias) e lutavam por maior segurança no trabalho. Tal percepção histórica depreendida da fonte documental constituinte do acervo sindical suscita uma integração da condição atual na qual “o nível de segurança na empresa tenha sido consolidado”, através de “uma enorme evolução”, ao processo histórico vivido, que é atravessado por tensões, conflitos e lutas sociais reais desenvolvidas por homens e mulheres (trabalhadores) também reais, cujas experiências sociais podem ser recuperadas a partir de toda uma diversidade documental, não somente oral, que ressurge nas diferentes conjunturas históricas e coloca em questionamento as perspectivas e

incorporações que procuram invalidá-las historicamente – “*muita coisa assim não é nem real*”.

Ainda que determinadas propostas predominantes procurem estabelecer sentidos e significados sociais hegemônicos constituídos fora do processo histórico – como no caso das significações e legitimações que são projetadas socialmente através das narrativas orais, que, dentre outros elementos, ressaltam a resistência dos trabalhadores da Nitro Química ao uso de equipamentos de segurança (reduzindo a questão da segurança no trabalho a tal resistência) –, haverá, sempre, outras produções históricas não dominantes, não previstas e não incorporadas, a revelarem o processo histórico vivido, com suas contradições e divergências de classe, constituindo, portanto, outros sentidos históricos diferentes daqueles implementados pelas perspectivas hegemônicas.

Voltando às historicidades estabelecidas pelo Memória Votorantim, os sentidos constituídos por meio das narrativas orais dos trabalhadores da Nitro Química – de que uma maior segurança no trabalho e a não ocorrência de acidentes perpassam pelas atitudes individuais dos próprios trabalhadores – também se encontram disseminados na publicação “Votorantim para mim” (2003), fruto de um concurso interno de histórias (realizado por ocasião das comemorações dos 85 anos do grupo), no qual os trabalhadores da Votorantim como um todo deveriam narrar (na modalidade escrita) suas histórias e memórias acerca da experiência de trabalho no grupo Votorantim. O concurso foi organizado em três modalidades: dez melhores histórias escritas pelos funcionários; cinco melhores histórias escritas por familiares de funcionários; e quinze menções honrosas. As trinta melhores histórias foram selecionadas e publicadas pela empresa.¹²² A história que abre a publicação é uma produção na forma de cordel, “*Um conto em versos*”, produzida pelo funcionário da Cimento Poty S.A (uma das unidades produtivas do grupo Votorantim localizada em Sobral – Ceará), Raimundo Mendes do Nascimento:

Eis aqui, caro leitor

¹²² As histórias vencedoras, publicadas, foram produzidas pelos funcionários das diferentes unidades produtivas do grupo Votorantim: Cimento Poty, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Cimento Rio Branco S.A., Cia. Paraibuna de Metais, Votorantim Celulose e Papel S.A., Cia Níquel Tocantins, Votocel Filmes Flexíveis Ltda., Citrovita Agroindustrial Ltda., Cia. Mineira de Metais, Mineração Morro Agudo S.A., Cia. Cimento Portland Itaú, Fazenda Santa Albana, Cimento Sergipe S.A., Votorantim Cimentos.

Um conto que é real
Trabalho na Unidade
Cimento Poty de Sobral
Onde o comprometimento
Na Cearense é geral

Uma meritocracia
Foi o que vi acontecer
Todos da Cearense
Fazem acontecer
Qualidade cem por cento
Todos nós vamos fazer

Quero falar um pouco
De uma causa real
Pois para o trabalhador
É muito fundamental
Faça você segurança
Nessa era digital

Trabalho com muito empenho
E grande satisfação
Faço eu segurança
E faço também inspeção
Apertando os parafusos
Fazendo lubrificação

Penso sempre na prevenção
Em tudo que vou fazer
Gerenciamento da rotina
É para mim e você
Saúde e segurança
Todos devemos fazer

Com a padronização
Vamos nos analisar
Segurança é o objetivo
Onde queremos chegar
Já estou interessado
Temos que a meta alcançar
Quando cedo levanto
Digo à mulher “Vou trabalhar”
Mas não perca a confiança
Que à tarde vou voltar
Porque faço segurança
Meus filhos quero abraçar

Quando chego no trabalho
Minha área vou olhar
Lembro de minha família
Que está a me esperar
E logo meu ambiente
Começo a inspecionar
Fazendo eu segurança
Minha vida vou poupar

Quando é o fim do dia
Ao terminar a missão

Falo ao companheiro
Faça você inspeção
Cuidado com sua vida
Não perca nenhuma mão
Sua família lhe aguarda
Com amor no coração

Essa é mais uma história
Que eu mesmo presenciei
Tenho visto muitos contos
Mas deste admirei
Não tinha curiosidade
E de repente despertei

É uma causa muito importante
É o Projeto Crescer e Despertar
Foi uma boa criação
Muito espetacular
Depois de vinte e dois anos
Volto eu a estudar

Crescer e Despertar
Foi mesmo espetacular
Voltei à esperança
De um dia me formar
Um exemplo para os filhos
Foi o que veio deixar

Meus filhos para as pessoas
Querem o exemplo contar
Meu pai está estudando
Pra um doutorado alcançar
Depois de vinte e dois anos
Ele voltou a estudar

A Votorantim é para mim
Um fundamento de qualidade
Tem um grande compromisso
Com toda comunidade
Atender bem os clientes
Superar as necessidades

Agradeço à Votorantim
Por essa norma me dar
Minha vida melhorou
Pois apliquei no meu lar
Eu e toda minha família
Nós só fizemos ganhar

Termino aqui este conto
Que eu de graça ganhei
É um privilégio maravilhoso
Que eu presenciei
Uma qualidade de vida e bem-estar
Por isso me comprometo a

A utilização de uma história no formato cordel para abrir a publicação “Votorantim para mim” evidencia esse processo hegemônico de incorporação até mesmo das linguagens e formas populares, aproveitadas para indicar supostas aproximações entre classes sociais distintas (caracterizada na linguagem popular que se relaciona e que se põe a falar sobre as histórias empresariais) – movimento, esse, que acaba por forjar sentidos de unidade e identidade institucional e histórica.

Além das indicações sobre as responsabilidades relativas à questão da segurança no trabalho, direcionando à compreensão de que a ocorrência de acidentes pode ser evitada através de uma postura diligente tão somente dos trabalhadores, a narrativa apresentada na publicação “Votorantim para mim”, evidencia, ainda, toda uma perspectiva sentimental e afetuosa, de admiração e respeito dos trabalhadores para com seus empregadores.

Tal perspectiva é facilmente encontrada nas diversas entrevistas e histórias disponibilizadas pelo Memória Votorantim. O Sr. Raimundo expressa toda sua gratidão e satisfação pela oportunidade em participar do projeto Crescer e Despertar.¹²⁴ João Câncio, funcionário ligado à presidência do grupo, sinaliza, em seu relato, que “*conhecer mais de perto doutor Antônio e sua família, faz a gente acreditar que existe um Deus*”.¹²⁵ O trabalhador Sérgio Alvino, ao falar sobre José Ermírio, pai de Antônio Ermírio de Moraes, diz que “*ele era uma pessoa marcante. Tinha muita consideração com seus funcionários. [...] Era uma pessoa, sobretudo, humana. No caso de um deslize de um funcionário, sabia ser enérgico, mas nunca*

¹²³ NASCIMENTO, Raimundo Mendes do. Um conto de versos. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). Votorantim 85 anos. São Paulo: Projeto Memória Votorantim, 2003. v. 2, p. 9-13. (Grifos meus).

¹²⁴ Projeto desenvolvido pela Votorantim, direcionado ao público interno da empresa. A partir da participação no projeto, os funcionários teriam a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e médio em, aproximadamente, 18 meses. A ideia principal do projeto era “elevar o nível de escolaridade dos funcionários, preparando-os para absorverem novas tecnologias, metodologias e ferramentas de trabalho”. Ver síntese do programa no site do Instituto Votorantim. Disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/RSC/publicoInterno/Paginas/crescerDespertar.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

¹²⁵ João Câncio Póvoa Filho é atual assessor da presidência do Grupo Votorantim. O trecho é parte de uma mensagem de final de ano enviada pelo funcionário a Antônio Ermírio de Moraes, proprietário do grupo Votorantim. Relato disponibilizado na publicação VOTORANTIM 85 anos: uma história de vida e trabalho (1918-2003). São Paulo: Projeto Memória Votorantim, 2003. v I, p. 69.

era agressivo".¹²⁶ Nelson Furlan, na narrativa que abre este capítulo, menciona que as relações dos trabalhadores com os donos da empresa eram muito cordiais e fraternas, visto que os proprietários "vinham e trabalhavam junto"¹²⁷ com os funcionários da companhia. Rogério Pereira, supervisor de manutenção da Companhia Nitro Química, conta, em sua entrevista, que a empresa é muito séria e muito preocupada com todos os seus funcionários. Relata que um dos principais méritos da empresa é a pontualidade no pagamento: "*É uma empresa séria, ela se preocupa muito com os funcionários, porque uma empresa que nunca nós tivemos problema de falar assim: "Faltou ela [a empresa] pagar isso para isso, um pagamento..." Ou atrasou alguma coisa... [...] É difícil você falar que uma empresa nunca atrasou o pagamento*"¹²⁸. Sobre demissões e greves, o Sr. Oscar Alonso ressalta que a empresa sempre procurava reaproveitar funcionários suprimidos por equipamentos tecnológicos em outros departamentos, evitando, assim, maiores demissões. Em relação às greves, sinaliza que as reivindicações dos trabalhadores nem sempre poderiam ser atendidas, pois "*a greve, às vezes, era decorrente de uma reivindicação que a empresa não podia estar atendendo, devido às crises econômicas, às crises que vinham assolando o país naquele momento*"¹²⁹. Por tudo isso, Luís Carlos revela-se "*fanático, muito apaixonado pelo grupo Votorantim*".¹³⁰

¹²⁶ Sérgio Alvino Picazio, funcionário que Iniciou na Votorantim como Office-Boy do Departamento Pessoal, passou por vários cargos e tornou-se assessor de José Ermírio de Moraes Filho. Relato disponibilizado na publicação VOTORANTIM 85 anos: uma história de vida e trabalho (1918-2003). Op. Cit. p. 90.

¹²⁷ Entrevista realizada com Nelson Furlan em 20 de maio de 2003. Nelson nasceu na Itália e veio trabalhar no Brasil. Empregado pela Nitro Química, atuou como consultor na área de engenharia da empresa. FURLAN, Nelson. Entrevista, 20 maio 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

¹²⁸ Entrevista realizada com Rogério Pereira da Silva em 17 out. 2003. Rogério é supervisor de manutenção da Companhia Nitro Química. Entrevista disponibilizada no site do Memória Votorantim. SILVA, Rogério Pereira da. Entrevista, 17 out. 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em:

<http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2012.

¹²⁹ Entrevista realizada com o Oscar Alonso de Sousa em 21 de maio de 2003, funcionário que atuava no setor administrativo da Nitro Química. Entrevista disponibilizada no site do Memória Votorantim. SOUSA, Oscar Alonso de. Entrevista, 21 maio 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em:

<http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2012.

¹³⁰ Entrevista de Luís Carlos Zanella, trabalhador na área produtiva de nitrocelulose. Op. Cit.

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores da Nitro Química, são também destacadas e exaltadas ações empresariais, tais como: a criação do restaurante para os funcionários da Nitro; a construção do berçário (uma vez que o trabalho feminino era uma realidade no interior da empresa); da escola Senai (espaço em que se desenvolvia a formação profissional do trabalhador); da Vila Operária (construção de casas para os trabalhadores morarem mais perto do trabalho); e a fundação do Clube de Regatas Nitro Química, que é apresentado, por muitos trabalhadores, como uma das únicas oportunidades de lazer e diversão operária. Tais obras são referenciadas nas entrevistas dos trabalhadores como um diferencial da Nitro Química, ressaltando toda a preocupação e comprometimento da empresa para com seus funcionários.

Os familiares dos trabalhadores também narraram suas impressões e sentimentos em relação à Votorantim. Andressa Daniele, filha da funcionária Maria Margarida Gomes, da Citrovita Agropecuária, dá “*Graças a Deus*” pela mãe trabalhar no grupo Votorantim, ainda que colhendo laranjas: “*Tenho muito prazer em dizer que ela trabalha na Votorantim e que é funcionária da Citrovita, que colhe laranja, não por toda a vida, mas nesses oito meses já ajudou muito*”. Andressa parabeniza o grupo Votorantim, pois considera que seus dirigentes “*ajudam milhares de brasileiros*”¹³¹ com as oportunidades de emprego que criam. Ana Passarinho, sogra de Luiz Carlos R. de Barros, também funcionário da Citrovita Agropecuária, diz que os empresários da Votorantim “*são pessoas competentes, que empregam grande pessoal e alegram muita gente*”. Por “*dar oportunidade de muitos ter o que é seu*”, considera que “*o grupo Votorantim é abençoado por Deus*”, constituindo-se em uma referência sobre como deve ser estruturado o trabalho no Brasil.¹³² A esposa de Sebastião Edilson, funcionário da Cia. Mineira de Metais (CMM), relata que a Votorantim mudou toda sua vida, desde a infância até os dias atuais vividos:

A Votorantim para mim começa assim:

¹³¹ Narrativa de Andressa Daniele (de Itapetininga, São Paulo) intitulada “Com Votorantim até o fim! (quadrinhos)”. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). Op. Cit. p. 41-44.

¹³² Narrativa de Ana Passarinho: “Homenagem à maior e melhor Empresa do Brasil”. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). Op. Cit. p. 36-40.

Morávamos em uma velha carvoeira, eu e meus nove irmãos. A nossa vida era sofrida demais, às vezes não tínhamos nada para comer. Dormíamos no chão com um pedaço de lona. O rancho em que morávamos era de palha, só tínhamos uma carroça e um cavalo. Era cruel entrar naquele forno quente para tirar carvão, mas era assim se quiséssemos sobreviver.

Um dia, a alegria, a felicidade, a abundância bateu em nossa porta. Um senhor chegou a cavalo e disse que precisavam de trabalhadores na CMM. Meu pai pegou algumas de nossas roupas, colocou na carroça e viemos juntos com ele para o Barreiro Grande. No dia seguinte, 11 de novembro de 1966, meu pai já estava na Empresa e, pouco a pouco, a nossa vida foi melhorando. [...] Quando eu ouvia o barulho das pedras estourando, ficava feliz, porque era dali que vinha o nosso pão de cada dia. [...] e para completar a nossa felicidade, ganhamos uma casa na Satélite. A partir daí, eu já tinha endereço, identidade e origem. Enfim, a Votorantim para mim é ter um lar para voltar, porque não sabia aonde ir.

A Votorantim mudou toda minha vida, passei a participar de almoços gostosos do 5S, tomar banho de piscina, participar dos Bailes do Zinco, que são uma tradição, ter melhor plano de saúde e outros benefícios. Ganhamos uma nova casa no bairro Ermírio de Moraes. Hoje minhas netas estão na quarta geração e eu me sinto a pessoa mais feliz e realizada. Sou casada com Sebastião Edilson, funcionário da Votorantim há 32 anos.¹³³

Constituía-se, portanto, a partir das narrativas dos trabalhadores e de seus familiares – de suas emoções, sensações, valores e agruras da vida –, uma determinada imagem do grupo empresarial e das relações de trabalho nele desenvolvidas. Uma imagem “boa”, que pretendia apresentar-se de forma deslocada das contradições e conflitos de classe e tornar ilegítimas as lutas historicamente empreendidas pelos trabalhadores: quem, em sã consciência, seria capaz de lutar contra uma empresa em que os patrões são pessoas extraordinárias, que trabalham junto com os trabalhadores, não atrasam salários, e ainda mudam (para melhor) a vida de inúmeros brasileiros com os empregos e benefícios que oferecem? Somente um trabalhador ingrato, com “princípios equivocados” –afirmariam os visitantes (em visitas virtuais ou não) do Centro de Memória Votorantim –, cujas reivindicações e mobilizações são impróprias e descabidas perante as circunstâncias e oportunidades de trabalho apresentadas.

Nesse sentido, as narrativas orais e suas subjetividades incorporadas pelas práticas empresariais de memória (de preservação do passado no presente) criavam uma imagem não só da empresa e de seus empresários, mas também uma imagem dos trabalhadores que lutavam contra os princípios de dominação e exploração

¹³³ Narrativa de Zilá Pereira dos Santos: “A alegria chegou a cavalo”. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). Op. Cit. p. 46-47.

capitalista em que estavam submetidos. Tais imagens foram constituídas de forma indireta – cujas representações criadas em torno da empresa e de seus empregadores levava, consequentemente, a uma reelaboração da imagem dos trabalhadores que lutavam contra os princípios de dominação empresarial – e também de forma direta, como na entrevista de Sidney Duarte (2003), funcionário da Nitro Química do setor de almoxarifado, em que sentidos e valores morais/sociais são constituídos em relação aos trabalhadores grevistas:

Em termos de greve, esse pessoal fazendo greve, nós estava dentro do almoxarifado, eles queriam arrombar a porta para tirar o pessoal todo e eu estava dentro do almoxarifado sozinho. Eles gritando: “Sai daí, pelego!”. Isso aqui foi aquela passeata dentro da empresa. Acho que foi em 1990 e a passeata no setor todo, praticamente quase todo parado e nós não podia parar o setor porque a fábrica estava em manutenção e nós não podia parar de jeito nenhum. Nós tivemos que escorar as portas do almoxarifado, devido o pessoal que queria tirar todo mundo na força para fazer greve, tudo. Foi questão de dois dias de greve, foi aquela coisa toda e eu não.... Sou contra esse tipo de coisa. Se a pessoa não está satisfeita com uma coisa é melhor a agente abandonar, independente que você tenha para trás, você perder, é melhor do que se prejudicar. Eu fiquei no almoxarifado, tivemos que sair até de táxi na época porque não podíamos sair na portaria. Então, para entrar, tivemos que entrar com táxi porque o pessoal não deixava nós entrar. Nós tivemos que entrar pelo fundo da empresa para poder acessar o serviço. O trabalho... Queriam pegar a gente: “Os pelegos são ratos, são furador de greve, isso, aquilo”. Então pressionava a gente. Eu acho que só o fato da gente trabalhar na empresa, e a empresa dar valor ao funcionário já é suficiente. Sendo reconhecido, que nem a firma reconhecer a gente aqui dentro, eu acho que já é suficiente. No dia-a-dia da gente, estando trabalhando, fazendo a sua com vontade, com gosto mesmo, já é um dia muito feliz para gente. Ajudar a empresa, que a empresa também está retribuindo para gente.¹³⁴

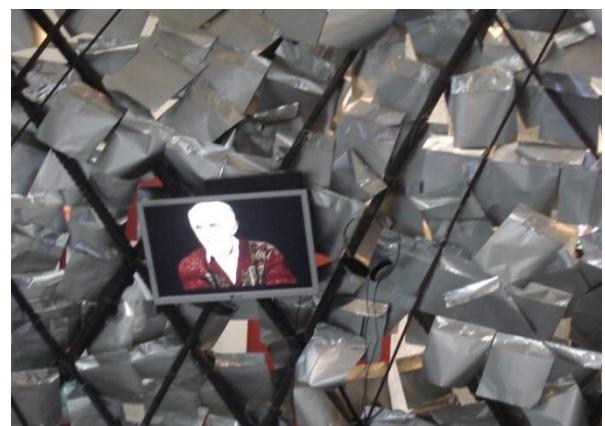
Com a incorporação da história oral, a empresa finalmente conseguira explorar “*aquilo que está entre as duas orelhas*” do trabalhador, como expressado por Paulo Nassar, em benefício dos valores e projetos dos grupos empresariais. Era o próprio trabalhador que, através de relatos “verdadeiros”, baseados em sua subjetividade, em seus sentimentos e emoções, agora emitia sentidos que, de forma

¹³⁴ Entrevista realizada com Sidney Duarte em 17 de outubro de 2003. Sidney é funcionário do almoxarife da Nitro Química. Entrevista, 17 out. 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. (Grifos meus). Acesso em: 2 ago. 2012.

direta ou indireta, colocavam em questionamento as historicidades dissidentes, contra-hegemônicas, afirmando as práticas dos grupos empresariais na história.

Se essa era ou não a intenção e os posicionamentos políticos dos trabalhadores, que se constituem num grupo não homogêneo, atravessado por diferenças e por contradições – com percepções da realidade e modos de luta pela sobrevivência múltiplos e distintos –, o fato é que a utilização de suas narrativas tem contribuído para a legitimação de uma memória social constituída a partir dos processos de redefinição de hegemonia na contemporaneidade.

Numa das visitas que realizei à sede do Memória Votorantim, em São Paulo, tive a oportunidade de acompanhar duas visitas monitoradas à exposição situada no Espaço Votorantim: uma de estudantes da rede pública de ensino (nível médio) e outra de um grupo autônomo de pessoas adultas. Dentre as etapas que constituem a exposição, pude perceber que a que mais chama a atenção dos visitantes é a já mencionada, no capítulo um, “Árvore da Vida”, uma estruturada situada logo na entrada da exposição, composta, externamente, por inúmeras fotografias individualizadas dos funcionários do grupo, e internamente constituída por equipamentos de áudio e vídeo nos quais os visitantes podem ver e ouvir as entrevistas realizadas com os trabalhadores:



Imagens 25 e 26: Fotografia focando a parte externa da “Árvore da Vida” (fotos individualizadas dos trabalhadores) e a parte interna (monitor com fone de ouvido para que as entrevistas possam ser vistas e ouvidas pelos visitantes da exposição). Autora: CRUZ, Karine Marins Amaral. 2012.

Chama a atenção o papel no qual as fotografias dos funcionários foram impressas, o que seria uma espécie de papel metalizado. O metal remete à riqueza e ao dinheiro. Os trabalhadores são apresentados como sendo a riqueza ou o patrimônio da empresa – uma empresa que faz emergir todas essas pessoas, todos esses trabalhadores, como sendo fruto das ações dos grupos empresariais no Brasil. A “Árvore da Vida” reitera, em sua estrutura e nos significados que estabelece, a dinâmica de um determinado projeto social e político que se renova e se recria nas diferentes temporalidades históricas, a partir das pessoas que mobiliza e das relações sociais de poder que estabelece.

Ao adentrarem a estrutura e verem/ouvirem as entrevistas dos trabalhadores ali disponibilizadas, os visitantes ficam maravilhados com o que vêem. Muitos saem dali dizendo: – “*Puxa, essa empresa é boa mesmo, nem é ela quem está dizendo, são os próprios trabalhadores. Se são eles é porque ela é boa mesmo*”; – “*Muitas empresas nem se lembram de seus funcionários. Aqui não. Aqui a coisa é diferente. Pelo que parece os trabalhadores são e sempre foram valorizados*”; – “*Não há o que reclamar de uma empresa assim, não há como pensar em fazer greve nessa empresa. Ela é motivo de orgulho para todos nós brasileiros. É um importante patrimônio do Brasil*”. Os mais velhos dizem ainda que gostariam de ter tido a oportunidade de trabalhar numa empresa como essa. Já os mais jovens ficam sonhando em conseguir um trabalho no grupo Votorantim e um dia ter sua foto e seu depoimento anexados à “Árvore da Vida”. Não menos comum é ouvir as pessoas, na saída, dizerem que aprenderam história (disciplina comumente considerada “chata” pelos estudantes no ensino fundamental e médio) com os teores das entrevistas e com a exposição como um todo, ou seja, “aprenderam a pensar historicamente” através das historicidades reveladas pela memória empresarial, as quais são desenvolvidas junto aos trilhos do progresso, estabelecendo uma mão única de compreensão da história.

Os conteúdos disseminados na exposição constituem-se, portanto, em uma força social ativa, que, ao mesmo tempo em que define formas de se pensar a história, estabelecendo um padrão de pensamento sobre as experiências inseridas nas temporalidades passadas, também modela a realidade social vivida aos valores e princípios dominantes. A história oral cumpre um papel essencial nesse processo,

na medida em que são apresentadas publicamente como fontes históricas acima de qualquer suspeita, por revelarem a “verdade” sobre os acontecimentos históricos. Uma verdade inquestionável porque obtida a partir da subjetividade – das experiências, sentimentos e sensações – daqueles que viveram em determinadas conjunturas históricas.

Nas considerações que tece sobre a importância da história oral para a memória empresarial, Paulo Nassar sinaliza que as narrativas orais se constituem em um “*rico material*” para as empresas, pois que, para “*além do registro do fato, vem carregadas de emoções e credibilidade*”.¹³⁵ Tal constatação indica que as narrativas dos trabalhadores, uma vez controladas e situadas no âmbito documental em sentido positivista, conferem à memória empresarial toda uma credibilidade social, sobretudo, quando pensadas e tratadas como uma produção individual de sentidos e significados, realizada, exclusivamente, por quem concede a entrevista, ou seja, por quem relata sua própria história de vida.

Advertidos por Portelli, nós, historiadores e pesquisadores, atentamo-nos para o fato de que os conteúdos sociais de uma entrevista não são alcançados, simplesmente, pela ação individual dos entrevistados, mas do que juntos fazem, entrevistados e entrevistadores, no momento da conversa. Mesmo o Museu da Pessoa – em seus princípios teórico-metodológicos de acesso às histórias de vida (ainda que tais princípios, às vezes, se revelem mais teóricos que práticos) – entende que uma entrevista “é uma prática de *interação entre dois lados: quem conta e quem pergunta/ouve. [...] Pode-se dizer [então] que a entrevista é um produto com co-autoria do entrevistado e do entrevistador*”.¹³⁶ Nesses termos, os

¹³⁵ NASSAR, Paulo Roberto. *Relações públicas e história empresarial no Brasil*: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas. 2006. 237f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 118.

¹³⁶ LOPEZ, Immaculada. *Memória social*: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa; Senac São Paulo, 2008. p. 36. Digo que tal compreensão, por vezes, se revela mais teórica que prática, porque, em alguns projetos de história oral desenvolvidos pelo Museu da Pessoa – como, por exemplo, Memória Petrobrás e Memória Votorantim –, o que se verifica no produto final (nas entrevistas disponibilizadas para acesso público) é uma narrativa desenvolvida exclusivamente pelo entrevistado, sendo suprimida a participação do entrevistador, que se caracteriza, sobretudo, pelas perguntas que realiza no momento da entrevista. Os leitores podem, no máximo, intuir sobre as perguntas que poderiam ter sido realizadas em tais entrevistas, visto que as mesmas são divididas em tópicos temáticos (ex.: família, trabalho, migração, segurança, trajetória na empresa, etc.). O que fica em evidência, no entanto, nas entrevistas de tais empresas, é a participação de apenas um lado, descaracterizando-se a entrevista como um produto com coautoria.

resultados finais de uma entrevista têm a ver menos com verdades históricas constituídas a partir da subjetividade do narrador, que com uma construção interpretativa obtida através de um diálogo, em que o que se pergunta é tão importante quanto o que se responde.

No âmbito das entrevistas produzidas através do programa de história oral da Votorantim, as histórias dos trabalhadores foram desenvolvidas e obtidas através de perguntas feitas, e essas perguntas foram realizadas pela empresa (na figura do profissional por ela contratado), de modo que o produto final torna-se também uma construção da própria empresa, ou seja, uma elaboração também da memória empresarial. Essa relação entre empregados e empregadores, também circunscrita ao ato da entrevista, nos faz pensar sobre a participação da empresa nas entrevistas produzidas, tanto de forma direta¹³⁷, quanto indireta – circunscrita na consolidação do receio estabelecido em torno do enfrentamento das contradições sociais de trabalho e de suas consequências para a vida do trabalhador que as questiona.¹³⁸

A produção das fontes orais, também no domínio da memória empresarial, perpassa, necessariamente, pelo desenvolvimento de uma ação conjunta efetivada tanto pelos que realizam a entrevista quanto pelos que as concedem. Uma entrevista não se concretiza, na prática, somente pela fala aleatória do entrevistado ou só com as perguntas do entrevistador, mas das relações e diálogos que ambos

¹³⁷ Para além das perguntas realizadas, é preciso ainda atentar para as circunstâncias em que as entrevistas são realizadas: Uma vez escolhidos os trabalhadores a serem entrevistados, suas narrativas são desenvolvidas e obtidas no interior da própria empresa, sob o olhar atento dos empregadores, que têm o poder de decidir sobre o emprego ou desemprego de muitos homens e mulheres, funcionários da Votorantim. Alcançado o produto final, a empresa participa também da escolha das entrevistas que serão veiculadas socialmente e das que não serão disponibilizadas para consulta, ou seja, a empresa opera uma seleção das narrativas consideradas viáveis aos propósitos empresariais.

¹³⁸ Em torno das diferentes oposições e confrontos historicamente estabelecidos pelos trabalhadores criou-se toda uma forma social de repressão, cujas consequências foram utilizadas como meio de controle em relação aos empregados. Os trabalhadores detidos, perseguidos e não contratados no período militar, os demitidos que não conseguiam outros empregos em virtude da “ficha suja” que se estabelecia através da rede de comunicação empresarial e as variadas formas de punição quando das práticas oposicionistas serviam como exemplo quanto à não repetição dos confrontos estabelecidos em relação à lógica de reprodução capitalista. Nesse processo, foram constituídos os “bons” trabalhadores – que, no caso da Votorantim, eram presenteados, quando atingiam determinado tempo de trabalho na empresa, com um distintivo constituído por um “V” da Votorantim, o qual era recebido das mãos do próprio diretor da empresa, ou seja, por um membro da família Ermírio de Moraes – e os trabalhadores “ruins”, declaradamente, não amigos da empresa. Todo esse campo de criação de significados perpassa pelos programas de história oral, legitimando formas de controle que compõem, de certa forma, o “teatro do controle de classe”, embora não constituído pelo caminho da violência tal qual apresentado por Thompson em suas investigações. Ver: THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e História Social. Op. Cit.

estabelecem no momento da entrevista, dos quais surgem os conteúdos a serem disponibilizados socialmente.¹³⁹ Dessa forma, onde estão as perguntas que caracterizam a participação dos grupos empresariais nesse processo dialógico e, assim, nos sentidos sociais que pelas entrevistas são projetados? Por que elas não aparecem nas entrevistas disponibilizadas para consulta?¹⁴⁰

Quando, nas narrativas finais (transformadas em textos e vídeos disponibilizados para acesso), se elimina a participação de um desses lados, cria-se uma sensação de que os conteúdos sociais por elas constituídos tenham sido anunciados e desenvolvidos apenas por aqueles ali apresentados como sujeitos da entrevista, alterando, portanto, a estrutura em que a narrativa se constitui e se desenvolve. Ao suprimir das narrativas dos trabalhadores da Votorantim as perguntas que foram realizadas pela empresa, cria-se uma ilusão de que os teores e significados constituídos através das entrevistas tenham sido desenvolvidos apenas pelos trabalhadores, desconsiderando a participação efetiva (direta e indireta) da empresa, enquanto sujeito e força social que atua nesse processo de constituição de entrevistas.

Quando o narrador/trabalhador diz – sem ser apresentada a pergunta realizada – que os trabalhadores da Nitro Química resistiam ao uso de equipamentos de segurança, colocando em risco sua vida, cria-se a ideia de que quem está dizendo isso (e dirá sempre e em qualquer circunstância e temporalidade histórica), de forma livre e espontânea, é o próprio narrador e não também a

¹³⁹ As histórias dos trabalhadores, fruto das campanhas e concursos de histórias na Votorantim, ainda que não se constituam e se classifiquem como entrevistas, também são obtidas através das relações estabelecidas entre a empresa e os trabalhadores. As histórias escritas são direcionadas pelas regras e normas estabelecidas pela empresa, a qual atua ainda na seleção das histórias que irão ou não compor a publicação organizada pelo grupo. Em tais histórias, é possível visualizar não só a ação dos trabalhadores (em termos de escrita e de experiência histórica), mas também a da própria empresa quanto aos conteúdos e valores disseminados.

¹⁴⁰ As considerações e reflexões de Portelli sobre a disseminação social das entrevistas realizadas no âmbito das pesquisas científicas nos ajudam a pensar nos processos de dominação social que podem ser desenvolvidos a partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores através dos programas de memória empresarial: “*o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador. Quando as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para a publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistador, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias – em outras palavras, a impressão que uma pessoa falando é tão estável e repetitiva como um documento escrito. Quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida*” . PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Op. Cit. p. 36. É com esse olhar interpretativo que nos voltamos à análise das entrevistas dos trabalhadores da Votorantim.

empresa, que é retirada de tal construção factual e interpretativa, junto à supressão das perguntas efetuadas.

Da mesma forma, quem está dizendo que a empresa não tinha condições de atender às reivindicações das greves realizadas pelos trabalhadores, em virtude das crises econômicas ocorridas no país: são os trabalhadores. Quem fala que a empresa sempre se preocupou com seus funcionários ao longo dos anos (numa relação fraterna), aproveitando-os em outros setores para que os mesmos não ficassesem desempregados: são os trabalhadores. Quem diz que a industrialização e o trabalho assalariado melhorou a vida de muitas pessoas, de forma que o presente “moderno” sempre será percebido como sendo melhor que o passado “atrasado”: são os trabalhadores na figura de seus familiares. Quem expressa que as greves são práticas moralmente e socialmente condenáveis, novamente, e tão somente, são os trabalhadores. Uma vez eliminada a participação da empresa quanto aos conteúdos alcançados nas entrevistas realizadas, elimina-se, consequentemente, o caráter construtivo das narrativas constituídas através da memória empresarial.

Assim, percebidas socialmente como fontes “puras” e “inocentes”, e, portanto, confiáveis, as narrativas dos trabalhadores foram situadas no âmbito documental, fixando-se como monumentos (visto que todo documento é, também, monumento) que alimentam/realimentam a memória social nas diferentes temporalidades históricas, estabelecendo explicações sobre o passado e moldando a realidade social presente.

Nesses termos, com a incorporação das fontes orais pela memória empresarial, foi possível empreender e reestruturar todo um processo de hegemonia, que procurou descaracterizar as lutas de muitos trabalhadores que vivenciaram o processo de industrialização no país, de forma a promover uma inversão dos sentidos de dominação e exploração no trabalho que foram evidenciados pelas histórias/memórias contra-hegemônicas. A utilização das narrativas dos trabalhadores (percebidas como fontes documentais genuínas), e de suas subjetividades, que são também envolvidas por ideias, valores e princípios dominantes internalizados individualmente, os quais regulam, organizam e explicam a realidade social vivida, em muito corroboraram as ideologias burguesas de

progresso e evolução capitalista, as quais foram afirmadas pelo senador e diretor do grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes, em 1970:

A luta pela criação de riqueza não é senão uma luta pela liberdade e vontade de ser independente, para não viver à sombra de outrem. Não é uma acumulação de lucros para proveito pessoal, é para dar ao país o direito de ser alguém, ser respeitado e admirado no conceito das nações civilizadas.¹⁴¹

As entrevistas realizadas com os trabalhadores e as publicações a partir delas produzidas – “Votorantim para mim” e “Votorantim 85 anos: uma história de vida e trabalho” – consolidavam e redimensionavam, em 2003 (ano em que foram produzidas), o projeto social desenvolvimentista traçado por determinados grupos sociais, ainda em 1970. Com as narrativas dos trabalhadores, criava-se, portanto, as condições e mecanismos necessários para se consolidar e positivar as perspectivas de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que se produzia uma descaracterização da dominação no âmbito das relações sociais de trabalho. Não se tratava mais de uma exploração dos trabalhadores assalariados industriais, como afirmado pelas perspectivas dissidentes, mas da criação de oportunidades de trabalho e de um necessário desenvolvimento da nação, que apontava para sua evolução e independência – o que acaba por tornar inviáveis possíveis continuidades das lutas sociais empreendidas pelos trabalhadores na conjuntura dos anos de 1980 em outras temporalidades históricas.

Sendo assim, pelo menos no caso do Brasil, o olhar do anjo da história, retomado de Klee por Benjamin, deveria ser redirecionado: ver o tradicional progresso e seus benefícios em detrimento da destruição outrora anunciada pela oposição. Tais historicidades empresariais reconfiguradas socialmente através da história oral tornar-se-iam ainda mais significativas às forças dominantes quando articuladas ao campo do patrimônio histórico industrial, constituindo, desse modo,

¹⁴¹ Passagem proferida por José Ermírio de Moraes em 1970. Essa fala abre a publicação “Votorantim 75 anos”, constituída por ocasião das comemorações em torno dos 75 anos do grupo Votorantim. MORAES, José Ermírio. In: VOTORANTIM 75 anos. São Paulo: Memória Votorantim, 1993. p. 3. Disponível no formato PDF: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Livros%20comemorativos/Votorantim_75anos.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2012.

uma rede hegemônica a organizar e normatizar a realidade social e cultural contemporânea.

2.2 – Patrimônio histórico: sentidos e significados sociais

Procurando evitar a derrota nas eleições de 1986 para governo do estado de São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes declarou que suas empresas, sobretudo a Nitro-Química, constituíam-se em um inestimável patrimônio para o povo brasileiro, por se apresentarem como um exemplo de desenvolvimento e compromisso para com a nação em que se situavam. Anos depois, em maio de 2012 – a partir das redes de hegemonia que se estabeleceram em torno da memória empresarial e dos projetos de sociedade idealizados pelos grupos dominantes –, a Nitro Química, ou parte de suas instalações industriais, no bairro de São Miguel Paulista, foram tombadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) como patrimônio histórico e cultural nacional. Foram oficializados o reconhecimento patrimonial das seguintes instalações: chaminé de emissão de efluentes; conjunto dos edifícios que compõem o bloco voltado para a ferrovia, próxima à antiga portaria principal; segunda chaminé de caldeira; segunda casa de força; antiga portaria principal e refeitório em frente à ferrovia; antigo trecho do ramal ferroviário da Companhia Nitro Química Brasileira e respectiva plataforma; primeira chaminé de caldeira e primeira casa de força.



Imagen 27: Foto aérea da Nitro Química, em São Miguel Paulista, com apontamento das instalações tombadas pelo CONPRESP. Disponível no blog informativo “Notinhas de São Miguel”. Postada por Gilberto Travesso, em 25 de julho de 2011. Disponível em: <<http://notasdesaomiguel.blogspot.com.br/2011/07/nitro-quimica-em-processo-de-tombamento.html#!/2011/07/nitro-quimica-em-processo-de-tombamento.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.

Para justificar a abertura do processo de tombamento de tais edificações industriais, o CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – estabeleceu os seguintes parâmetros argumentativos:

CONSIDERANDO a importância histórica da presença da Companhia Nitro Química Brasileira no crescimento e urbanização do bairro de São Miguel Paulista, conforme manifestado no pedido de abertura de tombamento solicitado por segmentos da sociedade civil, e como marco relevante no processo de industrialização da cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO a importância dos conjuntos industriais e seus elementos arquitetônicos como *patrimônio industrial* de especial relevância no panorama econômico, social e cultural de São Paulo;

CONSIDERANDO o *patrimônio industrial* como registro das transformações geradas pela industrialização e, portanto, aglutinador de importantes valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos, testemunhos das técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista;

CONSIDERANDO a importância de alguns prédios e elementos constitutivos da fábrica da Companhia Nitro Química Brasileira como referenciais importantes na paisagem histórica do bairro de São Miguel Paulista;(...)

RESOLVE

ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO de edificações e elementos constitutivos do processo de produção industrial da **COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA(...)**.¹⁴²

O marco histórico a partir do qual se justifica a preservação arquitetônica da Companhia Nitro Química Brasileira é o processo de industrialização ocorrido na cidade de São Paulo, com suas respectivas transformações sociais, econômicas e políticas para o país, mas, sobretudo, para o espaço urbano em questão. A relevância atribuída pelas sociedades contemporâneas à industrialização identifica-a como um processo social que cria valores histórico-culturais, os quais têm constituído e fundamentado a noção de patrimônio industrial. Buscando nos vestígios industriais os conhecimentos históricos que possam subsidiar as análises e explicações das transformações do passado – a partir das quais se constituíram as sociedades atuais tal qual a conhecemos –, as edificações industriais tem sido percebidas como monumentos de estimado valor histórico, por constituírem-se em espaços privilegiados em que se desenvolveram os mecanismos necessários à produção e reprodução capitalista.

Nesse sentido, a partir da década de 1970, com a incorporação e difusão da noção de patrimônio industrial no Brasil, fixara-se a ideia da necessidade histórica da preservação de toda uma materialidade circunscrita ao universo fabril. Seriam, então, considerados passíveis de preservação: imóveis industriais ou parte de suas instalações prediais, estações ferroviárias e portos marítimos interligados a determinadas indústrias (os quais cumpriram um papel essencial quanto ao escoamento da produção industrial), força motriz (rodas d'água, motores a vapor e elétricos), bem como máquinas e produtos industriais que as integraram.

É através de tal referencial que os prédios e chaminés da Nitro Química foram tombados pelo CONPRESP como patrimônio de São Paulo e do bairro de São

¹⁴² SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. Resolução n. 10/CONPRESP/2011. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 22 jul. 2011; e republicado: SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. Resolução n. 10/CONPRESP/2011. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. p. 113. PDF disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/res1011_1317420068.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

Miguel Paulista, tornando-se um dos símbolos arquitetônicos da industrialização nacional a serem preservados e perpetuados historicamente através do patrimônio industrial. Especialmente as chaminés da fábrica foram consideradas parte integrante da paisagem de São Miguel, cuja simbologia e imponência arquitetônica, que identifica, mesmo à distância, os vestígios da industrialização ali desenvolvida, justificam sua preservação histórica.

No entanto, diversos intelectuais que se dedicam à compreensão e teorização das noções de patrimônio industrial sinalizam que a importância da preservação das estruturas industriais edificadas não reside na valorização pura e simples de um edifício construído. O professor José Lopes Cordeiro indica que “*a fábrica ou a mina não são unicamente edifícios ou construções técnicas, mas também centros de trabalho nos quais se manifestam as relações sociais de produção*”.¹⁴³ Portanto, no interior de suas estruturas físicas, as fábricas estabeleceram-se, historicamente, como espaços em que se desenvolveram relações humanas e sociais específicas, com desdobramentos, também políticos, que nos remetem a pensar nas significações produzidas a partir das experiências situadas em seu interior.¹⁴⁴

Tais significações, constituídas junto ao processo industrial, indicam-nos que preservar uma fábrica ou mesmo parte de suas instalações não implica apenas em uma conservação patrimonial predial, visto que a estrutura fabril não está dissociada das diferentes experiências vividas, as quais projetam interpretações históricas que são envolvidas por diferentes concepções que constituem também diferentes historicidades. Preservar, portanto, o patrimônio industrial, significa preservar determinados significados e sentidos sociais que são formados no processo histórico, os quais podem intervir nas diferentes temporalidades históricas,

¹⁴³ CORDEIRO. José Lopes. Algumas questões para a salvaguarda do Patrimônio Industrial. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1., 1987, São Paulo. *Anais do 1. Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Eletropaulo, 1987. v. 1. p. 65-66.

¹⁴⁴ Considero que os diferentes sentidos sociais e significados estabelecidos no decorrer do processo histórico, os quais são desenvolvidos a partir das experiências de classe, constituem-se como elementos do patrimônio, sendo, portanto, passíveis de preservação histórica para os grupos que os constituíram enquanto referencial social, cultural e político.

produzindo interpretações e estabelecendo determinadas lembranças sobre o passado industrial, de forma a articulá-lo ao presente vivido.¹⁴⁵

Mas quais seriam, então, as historicidades que estariam sendo preservadas junto às chaminés da Nitro Química? Que memórias foram também tombadas com os edifícios industriais considerados patrimônio de São Paulo e, portanto, de toda a sociedade brasileira? Quais representações sobre o processo industrial seriam perpetuadas e reiteradas pela sociedade contemporânea e pelas gerações posteriores, adjuntas à contemplação da arquitetura fabril?

A noção de patrimônio industrial carrega consigo a ideia do progresso capitalista: modelo evolutivo e linear de compreensão da história que estabelece um tempo único e igual – sendo, portanto, homogêneo –, contínuo e irreversível, que frequentemente é revisto e reinterpretado pelas perspectivas dominantes, dadas as pressões estabelecidas pelas concepções históricas que o questionam quanto padrão de desenvolvimento humano. Perante as interpretações críticas que situam as transformações ocorridas na sociedade capitalista como um processo a partir do qual se desenvolvem condições específicas e desiguais de classe – por promover o aprisionamento e mesmo desumanização de determinados sujeitos sociais –, as perspectivas dominantes têm se voltado à reafirmação da ideia da bem-aventurança e igualdade alcançadas pelo progresso e evolução industrial capitalista, procurando demonstrar que tal desenvolvimento também trouxe inúmeros e diferentes benefícios aos sujeitos sociais que se constituíram trabalhadores e moradores da cidade nesse processo, deixando de viver no espaço rural “atrasado”, para habitar e desfrutar da “modernidade urbana”.

Essa perspectiva é amplamente difundida e reiterada pelos centros de documentação e memória empresarial na contemporaneidade. No Centro de Memória Votorantim, foi constituída uma linha do tempo, em painéis de exposição, dedicada a demonstrar a evolução histórica capitalista no contexto industrial brasileiro, evidenciando seus benefícios em termos sociais (urbanização e infraestrutura urbana) e também individuais (voltado, especialmente, aos sujeitos trabalhadores):

¹⁴⁵ Assim como as estruturas físicas, tais elementos (geralmente classificados como intangíveis) constituem-se enquanto materialidade do patrimônio, pois as experiências sociais que as promovem são concretas. Classificá-las como intangíveis e imateriais significa reduzir as experiências ao simbólico, eliminando sua concretude.



UM BRASILEIRO CHAMADO JOÃO

João não é branco, nem negro, nem índio: é uma mistura das cores que formam o povo brasileiro. Trabalha e mora na roça, numa casa humilde, sem água corrente e sem esgoto. Lá não há luz elétrica. João é analfabeto, anda descalço a maior parte do tempo e seus filhos não vão à escola.

VOTAR OU NÃO VOTAR: EIS A QUESTÃO

João praticamente perde o direito de se manifestar politicamente. Como é morador de uma capital, não vota para prefeito. Vota para deputado estadual, mas não para governador. Vota para deputado federal e senador, mas não para presidente da República.

A CIDADE ENGOLE O CAMPO

No Brasil, segundo o censo realizado pelo IBGE em 2004, mais de dois terços dos 180 milhões de habitantes vivem agora em cidades. João, que como seu pai nunca teve telefone em casa, logo terá um celular. Além disso, seus filhos estão na escola e sua mulher também trabalha. Ele compra um carro. Usado, é verdade, mas de boa qualidade.

DESAFIOS DE JOÃO

Nas novas indústrias, as máquinas devem ser operadas por trabalhadores qualificados. Imigrantes europeus ocupam essas vagas. Alguns amigos do João vão trabalhar nas fábricas em tarefas que não exigem instrução, só braços fortes. João tem vontade de se mudar, mas fica na roça.

TV EM PRETO E BRANCO

João já está aposentado. Seu filho João Neto estudou em escola pública e faz um curso profissionalizante no Senai, criado em 1942. Arranja emprego e se casa. Compra sua primeira televisão em preto e branco. Mas não recebe informações suficientes sobre o que acontece no país: existe censura à imprensa, ao rádio e à televisão.

O NOVO MUNDO DE JOÃO

João, sua mulher e seus filhos não são brancos, nem negros, nem índios. A pele deles é uma mistura de muitos tons. Foi esse povo miscigenado que construiu todo o progresso brasileiro conquistado. E é de seu esforço que nascerão as novas conquistas capazes de tornar o Brasil um país mais justo e desenvolvido.

VIDA NA CIDADE

João morre antes do fim da ditadura de Vargas. Um de seus filhos, que também se chama João, vai morar na cidade. A casa é modesta, mas seus filhos têm chance de ir à escola, receber tratamento médico e ficar mais informados sobre o país e o mundo. E João pode procurar um emprego com salário fixo e carteira assinada.

PRIMEIRO VOTO

Na primeira metade dos anos 80, ocorre o processo de abertura política. João Neto acompanha, pela televisão, a volta dos exilados políticos ao Brasil. Em 1984, vai a um comício que pede eleições diretas para presidente da República, mas só em 1989, pela primeira vez na vida, João vota para presidente. Seu pai já havia participado das eleições de 1960, a última antes da redemocratização, que elegeu o candidato Jânio Quadros. O avô, analfabeto, nunca chegou a votar.

Imagen 28: Painel situado no Memória Votorantim, com linha do tempo que explicita o processo evolutivo industrial brasileiro. No interior do painel são destacados pequenos textos (acima), em cores diferenciadas ao contexto explicativo, que contam a história individual de um sujeito que deixou o campo para morar na cidade, tornando-se, nesse processo, trabalhador assalariado. Em tal formato, a história do trabalhador

é associada e vinculada à história da industrialização brasileira. Fonte da imagem do painel: <www.memoriavotorantim.com.br>. Visita virtual. Acesso em: 3 nov. 2012. Demais imagens sobre história de João, autora: CRUZ, Karine Marins Amaral. 2012.

Inserir os sujeitos que não pertencem aos grupos dominantes como beneficiários, geração após geração, do desenvolvimento industrial brasileiro e, consequentemente, do processo de urbanização das cidades (benefícios esses traduzidos na moradia urbana, salário fixo, carteira assinada, acesso escolar e poder de compra sobre objetos como telefone, televisão, celular e carro usado), significa criar as condições necessárias para a legitimação social de uma referência única de patrimônio industrial – cujos fundamentos de preservação são situados, justamente, no desenvolvimento industrial e urbano, apontados como marco histórico de relevância social e política, a partir do qual são significados e valorados os elementos do patrimônio histórico industrial. Sugere, nessas condições, uma unidade em termos dos significados sociais que evocam determinados elementos como passíveis de preservação histórica, como se eles fossem constituídos em igualdade de significados da mesma forma por todos os sujeitos e grupos sociais considerados partícipes e “favorecidos” pelo processo industrial capitalista.

Justificar, portanto, a preservação dos edifícios industriais a partir de sua importância para o crescimento e desenvolvimento da indústria nacional e urbanização das cidades (no caso da Nitro Química, também o crescimento do bairro de São Miguel Paulista, como mencionado pelo CONPRESP), e de sua importância quanto a um processo produtivo em que se vincularam numerosos trabalhadores recém chegados à cidade, convalida uma determinada perspectiva histórica de progresso (disseminada socialmente pela memória empresarial), corroborando, desse modo, uma noção social unitária de patrimônio industrial.¹⁴⁶

¹⁴⁶ Frequentemente, as diferentes pesquisas realizadas sobre o patrimônio histórico industrial, e mesmo os próprios órgãos de preservação patrimonial, estabelecem, como ponto de partida e justificativa para as reflexões e conservação histórica, o processo de industrialização e urbanização consolidados socialmente. A aparente obviedade em se estabelecer a preservação dos elementos materiais e imateriais industriais a partir da própria industrialização e urbanização (que em grande medida foi desenvolvida pelo processo industrial), esconde os mecanismos de poder, a dominação social e as exclusões históricas aí desenvolvidas. As professoras Yara Khoury, Maria do Pilar de Araújo Vieira e Maria do Rosário da Cunha Peixoto advertem, a nós pesquisadores e historiadores situados no âmbito da história social, sobre as implicações políticas de nossos trabalhos quando tomamos como referência para nossas pesquisas e reflexões marcos historicamente consolidados: “Os pesquisadores são levados, comumente, a definir seu objeto de estudo a partir de marcos e temas cristalizados pela memória, quer esta apareça como historiografia erudita ou como tradição num sentido geral. Nessa perspectiva, não questionando a razão nem o processo de constituição desses marcos e temas, contribui para perpetuar as relações de poder que estão na base daqueles temas e daqueles marcos. Tais temas já trazem consigo uma relação de poder, uma carga de significados, que lhe foram atribuídos pelos atores no exercício de sua prática política. Trazem também um aval da própria historiografia que a endossa. Dessa forma tais temas são suportes de práticas concretas, com interesses concretos, detectáveis, mas que aparecem sob a

No entanto, ainda que diferentes sujeitos e categorias sociais reconheçam a Nitro Química como uma estrutura fabril edificada a ser preservada historicamente (como os trabalhadores e moradores de São Miguel Paulista que reivindicaram o tombamento da empresa junto ao órgão competente), os significados a ela associados podem ser múltiplos e diversos, podendo ainda se situar em perspectivas outras que não à do progresso capitalista com seus sentidos de felicidade e realização humana plena. Se tomarmos como referência investigativa, para compreensão do patrimônio histórico industrial, as experiências dos diferentes sujeitos trabalhadores, no lugar do desenvolvimento industrial e urbano, perceberemos que a fábrica constitui-se em local a partir do qual foram vividas relações sociais desiguais e conflituosas, que geraram a mobilização e militância de muitos e diferentes trabalhadores contra os mecanismos de exploração e opressão desenvolvidas no interior do espaço fabril.

Para os sujeitos que vivenciaram tais relações, o refeitório da Nitro Química, por exemplo, uma das estruturas prediais tombadas como patrimônio histórico, será lembrado a partir das históricas lutas e reivindicações estabelecidas pelos trabalhadores que nele se alimentavam diariamente. A qualidade da comida servida no restaurante variava e decrescia de acordo com as funções exercidas na empresa, seguindo uma hierarquia do trabalho: em primeiro lugar, vinha a comida da diretoria e dos engenheiros, que era considerada uma boa alimentação, superior à do segundo escalão, composto por aqueles que ocupavam cargos de chefia na empresa (encarregados, contramestres, dentre outros cargos de chefia). A alimentação destes, por sua vez, era melhor que a refeição servida ao grupo dos mensalistas. E, por fim, e em último lugar, com qualidade aquém das demais refeições oferecidas no restaurante da empresa, vinha a comida que alimentava os demais trabalhadores – em sua grande maioria, operários diretamente ligados ao

chancela da objetividade, que escamoteia o lugar de onde a historiografia fala. Nesse caso, o pesquisador deveria desvendar as próprias condições de produção daquele tema enquanto discurso de poder". No interior da pesquisa aqui desenvolvida, não se trata apenas de questionar a industrialização e urbanização como marco constituído para a história, a partir do qual se estrutura toda uma concepção de progresso, mas também de desvendar as relações de poder quando se institui tal marco como referência para o patrimônio industrial. A fim de não se reproduzir a dominação social que se estende à memória, as discussões em torno do patrimônio industrial serão situadas, nesta pesquisa, não no processo de industrialização e urbanização, mas nas experiências sociais vividas pelos sujeitos trabalhadores. VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história.* Op. Cit. p. 32.

processo produtivo industrial. Essa condição alimentícia diferenciada e desigual foi amplamente questionada e combatida pelos trabalhadores da Nitro Química, que reagiram promovendo vários protestos, passeatas e boicotes ao restaurante da empresa:

Boicote ao restaurante da Nitro

Para aumentar a discriminação na empresa os patrões da Nitro dividiram o restaurante em quatro classes: uma reservada somente para a diretoria e engenheiros (onde a comida é ótima), outra para as chefiias, a terceira ala para os mensalistas e a última para a "peãozada" (que come de badejão) como se pode perceber, nem todos são iguais perante a família Votorantim.

A última ala, reservada para os horistas, é famosa pelos péssimos serviços prestados. A comida horrível já levou inúmeros companheiros para a enfermaria com dores de barriga.

Há cerca de dois anos atrás os trabalhadores realizaram um enorme boicote onde conseguiram dar um basta na péssima alimentação. Na época até



foto: Vera Yursys

O boicote foi um sucesso

Imagem 29: Notícia publicada pelo Sindicato da categoria, referente à mobilização dos trabalhadores contra a desigualdade das refeições servidas no refeitório da Companhia Nitro Química Brasileira. BOICOTE ao restaurante da Nitro. *Sindiluta*, São Paulo, ano IV, n. 795, 19 dez. 1986. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Ainda situando as experiências dos trabalhadores como referencial de preservação histórica, o refeitório da Nitro Química poderia ser também associado (constituindo, desse modo, uma determinada memória), ao evento pelo qual o senhor Izequiel da Gama, em 1984, funcionário antigo da Companhia, foi demitido pela empresa por ter retirado seu alimento (um pãozinho) e por tê-lo consumido fora do edifício em que se situava o refeitório, ainda que nas dependências da empresa. Mesmo estando no intervalo que lhe era destinado à alimentação e descanso das atividades de trabalho, o ato do senhor Izequiel foi considerado falta grave, de descumprimento das normas e regras internas da companhia, justificando, portanto, seu efetivo e imediato desligamento do trabalho. O caso foi levado à justiça trabalhista e, anos depois, por decisão judicial, o senhor Izequiel foi reintegrado à

empresa, com direito de receber os valores relativos ao período em que ficou afastado do trabalho (salário, 13º salário, adicional de insalubridade, salário família) com as devidas correções. O caso, que demonstra o nível de subordinação dos trabalhadores na empresa e a constante instabilidade no trabalho (a dispensa poderia ocorrer a qualquer momento e por qualquer motivação), foi noticiado pelo sindicato da categoria, que, a partir da situação vivida pelo trabalhador, procurou orientar e direcionar os demais trabalhadores a uma atitude política mais combativa e oposicionista às práticas e abusos empresariais:

TRABALHADOR DEMITIDO É REINTEGRADO NA NITRO



O processo durou 2 anos. Depois de manobras e retaliações da empresa, Izequiel enfim foi readmitido e a empresa obrigada a pagar seus direitos.

A história começou com um simples pãozinho. Parece brincadeira do destino mas é verdade. Izequiel da Gama, o professor, funcionário da Nitro desde 1955 costumava fazer suas refeições e levar o pãozinho para comer-lo fora do refeitório enquanto aguardava o término do intervalo de repouso e alimentação. Alegando grave e total desrespeito às normas internas, o companhei-

ro foi demitido sumariamente pelos patrões (1984) que afirmaram ser proibida a saída de seus empregados portando alimentos originários do restaurante.

Na época, o Sindiluta chegou a fazer várias denúncias.

Depois de dois anos de muita luta, o processo aberto na época obteve sentença final junto a Justiça do Trabalho, totalmente favorável ao companheiro. A juíza chega a citar textualmente: "Levar o empregado o seu pão para fora do refeitório é um comportamento absolutamente aceitável já que não prejudica diretamente ou indiretamente qualquer interesse da empresa, nem sequer pode ser considerado como atitude infratora de normas internas". E ainda reforça: "Mesmo em países mais pobres que o nosso, um pedaço de pão não é considerado refeição... o pão foi considerado, tão somente, o elemento mínimo de sobrevivência..."

A argumentação da empresa caiu por terra. Seu Izequiel da Gama foi reintegrado no dia 19 de dezembro/86 e receberá obrigatoriamente pela lei: todos os salários a partir da injusta suspensão até a readmissão com todos os aumentos e vantagens adquiridas pela categoria nesse período. As custas gastos nesse processo, 13º salário, adicional de insalubridade, salário família, também serão repostos com ju-

ros e correção monetária. O caso demorou dois anos para ser解决ado. Devido à intransigência do Grupo Nitro, trabalhadores são perseguidos e injustamente punidos. A "família da dignidade" pode transformar um inocente pãozinho num caso de calamidade pública. Dá para imaginar o que a empresa é capaz de inventar para demitir companheiros. Essa história teve um final feliz, graças a perseverança do companheiro que durante todo este período esteve junto com o Departamento Jurídico do Sindicato lutando pelo seu legítimo direito.

Negociação Salarial

Amanhã, terça feira, às 15 horas, o Sindicato estará negociação com a empresa itens relativos à questão salarial. A participação de todos nessa luta é fundamental.

Assembleia: dia 14 (quarta-feira) às 11,14,17 e 20 horas na subsede do Sindicato.

Tinturaria Fernandes

Atenção, na sexta-feira à tarde acontecerá, pela 3ª vez, a eleição da Comissão da Fábrica. Novos companheiros serão eleitos para, daqui para frente, levar a luta em torno de nossas reivindicações. Fique atento e não deixe passar essa!

Imagen 30: Notícia da readmissão do funcionário da Companhia Nitro Química Brasileira (senhor Izequiel da Gama, conhecido como o Professor), divulgada pelo Sindicato da categoria. TRABALHADOR demitido é reintegrado na Nitro. *Sindiluta*, São Paulo, ano IV, n. 798, 13 jan. 1987. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Da mesma forma, as dependências destinadas à portaria da empresa, constituídas como patrimônio histórico pelo CONPRESP, foram palco de inúmeras manifestações, sobretudo, grevistas. Frente às precárias condições de trabalho nas quais os operários da fábrica eram frequentemente acidentados e intoxicados pelos gases desprendidos do processo produtivo (causando problemas nos olhos e no sistema neurológico de inúmeros trabalhadores), e também às questões relativas aos salários, à carga horária trabalhada, às demissões e aos abusos constantemente cometidos pela empresa, os funcionários da Nitro Química realizaram greves históricas, as quais foram, em muitos momentos, combatidas violentamente a partir da atuação policial. Em tais manifestações grevistas, que revelavam uma intensa insatisfação da classe trabalhadora em relação às condições e relações produtivas, os trabalhadores concentravam-se na portaria da empresa, de forma a não permitir a entrada para o trabalho, paralisando, portanto, importantes setores produtivos da companhia:



Imagens 31, 32 e 33: Respectivamente, trabalhadores da Nitro Química participando de mobilização por antecipação salarial em 1984; Assembleia na porta da fábrica debatendo reajuste mensal em 1993; Greve da seção da fiação da Nitro Química contra a insalubridade, em 1986, em que se verifica a participação da polícia. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Se continuarmos seguindo a lista dos edifícios industriais tombados, cada qual projetará significações históricas – constituídas a partir das experiências dos diferentes sujeitos sociais – opostas àquelas apontadas e apresentadas pela memória empresarial. As estruturas fabris comportam toda uma multiplicidade de experiências históricas e, sobretudo, de significados contra-hegemônicos, os quais foram constituídos a partir de uma outra perspectiva social, normalmente percebida como desordem pelo viés dominante. Nesses termos, a fábrica foi o lugar não só da ordem produtiva e reprodutiva capitalista, mas, também, o espaço em que se desenvolveu toda uma “desordem” gerada pela própria lógica de exploração e acumulação do capital. Na fábrica, os trabalhadores passaram grande parte de suas vidas e desenvolveram relações sociais produtivas complexas e contraditórias. Nela, empreenderam históricas lutas contra a classe social cujos interesses divergiam dos seus: as condições de vida, de trabalho e de exploração que lhes eram comuns levaram os trabalhadores a estabelecerem formas de organização e resistência constituídas em sentidos de classe – de uma classe trabalhadora que se confirmava como oposição aos princípios e valores da classe dominante capitalista e empresarial.

Muitas lutas foram também travadas no interior da própria classe trabalhadora, cujos conflitos evidenciavam sentidos de competição e de rivalidades internas, desenvolvidas a partir da hierarquização instituída na realidade social de trabalho.¹⁴⁷ Mas foi também espaço de convivência, em que relações de amizade e solidariedade foram estabelecidas entre os sujeitos trabalhadores.

Portanto, ainda que determinados elementos do patrimônio histórico industrial possam ser comuns às diferentes categorias sociais, seus significados são múltiplos e desiguais, porque constituídos a partir das experiências sociais, as quais revelam uma outra face tanto do progresso capitalista quanto das políticas de preservação histórica, em que as habituais generalizações omitem as exclusões e monopólios de classe processados no âmbito da história e da memória social. Assim, as

¹⁴⁷ O sindicato representativo dos trabalhadores da Nitro Química recebia inúmeras cartas, em que as reclamações eram direcionadas, sobretudo, aos abusos cometidos por outros trabalhadores que ocupavam cargos superiores na hierarquia social do trabalho (encarregados, contramestres). Estes despertavam a ira e indignação de muitos trabalhadores braçais, que os compreendiam como sendo extensão dos próprios patrões, por defenderem os interesses daqueles em detrimento dos próprios trabalhadores.

experiências socialmente desenvolvidas (as quais evidenciam práticas sociais e culturais diversas) lançaram outros olhares sobre a noção de patrimônio histórico.

No interior do debate historiográfico contemporâneo, o patrimônio tem se configurado como um universo plural, de múltiplas possibilidades, em que a preservação dos elementos considerados “tangíveis” e “intangíveis” faz emergir as ações dos diferentes sujeitos sociais (sobretudo, dos homens e mulheres não pertencentes aos grupos dominantes), com seus respectivos sonhos, projetos, lutas e relações sociais, situando, dessa forma, o patrimônio como dimensão da cidadania e do direito à história e à memória.¹⁴⁸

Em torno das discussões estabelecidas – para que o patrimônio pudesse ser efetivamente expressão das práticas sociais e culturais diversas, revelando, portanto, outras e diferentes historicidades –, a história oral apresentou-se como um componente de especial importância quanto à ampliação da noção de preservação patrimonial. A esta altura, o patrimônio já não mais se limitava à conservação dos monumentos arquitetônicos e das estruturas edificadas, com seus tijolos, cimentos, pedras, ferragens, vidros e materiais outros, mas envovia também toda uma perspectiva, na qual se inseria a cultura, em perspectivas outras, diferentes daquelas relacionadas à erudição e às artes – mas cultura compreendida como um processo social em que se constituem diferentes modos de vida, os quais poderiam ser acessados, por exemplo, através da literatura, canções populares e narrativas diversas. Através da história oral foi possível constituir/reconstituir, por exemplo, toda uma memória do trabalho fabril e dos movimentos sociais e políticos empreendidos pela classe trabalhadora, estabelecendo, dessa forma, outras referências para o patrimônio histórico-cultural e mesmo industrial.

Tais intervenções produzidas no campo do patrimônio, que apontavam para possíveis alterações nas concepções sociais de tradição, mobilizaram as perspectivas hegemônicas na direção de um processo de incorporação e

¹⁴⁸ Constituíram-se referencias para tais compreensões e posicionamentos acerca do patrimônio histórico: CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária; SILVA, Olga Brites da. Memória, Preservação e Tradições Populares; PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado; FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico; CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Op. Cit. p. 9-11, 17-20, 25-28, 29-33, 37-46, respectivamente.

reconfiguração tanto dos procedimentos metodológicos que promoveram uma diversificação da memória social, quanto dos conteúdos e sentidos por ela preservados e disseminados, os quais poderiam contribuir para a formação de uma identificação social contra-hegemônica, e, portanto, para uma reorganização da sociedade em termos sociais, culturais e políticos.

A tradição se constitui, na sociedade contemporânea, como um componente fundamental aos mecanismos de poder, através do qual as forças dominantes têm reiterado seu domínio nas diferentes temporalidades históricas. Nas reflexões que produz no capítulo “Tradições, instituições e formações”, Raymond Williams alerta que a tradição, para além de uma mera e autêntica sobrevivência do passado no presente, constitui-se como uma “*força social ativamente modeladora*”, que seleciona qual passado é significativo para a sociedade contemporânea, estabelecendo, no interior dessa seleção, quais práticas e quais significações devem não só ser lembradas e valorizadas no presente, mas também ser incessantemente repetidas, de forma a estabelecerem sentidos de continuidade e identidade com determinadas perspectivas e projetos:

A tradição é na prática a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos. É sempre mais do que um segmento inerte historicizado; na verdade, é o meio prático de incorporação mais poderoso. O que temos de ver não é apenas “uma tradição”, mas uma *tradição seletiva*: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural.¹⁴⁹

Nessas condições, a tradição torna-se um elemento fundamental quanto à organização social e cultural da realidade contemporânea, contribuindo significativamente – através das práticas e significados que seleciona (o que implica na negligência de outros sentidos) – para a manutenção da ordem social capitalista, com suas respectivas distinções e exclusões de classe. Ante esse processo, o patrimônio histórico (concebido a partir de políticas oficiais de preservação) cumpre um papel essencial, na medida em que os elementos “materiais” e “imateriais” preservados reiteram as seleções realizadas e perpetuadas pela tradição,

¹⁴⁹ WILLIAMS, Raymond. Tradições, instituições e formações. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. Cit. p. 118.

constituindo-se, portanto, em um importante suporte a oferecer todo um conjunto de referências capaz de assegurar e conferir legitimidade às perspectivas tradicionais. Em processos hegemônicos, patrimônio e tradição se articulam de tal modo que promover alterações no campo da preservação patrimonial pode significar um comprometimento da eficácia e mesmo alteração da tradição.

Ao referenciar o patrimônio a partir das experiências dos trabalhadores, outras historicidades não dominantes são reveladas e preservadas, produzindo, assim, uma divergência em relação aos conteúdos dominantes tradicionais. Os relatos de luta e resistência dos trabalhadores, que passaram a compor o patrimônio histórico e industrial, constituindo, dessa forma, outras memórias sobre o progresso e sobre o processo de industrialização, poderiam projetar para as gerações futuras uma outra tradição – uma tradição de luta, que não só poderia questionar os valores e normas dominantes, mas também estabelecer uma (re)organização da sociedade, fundamentada em sentidos adversos àqueles apresentados pela lógica capitalista.

Atentos a tal ameaça, as perspectivas hegemônicas trataram de controlar os conteúdos disseminados, sobretudo, pela história oral, visto que já não mais era possível eliminá-las do campo da memória. Uma vez incorporadas e reconfiguradas pela memória empresarial, as narrativas dos trabalhadores já não mais poderiam produzir discordâncias em relação às perspectivas tradicionais, podendo, perfeitamente, ser preservadas temporalmente como patrimônio histórico industrial. Posicionando-se frente às discussões estabelecidas em torno do conceito de patrimônio industrial, as empresas têm procurado chamar a atenção da sociedade para a importância da história oral enquanto elemento do patrimônio industrial “imaterial”. No blog “Memoriação”, do Memória Votorantim, são comuns as associações da história oral, ou seja, das “memórias orais dos funcionários” ao campo do patrimônio histórico industrial:

Revisitando o conceito, patrimônio industrial é toda memória – material ou imaterial – relacionada ao processo de industrialização, podendo ser uma fábrica, uma máquina, um produto industrializado ou até mesmo as memórias orais dos funcionários [...]. Surge assim a proposta de se conservar não apenas um prédio ou outro, mas sim o elemento que representa o fluxo produtivo, a partir do qual esta memória pode ser resgatada. Devemos também atentar aos patrimônios imateriais, como a

memória de funcionários, bem como o cotidiano constituído a partir da presença industrial.¹⁵⁰

Conforme mencionado por Benjamin, o inimigo não tem cessado de vencer. As classes dominantes têm demonstrado toda sua capacidade e competência em reconstituir suas forças nas diferentes temporalidades históricas, articulando-se em rede e fazendo dialogar elementos aparentemente desconexos entre si. No interior do processo hegemônico, inicialmente constituído em torno das relações sociais de trabalho e posteriormente ampliado ao campo das relações sociais em todas as dimensões possíveis, as historicidades asseguradas pela história oral empresarial seriam ainda associadas a todo um sistema educacional (posicionando-se e criando formas de intervenção na relação ensino/aprendizagem), contribuindo, dessa forma, para o estabelecimento e perpetuação de determinados conhecimentos históricos que, associados ao patrimônio industrial e à tradição, informariam e mesmo formariam valores e práticas de toda uma geração.

2.3 – Articulações com educação: rompendo os limites das relações de trabalho

O museu se transforma assim em um templo do conhecimento: um lugar silencioso e imponente, de reverência a um certo saber, um lugar de aprender o quanto somos esclarecidos, civilizados e cultos, de reconhecer e reafirmar um certo passado, uma certa história e uma certa memória. A visita a um museu ganha então a aura de “atividade cultural”, no sentido difundido pelos meios de comunicação de massa: uma atividade “educativa”, “ilustrativa”.¹⁵¹

Nos últimos anos, no interior do processo de ensino e aprendizagem da história (situada em nível escolar, como disciplina obrigatória nos ensinos

¹⁵⁰ Patrimônio industrial em debate. *Blog Memoriação*. Postado pelo Memória Votorantim em 12 jul. 2012. Ver: <http://www.memoriavotorantim.com.br/memoria_votorantim/blog_memoriacao/default.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2012.

¹⁵¹ LARA, Silvia Hunold. História, memória e museu. *Revista do Arquivo Municipal*. Memória e ação cultural. São Paulo, DPH, n. 200, 1991. p. 102-103.

fundamental e médio), as visitações aos espaços museológicos constituíram-se em estratégias didático-pedagógicas, amplamente utilizadas pelos professores de história. Geralmente compreendidos como espaços que complementam a ação educativa desenvolvida em sala de aula, os museus funcionaram como uma espécie de laboratório ilustrativo, no qual os alunos tiveram a oportunidade de visualizar, testemunhar e confirmar os conteúdos sociais e culturais que foram apreendidos na escola, sobretudo através da utilização dos livros didáticos. Nessas condições de uso, as instituições museológicas, que foram socialmente constituídas como lugares a partir dos quais seriam disseminadas e perpetuadas determinadas histórias e memórias, transformaram-se em espaços de validação e efetivação de um determinado conhecimento histórico escolar, cumprindo, portanto, uma função social específica: a de formar e informar os estudantes/visitantes, a partir de determinadas concepções dominantes na história.

Apesar das significativas intervenções realizadas pelas perspectivas dissidentes e contra hegemônicas – em que diferentes grupos sociais passaram a formar espaços de preservação, passíveis de visitação escolar, constituídos a partir de toda uma materialidade inerente às suas próprias experiências sociais (o que evidencia, portanto, outros e diferentes conhecimentos históricos) –, tal função social tem sido frequentemente reiterada e aprimorada, na contemporaneidade, pelos centros de documentação e memória empresarial. Veiculadas socialmente como espaços propícios à gestão do conhecimento e à efetivação de práticas educativas, as exposições empresariais, constituídas tanto de elementos históricos “materiais” quanto “imateriais”, têm recebido diversos professores e alunos, da rede pública e particular de ensino, os quais procuram conhecer e mesmo reconhecer a história da industrialização no Brasil – o que tem movimentado os grupos dirigentes empresariais a estabelecerem, nos centros de memória, frentes de trabalho voltadas à uma específica relação ensino/aprendizagem, com o propósito de transformar as historicidades empresariais em saberes e conteúdos educacionais.

No Centro de Memória Votorantim, junto às visitações direcionadas à exposição, foi implementado um programa educativo, voltado ao ensino médio – “Ação Educativa” –, cujo propósito é, a partir das articulações estabelecidas entre história, memória, patrimônio e ensino, transformar, na prática, uma específica

“trajetória empresarial em um conteúdo educativo e cultural”.¹⁵² Ou seja, para além de promover a criação de um espaço que ratifique as perspectivas estudadas em sala de aula, as empresas têm procurado converter suas histórias e memórias, bem como seus valores éticos e suas práticas sociais, culturais, ambientais e políticas, em teores escolares ou mesmo em materiais de apoio a subsidiarem a aprendizagem de determinados processos históricos, apresentados aos estudantes na forma de conteúdos escolares.

A fim de se alcançar esse objetivo, o Centro de Memória Votorantim criou canais específicos de comunicação, a complementar e se articular às visitas monitoradas realizadas ao Espaço Votorantim: um canal direcionado ao educador e outro ao estudante. Através da via comunicativa estabelecida com o educador, a empresa têm buscado propor, aos professores, determinadas abordagens e utilização de certos recursos didáticos que possam favorecer a aprendizagem dos conteúdos escolares que se relacionam às temáticas exploradas na exposição “90 anos do grupo Votorantim”. Neste canal, são disponibilizados materiais didáticos em que o objetivo é orientar a atividade docente em três momentos distintos: no momento que antecede a visitação, no momento da visita propriamente dita e na fase posterior à visita escolar estabelecida ao Centro de Memória Votorantim.

Para a etapa inicial – a da preparação da visita –, o manual de pesquisa direcionado aos educadores (material de pesquisa e apoio para educadores Espaço Votorantim¹⁵³) procura disponibilizar alguns textos, para serem trabalhados em sala de aula, que levem a uma compreensão das relações estabelecidas entre a indústria, o meio ambiente e a sociedade. São apresentados aos professores, através deste manual, quatro textos de trabalho: “Tecnologia e Transformação”, “As novas faces do trabalho”, “Meio ambiente, sustentabilidade e energia” e “História da industrialização”. O primeiro texto aborda a importância dos minérios para a fabricação de objetos essenciais que compõem nossa vida cotidiana, como, por

¹⁵² MEMÓRIA Votorantim. Ação educativa. Sobre o educativo. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/AcaoEducativa/Sobre_o_Educativo/Paginas/Sobre_o_Educativo.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2013.

¹⁵³ Material disponível em PDF no site do Memória Votorantim, no link “Canal do Educador”. MEMÓRIA Votorantim. Ação educativa. Canal do educador. Ver: <www.memoriavotorantim.com.br/AcaoEducativa/Canal_do_Educador/Paginas/Canal_do_Educador.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2013.

exemplo, o computador. Demonstra as diferentes formas de extração mineral e os processos metalúrgicos empreendidos para obtenção, por exemplo, do zinco, níquel, alumínio e aço. O segundo texto trata dos avanços tecnológicos, evidenciando sua importância, tanto para a economia do país, quanto para o mercado de trabalho, por gerar novas demandas para a formação profissional. O texto seguinte fala sobre os inevitáveis impactos ambientais causados pelas atividades industriais, focando, entretanto, na responsabilidade social assumida pelas empresas na contemporaneidade, principalmente quanto à sustentabilidade do processo produtivo relacionado à produção e consumo de energia elétrica. E o quarto e último texto traz a história da industrialização no Brasil, situada textualmente como marco histórico, a partir do qual se estabelece a delimitação de um Brasil antes da industrialização, agrário e rural, e outro depois, demonstrando seu processo evolutivo e sua importância, sobretudo, em termos econômicos.

Para complementar a preparação dos estudantes, são ainda sugeridas, nesta fase inicial, cinco atividades: “Linha de transformação”, “Memória oral”, “Compreensão do objeto”, “Concebendo uma exposição” e “Maquete de uma área de mineração”. Na atividade intitulada “Linha de transformação”, o manual apresenta, de forma ilustrativa, o processo de obtenção do alumínio, desde a fase inicial em que a bauxita passa por procedimentos que transformam seu estado original, até a elaboração dos produtos finais, os quais são negociados e vendidos pelo grupo Votorantim. A orientação dada ao professor é que, a partir da análise do processo, os alunos descubram e descrevam *“a quantidade de etapas e equipamentos envolvidos, a nomenclatura dos processos e a relação com a transformação físico-química, as porcentagens de material bruto x material aproveitável e a diversificação dos produtos finais”*.¹⁵⁴

¹⁵⁴ ESPAÇO Votorantim. *Material de pesquisa e apoio para educadores*. São Paulo: Memória Votorantim, s.d. p. 39. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Canal%20do%20Educador/rev_votorantim_professor.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

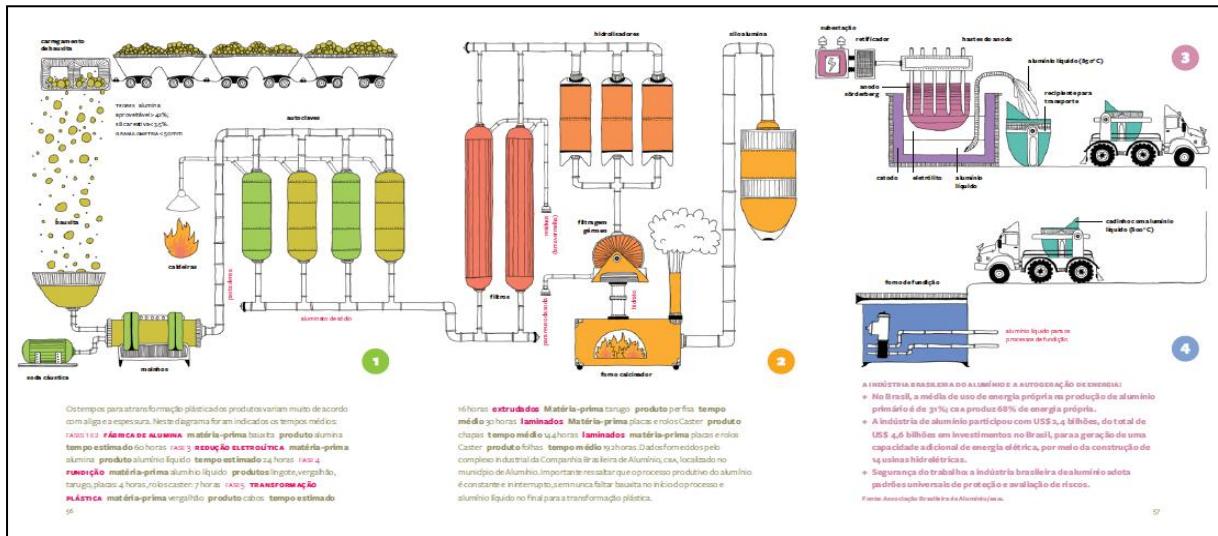


Imagem 34: Processo de transformação da bauxita, apresentada como parte da atividade “Linha de Transformação”, sugerida no Material de pesquisa e apoio para educadores do Espaço Votorantim. Fonte: Associação Brasileira de Alumínio (ABAL)

Com a atividade “Memória oral”, a sugestão é que as narrativas orais produzidas e apresentadas pela memória empresarial possam ser analisadas e discutidas em sala de aula. Para isso, são disponibilizadas duas entrevistas para servir de material de trabalho ao professor:

DEPOIMENTO 01: São Paulo, 31/07/2003.

Quando eu entrei, ela [a empresa] tinha nove mil e tanto operários. Depois ela foi melhorando as técnicas, melhorando as máquinas e reduziu-se, mesmo porque os operários ficavam velhos e queriam ir embora. Os empregados que sabiam, queriam ir embora. E você tinha dificuldade de formar outros. Então o que eu fiz? Eu fiz que toda a molecada estudasse no SENAI e aprendesse. A Nitro montou, olha, ela tinha uma escolinha do SENAI, oh, extraordinária. E a primeira obrigação do aluno do SENAI era aprender a fazer sua caixa, para ter todas as ferramentas. Mas aí, onde é que eu vou ter as ferramentas? Você vai fazer a sua ferramenta. Não quero saber de história, se você não quer, você vai para outro lugar. E assim se desenvolveu.

DEPOIMENTO 02: São Paulo, 11/07/2006.

As inovações tecnológicas são extremamente rápidas, a renovação dos mercados é extremamente rápida, o processo de globalização é extremamente rápido e as organizações, por tanto, precisam o tempo todo estar olhando para o futuro, estar olhando o tempo todo para 2010, 2018, a renovação dos negócios, o crescimento dos negócios. E eu andei pensando: “Mas como prever o futuro? Como saber o que será em 2018, tecnologicamente falando, socialmente falando?” E nessas conversas que

eu tive com alguns amigos meus, agente chegou a um consenso interessante, a melhor maneira de saber o futuro é você inventar o futuro.¹⁵⁵

A partir das leituras e análises realizadas, as orientações são que o professor solicite aos alunos que eles identifiquem os perfis dos funcionários das narrativas apresentadas e os impactos que as inovações tecnológicas causam, tanto nos funcionários, quanto na empresa e em torno das relações produtivas de trabalho. Nesta atividade, o manual sugere ainda que os alunos realizem entrevistas com trabalhadores de outras empresas, localizadas em suas cidades ou bairros, a fim de se estabelecer semelhanças e/ou diferenças em relação aos trabalhadores da Votorantim. Para a realização das entrevistas, a sugestão é que seja elaborado um questionário, cujas perguntas contemplam as transformações das formas de trabalho ao longo do tempo.

No item “Compreensão do objeto”, o manual didático procura demonstrar ao professor que as exposições são importantes espaços em que se desenvolvem a construção do conhecimento, porém, os objetos que as compõem não falam por si mesmos, precisando, portanto, ser interpretados por aqueles que visitam as exposições que os abrigam. O guia sugere, então, que o professor leve para a sala de aula algum objeto, antigo ou não, o qual possa ser questionado pelos alunos: “*O que é? De que material é feito? É feito à mão ou é industrializado? Para que serve? A quem ele pertenceu? Quando ele foi feito? Onde ele foi feito?*”¹⁵⁶ A preocupação é demonstrar que os objetos de uma exposição “*podem fornecer importantes informações sobre os processos produtivos envolvidos em sua fabricação*”.¹⁵⁷ No passo seguinte da atividade, o professor deve solicitar que os alunos escolham um outro objeto de suas próprias casas, levantando o maior número de informações, alcançadas, inclusive, com seus familiares (*Quando o objeto foi adquirido pela família? A quem ele pertencia? Quais eventos estão ligados ao objeto? Por que a família o conservou?*¹⁵⁸). Para tal atividade, menciona-se a importância da elaboração de uma ficha descritiva do objeto.

¹⁵⁵ Id. Ibid. p. 40.

¹⁵⁶ Id. Ibid. p. 42.

¹⁵⁷ Id. Ibid. p. 43.

¹⁵⁸ Id. Ibid. p. 43.

Em “Concebendo uma exposição”, a partir dos objetos selecionados na atividade anterior, o professor deve propor a organização de uma exposição pelos próprios alunos, atentando para a definição de um tema, de uma ordem expositiva para os objetos e da elaboração de textos explicativos para cada um, bem como para a observação dos conteúdos a serem disseminados e a definição de um possível circuito para a exposição.

Já na última atividade proposta, “Maquete de uma área de exposição”, a indicação é que os alunos façam uma pesquisa prévia sobre a mineração e construam uma maquete para representar a produção, por exemplo, do alumínio. Após a construção da maquete, o grupo que a elaborou deverá relatar “*como escolheu os materiais, se já foi em alguma mineração, se conhece alguma particularidade desse processo, se acha que há agressão ao meio ambiente e porque, além de apontar quais as soluções adotadas em sua maquete para minimizar esses problemas*”.¹⁵⁹

Nesta fase inicial – dinamizada pelas leituras e atividades sugeridas –, os elementos e perspectivas apontadas para discussão projetam a aprendizagem a partir do estabelecimento de uma concepção linear, em que se desenvolve uma determinada ideia de progresso – baseada num desenvolvimento tecnológico contínuo, compreendido como sendo uma espécie de “motor” da história.

As abordagens escolares (desenvolvidas no ensino de história) fundamentadas em tais noções – de tempo linear, progresso capitalista e progressão tecnológica –, em geral, levam os estudantes à compreensão de um tempo histórico contínuo, único e homogêneo, no interior do qual se inscrevem determinados protagonistas essenciais da história – os grupos dominantes que são considerados, pelas perspectivas históricas conservadoras/tradicionais, sujeitos do desenvolvimento industrial e urbano, sendo, portanto, decisivos quanto à criação de toda uma estrutura moderna e desenvolvida em termos tecnológicos, colocada ao alcance das sociedades contemporâneas.

Nas diversas publicações produzidas pela Votorantim (disponibilizadas aos estudantes através do acervo constituído pelo centro de memória da empresa, também com acesso virtual) essa perspectiva histórica é amplamente reiterada e

¹⁵⁹ Id. Ibid. p. 45.

disseminada como uma compreensão social e, portanto, educacional válida. Em tais publicações, o fundador do grupo, Antonio Pereira Ignácio, é apresentado como sendo de uma “*outra raça, a raça dos valentes desbravadores de horizontes*”¹⁶⁰, que com seu trabalho árduo, que foi permeado por sacrifícios, renúncias e sofrimentos (“*noites mal dormidas, diversões transferidas para outros dias menos cheios de preocupação, lazeres deixados para mais tarde, quando lhe fosse possível e se fosse possível*”¹⁶¹), conseguiu transformar um país essencialmente agrícola, em um país industrializado, moderno e independente. Seus sucessores – os homens da família Moraes, pertencentes à mesma “*raça dos [sujeitos] que constroem*”¹⁶² – são apontados como aqueles de deram continuidade ao desenvolvimento industrial brasileiro, possibilitando a efetiva superação do Brasil quanto a um suposto atraso socioeconômico e quanto à suplantação da hegemonia interna agrícola, sobretudo, em relação à produção cafeeira.

Na publicação *Do menino imigrante...*, elaborada em homenagem à memória do senador José Ermírio de Moraes, a Votorantim reproduziu um depoimento proferido por Dario de Almeida Magalhães (realizado por ocasião da comemoração do septuagésimo aniversário de José Ermírio, ocorrido em 1970), no qual ele expressa toda sua gratidão, enquanto brasileiro, ao senhor José Ermírio de Moraes (um dos empresários e dirigentes do grupo Votorantim) pelos serviços industriais e, portanto, pelo desenvolvimento social e econômico prestados ao Brasil e ao povo brasileiro:

Aqui reunimos para agradecer-vos, como brasileiros, os serviços que o Brasil vos deve, senhor José Ermírio de Moraes – serviços do maior relevo e expressão, prestados ao progresso, ao enriquecimento, ao poder e à independência do país e do seu povo. [...] Lançamos convosco, senhor José Ermírio de Moraes, um olhar sobre o passado, reconstituindo na nossa visão, que com a vossa se irmana, a obra que a vossa energia, a vossa capacidade, a vossa decisão, a vossa intrepidez, o vosso espírito, braços e músculos ergueram sobre o solo do Brasil.¹⁶³

¹⁶⁰ GRUPO Votorantim. *Do menino imigrante...* São Paulo: Grupo Votorantim, s.d. p. 6. Disponível em PDF: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/publicacoes/Paginas/publicacoes.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

¹⁶¹ Id. Ibid. p. 8-9.

¹⁶² Id. Ibid. p. 18.

¹⁶³ Saudação feita pelo Dr. Dario de Almeida Magalhães, no encontro da amizade, realizado em São Paulo, no dia 21 de Janeiro de 1970, por ocasião do septuagésimo aniversário de José Ermírio de Moraes. GRUPO Votorantim. *Do menino imigrante...* Op. Cit. p. 17.

Tal registro produz uma determinada compreensão sobre o processo industrial brasileiro, produzindo, portanto, uma memória social específica. As condições histórico-interpretativas apresentadas produzem um senso comum, a partir do qual se torna possível reconhecer todo um processo de endividamento da sociedade contemporânea para com os grupos empresariais: O que seria de nós, “raça inferior de brasileiros”, sem esses “*construtores e realizadores excepcionais*”? Sem eles, com certeza, não teríamos computadores, telefones ou instrumentos tecnológicos diversos. Não teríamos a exploração e transformação dos minérios em produtos outros essenciais ao nosso cotidiano. Não teríamos o desenvolvimento tecnológico com os melhoramentos produzidos, inclusive, no mercado de trabalho, com a criação de novas atividades profissionais, como por exemplo, o web designer, o profissional do marketing e dos sistemas de gestão (apontados, no segundo texto proposto pelo Grupo Votorantim para discussão em sala de aula, como benefícios proporcionados pelas novas tecnologias aos trabalhadores). Sem as indústrias, poderíamos até não ter poluição e degradação do meio ambiente em proporções industriais, no entanto, também não desfrutariam do consumo de bens materiais, hoje tão essenciais às nossas realizações pessoais. Mesmo comprometendo a natureza, temos, na atualidade, inúmeras empresas que se preocupam com uma “produção responsável e sustentável”, as quais investem na elaboração de mecanismos e formas de prevenção que possam eliminar ou mesmo minimizar os impactos ambientais, mantendo, portanto, um equilíbrio entre produção, consumo e meio ambiente.

Que sorte a nossa! – poderiam dizer os estudantes –, pois “sem esse fermento criador” [homens de negócios/proprietários de empresas] nós e “toda a multidão dos apáticos, dos frouxos, dos resignados, dos anêmicos de vontade e aspirações, estaríamos mergulhados na melancolia e no pauperismo das sociedades primitivas”.¹⁶⁴ Tais compreensões, estrategicamente desenvolvidas junto ao ensino, revelam a ampla capacidade dos grupos dominantes em produzirem e reproduzirem “obviedades”¹⁶⁵ que ratifiquem seus projetos sociais nas diferentes temporalidades históricas: É “óbvio” que foram os empresários quem promoveram o

¹⁶⁴ Id. Ibid. p. 19.

¹⁶⁵ Ver: RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 1, 1978. p. 9-22.

desenvolvimento do Brasil, pois sem eles o país nunca conheceria o progresso. O que seria dos próprios trabalhadores sem os empresários para lhes fornecerem inúmeras oportunidades de emprego e, portanto, de acesso aos benefícios disponibilizados através do progresso capitalista? É “óbvio” que os patrões, ou melhor, os empresários, trabalharam árdua e duramente no contexto industrial brasileiro (perdendo inúmeras noites de sono e oportunidades de lazer), o que os tornam trabalhadores e não burgueses ociosos.¹⁶⁶ Torna-se “óbvio”, portanto, que os questionamentos e respectivos protestos dos trabalhadores, articulados à suas instituições sindicais, não passam de meras “*incompreensões, hostilidades, ressentimentos e inveja*”, pois “*só mesmo a incompreensão malévola pode explicar a obra de um grande empreendedor – um autêntico construtor – por uma estreita e egoísta cobiça de ganho pessoal*”.¹⁶⁷

A produção de tais “obviedades” procura, dentre outros sentidos, desqualificar os movimentos dos trabalhadores e suas memórias de luta contra as desigualdades de classe processadas no âmbito das relações sociais de trabalho. Muitos foram, pois, os questionamentos dos trabalhadores e dos sindicatos em relação às apropriações desiguais dos frutos produzidos pelo trabalho, os quais constituem uma memória dissidente que pressiona e ameaça as perspectivas dominantes nos diferentes tempos históricos:

¹⁶⁶ Nas diferentes publicações disponibilizadas pela Votorantim, existe uma clara intenção de se criar uma imagem dos patrões/empresários como homens trabalhadores e não como exploradores dos trabalhadores operários, como afirmado pelas histórias contra hegemônicas. No depoimento de Dario, ele direciona-se a José Ermírio de Moraes, dizendo: “Sois o anti-burguês por excelência. É nenhuma a vossa vocação para o hedonismo. Não concebeis, mesmo transitoriamente, que a vida se desfrute na fartura, com sombra e água fresca. VEBLEN jamais vos poderia tomar como modelo para fixar o perfil da classe ociosa. A vida sempre foi para vós um compromisso sério, que é preciso honrar no cumprimento pontual da missão recebida da Providência. Pertenceis ao mundo do capitalismo produtivo e fecundo, legitimado pelo trabalho, e não do capitalismo passivo ou parasitário. O dinheiro sempre foi nas vossas mãos apenas um instrumento de criação. E olhais, com desdém aquele, que, como disse RIVAROL, tem da sua fortuna apenas o medo de perdê-la”. O narrador refere-se à Thorstein Bunde Veblen, autor da obra “Teoria da classe ociosa”, na qual critica a ostentação das classes dominantes. GRUPO Votorantim. *Do menino imigrante...* Op. cit. p. 18.

¹⁶⁷ Id. Ibid. p. 18-19.



Imagens 35 e 36: Faixa produzida pelo sindicato dos químicos e colocada próximo à entrada da Nitro Química, e matéria que compara a vida de Antônio Ermírio à do trabalhador da Nitro que foi demitido, mesmo estando doente. OS DOIS lados da moeda. *Sindiluta*, São Paulo, edição especial Nitro Química, ago. 1990. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

As abordagens propostas para esse primeiro momento procuram deslocar o olhar dos estudantes, de forma a retirá-lo das relações sociais – que revelam mecanismos de poder e dominação em que ocorrem disputas, conflitos e desigualdades de classe – para focar numa perspectiva estrutural da sociedade contemporânea, alcançada a partir de uma evolução tecnológica contínua, a qual fora supostamente impulsionada pelas ações de determinados sujeitos e grupos sociais.

Uma vez preparados, os alunos são encaminhados à visitação. Neste segundo momento, recomenda-se, aos professores, “priorizar a exploração e o contato com as diferentes fontes de informação e linguagens. [...] Essa exploração deverá ser orientada a partir dos temas e das atividades realizadas anteriormente à visita”.¹⁶⁸

Na exposição, os estudantes visualizarão dez módulos diferentes – 01. Cotidiano & Produto; 02. A história da industrialização no Brasil; 03. Origem; 04. Presença; 05. Votorantim hoje; 06. Trabalho; 07. Energia; 08. Metais; 09. Árvore da Vida e 10. Nosso jeito de ser – organizados da seguinte forma:

¹⁶⁸ Id. Ibid. p. 10

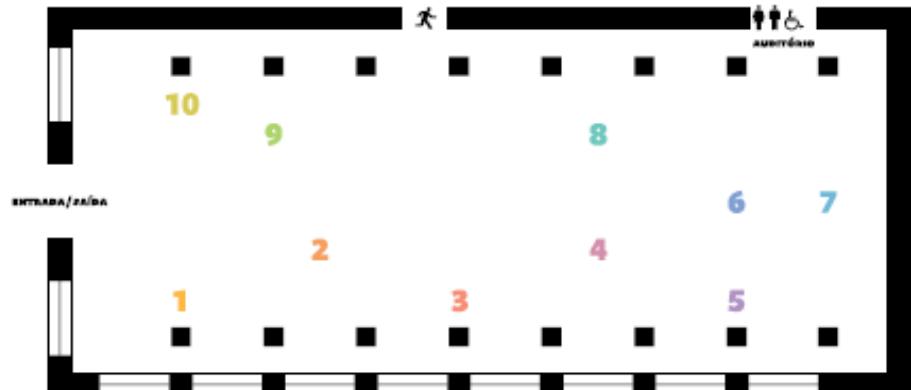


Imagen 37: Organização espacial da exposição “90 anos do grupo Votorantim”, situada no espaço Votorantim.
Fonte: ESPAÇO Votorantim. *Material de pesquisa e apoio para educadores*. São Paulo: Memória Votorantim, s.d.

No primeiro módulo da exposição, são expostos diversos produtos – zíperes, pregos, fechaduras, papel higiênico, papel A4, esmaltes, embalagens de refresco Tang e do chocolate Bis, panelas, talheres de metal, cadernos Tilibra, papel alumínio, pomadas Hipoglos, dentre outros produtos – os quais não são diretamente produzidos pela Votorantim, mas para os quais a empresa apresenta uma importância significativa por fornecer: componentes básicos que integram suas fórmulas, como o esmalte, por exemplo; a matéria-prima para as indústrias produtoras de panelas, talheres e papéis; e o revestimento de alumínio para as embalagens do refresco Tang e do chocolate Bis.

Neste módulo de abertura, os monitores da exposição procuram chamar a atenção dos visitantes/estudantes para a importância e influência que a Votorantim exerce em nossa realidade cotidiana – através de toda sua diversidade produtiva –, para só depois adentrar os demais módulos da exposição, que são organizados a partir de uma determinada lógica, de modo a associar elementos históricos à história institucional.



Imagens 38, 39, 40, 41 e 42: Módulos de número um a cinco da exposição de longa duração “90 anos do grupo Votorantim”, situada no Espaço Votorantim. Fontes: Imagens 23 e 24: www.memoriavotorantim.com.br. Visita virtual; Imagens 25, 26 e 27, autora: CRUZ, Karine Marins Amaral.

Nos módulos seguintes, de número dois e três, são apresentados, respectivamente, uma versão sobre a industrialização ocorrida no país (em ordem linear e cronológica) e uma outra sobre a origem da Votorantim, tendo como ponto de partida a vinda de Antônio Pereira Ignácio para o Brasil. No quarto módulo, os alunos podem visualizar a presença do grupo Votorantim no Brasil e no mundo, através de um mapa que situa os pontos nos quais a empresa exerce atividades industriais. E o quinto módulo é constituído por um conjunto de televisores com exibição de vídeos que procuram demonstrar fatos e dados relacionados às atuações produtivas do grupo Votorantim na atualidade.

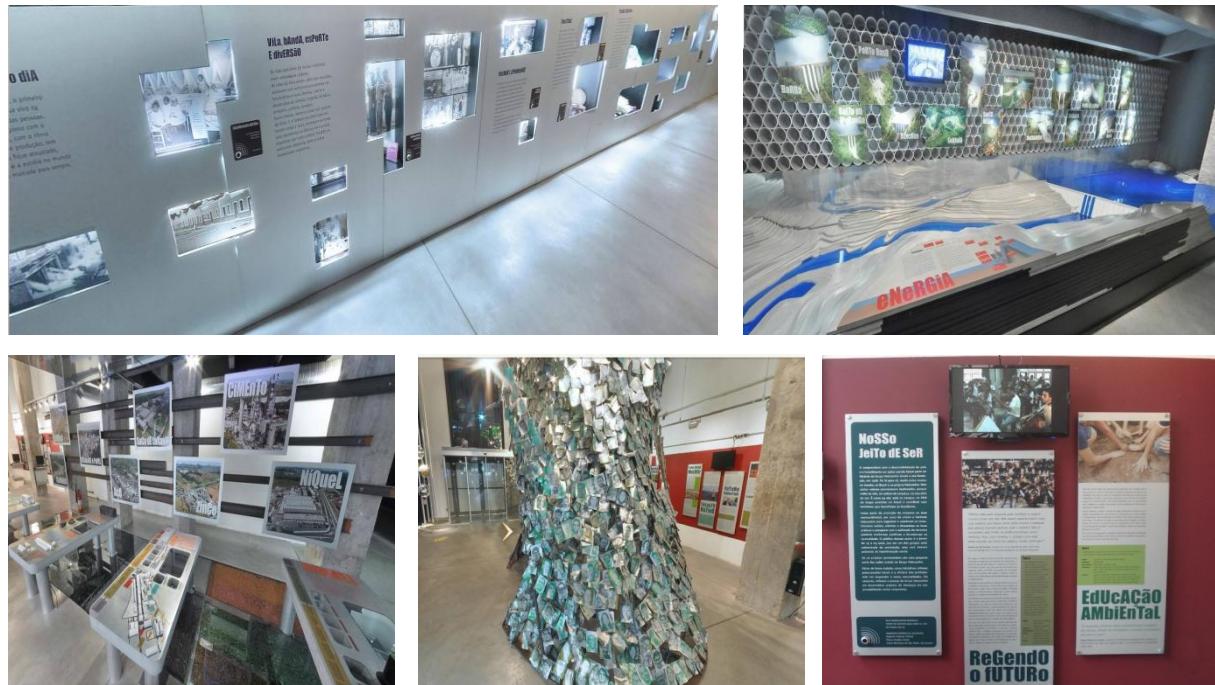
A partir do módulo de número seis, direcionado ao mundo do trabalho, constitui-se um outro bloco de módulos, com lógica e organização semelhante ao primeiro bloco que constitui a exposição.

No sexto módulo, visualizam-se alguns instrumentos antigos, como máquinas de escrever e teodolito (instrumento óptico de medida utilizado na topografia) e, em relação aos trabalhadores, procura-se apresentar a classe operária a partir de

algumas imagens e objetos que evidenciam os supostos benefícios oferecidos pela empresa aos operários, dentre eles a vila operária, o berçário, clubes esportivos e escolas.

Nos módulos sete e oito, os estudantes são inteirados da atuação da Votorantim quanto: à produção de energia elétrica – espaço no qual eles têm a oportunidade de conhecer as principais usinas do grupo Votorantim e visualizar a reprodução de uma usina hidrelétrica através de maquete – e em relação ao processo de obtenção e transformação dos metais. São apresentadas, neste módulo, amostras de metais e maquetes que retratam o processo produtivo do níquel, do zinco, do aço e do alumínio.

Por fim, vem a Árvore da Vida, localizada em local estratégico (sua posição faz com que ela se torne a primeira e a última imagem da visita), e o último módulo da exposição, que demonstra os diferentes projetos desenvolvidos pela empresa, observando, principalmente, a questão da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial.



Imagens 43, 44, 45, 46, 47: Módulos de número seis a dez da exposição de longa duração “90 anos do grupo Votorantim”, situada no Espaço Votorantim. Fontes: Imagens 28 a 31: www.memoriavotorantim.com.br. Visita virtual; Imagens 32, autora: CRUZ, Karine Marins Amaral.

A exposição materializa, ou torna ilustrativos, os conteúdos que foram discutidos em sala de aula, transformando-se em um espaço educacional não formal (não convencional), de efetivação de um determinado conhecimento histórico. Sua organização modular – que procura associar os módulos representativos da história institucional/empresarial com os que identificam uma provável história social – cria a ideia de que a história individualizada da empresa corresponde à própria história do trabalho fabril e do desenvolvimento industrial brasileiro, constituindo, nesse sentido, uma perspectiva interpretativa em que as histórias e memórias empresariais são convertidas em uma história social geral (universal), supostamente comum e válida a todos os sujeitos e grupos sociais.

Ao longo da exposição, os módulos relacionados ao processo histórico como um todo são dispostos de forma que fiquem de frente, ou ao lado, dos módulos que tratam das atividades industriais ou socioculturais da empresa. No primeiro bloco, o módulo número dois (da história do desenvolvimento social e industrial brasileiro) estende-se ao longo de todo o primeiro percurso da exposição, paralelo aos módulos de número três, quatro e cinco (responsáveis por informar sobre a história da empresa e suas atuações industriais). Da mesma forma, no segundo bloco, o módulo de número seis (que trata da história do trabalho e da evolução tecnológica empresarial, em termos históricos) é posicionado em frente, ou ao lado, dos módulos oito, nove e dez, que tratam de processos e narrativas relacionadas à trajetória da/na empresa. Tal disposição faz com que, durante a visita, a história da empresa seja confundida com a história da industrialização e do trabalho socialmente desenvolvidos, conferindo, portanto, toda uma credibilidade à história e memória empresarial.

No exercício desse suposto dever socialmente assumido, a Votorantim formulou – para esse segundo momento de efetivação da visita –, perspectivas educativas que compreendem o estabelecimento de roteiros de visitações interinstitucionais, a partir das quais as historicidades empresariais disseminadas na exposição podem ser articuladas ao universo social do patrimônio e da cultura, compondo, ou recompondo, assim, um determinado panorama histórico-cultural constituído enquanto aporte para o processo de aprendizagem histórica.

A sede do Centro de Documentação e Memória Votorantim, estabelecida no edifício José Ermírio de Moraes, antigo hotel Esplanada, localiza-se no centro histórico da cidade de São Paulo, compondo – junto a edifícios como o Palácio dos Correios, Teatro Municipal de São Paulo, Edifício da Light, dentre outros – todo um conjunto arquitetônico constituído como patrimônio histórico cultural de São Paulo. Dada a proximidade e por ocasião da comemoração do centenário do Teatro Municipal, a Votorantim estabeleceu uma parceria com o Teatro de São Paulo, a partir da qual os visitantes/estudantes da exposição do Espaço Votorantim poderiam visitar as dependências do histórico teatro, bem como os visitantes do teatro poderiam visitar a exposição permanente estabelecida no Centro de Memória Votorantim.

Que histórias e que memórias são preservadas, ou mesmo quais projetos sociais estão sendo ratificados e revigorados nesse circuito de visitação? Qual noção de patrimônio e de cultura os estudantes estão aí incorporando? Não podemos deixar de concordar com Marcos Silva sobre as históricas funções sociais assumidas pelo Teatro Municipal de São Paulo, desde a sua inauguração:

Ao mesmo tempo, o acesso a esse mundo foi marcado por apropriações e exclusões desde a inauguração do Teatro Municipal de São Paulo, em 1911, definindo claramente quem podia ou não assistir às suas produções. Sua própria festa inaugural englobou atividades na parte interna, para um público de elite, e comemorações na área exterior, destinadas aos populares. Sua existência posterior tratou de preservar e ampliar essas apropriações e exclusões através de preços de ingressos, horários de espetáculos e regras para frequência – roupas, joias, penteados, etc. As últimas regras não precisaram ser formalizadas para garantir sua eficácia: até hoje, quando se promovem “atividades populares” naquele teatro pessoas pobres demonstram receio de entrar em seu espaço.¹⁶⁹

Ao associar o grandioso Teatro Municipal de São Paulo com as historicidades apresentadas pelo Memória Votorantim, constrói-se uma compreensão de que assim como o teatro é um patrimônio histórico cultural – supostamente comum não só à população paulista, mas a todos os brasileiros, por se constituir como parte da

¹⁶⁹ SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. Op. Cit. p. 46.

glamorosa história do país –, as historicidades e elementos apresentados pela memória empresarial sobre o processo de desenvolvimento industrial também o são.

Após a visita, e de volta à sala de aula, para que a ação pedagógica possa ser continuada, sugere-se o desenvolvimento de atividades e de um jogo que compõe o “canal do estudante”. Em relação às atividades, são apresentadas algumas imagens, que integram a exposição, para que os alunos possam responder aos questionamentos estabelecidos em torno delas. Dentre as imagens, são apresentadas: uma foto de um berçário situado no interior de uma das fábricas da Votorantim (o que aparece como um benefício e uma ação de caridade da empresa para com os(as) trabalhadores(as) e seus filhos) e outras duas imagens, uma, apresentando um trabalhador na fase inicial da industrialização e, outra, na qual o trabalhador aparece desenvolvendo suas atividades em meio a todo um aparato tecnológico e utilizando sofisticados equipamentos de segurança do trabalho, o que sugere um processo evolutivo rumo ao estabelecimento de condições de trabalho cada vez melhores e mais adequadas.¹⁷⁰

No jogo didático-pedagógico “Vivendo a Indústria”, direcionado aos alunos através do “canal do estudante”, a empresa procura colocar os educandos diante de algumas situações-problema, para que eles possam construir argumentos às condições que lhes são apresentadas. Para jogar, são criados dez personagens em situações hipotéticas – um funcionário (“homem ou mulher empregado há 15 anos em uma fábrica”), um comunicador (“profissional responsável pela comunicação com o público externo e interno da empresa”), um engenheiro (“profissional recém-contratado pela indústria e que se mudou para a cidade onde ela está instalada há pouco mais de um ano”), um analista ambiental (“profissional contratado pela empresa para lidar com questões de impacto ambiental relacionado às atividades da empresa”), um professor de escola (“professor da rede pública municipal, que poderá desenvolver projetos e materiais didáticos para seus alunos, que abordem os processos ligados à indústria da cidade”), um prefeito (“político que vê no planejamento ambiental uma plataforma de governo e pretende aliar o

¹⁷⁰ As imagens criam a ideia não só de que as condições de trabalho de hoje são melhores que as do passado, mas também de que, se, nesse passado, existiam condições de trabalho precárias, estas eram amenizadas e recompensadas pelos benefícios oferecidos pela indústria, como, por exemplo, os berçários, os clubes e as vilas operárias que foram construídas. Desconsideram-se, nesse processo, os mecanismos de controle e de dominação aí estabelecidos.

desenvolvimento econômico ao ambiental por meio de parcerias com empresas e comerciantes locais”), um produtor rural (“pequeno proprietário de terras, nos arredores da empresa, que depende de sua propriedade para habitação e geração de renda familiar”), um representante de ONG local (“coordenador da organização não governamental SOS Vidas, que desenvolve projetos sociais com jovens de 13 a 17 anos para a inclusão no mercado de trabalho”), um gerente de produção (“funcionário subordinado ao dono da empresa, que tem como atribuição administrar sua equipe de funcionários e garantir a produtividade de seu setor”) e um industrial (“homem ou mulher proprietário da empresa em questão”) – que deverão resolver as seguintes questões colocadas:

1 - Uma empresa, que apoia projetos ambientais nas comunidades em que mantém unidades, sofre a denúncia de um grande jornal por emitir gases poluentes em suas operações. Como a empresa poderá reagir para reparar os possíveis danos? E de que maneira deve se posicionar perante a comunidade, ao poder público e à imprensa?

2 – Um grupo empresarial pretende construir uma unidade fabril perto de uma área de proteção ambiental e quer instalar uma usina hidrelétrica, o que acarretaria no alagamento de parte da área do Parque. Por um lado a cidade carece de empregos, por outro, vive também da receita gerada pelo turismo local em função do Parque Estadual. Como solucionar esse impasse?

3 – Para se equilibrar financeiramente, uma fábrica de alumínio teve que promover um corte significativo nos benefícios dos funcionários. Parte dos funcionários afirma que esse corte foi arbitrário e como resposta aos cortes, iniciaram uma greve. Se os funcionários não retomarem às atividades, a empresa terá um prejuízo de 500 milhões de reais ao mês, já que a produção nessa indústria não pode parar nunca. Como o industrial e os trabalhadores podem decidir esse impasse? Há outras formas de negociação?

4 – Uma ONG que concede cursos profissionalizantes para jovens e adultos de baixa renda na periferia da cidade de São Paulo busca apoio de uma empresa do ramo industrial na região. Essa empresa não tem, até o momento, nenhum projeto social que inclua aprendizes em suas atividades, e isso exigiria uma série de adequações do perfil da empresa a esta nova situação. Como esta relação poderia se concretizar em benefício mútuo? Como estruturá-la?¹⁷¹

A expectativa é que, após a visita que normalmente encanta os alunos, o desenvolvimento dos argumentos assuma um lado social específico: o da empresa.

¹⁷¹ Jogo “Vivendo a indústria”. Material Votorantim: fichas de apoio + boneco montável. ESPAÇO Votorantim. *Vivendo a indústria*. São Paulo: Memória Votorantim, s.d. PDF disponível em: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/Canal%20do%20Estudante/Fichas%20de%20apoio.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

Grande parte dos personagens elaborados vincula-se diretamente à instituição empresarial, e os demais aparecem como possíveis parceiros (professores, representantes de ONG, prefeito) a desenvolverem trabalhos conjuntos.

Nessa articulada, tanto bela quanto civilizada, tão instrutiva quanto divertida história, os estudantes são inseridos como herdeiros de um passado que segue um determinado desenvolvimento – progressivo, contínuo e ininterrupto –, que atravessa a realidade social contemporânea rumo às organizações sociais futuras. Estabelece-se aí, nesse percurso, uma história, uma memória, um patrimônio e uma cultura (constituídos em unicidade e uniformidade social).

Tal condição de promoção da informação/formação sobre o processo histórico industrial, alcançado pela memória empresarial, têm levado as empresas a se afirmarem, na contemporaneidade, como instituições também responsáveis pelo processo de construção do conhecimento, ou seja, as empresas têm criado a ideia de que a implementação do conhecimento (histórico) e a difusão da cultura é também uma responsabilidade social empresarial.

Nesse sentido, a hegemonia, que inicialmente constituía-se em torno das relações sociais de trabalho, alcança, pois, a cidade, em todas as suas relações sociais possíveis, constituindo um processo de enfrentamento em relação às historicidades contra hegemônicas, em dimensões que também perpassam pela recuperação e legitimação de determinadas perspectivas de ensino de história, as quais vêm sendo amplamente questionadas e repensadas por muitos historiadores/professores em suas práticas profissionais e políticas.¹⁷²

Tais incursões didático-educativas empreendidas pelas empresas revelam os processos de dominação e de controle que travessam os campos da educação e

¹⁷² Entendemos que esse processo de enfrentamento também se faz em relação às abordagens questionadoras de uma história oficial e dominante, pois, que, preocupadas com a relação ensino de história/exclusão social, empreenderam um movimento de recuperação de outras histórias, também do Brasil, que são ameaçadoras da unicidade e da lógica de desenvolvimento progressista linear que historicamente legitimaram as ações dos grupos dominantes. Para algumas reflexões em torno do ensino de história, ver: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando o ensino); SILVA, Marcos A. da. Contra o horror pedagógico. Ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. *História e Perspectivas*. Uberlândia, v. 1, n. 23, p. 85-98, jul./dez. 2000; _____. (Org.). *Repensando a história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d; FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas, SP: Papirus, 1993; FENELON, Décio Ribeiro. A formação do historiador e a realidade do ensino. *Projeto História*. São Paulo, n. 2, p. 7-19, ago. 1982; CABRINI, Conceição et alii (Orgs.). O ensino de história: revisão urgente. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

da cultura. Sobre esses processos historicamente construídos na sociedade capitalista, Thompson alerta que:

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encarados como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraí-das de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje.¹⁷³

A dominação e controle da educação e da cultura compõem uma das engrenagens da hegemonia reconstituída na realidade social contemporânea, cumprindo uma função social específica. A afirmação das histórias e memórias dominantes no âmbito dos processos educacionais e culturais tem legitimado a perda de liberdade dos sujeitos sociais e aumentado as dificuldades de construção de uma outra realidade fundamentada em princípios sociais, culturais e políticos diferentes. Os valores, ideias, símbolos, conhecimentos, verdades, historicidades e significados constituídos pelos grupos dominantes no processo histórico, os quais criam códigos amplos de explicação e interpretação da realidade, interferem na autonomia dos sujeitos, que introjetam o senso comum produzido, tendo imensas dificuldades de construir outras concepções em seu lugar. Os processos de introjeção da dominação (também cultural e educacional) dos oprimidos pelos oprimidos trazem, portanto, implicações sociais, que comprometem as perspectivas sociais contra hegemônicos, de construção de uma sociedade livre da dominação e exploração capitalista:

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos oressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, à medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia.¹⁷⁴

¹⁷³ THOMPSON, E. P. *Os Românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 31.

¹⁷⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 18.

Essas dificuldades perpassam também as esquerdas, que muitas vezes, em suas lutas sociais e políticas, acabam por reiterar o senso comum socialmente produzido. Tais dificuldades ocorrem porque:

Para a esquerda [...] o pensamento e o discurso são forçados a realizar quatro trabalhos sucessivos ou até mesmo simultâneos: precisam, primeiro, desmontar o senso comum social; em seguida, precisam desmontar a aparência de realidade e verdade que as condições sociais e as práticas existentes parecem possuir, aparência sobre a qual se funda tanto a fala da direita como a compreensão dos demais agentes sociais; precisam, a seguir, reinterpretar a realidade, revelar seus fundamentos secretos e suas operações invisíveis para que se possa compreender e explicar o surgimento, as formas e mudanças da sociedade e da política; e, finalmente, precisam criar uma fala nova, capaz de exprimir a crítica das ideias e práticas existentes, capaz de mostrar aos interlocutores as ilusões do senso comum e, sobretudo, de transformar o interlocutor em parceiro e companheiro para a mudança daquilo que foi criticado.¹⁷⁵

Esses têm sido os desafios das esquerdas na contemporaneidade – desafios esses que perpassam os projetos de memória sindical que, na disputa pela hegemonia social, precisam desmontar a “aparência de realidade” e o senso comum afirmado e disseminado pelos centros de documentação e memória empresarial.

¹⁷⁵ CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 8.

Capítulo 3

Em busca da liberdade: os projetos de memória como uma luta (re)tomada pelo sindicato contemporâneo

Observei e ouvi, buscando entender a história de meu próprio tempo. [...] A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida. O mundo não vai mudar sozinho.

Eric Hobsbawm

Preservar documentos e memória é garantir também a manutenção de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, pois estes detêm um potencial de transformação política enorme. A CUT busca, portanto, incentivar suas entidades orgânicas e filiadas a organizar os arquivos, a preservar e utilizar a memória como instrumentos estratégicos para sua ação sindical. Para isso, conformou uma política de organização dos arquivos, de preservação da documentação e de memória, consubstanciada no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC).

Artur Henrique da Silva Santos – Ex-presidente da CUT

Teremos um grande desafio em esmiuçar e investigar a fundo aqueles que financiaram, patrocinaram e sustentaram a repressão. Nomes de empresas, meios de comunicação, colaboração da CIA. Esperamos o engajamento de todas as entidades sindicais para que possamos reconstruir este capítulo obscuro da história do nosso país e que a verdade seja exposta para as futuras gerações.

Expedito Solaney – Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

A sociedade brasileira, na conjuntura atual, tem vivido um momento de extrema efervescência no campo da memória. A promulgação da lei nº. 12.527/2011 – que dispõe sobre o tratamento da informação pública e privada¹⁷⁶ – e da lei nº.

¹⁷⁶ A lei busca assegurar a gestão transparente da informação, de forma a propiciar, à sociedade, amplo acesso às informações constituídas no interior do processo histórico – acessibilidade essa concebida pela abertura, divulgação e disseminação social de diferentes fontes documentais. Por informação, documento e tratamento da informação a lei entende, respectivamente: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”; “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” e “conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação”. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de

12.528/2011 – que delibera sobre os trabalhos da “Comissão Nacional da Verdade”, que atua na averiguação das violações dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, intervalo fixado pela lei, no interior do qual se insere o período de vigência da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil (1964-1985) – tem movimentado toda uma discussão sobre o direito à memória e sobre o dever de revelação e, portanto, de elucidação da verdade sobre o passado histórico do país. No que tange aos fatos decorrentes do regime instalado através do Golpe de Estado de 1964, a comissão constituída definiu suas atuações numa linha de pesquisa que busca esclarecer, à sociedade, os casos de tortura, mortes, violência sexual, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos tanto no Brasil como no exterior¹⁷⁷, proporcionando, assim, uma resposta aos sobreviventes e aos familiares das pessoas que foram mortas e que continuam, ainda hoje, desaparecidas.

Toda essa dimensão e encaminhamentos dos trabalhos têm gerado expectativas diversas, que se desdobram em atuações políticas específicas. Quando questionada por que reivindicava e apoiava o estabelecimento de uma Comissão da Verdade, uma mulher que perdeu um de seus familiares na luta contra a ditadura no Brasil revelou que a expectativa dela com a iniciativa do governo federal era “*mobilizar as forças políticas, promover uma investigação que tenha amplos e definitivos poderes e assim chegar às muitas verdades que ainda estão escondidas*”¹⁷⁸ acerca dos acontecimentos do período em questão. Verdades essas que dizem respeito às violações dos direitos humanos de grupos tais como estrangeiros, camponeses, indígenas, mulheres e sindicalistas – grupos que integram a investigação presidida pela Comissão da Verdade –, executadas pelos

novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

¹⁷⁷ Ver relatório sobre o balanço de atividades produzido pela Comissão Nacional da Verdade no primeiro ano de atuação da mesma. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Balanço de atividades: um ano de Comissão Nacional da Verdade. Brasília-DF: Governo Federal, 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

¹⁷⁸ HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths* [As verdades das quais não se pode falar]. 2. ed. London: Routledge, 2011. p. 19. Citado em: *A Comissão da Verdade no Brasil: Por quê? O que é? O que temos de fazer?* Cartilha preparada pelo Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo. Ver: NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *A Comissão da Verdade no Brasil: Por quê? O que é? O que temos de fazer?* São Paulo: Núcleo Memória, s.d. PDF disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

militares, que se apoiavam numa estrutura articulada por redes de financiamento e de apoio montada em torno da repressão política.

Esse tem sido o mote pelo qual as diferentes instituições sindicais, inseridas na realidade social do tempo presente, têm se voltado para a recuperação de suas histórias – via centro de documentação e memória sindical – em vista da organização de uma memória social referenciada no interior das disputas por hegemonia, travadas nos campos social, político, econômico e cultural.

Nesse movimento de busca da verdade e de (re)construção ou (re)afirmação de uma memória histórica sobre os acontecimentos circunscritos aos anos do golpe militar no Brasil, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) instituiu uma “Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça”, com o objetivo de resgatar a história dos trabalhadores e dos movimentos sociais e sindicais no período em que os militares estiveram no poder – recompondo, assim, suas forças e posicionando-se frente aos processos de hegemonia implementados na conjuntura social atual. As perseguições, torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos contra os trabalhadores e contra os dirigentes sindicais têm sido, nesse contexto, o ponto de partida para uma luta política mais ampla – de afirmação de processos contra hegemônicos na contemporaneidade – que tem perpassado pela memória e pela sua organização institucional. A fala de Expedito Solaney, secretário nacional de políticas sociais da CUT, indica esse processo de disputa por hegemonia que se inicia com o resgate dos acontecimentos tortuosos desencadeados com o regime militar, mas que se desdobra em perspectivas e sentidos contra hegemônicos a se estabelecerem e se consolidarem nas realidades sociais do presente e do futuro:

O ponto central na mobilização para o resgate da memória histórica é a reparação da justiça, dos companheiros e companheiras assassinados e torturados. Quem cometeu esses crimes deve ser punido, assim como os dirigentes sindicais perseguidos devem ser anistiados e reconhecidos como lutadores sociais do povo brasileiro. [...] Essas são algumas manchas do período que precisam ser lembradas e contadas por nós, escritas por nós, pelas mãos dos trabalhadores.¹⁷⁹

¹⁷⁹ SEVERO, Leonardo. *CUT institui Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/acontece/23232/cut-institui-comissao-nacional-de-memoria-verdade-e-justica>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

As iniciativas de fortalecimento dos projetos sociais sindicais, no século XXI, passam, portanto, pela afirmação do sindicato e de seus agentes históricos – que devem ser reconhecidos, através da memória, como “lutadores sociais do povo brasileiro” –, num processo em que tais sentidos tornam-se ainda mais significativos com a confirmação e veiculação dos atos de transgressão cometidos pelos grupos opositores aos trabalhadores e aos sindicatos na história, os quais devem ser punidos pelos crimes que cometeram, conforme indicado por Solaney.

Nessa direção, as diferentes instituições sindicais, sobretudo a CUT e suas afiliadas, tem investido na recuperação e disseminação de informações sobre trabalhadores e dirigentes sindicais que foram torturados e mortos, dos quais alguns ainda não foram enterrados por seus familiares por desconhecerem o paradeiro do corpo. É o caso de Aluísio Palhano, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ex-presidente da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), que foi preso em maio de 1971 e, segundo relatos de testemunhas, foi torturado por onze dias no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), sendo a última vez que fora visto. Não se sabe, ainda hoje, onde o corpo de Palhano foi descartado pelos militares.

É, também, o caso do já citado Virgílio Gomes da Silva, que fora trabalhador da Companhia Nitro Química Brasileira na década de 1950. Virgílio era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Foi preso em setembro de 1969, assim como Palhano, foi torturado no DOI-CODI de São Paulo e desde então nunca mais foi visto. O caso de Virgílio tem sido amplamente divulgado pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo, que produziu uma cartilha sobre a história do militante e tem mobilizado toda uma discussão em torno da importância da retomada dos projetos de memória sindical.

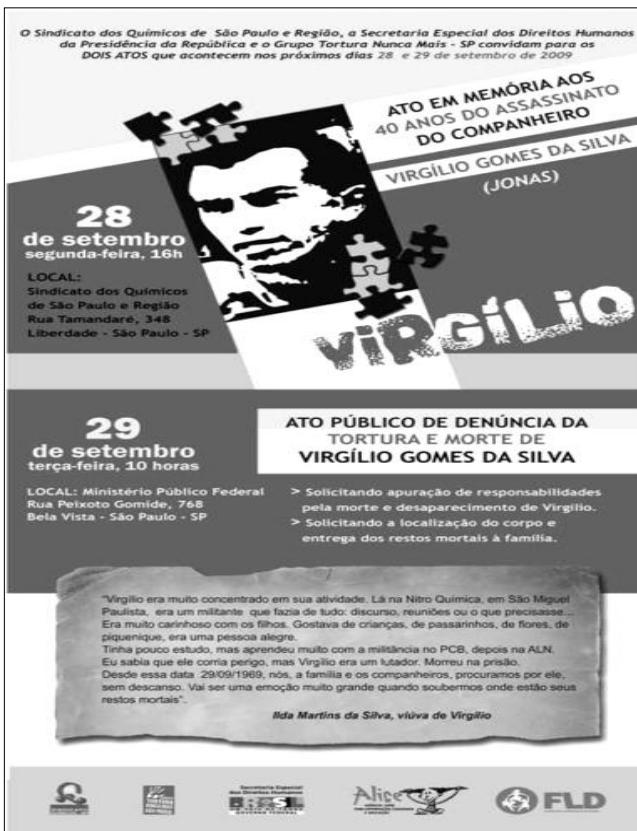


Imagen 48: Cartaz informativo sobre ato público de denúncia da tortura e morte de Virgílio Gomes da Silva. 2009. Cartilha do Sindicato dos Químicos de São Paulo e Região.

Tais direcionamentos apontados pela CUT levaram à construção de um capítulo específico sobre a classe trabalhadora e os movimentos sindicais no interior das investigações desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade. Segundo Rosa Cardoso, membro integrante da comissão, “*a partir da expressividade e da quantidade de relatos [apresentadas pelo sindicato] sobre as atrocidades cometidas contra os trabalhadores, surgiu a necessidade de criar um grupo específico [de trabalho]*”¹⁸⁰ – intitulado “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”. Serão investigados oficialmente, a partir da implementação da proposta, as perseguições, torturas e assassinatos cometidos contra os trabalhadores, bem como as inúmeras intervenções que ocorreram em suas organizações sindicais no período

¹⁸⁰ PEDREIRA, William. Grupo investigará a fundo crimes cometidos contra a classe trabalhadora na ditadura. *Central Única dos Trabalhadores*, São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/23130/grupo-investigara-a-fundo-crimes-cometidos-contra-a-classe-trabalhadora-na-ditadura>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

de vigência da ditadura militar. O colegiado constituído, que reúne diferentes centrais sindicais – CUT, CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Força Sindical, UGT (União Geral dos Trabalhadores), CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) e Central Intersindical –, se ocupará da recuperação de uma história e da constituição de uma determinada memória histórica, sustentada a partir de onze eixos específicos, assim apresentados pela Comissão da Verdade:

Levantamento dos sindicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e após o golpe; Investigação de quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados pela ditadura militar; Quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata ao golpe; Levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais; Investigação sobre prisões, torturas e assassinatos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais; Vinculação das empresas com a repressão; Relação do serviço de segurança das empresas estatais e privadas com a repressão e atuação das forças armadas; Legislação antissocial e anti-trabalhadores (lei de greve, lei do arrocho salarial, lei do fim da estabilidade no emprego, entre outras); Levantamento da repressão às greves; Tratamento dado à mulher trabalhadora durante a repressão; Levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e suas entidades pelo regime militar para reparação moral, política e material.¹⁸¹

Essa amplificação das perspectivas investigativas estabelecidas em torno dos sujeitos trabalhadores e das organizações sindicais, alcançadas através da Comissão da Verdade, tem reacendido todo um debate acerca da memória sindical e de sua importância frente aos processos hegemônicos constituídos no campo da memória – que se articulam e derivam das propostas políticas neoliberais, que, a partir da “Nova República” (que indicava projetos de sociedade em disputa), criou mecanismos que comprometeram a noção de identidade da classe trabalhadora construída pelos movimentos sociais na década anterior.

O neoliberalismo, enquanto política que se efetivou no Brasil a partir do processo de redemocratização, constituiu-se num duro golpe aos movimentos sociais, aos trabalhadores e às organizações sindicais, que então ascendiam como

¹⁸¹ Sobre o grupo de trabalho “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”, ver COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento-sindical*. 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/271-ditadura-e-repressao-aos-trabalhadores-e-ao-movimento-sindical>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

forças de relevância social e política na conjuntura dos anos de 1980. As perspectivas do “fim do trabalho” e as referências a uma “sociedade de serviços” – que previa a substituição da força de trabalho pelos contratos de emprego –, associadas às noções que convertiam os trabalhadores em “colaboradores” ou “parceiros de trabalho”, tomados de forma individualizada, acabaram por atenuar os sentidos de conflito e, portanto, a luta coletiva de classe, enfraquecendo, nesse sentido, as noções de identidade da classe trabalhadora que fora construída pelos movimentos sociais e sindicais no interior do processo histórico, as quais foram erigidas a partir das contradições, conflitos e disputas desenvolvidas no âmbito das relações sociais de trabalho. Nesse novo cenário constituído, conforme indicado por Marco Aurélio Santana, as dificuldades de articulação da classe trabalhadora pelos sindicatos foram imensas, apontando para uma debilitação da identificação social de classe – que se constitui em elemento da ação coletiva:

Neste universo de sentido fica excluída toda ideia de “luta” e “conflito”, em nome da “colaboração”; já que colaborador não conflita, colabora. Não foram raros os relatos de sindicalistas e militantes acerca das dificuldades de se fazerem ouvir pelos que seriam os trabalhadores nesse novo contexto. Sente-se um claro processo de tentativa de individualização das condutas e ações dos trabalhadores nas empresas no sentido de suas demandas e interesses. Assim, ficam em situação difícil os que apelam e são instrumentos da luta coletiva.¹⁸²

A retomada dos projetos de memória pelos sindicatos – consolidados através da organização de fontes documentais diversas, disponibilizadas pelos centros de documentação e memória sindical –, está associada, nesse novo panorama contemporâneo, à expectativa de reconstrução social da identidade da classe trabalhadora, em vista da afirmação e recolocação dos projetos sociais sindicais no interior das disputas por hegemonia, estabelecidas na conjuntura social atual, bem como da (re)inserção dos sujeitos trabalhadores como agentes da transformação

¹⁸² SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antônio José et. alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 54.

social, econômica e política do país, em contraposição aos interesses e projetos dos grupos dominantes/empresariais.

Concomitantemente a tais sentidos forjados no interior das lutas sociais empreendidas pelos sindicatos contemporâneos, a memória sindical e a identidade de classe a partir dela (re)projetada assumem formas de divergência – e, portanto, de questionamento e contestação – das historicidades e identidade histórico-institucional reveladas pela memória empresarial. Enquanto as empresas investem na elaboração de uma memória “colaborativa” do trabalho (aos moldes dos princípios neoliberais), envolvida por individualidades que se somam na construção de uma identidade que coaduna trabalhadores e empregadores em torno de interesses e perspectivas históricas supostamente comuns, as instituições sindicais buscam, com suas iniciativas e usos políticos do passado, sinalizar as distinções de classe – delimitando quem somos “nós” e quem são e foram “eles” ao longo do processo histórico –, de forma a evidenciar uma identidade da classe trabalhadora, capaz de, novamente, potencializar a ação coletiva quanto à construção de uma sociedade fundamentada em princípios não capitalistas de organização social e política.

A memória sindical assume, nessa direção, um papel político de demonstração do lugar social a partir do qual se situam (e se situaram historicamente) os trabalhadores, tornando visível a diferença deste lugar para com os posicionamentos sociais assumidos pelos grupos dominantes e empresariais, que representam e defendem interesses divergentes aos dos sujeitos, homens e mulheres, trabalhadores. A necessidade de definição e delimitação de tais posições sociais indicam processos em disputa na sociedade do momento atual, processos esses que assinalam uma luta também estabelecida em torno da produção/reprodução de memórias sociais.

É nesse sentido da (re)construção da classe para a luta que se dá a convergência de esforços estabelecidos no campo da memória sindical na atualidade – perpassa pelo fortalecimento dos vínculos e sentimentos de pertença à classe trabalhadora, cujas formas identitárias são alcançadas através da preservação, organização e disponibilização social dos conjuntos documentais reunidos pelas diferentes instituições sindicais ao longo da história. Nesse processo,

diferentes centrais e organizações sindicais do país têm investido na formação e organização de centros de documentação e memória sindical, de forma a disponibilizar seus acervos documentais para os diferentes segmentos da sociedade, em demandas apresentadas, por exemplo, pelos trabalhadores, estudantes, pesquisadores, agentes dos movimentos sociais, dentre outros interessados.

3.1 – Centros de Documentação e Memória Sindical: uma prática e uma estratégia política

A partir das articulações políticas contra hegemônicas que situavam a memória como instrumento estratégico para viabilização da transformação social e para as ações sindicais em benefício desse processo, diferentes corporações sindicais passaram a desenvolver formas de preservação e organização documental para elaboração, afirmação e assimilação social de suas memórias. Nesse movimento, a CUT implementou uma política significativa de gestão e tratamento de arquivos, de preservação documental diversa e de acesso às informações históricas acerca das trajetórias sindicais, das experiências e movimentos da classe trabalhadora, consubstanciada no Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – CEDOC-CUT.

Criado em 1999, com o objetivo de reconstituir, preservar e disseminar socialmente a história do movimento sindical cutista e da classe trabalhadora brasileira, o centro de memória da instituição promoveu a organização, classificação e arquivamento – segundo normas e procedimentos da arquivologia – de documentação administrativa variada, que estavam fragmentadas e dispersas (sem nenhum tratamento ou política de preservação) nos órgãos setoriais da CUT ou nos

depósitos da instituição e de suas filiadas.¹⁸³ A fim de ampliar esse acervo, que funciona – com os documentos administrativos preservados –, como uma espécie de arquivo central e histórico da CUT, o CEDOC recolheu e catalogou, ainda, “livros, folhetos, periódicos, panfletos, cartazes e documentos de natureza, gênero e suportes diversos, produzidos pela própria CUT”¹⁸⁴ e também fontes documentais variadas acumuladas pelos trabalhadores em suas práticas sociais e políticas desenvolvidas ao longo do processo histórico.

Tal centro de memória abriga, hoje, um amplo conjunto documental, composto por coleções e fundos de arquivos¹⁸⁵ e seu acervo se subdivide, ainda, em seções de livros e folhetos, periódicos, cartazes e multimídias (imagens fixas e em movimento, som e formas gráficas). De modo geral, a documentação preservada permite o conhecimento sobre as movimentações sindicais no Brasil, indicando suas organizações e encaminhamentos das lutas engendradas, bem como as transformações e embates vividos no interior do próprio sindicato na história recente do país.

A partir do fundo de arquivo “Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora” – que reúne documentação como relatórios, resoluções, teses para conferência, dossiês de encontros, dentre outros registros –, é possível perceber as ações e articulações/disjunções do sindicato no Brasil através, por exemplo, da criação da Comissão Executiva Nacional e da convocação da CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), que foi requerida pelos participantes da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrida em março de 1981. Da realização do CONCLAT (encontro operacionalizado logo após a Primeira Conferência Nacional, em agosto de 1981) – e das divergências que então permeavam o movimento sindical brasileiro –, foi constituída a Comissão Nacional Pró-CUT, que “tinha como incumbência encaminhar o plano de

¹⁸³ Sobre o processo de implantação do CEDOC e das políticas documentais e de memória da CUT, ver: MARQUES, Antonio José. As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical. In: _____ et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Op. Cit. p. 131-160.

¹⁸⁴ Id. Ibid. p. 140.

¹⁸⁵ Assim organizadas: Coleção “Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – MOMSP” e fundos: “Comissão Executiva Nacional da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora”; “Comissão Nacional Pró-CUT”; “Comissão Organizadora do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – Regional São Paulo”; “Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo”; “Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa” e “José Domingos Cardoso – Ferreirinha”. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/acervo/fundos-e-colecoes>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

lutas aprovado e organizar o congresso de fundação de uma Central Única dos Trabalhadores, em 1982”¹⁸⁶. As documentações reunidas nesse fundo – “Comissão Nacional Pró-CUT”¹⁸⁷ – e no fundo “Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo”, levam à compreensão das correntes políticas desenvolvidas no interior do movimento sindical e das divergências estabelecidas, que culminaram no movimento Pró-CUT, cujas propostas vinculavam-se às concepções do “Novo Sindicalismo” brasileiro – percebido como um movimento sindical militante.

Os encaminhamentos sociais (tomados a partir das divergências políticas estabelecidas) e os posicionamentos assumidos pela estrutura sindical, então concebida, podem ser reconhecidos no fundo “Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa”, que situa as atuações das centrais sindicais em relação às questões sociais, como por exemplo, ao pagamento da dívida externa brasileira, pensada e contestada a partir da segunda metade da década de 1980. Compõem a documentação desse fundo:

Manifestos e declarações contra o pagamento da dívida externa, atas de reuniões, relatórios de atividades, projetos de financiamento, correspondências, notas à imprensa, convocatórias e propostas de reuniões, textos com análises, além de documentos relacionados à organização de reuniões e eventos, como reservas de hotel e passagens, orçamentos e notas de débito.¹⁸⁸

A organização do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT – assim como a sistematização documental de outros centros de memória sindical no Brasil constituídos a partir da década de 1990 –, em grande medida, fornece uma dimensão dos movimentos e ações da classe trabalhadora em perspectivas de uma história que se apresenta na forma institucionalizada, ou seja, através da institucionalização das lutas sociais e políticas desenvolvidas no interior da sociedade brasileira. Esse viés institucional, empreendido por diferentes centros de

¹⁸⁶ MARQUES, Antônio José. As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical. In: _____ et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Op. Cit. p. 147.

¹⁸⁷ O fundo é composto por dossiês de encontros sindicais, cartas, anteprojetos de regimento interno, teses, textos com propostas para discussão, documentos que tratam da inscrição e credenciamento de delegados, observadores, imprensa e equipes de apoio, recados, resoluções, dentre outras fontes documentais.

¹⁸⁸ Âmbito e conteúdo do fundo “Comissão Transitória Coordenadora Contra o Pagamento da Dívida Externa”. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/fundos-e-colecoes/91>>. Acesso em 28 jun. 2013.

documentação e memória sindical, tem sido amplamente discutido e repensado na atualidade, porque a ênfase no movimento sindical (nos processos de sua constituição e desenvolvimento) e em suas lideranças diretivas tende a ocultar e negligenciar os demais movimentos sociais populares que acompanharam e se desenvolveram junto às organizações sindicais, sobretudo, a partir da década de 1970 em diante. O movimento sindical se insere no interior dos movimentos sociais que são muito mais amplos que ele, constituindo, junto a outros movimentos – estabelecidos por mulheres, negros, indígenas, moradores dos bairros, trabalhadores sem terra, dentre outros –, uma força social ativa, cuja coletividade pressionou os grupos dominantes à elaboração de todo um processo de recomposição de hegemonia. Nesse sentido, o historiador John D. French sinaliza que um dos maiores desafios colocados aos centros de documentação e memória sindical, na contemporaneidade, se traduz na “necessidade de ir além de uma história apenas sindical, masculina e institucional, algo que é bem distante do cotidiano da vida popular e operária”.¹⁸⁹

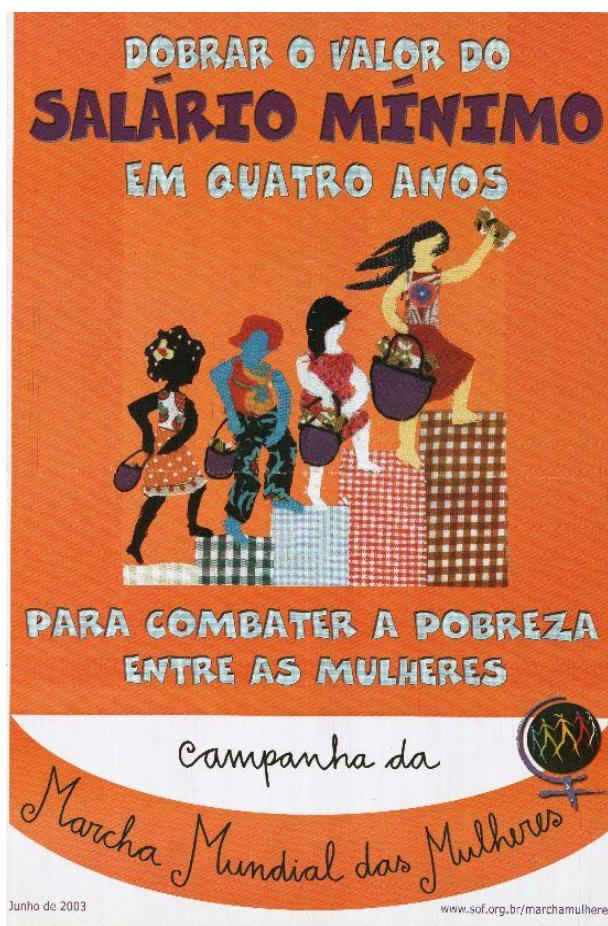
No acervo do Centro de Memória da CUT, junto às disposições documentais que remetem às atuações do sindicato na história, alguns cartazes reunidos para compor uma coleção do acervo, ainda que em menor quantidade, indicam a organização e mobilização de outros movimentos de luta social que, junto aos trabalhadores – sindicalizados ou não –, poderiam constituir uma classe social, já muito mais inclusiva que a tradicional noção de “classe operária”:

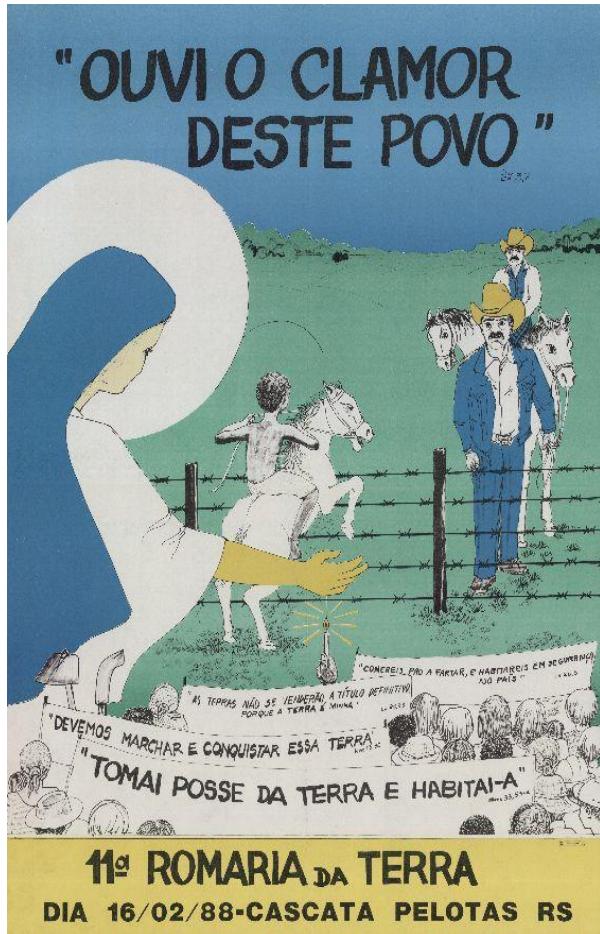
¹⁸⁹ FRENCH, John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In: MARQUES, Antônio José et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Op. Cit. p. 94-95.



Imagens 49 e 50: Cartaz produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, sem data. E cartaz do movimento de mulheres, produzido por Sempreviva Organização Feminista (SOF), em 2003. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

Imagen 51 e 52: Cartaz Romaria da Terra, editora Padre Berthier, 1988. Cartaz do 1º Congresso Nacional dos Movimentos Populares, organizado pela Central de Movimentos Populares, em 1993. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.





Imagens 51 e 52: Cartaz Romaria da Terra, editora Padre Berthier, 1988. Cartaz indicativo de congresso dos movimentos populares, organizado pela Central de Movimentos Populares, 1993. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção cartazes.

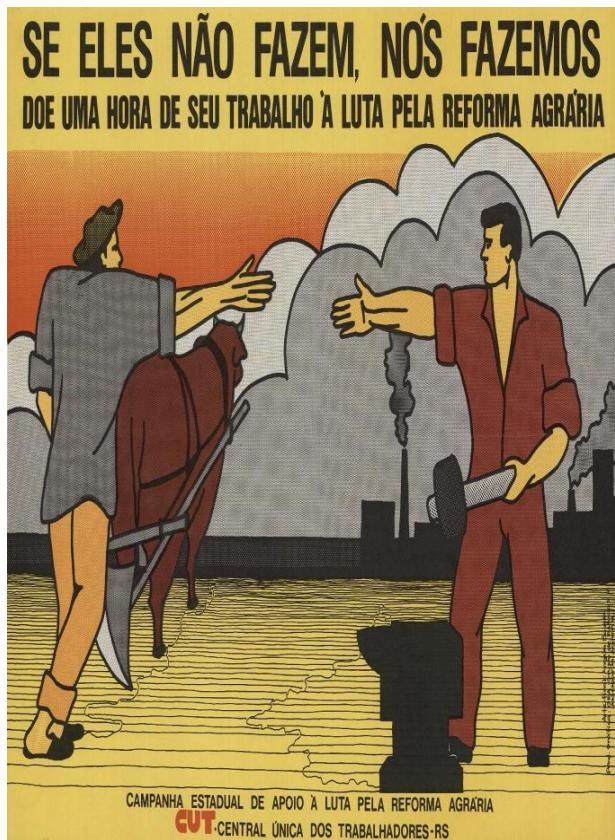
Os cartazes são indicativos das diferentes mobilizações sociais que procuravam desenvolver ações sociais coletivas que viabilizassem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a qual perpassava por diferentes questões e demandas estabelecidas pelos diversos grupos inseridos na sociedade. Desde a década de 1970 que as pessoas atingidas pelas construções de barragens têm resistido e lutado contra a expropriação de suas terras, de forma a defender a construção de um projeto popular contra hegemônico que se opõe aos interesses e propósitos dos grupos empresariais/industriais, que são os principais beneficiários

da eletricidade produzida pelas hidrelétricas construídas.¹⁹⁰ Assim como esse movimento dos atingidos por barragens, as diferentes formas organizadas de luta pela terra e os movimentos feministas, dentre tantos outros que compõem os movimentos sociais populares, lutavam pela transformação da sociedade a partir da efetivação de projetos fundamentados, sobretudo, nas concepções socialistas, em que a busca é pelo fortalecimento dos sentidos de igualdade, não só em termos sociais, econômicos e políticos, mas também de raça, gênero e etnia.

Nessa luta de dimensões irrestritas, redes de colaboração e apoio mútuo foram estabelecidas entre os diferentes grupos sociais em suas propostas e reivindicações. O 1º. Congresso Nacional dos Movimentos Populares, indicado pelo cartaz, foi apoiado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, evento no qual se reuniram trabalhadores, negros, mulheres, moradores de rua, índios, movimentos por transporte, moradia, saneamento, direitos humanos, dentre outros movimentos.¹⁹¹ Outros cartazes que ainda integram a coleção do CEDOC-CUT também sinalizam para a essa confluência de interesses, articulações e apoio dos movimentos sindicais às demandas e lutas empreendidas por mulheres, negros, indígenas e movimentos de luta pela terra, compondo, nesse sentido, uma unidade de resistência e de luta social e política.

¹⁹⁰ Sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e suas atuações nas diferentes regiões brasileiras, ver: <<http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

¹⁹¹ O encontro foi promovido pela Central de Movimentos Populares, organização que “é fruto de um processo histórico de resistência e dos movimentos sociais populares, em especial das lutas sociais dos anos de 1980”. Sobre sua atuação, histórico e movimentos populares atuais, ver: <<http://cmp-sp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.



Imagens 53 e 54: Cartazes produzidos pela CUT do Rio Grande do Sul e pela CUT de São Paulo, em apoio à reforma agrária (reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e ao movimento negro, ambos sem data. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

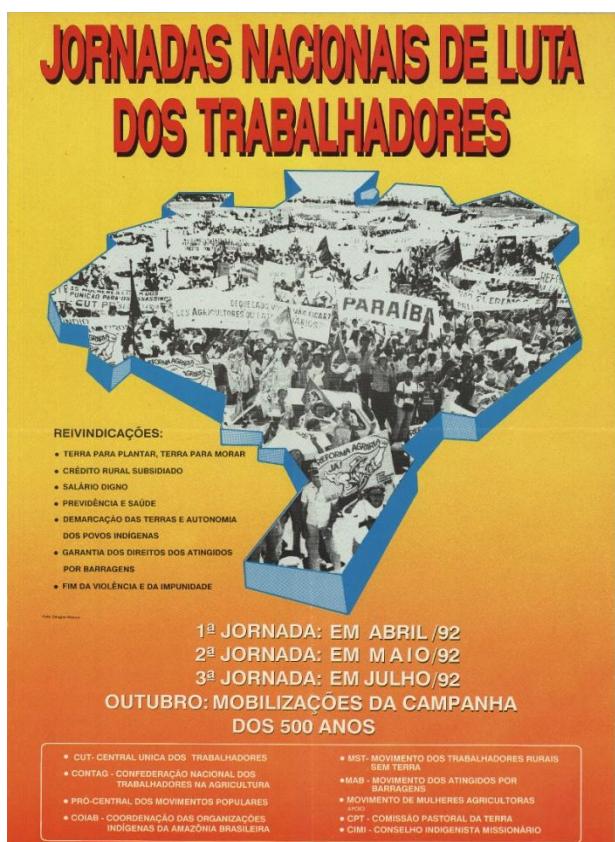


Imagem 55: Cartaz de divulgação da Jornada Nacional dos Trabalhadores, a qual foi articulada pela CUT, em parceria com: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Pró-Central dos Movimentos Populares, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Agricultoras, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). 1992. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

O que se sinaliza é uma movimentação e articulação histórica cuja proposta é de (re)construção de sentidos sociais coletivos constituídos a partir da atuação de uma classe trabalhadora já não mais limitada às perspectivas e demandas operárias. Diante de toda essa movimentação e articulação histórica, o principal desafio dos centros de documentação e memória sindical, na atualidade, é o da conjugação, em termos de memória, das diferentes iniciativas coletivas que se somaram e se articularam às reivindicações dos trabalhadores (ao longo do processo histórico) para composição e efetivação de uma força socialativamente transformadora da/na sociedade capitalista, e mesmo das formas não organizadas de luta e resistência, que apontavam para uma mesma direção de transformação do social. Recompor essa força através da memória e retomar os projetos sociais contra hegemônicos na realidade social contemporânea perpassa, portanto, pela história de luta dos trabalhadores, mas não se limita a ela, pois se articula às demais histórias dos diferentes movimentos sociais, organizados ou não, que, por diferentes caminhos, lutaram (e, por vezes, se unificaram) contra a desigualdade capitalista em todas suas dimensões sociais, econômicas e políticas.¹⁹²

É preciso, portanto, assinalar os limites e as dificuldades da memória sindical quanto ao propósito de afirmação de projetos sociais contra hegemônicos, que precisam ser fundamentados em uma identidade de classe constituída a partir de uma unidade social plural. Também é preciso refletir sobre a importância que a memória sindical assume na conjuntura social atual, frente às perspectivas históricas homogeneizadoras – de harmonia e complementaridade de classe – estabelecidas pela memória empresarial.

¹⁹² A memória sindical insere-se no interior de uma movimentação social brasileira mais ampla de articulação das instituições acadêmicas e dos movimentos sociais em torno da constituição de uma memória não só operária como também popular. Ao abordar a importância de uma memória popular na realidade social contemporânea, o Grupo Memória Popular (Popular Memory Group, do Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham) sinaliza que o simples restabelecimento do passado pelo trabalho que se desenvolve no presente poderia não ser suficiente para a promoção de transformações sociais substanciais – tão almejadas pelas instituições sindicais na atualidade. Também não ajudaria muito “traçar as lutas somente dos setores masculinos, trabalhadores profissionais brancos da classe trabalhadora, que tem formulado, até hoje, as principais questões da história do trabalho. Precisamos de formas de memória popular socialista que nos falem da situação e das lutas de mulheres e sobre a convergente e muitas vezes antagônica história dos negros. [...] A memória popular socialista hoje tem que ser um empreendimento construído de maneira nova; nenhum mero resgate ou re-criação será válida. Pois nesse caso descobriremos que a mera nostalgia reproduz o conservadorismo ”. GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Décia Ribeiro et. alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 288.

Não exclusiva, mas significativa, foi a participação dos trabalhadores e dos sindicatos nas movimentações e lutas sociais da década de 1970 em diante, as quais foram parcialmente preservadas pelas instituições sindicais através de diferentes registros, possibilitando problematizar as historicidades apresentadas pela memória empresarial e refletir sobre os processos de construção de memórias e seus significados em disputa no presente. Enquanto os projetos de memória empresarial procuram desenvolver uma noção de identidade histórico-institucional que coaduna trabalhadores e empregadores a uma mesma perspectiva histórica, caracterizada pela ausência de conflitos e de contradições, as histórias do mundo dos trabalhadores, constituídas e apontadas pelos acervos sindicais, são atravessadas por tensões, conflitos e disputas de classe, demonstrando que o envolvimento na luta coletiva significou, historicamente, para muitos trabalhadores assalariados – empregados pela indústria que então ascendia no país –, a possibilidade de concretização de um projeto social não capitalista, caracterizado pela igualdade de oportunidades/meios para todos os sujeitos inseridos na sociedade.

A dimensão histórica do conflito e da luta de classe perpassa toda a documentação preservada pela memória sindical. No acervo da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que, desde 2007, vem desenvolvendo um projeto de memória em que o objetivo é recuperar a história da Oposição Metalúrgica de São Paulo, sob o ponto de vista da classe trabalhadora¹⁹³, encontramos um conjunto de cordéis que nos remetem às disputas no trabalho e aos diferentes projetos de sociedade que tensionavam a realidade social da conjuntura em que foram escritos. No verso do cordel “Reco-reco – máquina de bater em patrão”, de Pedro Macambira, operário da indústria metalúrgica de São Paulo, tais sentidos em disputa são evidenciados:

¹⁹³ Sobre o projeto de memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e para visualização do acervo organizado, acessar: <<http://www.iiep.org.br/index1.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

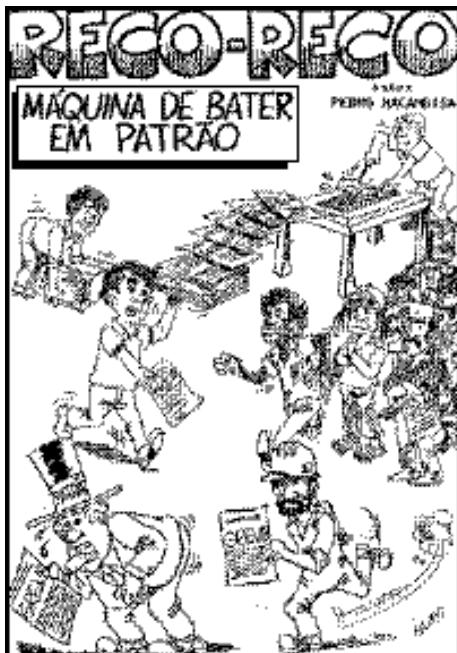


Imagen 56: Capa do Cordel “Reco-reco – Máquina de bater em patrão”. 1985. Acervo da Oposição Sindical Metalúrgica de SP.

Só costumo escrever
Quando vejo uma contribuição
Que possa dar na luta
Do operário contra o patrão
Acabar com o capitalismo
Ver nascer o socialismo
É meu ideal de peão.¹⁹⁴

A partir das experiências de trabalho e dos escritos sociais produzidos por Macambira, a identidade da classe trabalhadora é constituída pelo viés da luta de classe (“do operário contra o patrão”) e das divergências que indicam projetos sociais em disputa: o capitalismo do patrão em contraposição aos ideais socialistas do “peão”, que luta contra a exploração de sua força de trabalho, mas que evidencia, principalmente, uma luta contra a exploração enquanto valor sobre o qual se assenta a constituição das relações sociais de modo mais amplo. Esses elementos – separação, identificação e luta de classes, projetos sociais dissonantes e em disputa na realidade social e exploração capitalista do trabalho – perpassam, igualmente, a

¹⁹⁴ SILVA, Cleodon. *Reco-reco: máquina de bater em patrão*. S. I., 1985. Acervo Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Arquivo Cordéis. Cleodon foi operário, escritor e militante das causas populares e sindicais a partir do final da década de 1970. Pedro Macambira era o nome que ele usava nos panfletos e cordéis que produzia à classe trabalhadora.

narrativa do cordel “Chegou a hora – nós e os patrões: o desafio de morte”, também de Pedro Macambira e também preservado e disponibilizado pelo acervo documental da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo:



Imagen 57: Capa do Cordel “Chegou a hora – nós e os patrões: o desafio de morte”. 1979. Acervo Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

O Brasil dos capitalistas
Não tem mais solução.
A crise está aumentando
Indo tudo pra perdição
A burguesia em desatino
A pobreza sem destino
Sem encontrar solução

O golpe de 64
Pôs o militar no poder
Passados 15 anos
Nada puderam resolver
Baixaram o pau no peão
Deram todo o poder ao patrão
Deixando o povo a sofrer.

A natureza tem limites
Não podemos desconhecer:
Aos animais deu o instinto
Aos homens deu o saber
Do desembesto da exploração
Tiramos uma boa lição:
Lutar até vencer!

Os patrões não têm pátria
A exploração é internacional
Patrão contra operário

Não vamos fazer confusão
Nem criar ilusão
Com a burguesia nacional.

Nunca vamos esquecer
Estes 15 anos de tirania
Onde os salários baixaram
E subiu a carestia
O dia da caça tá chegando
Pro caçador acabando
Seu tempo de alegria

As greves de 78
Foi o início da partida
Os patrões desprevenidos
Vitória foi obtida
Houve aumento de salários
Beliscamos os milionários
A coisa foi divertida

Camponeses em Pernambuco
Em Minas a construção civil,
No sul os bancários
É greve como nunca se viu.
Todo mundo em ação
Lutando contra a exploração
Parou até polícia civil.

Na capital operária
O momento é de luta e ação
Estão preparando a greve
Gráficos, químicos e tecelão
Metalúrgicos e aeroviários
Apavoram os milionários
Parando até avião.

É classe contra classe
Trabalho contra exploração
Os patrões têm o governo
Os operários tem a população
Entramos na luta de morte
Porém, unidos somos fortes
Venceremos a exploração

Quero fazer um alerta
Que não á alentador
Ainda vive no nosso meio
Pelego, puxa-saco e traidor
Que com palavras e atos
Desmoralizaram os sindicatos
Enganando o trabalhador

Não podemos nos enganar
Com quem perdeu a esperança
Não tendo confiança na classe
Com os pelegos fazem aliança
Da unidade fazem refrão
Esquecendo a traição

E de lutar não têm lembrança.

Na roseira tem espinho
Nada existe com perfeição
Na luta tem o pelego
Que vive pedindo arrego
Praticando a traição

Nesta luta decisiva
Com tudo vamos investir
Afastaremos pelegos e adesistas
A organização vai garantir.
Segurar o que for conquistado
Isto já diz o ditado
Na luta sem desistir

Toda luta tem feridos
Isto é coisa garantida
Também é coisa certa
Que vitória cura ferida
Vamos lutar com decisão
Sem nenhuma vacilação
Pra não perder a partida!

Aqui interrompo os versos
Da palavra vou prá ação
Estou indo lá prá fábrica
Fazer conclaveamento
Não tenho medo de luta
Confio na classe que labuta
Porque também sou peão.¹⁹⁵

“É classe contra classe” – embora uma classe trabalhadora contraditória e com divergências em seu interior (“ainda vive em nosso meio pelego, puxa-saco e traidor”) –, numa disputa que pode levar à morte. Os versos dessa narrativa foram escritos quando a categoria dos metalúrgicos de São Paulo se preparava para uma greve, cuja reivindicação principal era o reajuste salarial, não aceito pelos patrões, que acionaram a polícia, que repreendeu, com violência, a paralisação, as passeatas e os piquetes promovidos pelos trabalhadores grevistas. Nesse confronto, o operário Santo Dias da Silva, membro integrante do comando de greve que articulava um piquete em frente à fábrica Sylvânia (situada na zona sul de São Paulo), foi assassinado pelos policiais que participavam da operação de repressão ao movimento grevista iniciado pelos trabalhadores metalúrgicos. Em depoimento à

¹⁹⁵ SILVA, Cleodon. *Chegou a hora: nós e os patrões: o desafio de morte*. S. I., 1979. Acervo Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Arquivo Cordéis.

Comissão de Justiça e Paz, Luís Carlos Ferreira, que também participou do piquete na porta da fábrica Sylvânia, ao lado de Santo e de outros trabalhadores metalúrgicos, relatou:

Os policiais estavam puxando o Espanhol por um lado. Do outro, Santo segurava o companheiro. Começou então a violência, com tiros para cima e, depois, eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair do outro lado. Escutei três gritos: ai, ai, ai. E o Santo caiu no chão.¹⁹⁶

No dia seguinte ao acontecido, milhares de pessoas, dentre trabalhadores e membros dos movimentos sociais e sindicais, saíram às ruas da capital paulista para protestar contra a morte de Santo, indicando que “a polícia dos patrões havia matado um operário”. Junto à indignação pela morte de um trabalhador que se colocou a lutar por melhores condições de vida e de trabalho, o protesto se avolumou em torno das reivindicações pelo livre direito de associação sindical, pelo direito de realização de greve e também contra a ditadura militar que então perseguia muitos trabalhadores, militantes e dirigentes sindicais.

Em memória da morte de Santo e da luta operária que se somava às iniciativas da Pastoral Operária em São Paulo, a Arquidiocese paulista criou o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, uma organização que atua “como órgão de defesa da pessoa humana e da coletividade, prestando assistência jurídica gratuita para vítimas de violência policial e para seus familiares”.¹⁹⁷ Em 2009, através do projeto “Direito à Memória e à Verdade”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República (então ocupada pelo ex-metalúrgico/sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva), foi inaugurado, ainda, um memorial em homenagem a Santo Dias, cuja iniciativa se insere no interior de uma ampla rede de comunicação histórica que fora estabelecida em torno da preservação e disseminação das lutas empreendidas pelo movimento operário no Brasil.

¹⁹⁶ Depoimento de Luís Carlos Ferreira à Comissão de Justiça e Paz. Disponível no site “Tortura Nunca Mais”, sobre atuação do metalúrgico Santo Dias da Silva no regime militar. Ver: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=182>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

¹⁹⁷ Sobre o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, sua história e atuação social, ver: <<http://www.centrosantodias.org.br/index.html>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

Para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (organização filiada à CUT), a ação de constituição de um memorial alusivo às lutas operárias torna-se significativa, visto que um memorial “é um monumento que provoca um exercício de interrogação de nossas experiências passadas para fazer aflorar não só recordações e lembranças, mas também informações que confirmam novos sentidos ao nosso presente”.¹⁹⁸ Trata-se, portanto, de uma disputa pelo domínio da produção de sentidos do passado, em que a memória, ou seja, a existência ativa do passado no presente (na forma arquitetônica, simbólica ou documental) assume dimensões de práticas políticas distintas e opostas entre si.

Recuperar, nesse sentido, a memória sindical em meio a uma investigação desenvolvida em torno da memória empresarial significa – a partir dos posicionamentos teórico-metodológicos assumidos pela História Social –, reconstituir as diferenças e contradições de classe que permeiam o processo histórico nas diferentes conjunturas sociais, identificando-as nas formas sociais de construção de memórias, de seleção dos vestígios do passado e nos modos pelos quais são atribuídos sentidos ao presente através do conjunto de relações e correlações de forças socialmente estabelecidas. O processo de redefinição de hegemonias, portanto, se estabelece sobretudo a partir da memória e “se faz na relação com os que elas dominam e estes também se fazem e se reconhecem nessa relação”.¹⁹⁹ Perante esse processo, identificar formas distintas e contraditórias de construção da memória assinala para as relações mútuas entre história e memória, no quadro de disputas dentro dos quais elas foram constituídas. Conforme indicado por Yara Khoury, a compreensão das diferenças, contradições e disputas que complexificam o todo social e o processo histórico passa pela investigação das formas sociais de construção da memória e de suas significações no presente, em dimensões também institucionalizadas:

¹⁹⁸ SANTO Dias ganha memorial. *Tribuna Metalúrgica*, São Paulo, p. 4, 4 nov. 2009. Formato PDF disponível no site do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ver: <http://www.smabc.org.br/Interag/tribuna_pdf/%7BA00C9887-C7D1-4AF9-97DC-648612DF9BDD%7D_2741.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2013.

¹⁹⁹ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Décia Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 133

Nosso compromisso de inventariar as diferenças e de perceber tendências que tensionam na dinâmica social passa, também, por compreender processos sociais de construção de memórias. Essa tarefa implica explorar esses processos em suas significações, atentos às relações imbricadas por meio das quais se engendram; passa pela observação de modos como instituições se atualizam e realimentam seu poder, recorrendo também a discursos e práticas simbólicas. [...] O esforço é de compreender como as pessoas [e as organizações sociais hegemônicas e contra-hegemônicas] se apropriaram e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem.²⁰⁰

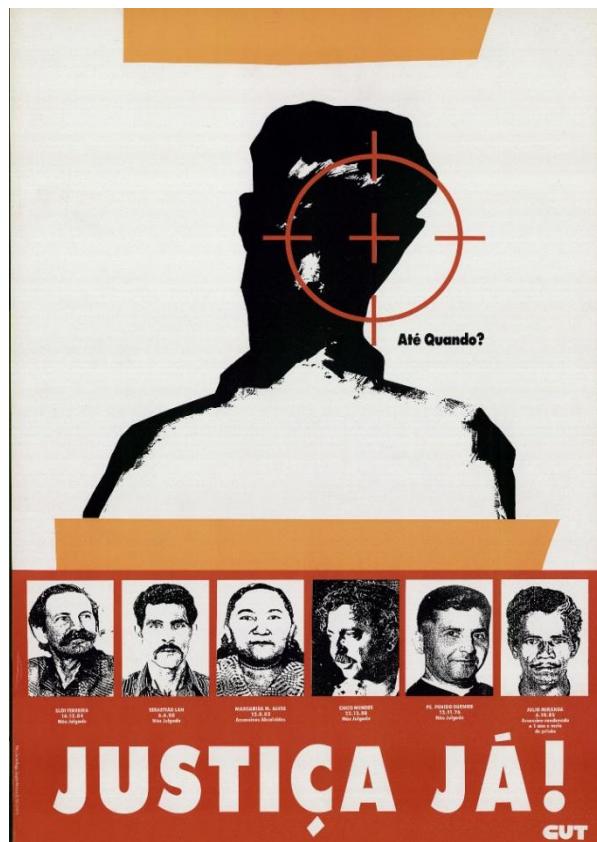
Os processos de (re)construção do passado no presente e os embates aí desenvolvidos são indicativos da pluralidade de experiências, tendências ou projetos em disputa que tensionam o social. Adentrar, portanto, os processos de constituição da memória sindical em interface às dimensões constituídas pela memória empresarial tem como objetivo a identificação das contradições e disputas estabelecidas no campo da memória, as quais são também elucidativas sobre as contradições e disputas desencadeadas na história – nas conjunturas sociais do passado e do presente. Frente às perspectivas que tendem a uniformizar os contextos históricos, tal caminho/metodologia – de simultaneidade da memória empresarial e da memória sindical – situa-se como meio de recuperação do social em sua complexidade, tendo em vista as tensões, conflitos e disputas que o constituem e que foram ocultadas por processos de dominação social em benefício de uma harmonia que se insere no interior de um projeto social desenvolvimentista, que prevê um progresso constituído a partir de uma totalidade harmoniosa, linear e evolutiva do conjunto da sociedade capitalista.

Cientes de que “a injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida” e que o mundo capitalista “não vai mudar sozinho”, conforme indicado por Hobsbawm em suas observações sobre a realidade social do tempo presente, as instituições sindicais perceberam que a sistematização e disponibilização social dos documentos produzidos e preservados pelos trabalhadores e pelos sindicatos ao longo do processo histórico poderiam servir como instrumento de transformação da sociedade capitalista.

²⁰⁰ Id. Ibid. p. 132-133.

Em primeiro lugar, credita-se a essa prática de sistematização e disponibilização de registros a possibilidade de se constituir um elemento de informação sobre as lutas historicamente empreendidas pelos trabalhadores, ao revelar injustiças, desigualdades, contradições, conflitos e disputas desenvolvidas nas conjunturas passadas. Ao mesmo tempo, objetiva-se a produção de um sentimento de solidariedade, a partir do conhecimento de experiências vividas por trabalhadores no passado – semelhantes às de muitos homens e mulheres da sociedade atual. É, portanto, por isso que se toma essa operação de memória como fermento capaz de revigorar a classe trabalhadora e de fortalecer os sentidos da luta coletiva quanto à busca e conquista de uma sociedade livre da dominação capitalista, concretizando, dessa forma, os ideais e projetos que foram defendidos por alguns sindicatos em suas práticas sociais e militância política.

O desemprego, as perseguições aos trabalhadores (urbanos e rurais), ativistas e sindicalistas, as questões salariais, as greves, as doenças profissionais, os assassinatos e demissões por questões políticas, os protestos e as campanhas realizadas por melhores condições de vida e de trabalho, dentre outras questões, são temas recorrentes nos diferentes documentos que constituem os acervos sindicais. A coleção de cartazes preservados pelo CEDOC – aqui compreendidos como registros que informam sobre o universo social a partir do qual eles foram produzidos – indicam disputas sinalizadoras das relações sociais e das relações de trabalho estabelecidas ao longo do processo de desenvolvimento econômico, social e político do país:



Imagens 58 e 59: Cartaz “Campanha de reintegração dos demitidos na greve da Rhodia”, 1991. Cartaz “Justiça já”, que denuncia as mortes de Elói Ferreira, Sebastião Lan, Margarida M. Alves, Chico Mendes, Pe. Penido Burnier e Júlio Miranda, bem como a falta de punição adequada aos criminosos. Sem data. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

Os conflitos, as contradições e disputas de classe se desenvolviam, também, no campo político – em perspectivas relacionadas aos processos eleitorais de escolha dos representantes da nação. Em suas lutas, os sindicatos dos trabalhadores procuravam evidenciar para a sociedade quais eram os grupos políticos que haviam votado contra os interesses dos trabalhadores, orientando a sociedade a não votar neles, visto que defendiam propostas que eram contrárias àquelas que previam o cumprimento de direitos que haviam sido conquistados historicamente pelos trabalhadores. Numa campanha da CUT de Minas Gerais, foi divulgada uma lista com nomes de políticos (deputados) que haviam apoiado projeto de reformulação previdenciária contrário a direitos dos trabalhadores, o que indica os processos em disputa na sociedade daquela conjuntura histórica:



Imagen 60: Cartaz “Traidores do povo”, da CUT de Minas Gerais, sem data. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

Os cartazes, assim como os versos da literatura de cordel, constituíam-se em importantes linguagens, estratégicas à comunicação de classe no interior da conjuntura social em que foram desenvolvidos. Projetadas a partir das experiências sociais e culturais dos sujeitos trabalhadores, tais linguagens acessavam a dimensão costumeira da prática de leitura de homens e mulheres trabalhadores, estabelecendo, no interior da luta social, um terreno comum de comunicação no

campo da cultura. A agilidade da informação visual e o apelo estético pela imagem faziam circular, estrategicamente, conteúdos que transmitiam ideias, valores e proposições que ganhavam, a partir das experiências vividas na dinâmica social, força política quanto à construção de uma sociedade menos injusta e desigual.

A produção desses registros desenha uma missão, que é a de evidenciar as histórias referentes às trajetórias sociais e lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pelas organizações sindicais na sociedade capitalista enquanto histórias de conflitos e antagonismos de classe, de modo a confrontar formas dominantes de compreensão do social que procuram enaltecer relações de trabalho colaborativas, como se desenvolvidas em parceria e harmonia de classe. Em meio a essa missão, as discussões em torno da importância da preservação histórica e, portanto, da constituição de uma memória sindical se amplia, e, nesse processo, a história oral ganha visibilidade.

Ainda no início da década de 1990, em 1991, a CUT demonstrava toda uma preocupação com a sistematização de sua história e da história de luta dos trabalhadores, desenvolvidas mesmo antes da sua fundação, ocorrida em 1983. Também interessada nas lutas da década de 1970, a Central buscava envolver os trabalhadores, militantes e dirigentes sindicais numa ação voltada para a reunião da documentação que havia sido produzida e preservada a partir das movimentações dos trabalhadores, desde a década de 1970 em diante.

A sistematização e a preservação documental – elementos importantes à construção de uma memória – apresentavam-se, naquele momento, como um projeto estratégico de luta das instituições sindicais perante o novo cenário social que se configurava, em que as diferentes empresas estavam constituindo suas memórias, centros de documentação e memória empresarial, fundamentadas nas concepções neoliberais, as quais buscavam diluir as fronteiras entre a classe trabalhadora e os empregadores, tornando-os parceiros de trabalho na sociedade atual e na história. O que, de certa forma, inviabilizava as ações coletivas dos trabalhadores que eram estabelecidas socialmente a partir das contradições, lutas e antagonismos de classe.

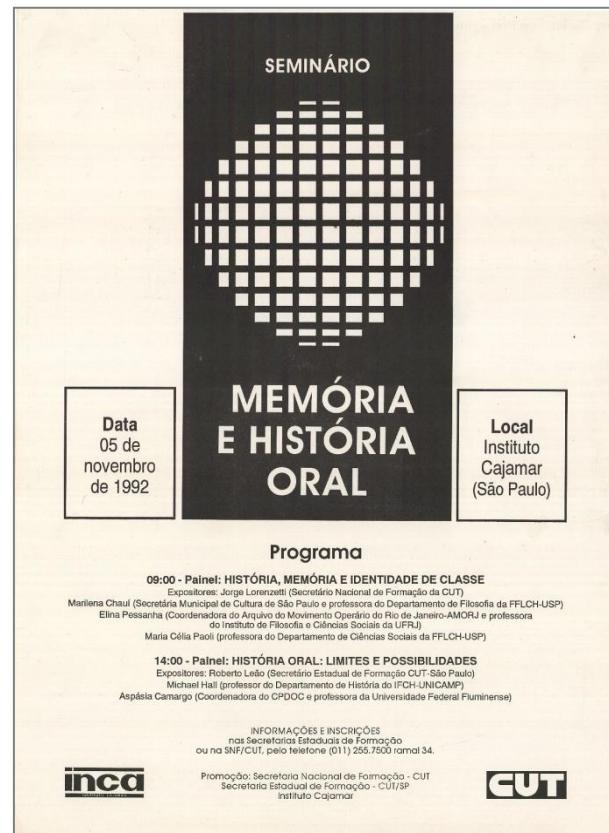
Como já visto nesta dissertação, desde o final da década de 1980 que diferentes empresas estavam investindo na construção de suas memórias, que não

deixava de ser uma resposta aos movimentos sociais que procuravam articular e mobilizar a classe trabalhadora (não só operária) através da memória. Buscando deslocar o olhar das contradições e condições materiais de existência para focar nas representações e subjetividades dos sujeitos históricos, empresas como a Klabin (1989), Sadia (1993), Bunge (1994), Bosch (1994) e Votorantim (2003) criaram centros de documentação e memória empresarial que procuravam consolidar a ideia de uma individualidade social-histórica em detrimento das ações coletivas de classe, dificultando, assim, as atuações dos sindicatos na realidade social contemporânea, o que, por sua vez, também dificultava possíveis transformações sociopolíticas efetivadas através dos movimentos sindicais.

Nesse movimento empresarial ascendente, os sindicatos mobilizaram-se na composição de seus acervos, situando a história oral como uma metodologia importante aos objetos sociais e políticos dos sindicatos contemporâneos. Em 1992, a CUT, através do programa de memória e documentação constituído pela instituição, promoveu o seminário “Memória e História Oral”²⁰¹ para debater sobre a importância das fontes orais na constituição dos acervos da Central Única dos Trabalhadores.

Participaram do seminário, dentre outros convidados, a professora Marilena Chauí, então secretária municipal de cultura da cidade de São Paulo, a professora Maria Célia Paoli e a professora Elina Pessanha, coordenadora do Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ), o que indica as redes que foram estabelecidas em torno da memória dos movimentos sociais – constituída por intelectuais, pelo poder público municipal (em gestões específicas), por partidos políticos –, no interior da qual se inserem os sindicatos com suas demandas e histórias.

²⁰¹ As narrativas orais eram então compreendidas não como simples histórias do passado, mas como práticas sociais, “como expressão da experiência vivida, enraizada no social e interferindo nele”. É nesse sentido que Yara Khoury se reporta às narrativas orais: como um processo em movimento, porque inserido no interior da dinâmica social vivida. Segundo ela, “tanto fatos [históricos] como narrativas se constroem nas e pelas redes de relações em que estão inseridos”. KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 123



Imagens 61 e 62: Cartaz “CUT – imagens, memória e história”, produzido pela área de Memória e Documentação do 4º Concut, 1991. Cartaz seminário “Memória e História Oral”, evento planejado pela CUT e Instituto Cajamar, 1992. Acervo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC). Coleção Cartazes.

Foi a partir dessas redes de relações que se constituíram bancos de dados concebidos a partir das narrativas orais – em áudio, vídeo e na forma textual –, tanto pelos projetos de memória sindical, quanto pelos projetos desenvolvidos pela memória empresarial. Essas relações não se referem somente às relações estabelecidas no passado, quando os sujeitos vivenciaram determinados fatos, mas também as estabelecidas quando da realização da entrevista, no presente. Muitos trabalhadores que concederam entrevistas aos projetos de memória das empresas narraram determinados acontecimentos – de forma a produzir conhecimentos –, a partir das relações e pressões ali desenvolvidas, em que a questão dos vínculos empregatícios deve ser considerada. De toda forma, o que mais interessa na história oral, conforme indicado pelo “Grupo Memória Popular” é:

o lugar onde a tensão entre objetivos históricos e políticos concorrentes é mais aparente: entre procedimentos profissionais e entusiasmo amador, entre história oral como recriação, como recreação e como política, entre cânones de objetividade e um interesse, mais pontual, pela subjetividade e pelas formas culturais.²⁰²

As tensões evidenciadas pela história oral, portanto, se dão não só no âmbito do emprego de formas, procedimentos e expectativas sociais diferentes acerca de sua utilização – entre acadêmicos e ativistas comunistas ou, por exemplo, entre memória sindical e memória empresarial –, como também no interior das próprias narrativas constituídas pelas diferentes e divergentes concepções apresentadas. As histórias alcançadas nas entrevistas são expressão das experiências socialmente vividas, as quais são atravessadas por diferenças, conflitos e disputas de classe. Ainda que se queira, as tensões e contradições sociais são impossíveis de serem eliminadas das narrativas, mesmo daquelas que foram produzidas a partir de formulações hegemônicas, voltadas à recomposição da dominação social capitalista nas diferentes e sucessivas conjunturas históricas. Quando, por exemplo, Rosângela de Mello, assistente administrativa da Nitro Química, em entrevista produzida pelos agentes do Memória Votorantim em 2003, menciona que tinha muito medo de trabalhar na empresa e o justifica a partir das histórias que ouvia na cidade – de que muitas pessoas morriam dentro da fábrica e que os gases desprendidos do processo produtivo faziam mal, levando os trabalhadores a tomarem muito leite para minimizar os efeitos nocivos à sua saúde –, ela acaba por evidenciar as tensões e disputas de classe estabelecidas em torno das relações de trabalho, que são traduzidas na indicação de histórias verdadeiras e histórias falsas – “muita coisa assim não é nem real”²⁰³ – que, constituídas a partir de experiências sociais diferentes (as dos sujeitos que vivenciaram os fatos em sua concretude e as dos que os analisaram, nas entrevistas, sob condições e pressões específicas), disputam o domínio sobre a produção de significações do passado no presente.

²⁰² GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 290.

²⁰³ MELLO, Rosângela de. Entrevista, 17 out. 2003. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Op. Cit.

A luta pela (re)definição da memória social que se projetou a partir das experiências da classe trabalhadora expressam as tensões, contradições e antagonismos de classe desenvolvidos no processo histórico, os quais emergem, de uma forma ou de outra, nas narrativas produzidas a partir da história oral. É a evidenciação desse processo contraditório – de disputas de classe socialmente estabelecidas –, que a memória sindical buscava com a constituição dos acervos documentais obtidos a partir do emprego da metodologia da história oral. As gravações e transcrições das entrevistas que foram produzidas pelos programas de memória das diferentes instituições sindicais consistem, basicamente, no registro das tensões e oposições de classe desenvolvidas tanto no interior do espaço fabril como fora dele, conforme indicado pelas diferentes entrevistas que foram produzidas pelo Centro de Memória Sindical, para composição de seus acervos documentais.

O Centro de Memória Sindical, fundado nos anos de 1980, é uma instituição intersindical de preservação da memória dos movimentos sindicais no Brasil. Na década de 1980, no processo de abertura política, o Centro teve uma atuação significativa, produzindo livros, periódicos e viabilizando processos de tombamento, tais como do prédio das Classes Laboriosas – local que, durante as greves operárias das décadas de 1940 e 1950, ocorreram inúmeras reuniões, discussões e negociações efetivadas pela classe trabalhadora. Contudo, na década de 1990, suas atividades diminuíram em consequência das políticas neoliberais implementadas no país. A partir de 2010, o Centro de Memória Sindical passou a recompor suas atuações políticas através das parcerias que foram firmadas com diferentes instituições sindicais, dentre elas a Força Sindical – que criou a Secretaria de Cultura e Memória Sindical e investiu no Centro de Memória comprando nova mobília e equipamentos para a instituição –, O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Sindmetal) – que assumiu a responsabilidade de contratar uma equipe para trabalhar no Centro de Memória – e o Sindicato Nacional dos Aposentados – que concedeu um espaço em seu prédio para implantação da sede do Centro de Cultura e Memória Sindical. O Centro de Memória conta, ainda, com o apoio do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, que desde a década de 1990, abrigou sua sede, até a atual transferência para o Sindicato Nacional dos Aposentados.

Dentre as fontes documentais produzidas, acumuladas e organizadas pelo Centro – acervos de revistas, livros, cartazes, jornais, boletins, fotografias e audiovisuais – a história oral tem se constituído em foco de atuação da instituição, a qual produziu uma ampla coleção de entrevistas com as “personalidades que fizeram história no movimento sindical brasileiro”. O objetivo do programa de história oral estabelecido é registrar as permanentes oposições de classe, as tensões e lutas estabelecidas pelos trabalhadores e pelos movimentos sindicais, conforme indicado nas entrevistas de Carlos Andreu Ortiz e Marcelo Gato, sindicalistas cujas narrativas compõem o acervo documental na categoria “depoimentos” do Centro de Memória Sindical:²⁰⁴

Nessa primeira empresa que trabalhei, na Kato, mesmo sendo novo, sendo moleque, eu era praticamente um líder do pessoal mais velho. Eu que movimentava, que agitava a turma para reivindicar melhores salários, melhores condições de trabalho. Era uma empresa japonesa e se chegou ao ridículo, numa época, de colocar chave nos banheiros. Para você ir ao banheiro, tinha que passar no almoço e pegar a chave, picar o cartão. Você picava o cartãozinho, ia ao banheiro, quando você voltava, entregava a chave, e o cara picava esse cartão novamente, e você assinava na frente para saber quantos minutos você ficou no banheiro. Todo mundo reclamava. Reclamava e não tinha coragem de fazer nada. Eu falei: “Só vejo uma forma de a gente acabar com isso. A gente pegar o maior número de trabalhadores possíveis e fazermos uma aposta.” Era no dinheiro da época como se fosse 50 reais hoje. Todo mundo assinou e deu 50 reais. E aí nós apostamos que, no final de 15 dias, a pessoa que conseguisse ficar mais tempo no banheiro ganhava o prêmio. Começou uma disputa para ver quem ficava mais tempo no banheiro. Um ia lá, ficava 45 minutos; o outro tinha que ficar 46 minutos; outro ficava 47, uma hora. Chegou-se ao ponto de uma pessoa ficar mais de uma hora e meia no banheiro. Aí os japoneses viram que não estava dando certo o negócio da chave e acabaram tirando a chave do banheiro. A pessoa que ganhou o prêmio ficou, acho que, uma hora e 33 minutos no banheiro. Esse era o tipo de coisa que eu inventava para poder me contrapor à vontade do japonês, que era o dono da empresa. Naquela época, eu nem sabia o que era agitador, o que era subversivo, mas ele me classificava como subversivo, dizia que podia mandar me prender, mas eu fazia aquilo reivindicando melhores condições de trabalho e também melhores salários.²⁰⁵

O DIEESE era referência que você tinha naqueles anos para o movimento sindical poder balizar suas reivindicações. Não nos esqueçamos, a política,

²⁰⁴ Sobre a atuação do Centro de Memória Sindical no campo da história oral, através da realização de entrevistas com sindicalistas, ver: <<http://www.memoriasindical.com.br/home.php>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

²⁰⁵ Entrevista com Carlos Andreu Ortiz, trabalhador metalúrgico, sindicalista e atual Secretário do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo. Entrevista disponível, na íntegra, no site do Centro de Memória Sindical. Ver: ORTIZ, Carlos Andreu. Depoimentos. São Paulo: Centro de Memória Sindical, s. d. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=340&friurl=_-Depoimento-Carlos-Andreu-Ortiz-_#.UdsBXMe5eUk>. Acesso em: 8 jul. 2013.

a marca da ditadura em cima do trabalhador, além da falta de liberdade sindical, de total proibição do direito de greve, greve era palavrão que dava cadeia, não é, das perseguições, da brutalidade, das intervenções, de tudo aquilo, a marca registrada do ponto de vista econômico era o arrocho salarial. O arrocho salarial passou a ser a bandeira que unificava a todos, todas as correntes. Porque havia um arrocho bem caracterizado e o DIEESE tinha um papel muito grande para medir esse arrocho, ele que conseguia medir quanto que era esse arrocho em cada lugar. A palavra arrocho salarial, a luta contra o arrocho salarial, se tornou bandeira, bandeira de todo o sindicalismo, de todos os democratas que lutavam contra a ditadura, todos que lutavam a favor do trabalhador, todos os que queriam um regime, um regime de tendência de esquerda socialista e assim por diante. Um fato importante é a questão de quando da denúncia da manipulação dos índices, mas ela vem lá, do ano 73, já se sabia que havia essa manipulação, ela conseguiu ser provada de uma forma mais evidente, lá em 77, se não me engano, quando logo depois surgem os grandes movimentos dos grevistas do ABC.²⁰⁶

As disputas de classe se desenvolvem, segundo as narrativas, desde o controle sobre o uso do banheiro no interior do local de trabalho – o que provoca a resistência dos trabalhadores em relação às normatizações implementadas pelos grupos dirigentes empresariais –, até às ações de manipulações de dados estatísticos empreendidas pelo governo federal, as quais foram detectadas a partir de pesquisas realizadas e índices divulgados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), revelando as tensões e antagonismos vividos nas realidades sociais e de trabalho dos anos de 1970 em diante.

Essa dimensão histórica do conflito e da luta de classe vem à tona, nos programas de história oral sindical, a partir das narrativas das lideranças do movimento sindical brasileiro, as quais são apresentadas na forma de depoimentos organizados em acervos. Assim como no contexto empreendido pela memória empresarial, incomoda tal concepção de história oral, por sugerir uma coleta de verdades históricas alcançadas a partir dos testemunhos dos sujeitos que lideraram os movimentos sindicais no Brasil. Por que escolher os líderes sindicais para serem entrevistados? Eles é que trazem a “verdade” sobre os acontecimentos históricos? E

²⁰⁶ Entrevista com Marcelo Gato, ex-deputado federal e ex-diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi). Entrevista disponível, na íntegra, no site do Centro de Memória Sindical. Ver: GATO, Marcelo. Depoimentos. São Paulo: Centro de Memória Sindical, s. d. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=618&friurl=_-Depoimento-de-Marcelo-Gato-_#.UdsDEse5eUk>. Acesso em: 8 jul. 2013.

os demais trabalhadores? Não fizeram eles também história no movimento sindical brasileiro e nos movimentos sociais dos quais o sindicato se integra?

Tais escolhas de sujeitos para as entrevistas e da metodologia de história oral utilizada pela memória sindical revelam as dificuldades das esquerdas e, consequentemente dos intelectuais a ela vinculados, de realizarem a crítica das ideias e práticas existentes na sociedade capitalista, conforme indicado por Marilena Chauí, e de construírem outras ideias e outras práticas em seu lugar. A metodologia de história oral utilizada por muitas instituições sindicais são as mesmas que foram desenvolvidas pelo CPDOC, cujos programas foram desenvolvidos junto aos registros das histórias das elites políticas e, posteriormente, das empresas do/no país. Existe, aí, uma contraditória necessidade de legitimar a experiência de produção de memória a partir das entrevistas com trabalhadores (lideranças sindicais) com a adoção de uma terminologia que se supõe acadêmica, uma vez que utilizada e difundida por pesquisadores. Existe, também, a necessidade de reproduzir a história dos trabalhadores a partir das lideranças dos movimentos sociais (seguindo os procedimentos da história oficial e dominante), o que deixa à margem desse processo de memória as experiências de todo um grupo de sujeitos trabalhadores, sindicalizados ou não, que não faziam parte das equipes diretivas dos movimentos de luta empreendidos pelos sindicatos. Há, portanto, uma lacuna que pode ser preenchida, até certo ponto, pelos processos trabalhistas, que se constituem em fontes documentais que dimensionam as divergências e disputas de classe em perspectivas mais amplas que as experiências de trabalho e atuações dos dirigentes sindicais, podendo consolidar, de forma mais efetiva, uma articulação da classe trabalhadora na atualidade.

3.2 - Processos trabalhistas e acervos sindicais: outras dimensões das experiências e lutas dos trabalhadores

Em sua prática política de preservação documental, em vista de uma memória sindical constituída frente aos processos de hegemonia estabelecidos na sociedade

contemporânea, a CUT tem buscado incentivar suas entidades nacionais orgânicas e suas filiadas à preservação e organização de documentação histórica que comunique as trajetórias e lutas dos trabalhadores, sobretudo, assalariados, no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

Nesse movimento político, que requer o aprimoramento do exercício da argumentação e definição histórica, o Sindicato dos Químicos de São Paulo (instituição sindical representativa dos trabalhadores da Nitro Química), tem se empenhado na organização de seus arquivos, que articulam toda uma diversidade de documentos que foram produzidos a partir das experiências e atuações da categoria dos trabalhadores das indústrias químicas, farmacêuticas, plásticas e similares de São Paulo, ao longo do processo histórico. Dentre as diferentes fontes documentais, normalmente armazenadas pelas instituições sindicais – cartazes, jornais, boletins, panfletos, cartas, entrevistas, cordéis, livros, multimídias, fotografias e imagens diversas –, os processos trabalhistas, referentes às atuações do Departamento Jurídico do Sindicato dos Químicos de São Paulo, também foram preservados, organizados e disponibilizados pelo sindicato, com o objetivo de atender às demandas apresentadas pelos próprios trabalhadores, pelos pesquisadores e pela sociedade como um todo.

A preservação dos processos trabalhistas na sociedade contemporânea tem gerado uma ampla discussão em decorrência da problematização da lei nº. 7627/1987, que prevê a eliminação da documentação produzida pela justiça do trabalho após um período de cinco anos.²⁰⁷ Os processos trabalhistas – no entender dos grupos sociais favoráveis à preservação da documentação produzida pelo judiciário, dentre eles, historiadores e demais pesquisadores – cumprem uma dupla função social que não se findsa com o prazo estipulado pela lei: a evidenciação de trâmites legais que funcionam como prova jurídica no presente e o (re)conhecimento do processo histórico brasileiro em relação à efetivação dos princípios do Direito e da justiça, no âmbito das relações sociais de trabalho. No que se refere à

²⁰⁷ Conforme o primeiro artigo da lei: “*Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo*”. Ver: BRASIL. Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7627&tipo_norma=LEI&data=19871110&link=s>. Acesso em: 23 jul. 2013.

comprovação jurídica, alguns historiadores, pesquisadores e agentes sociais favoráveis à preservação dos arquivos documentais do judiciário, destacam que os processos trabalhistas – mesmo aqueles que já transcorreram cinco anos de arquivamento – devem ser preservados porque podem servir, na sociedade:

como prova do tempo de serviço para fins de aposentadoria, dos recolhimentos ao FGTS, do trabalho em condições insalubres, de danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho, do tempo de serviço dos advogados e peritos que atuaram nos processos, do salário de contribuição para fins de cálculo da média do benefício a ser pago, entre outros direitos.²⁰⁸

Como forma de garantia do direito do cidadão quanto às provas constituídas nos processos do judiciário, o Sindicato dos Químicos de São Paulo tem disponibilizado, sobretudo aos trabalhadores da categoria, um amplo acesso aos arquivos documentais sob sua guarda, para efetivação, por exemplo, de processos de aposentadoria, FGTS, dentre outros, conforme mencionado anteriormente.

Em termos históricos, os processos trabalhistas preservados apresentam-se como fontes documentais valiosas tanto para o sindicato, em seus projetos sociais e políticos, quanto para as pesquisas desenvolvidas na História, por revelarem, respectivamente: toda uma dimensão das disputas e lutas dos trabalhadores, que se vale dos dispositivos legais, em muitos momentos, para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho; e por possibilitarem a construção social de um outro conhecimento histórico, pautado nas perspectivas apresentadas pelos processos em questão. Quando da participação na 4^a Reunião do Coleprecor (Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho), a historiadora Ângela de Castro Gomes destacou a importância dos processos trabalhistas para uma escrita da história engendrada a partir dos elementos históricos apresentados pelos documentos preservados:

²⁰⁸ SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antônio José et. alii (Orgs.). Arquivos do mundo dos trabalhadores. Coletânea do 2º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2012. p. 37.

A preservação dos processos trabalhistas é absolutamente vital para se poder conhecer a história das relações de trabalho, a história da Justiça do Trabalho e a história dos direitos de cidadania no Brasil. [...] Não só preservar esses documentos, mas torná-los acessíveis à população para que se possa reescrever a história com base no contido nessas linhas e entrelinhas que contam a história do país.²⁰⁹

No que se refere à importância da preservação dos processos trabalhistas para a história dos trabalhadores e de suas organizações sindicais, por evidenciarem as lutas individuais e coletivas empreendidas no campo do Direito e da Justiça nas diferentes conjunturas históricas, a professora Silva Lara defende:

Essa documentação é realmente preciosa. Ela registra, sem dúvida, a própria história do Direito e da Justiça: o modo como as leis foram interpretadas e aplicadas em casos concretos, a atuação de magistrados, promotores e advogados, os conflitos e os modos como foram encaminhados e solucionados. Ela guarda também a história de muitas lutas individuais e coletivas por direitos, permitindo entrever o modo como pessoas e entidades pressionaram pela criação de normas jurídicas ou como certas normas legais foram interpretadas de modos diversos ao longo do tempo ou em contextos diferentes. Constituindo-se em repositório da história do Direito e das lutas por direitos, ela se torna fonte importante da própria história dos trabalhadores no Brasil. Por isso mesmo, todos os processos, da Justiça Civil, Criminal, do Trabalho – todos devem ser preservados. Todos.²¹⁰

No bojo dessas discussões, socialmente estabelecidas, os processos trabalhistas, articulados às demais fontes documentais sindicais, passaram a desempenhar um importante papel quanto às políticas de memória estabelecidas pelas instituições sindicais na realidade social contemporânea. Seus conteúdos, mais do que revelar o que supostamente tenha se passado nas conjunturas anteriores – revelar o que de fato ocorreu –, eles são indicativos do campo de

²⁰⁹ Fala de Ângela de Castro Gomes proferida na 4ª Reunião do Coleprecor - Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. Trechos da fala da historiadora são mencionados na notícia “Memorial da Justiça do Trabalho do RS participa de debate sobre preservação de processos no Coleprecor”, a qual está disponível no site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ver: CUBAS, Aline. Memorial da Justiça do Trabalho do RS participa de debate sobre preservação de processos no Coleprecor. *Tribunal Regional do Trabalho 4ª. Região*. Porto Alegre, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?action=2&destaque=false&cod=743081>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

²¹⁰ LARA, Sílvia Hunold. Trabalho, direitos e justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, justiça e direitos no Brasil*: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 118.

relações sociais a partir do qual os conflitos e as disputas de classe se estabeleceram, bem como dos usos que os trabalhadores fizeram da lei e suas compreensões a respeito do que é justo e legal nas realidades sociais e de trabalho. As diferentes e contrárias versões que povoam cada caso descrito nos processos, apresentam-se como interpretações que nos dão acesso às “lutas e contradições sociais”²¹¹ da realidade em que se desenvolveram. Daí sua importância, enquanto fonte de pesquisa, para a compreensão do social e das relações de trabalho em toda sua dinâmica e complexidade e também para a compreensão e problematização dos distintos processos sociais de construção da memória, que, desenvolvidos a partir de posicionamentos sociais e políticas diferentes, tensionam o social no presente.

Dentre os processos trabalhistas preservados e disponibilizados pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo, uma parcela significativa refere-se às ações empreendidas pelos trabalhadores da Nitro Química contra a empresa. Seus teores indicam contradições e disputas que contrariam as perspectivas de harmonia e de cooperação de classe desenvolvidas e apresentadas pela memória empresarial do grupo Votorantim, situando a justiça do trabalho, no decorrer do desenvolvimento industrial brasileiro, como um campo ativo da luta dos trabalhadores – como espaço de contestação e resistência em relação às condições de trabalho, às suspensões e dispensas injustas e injustificadas pela empresa, às arbitrariedades cometidas pelos encarregados e demais ocupantes de cargos de chefia, às irregularidades nos pagamentos e acertos rescisórios, aos níveis de produtividade impostos pela empresa, dentre outros aspectos questionados e combatidos pelos trabalhadores através dos mecanismos apresentados pelo judiciário.

Questões relacionadas aos acidentes de trabalho e às condições precárias de desenvolvimento da atividade de produção – o que acabou por gerar inúmeros problemas à saúde dos trabalhadores e também demissões dos mesmos – são

²¹¹ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Sobre os processos judiciais, Chalhoub indica que eles são significativos na medida em que, a partir deles, os historiadores podem “contar a história das relações de trabalho no Brasil do século XX”. _____. *O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais*. Texto produzido a partir da palestra proferida no TRT 4ª Região, por ocasião do Curso de formação de multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. 3 jun. 2005.

recorrentes nos processos de trabalho contra a Nitro Química. No montante documental preservado pelo sindicato, é possível verificar que muitos trabalhadores, depois de terem desenvolvido algum tipo de doença quando da realização cotidiana de suas atividades profissionais, eram demitidos pela empresa.

Em 1985, o trabalhador Antônio Carlos dos Santos entrou com um processo na Justiça do Trabalho contestando sua demissão, uma vez que havia desenvolvido “doença profissional”, tendo sua audição comprometida em virtude da exposição excessiva aos ruídos emitidos em sua seção de trabalho. Esse foi também o caso de Valdomiro José de Souza, que, em 1986, questionou judicialmente sua demissão, por ter desenvolvido surdez e alterações de equilíbrio no período em que esteve trabalhando na Nitro Química. Ambos os casos não foram julgados porque, segundo a decisão apresentada no processo:

A doença profissional se equipara ao acidente de trabalho e sua apuração, segundo o artigo 19 do mesmo diploma legal, se fará sempre perante o INPS, administrativa ou judicialmente, em segunda preliminar, argui, ainda, a incompetência desta Justiça especializada para o deslinde da presente reclamatória, posto que compete à Justiça comum a apreciação de litígios relativos a acidentes de trabalho.²¹²

Dadas as competências apresentadas, muitos trabalhadores da Nitro Química – então doentes por se submeterem à condições agressivas, insalubres e mesmo à repetições de movimentos no trabalho – acionaram o poder judiciário não especializado (a mencionada “Justiça Comum”)

Em 1988, José Nunes Santana sofreu um grave acidente na Nitro Química que o levou a estabelecer uma ação judicial contra o Instituto Nacional de Seguro Social – o INSS. Ao operar um forno no interior da fábrica, o trabalhador foi atingido pelo fogo, que provocou uma séria lesão no ouvido direito – com perfuração do tímpano – e também queimaduras generalizadas pelo corpo. O poder judiciário competente, a Primeira Vara de Acidentes do Trabalho da Capital paulista, julgou

²¹² SÃO PAULO (Estado). Tribunal Regional do Trabalho. *Processo nº 1492/85. Rcte: Antônio Carlos dos Santos; Rcda: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Estabilidade por doença profissional. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.*

procedente o pedido de auxílio-acidente e demais benefícios requeridos pelo trabalhador junto à justiça.

Ozeneide Ferreira Campos e Maria de Lurdes Nascimento, ambas funcionárias da Nitro Química, empregadas pela empresa para exercer a função de maquinistas de conicaleiras, também empreenderam ação judicial contra o INSS. Em suas atividades cotidianas de trabalho, desenvolveram tenossinovite – doença provocada por esforço repetitivo e que reduz permanentemente a capacidade de trabalho da pessoa. Mediante os laudos periciais apresentados, a promotoria de justiça julgou procedente a ação das trabalhadoras, que conquistaram o direito de receber auxílio-doença e demais benefícios arrolados nos documentos processuais.

Dentre os inúmeros laudos apresentados no processo da trabalhadora Ozeneide Ferreira Campos, consta um relatório de visita de um perito judicial às dependências da Nitro Química – especificamente no setor de funcionamento das máquinas conicaleiras – o qual tece as seguintes descrições e observações:

Em 4/2/92, cerca de 9hs visitei a empresa Cia Nitro Química Brasileira, sito à Av. Dr. José Arthur Nova nº 185, em S. Miguel Paulista, neste município, onde fui recebido pelo Engo. de Análises de Riscos, Sr. José Henrique Farber e pelo técnico em Segurança do Trabalho, Sr. Silvio Araujo.

No Departamento do Pessoal, fui informado, pelo Sr. Osvaldo Simões, que a obreira, ao contrário do que por engano informou-se em fls. 45, é empregada da empresa desde 12/1/87, na função de “maquinista de conicaleira”, sob registro nº 96346. Referiu o Sr. Simões que está enviando ao Juízo, nesta data, ofício corrigindo a informação anterior.

O local de trabalho situa-se em amplo pavilhão industrial, de elevado pé direito, com iluminação e aeração artificial adequadas. Nesse recinto, com piso de cimento plano, estão colocadas, em série, cerca de 80 máquinas conicaleiras em funcionamento simultâneo. O ruído é elevado, a ponto de obrigar ao uso de protetores auriculares do tipo concha, o que é feito pelos obreiros do local. A temperatura ambiente, notou-se, é mais elevada, sendo desconfortável.

Cada conjunto de máquinas, que se postam frente a frente, numa extensão de cerca de 18 metros, suporta 120 tubetes. À “maquinista” de cada conjunto, cabe colocar, no piso, a prumo correspondente ao tubete a ser enrolado, o carretel de fio de rayon que deverá ser puxado pela máquina, processado, e enrolado no tubete que se encontra a cerca de 1,20 de altura. Para este trabalho, a obreira retira a primeira camada de fios do carretel de uma só vez, enrolando essa massa de fios que será desprezada, em seu próprio braço, e então depositando-a em grande bolso no avental. Par a retirada dessa camada, executa movimentos de garra com os dedos, rotação dos punhos e prono-supinação dos antebraços. Após acomodar o carretel no piso, como se descreveu, procura a ponta do fio de rayon no carretel, e o passa através da máquina até o tubete onde deverá haver o enrolamento. Há movimentos de pinça 1º/2º dedos, flexão da coluna e dos joelhos. Há que haver boa visão.

O funcionamento das máquinas é contínuo. Assim, enquanto alguns tubetes estão começando a ser enrolados, outros já estão na fase final, o que obriga a maquinista a contínuo deambular pelo corredor, entre as máquinas com a finalidade de repetir a operação que se descreveu. Observou-se também que, não raro, um ou mais fios quebram-se, o que deve merecer atenção imediata da maquinista, que providencia o reparo.

Embora de natureza leve, o trabalho é cansativo, exige atenção contínua e execução de movimentos, senão repetitivos, já que não se fazem de forma ritmada e por demorado tempo, pelo menos bastante frequentes ao longo da jornada. Considerou-se, pela observação, que a atividade tem potencial para causar ou agravar a enfermidade de que padece a obreira.²¹³

As observações apresentadas no laudo são significativas, ao passo que nos permitem visualizar o local de trabalho das funcionárias, reportando-nos, ainda que parcialmente, às suas experiências como trabalhadoras na Nitro Química no campo da produção. Mas, para além desse sentido, o relatório apresentado no processo, em diálogo com outras evidências, fornece indícios sobre os conflitos, as contradições e disputas estabelecidas em torno das relações que ali se estabelecem.

O excesso de ruído e calor (observados no relatório), a quantidade diariamente inalada de poeira derivada do algodão e as intoxicações provenientes dos gases liberados pelo processo produtivo desenvolvido em algumas seções da empresa foram problemas constantemente levantados pelos funcionários da Nitro Química, e reivindicados, judicialmente, tanto pelos próprios trabalhadores quanto pelo sindicato, na forma de pagamento de adicional de insalubridade. Tais questões e reivindicações geravam conflitos com a empresa, que se valia de determinadas artimanhas e brechas na legislação trabalhista para o não pagamento do benefício e para o não enquadramento de determinadas atividades profissionais que eram, informalmente, consideradas nocivas à saúde do trabalhador, mas que ainda não estavam previstas nos termos legais que determinavam a insalubridade no trabalho, até certo tempo atrás.

Nesse movimento contraditório, a Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, da Secretaria de Relações do Trabalho de São Paulo, realizou inspeções em diversos setores da empresa, medindo o nível de ruídos emitidos, para

²¹³ SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário. Juízo de Direito da 2^a Vara de Acidentes do Trabalho. Processo nº. 395/91. Autora: Ozeneide Ferreira Campos; Empregadora: Cia Nitro Química Brasileira; Réu: INSS. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

viabilização de aposentaria especial para muitos trabalhadores da Nitro Química, que haviam requerido, na justiça, a indicação da insalubridade dos setores que trabalharam, para o recebimento do benefício. Foi o caso da inspeção realizada na seção de Viscofloro, para fins de aposentadoria do Sr. Ornelino José de Almeida e demais trabalhadores, cujo relatório integra os volumes documentais preservados pelo sindicato da categoria:

 SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES DO TRABALHO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO LAUDO DE INSALUBRIDADE DHT/SMT. 188/85.								
<p>Autos N.º DRH. 820/85.</p> <p>Interessado: SIND. TRABS. IND. QUIM. FARMACÉUTICAS DE SÃO PAULO.</p> <p>Assunto: Inspeção na Seção Viscofloro, para fins de Aposentadoria Especial do Sr. Ornelino José de Almeida e demais trabalhadores da seção.</p> <p>R E C L A M A D A: Cia Nitro Química Brasileira S/A. ENDERECO: Av. José Artur da Nova, 185 - São Miguel Paulista.</p> <p><u>INDEMNIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO:</u></p> <p>A empresa está localizada na Av. José Artur da Nova, 185 em São Miguel - Paulista. S.Paulo.</p> <p>TOTAL DE FUNCIONÁRIO: 3.467</p> <table border="0"> <tr> <td>- Homens maiores</td> <td>2.789</td> </tr> <tr> <td>- Homens menores</td> <td>52</td> </tr> <tr> <td>- Mulheres maiores</td> <td>592</td> </tr> <tr> <td>- Mulheres menores</td> <td>34</td> </tr> </table> <p><u>INFORMANTES:</u></p> <p>Dr. José Carlos Martins que desempenha a função de Engenheiro de Segurança do Trabalho desde 1972.</p> <p>Sr. Wanderley Kawabé - que desempenha a função de Supervisor de Produção do setor Viscofloro desde 1.978.</p> <p>HORÁRIO DE TRABALHO DA EMPRESA: é de 8 horas diárias.</p> <p>RECLAMANTE: Sr. Ornelino José de Almeida e todos os demais funcionários do setor Viscofloro que seguem nominalmente.(en anexo).</p> <p>O Sr. Ornelino José de Almeida foi admitido em 17/01/1953 na função de Servente, passando para Contra Mestre em 17/03/58, em carregamento de turma em 01/02/62, Encarregado da Seção Viscofloro em 01/01/77 e Supervisor do Viscofloro em 01/04/78, encerrando suas atividades na empresa em 30/05/84.</p> <p><u>SEÇÃO VISCOFLORO:</u></p> <p>Sala dos batedeiras batedeiras - Possui 480 m² de alvenaria, piso de cimento rústico, teto de eternit, pé direito de sete metros, vitrões laterais, luminárias mistas, comunicante com o andar superior através de uma porta de 4 m de comprimento e 3,5 m de altura.</p> <p>A luminosidade é de 350 lux.</p> <p>Este setor é dividido em duas salas, na primeira existe uma batedeira que faz a abertura do material estorçido, este material é viscoso e poliéster e outro batedor, onde é batida a matéria prima, saindo um rolo de manta.</p> <p>Na segunda sala existe três máquinas, sendo uma batedeira, um batedor e uma desfiadeira.</p> <p>A batedeira dá uma pré-abertura no material, o batedor bate a matéria prima condensando e formando uma manta, e a desfiadeira</p>	- Homens maiores	2.789	- Homens menores	52	- Mulheres maiores	592	- Mulheres menores	34
- Homens maiores	2.789							
- Homens menores	52							
- Mulheres maiores	592							
- Mulheres menores	34							

 SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES DO TRABALHO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO LAUDO DE INSALUBRIDADE DHT/SMT. 188/85.
<p>fls.02</p> <p>Autos N.º DRH. 820/85.</p> <p>Interessado: SIND. TRABS. IND. QUIM. FARMACÉUTICAS DE S.PAULO.</p> <p>Assunto: Inspeção na Seção Viscofloro, para fins de Aposentadoria Especial do Sr. Ornelino José de Almeida e demais trabalhadores da seção.</p> <p>Nas duas salas existe fonte significativa de ruído fizeram avaliação do mesmo tendo encontrado variação de 87 dB.</p> <p>Neste setor os funcionários usavam como equipamento de proteção individual sapato de couro com biqueira de aço, máscara contrapôs protetores auriculares tipo concha.</p> <p><u>Sala das Cardas macarqueiros e filatôrios:</u></p> <p>Ocupa uma área de 2.100 m² de alvenaria com piso de cimento rústico, teto de eternit, pé direito de sete metros, vitrões laterais, luminárias mistas, que oferecem uma luminosidade de 350 lux.</p> <p>Neste setor encontramos 14 cardas, onde é colocado o rolo de manta, através de cilindros onde sofre o processo de cardagem, a manta é transformada em fitas que são acondicionadas em latões de fibra. A seguir estas fitas vão para as paudeiras que são em número de quatro, elas afiham a fita de paudeira transformando em pavio, sendo acondicionadas em canudos.</p> <p>A seguir os canudos vão para as máquinas filatôrios que são em número de 39; transformando o pavio em fio.</p> <p>Nestes setores existe fonte significativa de ruído; tendo sido feita avaliação do mesmo encontrando variação de 93 dB.</p> <p>Os funcionários usam como equipamento de proteção individual, sapato de couro com biqueira de aço, protetores auriculares tipo concha.</p> <p><u>Sala dos Canicaleiros:</u></p> <p>Ocupa uma área de 396 m² de alvenaria, piso de cimento rústico, teto de eternit, luminárias mistas, vitrões laterais que oferece em uma luminosidade de 350 lux. Pé direito sete metros.</p> <p>Existe oito canicaleiros; do setor de filatôrios as espulhas vão para as canicaleiras; máquina muda o acondicionamento de espulha para cone.</p> <p>Dai o produto é estocado ou vai para a retorcedeira que são em número de doze, a retorcedeira dá um fio mais forte.</p> <p>Neste setor existe fonte significativa de ruído e fizemos sua avaliação tendo encontrado variação 94 dB.</p> <p>Os funcionários usam como equipamento de proteção individual, sapato de couro com biqueira de aço, protetores auriculares tipo concha.</p> <p>Existe também o setor de embalagem onde o produto é acondicionado, neste local a luminosidade é de 450 lux e o ruído de 74 dB.</p>

 SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES DO TRABALHO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO LAUDO DE INSALUBRIDADE DHT/SMT. 188/85.
<p>fls.03.</p> <p>Autos N.º DRH. 820/85</p> <p>Interessado: SIND. TRABS. IND. QUIM. FARMACÉUTICAS DE S.PAULO.</p> <p>Assunto: Inspeção na seção Viscofloro, para fins de Aposentadoria Especial do Sr. Ornelino José de Almeida e demais trabalhadores da seção.</p> <p>Para avaliarmos a intensidade do ruído usamos para isto o instrumento de nível pressão sonora Brüel & Kjaer operando no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta Slow; as leituras foram feitas próximo ao ouvido dos trabalhadores.</p> <p>Para avaliarmos a luminosidade, usamos o luxímetro Metrum J.</p> <p><u>CONCLUSÃO:</u></p> <p>As atividades exercidas pelos funcionários dos setores de Sala dos batedeiras são insalubres segundo Portaria nº 3214/78 NR-15 Anexo-1, insalubridade média (20%). A qual é neutralizado pelo uso de EPI, (equipamentos de proteção individual).</p> <p>As atividades exercidas pelos funcionários dos setores de Sala de cardas, macarqueiros, filatôrios, canicaleiros são insalubres e fazem jus a Aposentadoria Especial de acordo com o regulamento dos benefícios da Previdência Social - Decreto 83.080 de 24/01/79.</p> <p>O Setor de embalagem não é insalubre.</p> <p><u>OBS:</u> Os funcionários expostos a ruído acima do permitido usam protetores auriculares tipo concha, e os exames audiométricos são realizados rotineiramente conforme xerox que segue anexo.</p> <p>São Paulo, 17 de setembro de 1.985.</p> <p style="text-align: right;"><i>[Assinatura]</i></p> <p>Dr. ANTONIO D'AUREA Médico do Trabalho C.I. 069</p>

Imagens 63, 64 e 65: Páginas um, dois e três do relatório produzido pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho de São Paulo, indicando os setores da Nitro Química considerados insalubres. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo

Tais questões relativas às condições insalubres de determinados setores da Nitro Química movimentaram toda uma expectativa de interdição dessas seções que ofereciam evidentes riscos à saúde dos trabalhadores. Muitos sujeitos envolvidos no processo podutivo da empresa e mesmo a própria justiça do trabalho demonstravam entender – em determinados momentos em que o poder judiciário era questionado e pressionado pelo Sindicato – que era justa, em termos legais, a interdição das seções insalubres, dados os comprovados malefícios ocasionados à vida dos trabalhadores.

Os informativos produzidos pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo indicam os riscos oferecidos por cada seção, segundo medição realizada pela Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes (ABPA), sinalizam, ainda, para as disputas de classe instaladas no social e para as possíveis redes de articulação estabelecidas em torno dos interesses capitalistas empresariais quando da não efetivação da interdição do setor de fiação da Nitro Química – considerado um dos setores mais insalubres da empresa:

Vamos lutar pela nossa saúde

Apresentamos abaixo os principais pontos do laudo elaborado pela ABPA (Associação Brasileira de Prevenção de Acidente). Os mesmos encaminhamos nas áreas medidas ultrapassam os níveis previstos na legislação - que é de 100% de insalubridade. Vensaltando também que alguns setores não foram avaliados e que a maior parte da medida será observada posteriormente.

Tabela	Setor de aço e peixeira Manutenção geral; poeira Depósito de Anidrita; poeira Ácido sulfúrico; ruído
a. Iluminação	1. Posição da ABPA
Mesinadores: iluminação Sulfurizadores: iluminação Dissolvedores: iluminação, ruído	Jato de aço e peixeira: ruído Manutenção geral; poeira Depósito de Anidrita; poeira Ácido sulfúrico; ruído
Cantina de Viscose: iluminação, ruídos Expedição: iluminação Fiação de carbono: iluminação, ruído Fiação de poliéster: iluminação, dissulfeto de carbono, nevaca ácida - risco grave e iminente	Iluminação: em 636 avaliações realizadas na empresa foram encontrados 547 resultados - todos de iluminação abaixo do nível mínimo fixado pela legislação brasileira, que preveve para estes setores, o pagamento do adicional de insalubridade. Apenas cinco setores da ABPA concluiu pela insalubridade de insalubridade por iluminação, em total devendo ser com os parâmetros legais.
Vaporadores: iluminação Sala de Refrigeração: ruído Contentores: ruído, calor Vitrinadores: ruído, calor, risco grave iminente (Pilatrizio) Caldearia funilaria: ruído Côlidos de linter (2º e 3º); Tecelagem: ruído AMP (1º piso): ruído Cricolite: ruído, poeira (risco grave iminente) Hidratado de Alumínio: ruído Fluoritor: ruído Anidrita: ruído Manutenção de fibra de vidro: Fluxo de alumínio (ensaio) poeira (risco grave e iminente) Lata: poeira Nitrocálcense velha; poeira, dissílio de nitrogênio - risco grave iminente Nitrocálcense nova: poeira - risco grave e iminente Manutenção de fibra de vidro: solvente - risco grave e iminente	b. Ruído: a ABPA conclui que existem diversos setores na fábrica onde o ruído está acima dos níveis máximos permitidos constantes na tabela de ruído. Mesmo a empresa, negou a realização dos exames de ruído para comparar a eficiência dos protetores acústicos, a ABPA apresenta um levado incompleto dando marcas para a realização de exames que prejudicam os trabalhadores.
	c. Calor: a ABPA conclui pela existência de insalubridade nos setores de insalubridade e vazio (poliálmico). E com base na legislação americana recomenda a adoção de regime de trabalho de 45 minutos de trabalho e 15 minutos de descanso em cada hora de jornada. A legislação brasileira prevê para os casos o inverso ou seja, 15 minutos de trabalho por 45 minutos de descanso.
	d. Produtos Químicos e Póeira: as medições efetuadas mostram que existem diversos setores que apresentam risco grave e

luminoso, a saber: risco grave, risco de rayon, nitrogênio velha, nitrogênio nova e manutenção de fibra de vidro. No entanto, a ABPA recomenda a legalização imediata da fiação no caso de morte instantânea. Além disso, a ABPA considera que pode ser necessário de linter como "poeira incinada" em desacordo com sua classificação real. Poeira de algodão que pode causar lesões pulmonares conhecidas.

Foram encontrados setores na fábrica onde a poeira de algodão ultrapassa 1167 vezes o valor máximo adotado pela legislação americana. O valor máximo adotado pela legislação americana.

PERITO DA EMPRESA

Descrevemos completamente o desempenho dos peritos que realizaram a saúde dos trabalhadores. De fato, simplesmente, por não estarem compilados os resultados das medições, não é possível dizer que os resultados de alguns produtos químicos não devem entrar no laudo.

Isso ocorre porque, pelo simples fato de não serem mencionados pelo laudo, o perito da empresa exclui o pagamento da adicional de insalubridade.

Isto acontece, por exemplo, num setor onde os companheiros realizaram exames diretos com poeira de algodão, nél, ácido nitrico, etc.

O perito, a parte do falso, não sabe de que modo que não consta na lei faz mal para a saúde.

Ruído: segundo o perito da empresa, o BPI deve ser usado para ver dados de exames de audição realizados pelo Sindicato. Ele revela que 63% dos examinados apresentam alterações significativas, mesmo usando o BPI.

SINDILUTA ESPECIAL NITRO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÉUTICAS DE SÃO PAULO
RUA TAMANDARÉ 348 LIBERDADE TEL. 279-3811
DIRETOR RESPONSÁVEL: DOMINGOS GALANTE JUNIOR

INTERDIÇÃO IMEDIATA DA FIAÇÃO RAYON

Hoje foi feita uma mesa redonda na DRT para analisar o problema das condições de saúde no trabalho na Nitro. Os técnicos de várias instituições ligadas à saúde concluiram que é necessário INTERDIRAR IMEDIATAMENTE o setor de FIAÇÃO, on de 127 companheiros já apresentaram problemas de intoxicação por dissulfeto de carbono.

O delegado do trabalho não está querendo assumir a responsabilidade pela interdição e empurrou a decisão para o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto.

Agora à tarde o Sindicato vai se reunir com o ministro do trabalho para exigir que sejam tomadas as providências necessárias, sem mais demora.

Mas os obstáculos para que isso aconteça não são pequenos. O governo até agora tem tentado abafar o caso, para não prejudicar a candidatura do Sr. Antônio Emílio de Moraes.

Além disso, a empresa até agora tem feito de tudo para não resolver os problemas de péssimas condições de trabalho que ameaçam a saúde e a vida de seus funcionários.

Por essa razão, os companheiros da fábrica não podem ficar quietos. Os trabalhadores são os únicos interessados em resolver realmente o problema. Mas o problema só vai ser resolvido se os companheiros da fábrica se mobilizarem e pressionarem firmemente a empresa, usando as mais diversas formas de protesto e luta.

Imagens 66 e 67: Publicações veiculadas a partir do informativo sindical – Sindiluta, 1986. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

As articulações estabelecidas entre a empresa e o poder público – compondo assim uma força social ativa de dimensões ampliadas – levaram à não interdição do setor de fiação da Nitro Química. No entanto, nesse processo de enfrentamento e lutas estabelecidas pelos trabalhadores e pelo Sindicato, outras estratégias, tanto coletivas quanto individuais, foram forjadas – estratégias essas corporificadas, respectivamente, nas manifestações, paralisações e greves e nas iniciativas reivindicatórias desenvolvidas através dos processos trabalhistas.

Por essa via judicial, diferentes trabalhadores entraram com processos contra a Nitro Química na justiça, por questões relacionadas ao adicional de insalubridade não pago pela empresa. O funcionário Leopoldino Francisco Andrade, que já tinha movido um processo contra a Nitro Química, na justiça do trabalho, reivindicando o pagamento de adicional de insalubridade – o qual foi julgado procedente pelo juiz que analisou o pedido –, moveu, novamente, um processo contra a empresa, em 1982, reivindicando, judicialmente, que a empresa registrasse o pagamento do benefício conquistado em sua carteira de trabalho, procedimento esse que havia sido negado pela empresa. A contestação da empresa quanto ao registro do adicional de insalubridade na carteira profissional do funcionário foi assim justificada no processo:

Contestando, aduz a reclamada que a pretensão do reclamante improcede. Que o adicional de insalubridade não pode fazer parte da anotação na CTPS do reclamante eis que tal adicional não tem caráter de remuneração, eis que é consequência da maior agressividade do ambiente de trabalho. Que referido adicional cessa quando os fatores de insalubridade são eliminados. Pretende a improcedência.²¹⁴

Ainda que reconheça a “maior agressividade do ambiente de trabalho”, a empresa só começou a pagar o adicional de insalubridade, previsto por lei, quando o funcionário conquistou a obrigatoriedade do pagamento através do processo judicial movido contra ela. Nessa relação contraditória e conflituosa, que entendemos ser uma relação de classe – posto que, como indicado por Thompson, a classe

²¹⁴ SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 14ª Junta. Processo nº. 1886/82. Rcte: Leopoldino Francisco Andrade; Rcds: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Anotação CP adicional de insalubridade. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

acontece, na história, quando alguns homens sentem, articulam e lutam por seus interesses em contraposição aos interesses de outros homens que normalmente se opõem aos seus –, o registro do pagamento do adicional de insalubridade também só foi conquistado pelo trabalhador através de processo judicial, que se estabeleceu, no decorrer do desenvolvimento industrial brasileiro, como um campo ativo da luta dos trabalhadores assalariados contra a exploração empresarial em suas diferentes dimensões.

As tensões pertinentes às relações de trabalho desenvolvidas na Nitro Química – evidenciadas pelas contradições, conflitos e disputas de classe – tornam-se perceptíveis no texto da sentença que foi proferida pela juíza Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha:

Sustenta a reclamada que não assiste razão ao reclamante. Que quanto lhe tenha sido deferido o adicional de insalubridade, ao mesmo não é lícito pleitear a anotação pertinente em sua CTPS eis que referido adicional não é salário e, portanto não se enquadra na exigência legal do art. 29, §19 da CLT. Sustenta ainda que o adicional é mera consequência da exposição do trabalhador às condições agressivas e não tendo caráter remuneratório não pode constar da CTPS como tal.

Não assiste razão da reclamada. O adicional de insalubridade integra a remuneração base do empregado para todos os fins. Assim irrelevante a conceituação e a diferenciação entre salário e remuneração nos termos em que pretende a reclamada, eis que o que interessa é que o reclamante teve reconhecido o seu direito ao adicional de insalubridade em grau médio. Corolário de tal prerrogativa é o direito que tem o mesmo de ver sua CTPS anotada no local próprio a fim de que lhe foi reconhecida judicialmente. O fato da reclamada pretender pleitear a revisão da sentença não serve de base para que a mesma se escuse de proceder a anotação pertinente. Alias, todos os direitos e vantagens do trabalhador devem ser corretamente anotados em sua CTPS bem como em sua ficha de registro inexistindo base legal para a escusa do empregador.

Isto posto:

Houve por bem esta 14^a Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, por unanimidade, julgar PROCEDENTE a reclamatória movida por LEOPOLDINO FRANCISCO ANDRADE contra CIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA²¹⁵.

O pronunciamento da juíza indica que a empresa, defendendo seus interesses, intentava contestar o direito judicialmente reconhecido ao trabalhador quanto ao pagamento de adicional de insalubridade, o que sinaliza para um

²¹⁵ SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 14^a Junta. *Processo nº. 1886/82. Op. Cit.*

movimento histórico de luta e resistência entre trabalhadores e empregadores que se desenvolve na sociedade capitalista nas diferentes e sucessivas conjunturas sociais. Muito difícil, nessas condições históricas, pensar em sentidos de harmonia de classe, de colaboração e cumplicidade, quando as experiências sociais de trabalho e os interesses aí envolvidos são tão diferentes e contrários entre si.

Para além das divergências concernentes à questão do pagamento de adicional de insalubridade, os processos trabalhistas preservados pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo indicam, ainda, conflitos relacionados a descontos salariais indevidos por parte da empresa, a acertos incompletos quanto da dispensa de funcionários, à questão do pagamento em dobro dos feriados trabalhados e às demissões diversas, que possibilitam dimensionar as tensões estabelecidas em torno da produtividade e da disciplina exigidas para o trabalho.

No processo da Sra. Maria Aparecida Souza, ainda que o objeto da ação seja a reivindicação de auxílio maternidade e estabilidade profissional por circunstâncias de gestação, o que fica em evidência são as divergências quanto aos níveis de produtividade – produtividade alcançada versus produtividade esperada pela empresa –, que levam, quase sempre, à demissão dos trabalhadores considerados “improdutivos”. A funcionária, autora do processo em questão, foi demitida pela Nitro Química e questionou, judicialmente, tal demissão, tendo em vista que estava grávida quando fora dispensada pela empresa. O pedido foi julgado improcedente pelo juiz, que compreendeu, a partir dos documentos e depoimentos arrolados no processo, que a funcionária não havia informado à empresa sua gravidez antes da dispensa, vindo a informá-la somente depois que já havia sido demitida. A questão da produtividade vem à tona quando, em depoimento prestado, o preposto da empresa informa que a mesma “*dispensou vários empregados de uma só vez, incluindo a Rcte [Sra. Maria Aparecida], e isso em razão do decréscimo de produção*”.²¹⁶ Os sentidos de harmonia e amizade de classe não são aqui empregados pela empresa. Sabendo, ainda que posteriormente, que a produtividade da funcionária poderia ter sido diminuída em função de sua situação gestacional, a empresa manteve sua posição de demissão, que tinha, supostamente, um respaldo

²¹⁶ SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 23ª Junta. Processo nº. 455/77. Rcte: Maria Aparecida Souza; Rcd: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Auxílio maternidade e estabilidade para gestante. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

legal pelo fato da não informação, ou da não comprovação da informação, sobre o estado gravídico da funcionária antes da dispensa efetuada.

Em outro processo, o trabalhador Edvaldo Evaristo dos Santos reclama, na justiça do trabalho, uma suspensão que lhe foi atribuída em virtude da diminuição dos níveis de produtividade previstos para o dia de trabalho. Em depoimento, Edvaldo relata que foi suspenso por uma hora e meia, perdendo o salário correspondente a esse período não trabalhado bem como o repouso remunerado, porque, a mando do encarregado, procedeu à limpeza da máquina que trabalhava, o que ocasionou uma diminuição da produtividade normalmente realizada por ele. Em contrapartida, o superior que impôs a penalidade ao trabalhador relatou que não havia sido dada a ordem para a limpeza da máquina e que, quando questionado sobre os motivos pelos quais a produtividade estava menor que o de costume, o funcionário informou que seu ritmo de trabalho era aquele. A ação foi julgada improcedente pelo juiz, porque o trabalhador não conseguiu comprovar a ordem para a limpeza da máquina, ficando evidenciada, através do relato das testemunhas, apenas a redução do nível de produtividade – o que, segundo o juiz que analisou o processo, caracteriza a falta que desencadeou a suspensão aplicada.

As tensões descritas no processo indicam as disputas estabelecidas não só entre a classe trabalhadora e os grupos empresariais (de forma direta), mas também as constituídas no interior da própria classe trabalhadora – entre trabalhadores braçais e aqueles que ocupam determinados cargos de chefia e de vigilância. Os conteúdos dos diferentes processos trabalhistas e mesmo das cartas enviadas pelos trabalhadores ao Sindicato da categoria apontam para os constantes conflitos estabelecidos entre os trabalhadores quanto da efetivação das normatizações estabelecidas pela empresa. Grande parte das cartas enviadas, que hoje compõem o acervo do Sindicato, refere-se às reclamações dos funcionários da empresa sobre as difíceis e conturbadas relações estabelecidas entre os trabalhadores do chão da fábrica e seus superiores imediatos:

Nitro → Disulfurigação.

O encarregado, Carlindo José Dias, apelido chuminho,

Os trabalhadores da Disulfurigação para para fazez. P.H. ~~que~~ necessitam de sentar na mesa donde tem o aparello chamado Reganete, mas o encarregado chuminho que não usa uniforme da firma, não quer que os trabalhadores sentem na mesa. E ainda quando os trabalhadores que se caso sentarem iriam suspensão ou desentendia.

São Paulo, 15 de Março de 1989.

Mo SR;
Diretor do Sindicato dos Trabalhadores
IQP de São Paulo.

Eu gostaria muito de saber se o que o sr. Walter Ribeiro dos Santos vem fazendo é de lei? Esse chefe safado, vem querendo implantar lei por conta dele, na área química Rayon, Para se ter uma ideia, este pucha-saco envergonha já é aposentado quase duas vezes. Parece que, ele não tem o que fazer e vive ferrando os trabalhadores. Quando foi iniciado o turno de seis horas (6:00hs), ele queria nos obrigar a trabalhar seis horas e quinze minutos (6:15mts). Fomos falar com ele e recebemos como resposta, batidas de pé e gritaria que era lei da constituinte. No dia seguinte parece que ele ficou com medo e tirou dez minutos (10mts), só, que ainda nos obriga sair da seção cinco minutos (5mts) depois do horário. Ex: se é para nós sairmos cinco horas e trinta minutos (5:30) nós saímos cinco horas e trinta e cinco minutos (5:35mts). Então nós os funcionários gostaríamos de saber se é de lei. Caso contrário, precisar-se tomar uma providência. Lei é lei. Para se ter uma ideia, nós os operários da "ÁREA QUÍMICA" ganhamos menos que todos os outros da Área da fabrica. Agradecermos se esta carta fosse publicada no "SINDILUTA" e bem publicado o nome desse chefe safado, Walter Ribeiro dos Santos. Sinalco falso, por ele ser muito bom, que quase nasceu dentro da "NITRO", mas nunca pôde ser chefe. Todo ano este pucha-saco diz que vai se aposentar, só que, este ano nunca chega, e ele continua azucilando a vida dos operários na "ÁREA QUÍMICA RAYON".

ASS: FUNCIONÁRIOS REVOLTADOS

Imagens 68 e 69: Cartas enviadas pelos trabalhadores da Nitro Química ao Sindicato da categoria. Acervo Sindicato dos Químicos de São Paulo.

O envio das reclamações constituiu-se, perante as experiências ali desenvolvidas, em estratégia de luta dos trabalhadores, uma vez que as mesmas poderiam ser publicadas no informativo do Sindicato (Sindiluta), expondo, de forma mais ampla, as ações e injustiças cometidas por determinados trabalhadores – contramestres e encarregados de seções da Nitro Química.

As reclamações evidenciadas nas cartas demonstram que lutar contra a empresa significava lutar contra outros trabalhadores, que assumiam a função de fazer valer as determinações trabalhistas estabelecidas pelos grupos empresariais. Tais tensões perpassam muitos processos em que os funcionários da Nitro Química reclamam, na justiça, a invalidação das suspensões ratificadas pela empresa, as quais foram determinadas pelos encarregados das seções.

Em 1981, o funcionário Jacinto José dos Reis, ajudante de manutenção, entrou com um processo contra a empresa, questionando a suspensão que lhe foi imposta por não ter executado, imediatamente, o serviço que o encarregado lhe havia determinado. O fato gerou um desentendimento entre ambos e o trabalhador

foi suspenso pelo encarregado que o destratou diante das testemunhas que foram arroladas no processo. Evidenciados, através dos depoimentos, os maus tratos do encarregado para com o funcionário, o juiz deferiu o pedido, obrigando a empresa a pagar o valor referente aos dias em que o trabalhador ficou suspenso do trabalho.

Esse campo de disputas estabelecidas entre os próprios trabalhadores indicam as tensões e contradições das relações de trabalho desenvolvidas no interior da sociedade capitalista. A intransigência e a vigilância em torno da disciplina para o trabalho, o autoritarismo incorporado por muitos trabalhadores revelam a dimensão histórica do conflito e da luta de classe que é transportada e também se reproduz nas relações entre os trabalhadores que ocupam cargos de chefia e os demais funcionários em situação inferior na escala hierárquica do trabalho. Muitos trabalhadores assumem, no decorrer do processo histórico, o lado da empresa nas lutas de classe estabelecidas, gerando, a partir de tal posição, dissensões no interior da própria classe trabalhadora, que não se constitui, ela mesma, em um todo homogêneo.

Tais divergências podem ser identificadas no processo movido pelo funcionário Inácio Pinheiro da Silva, em 1983, quando foi suspenso por ter sido pego dormindo durante o turno de trabalho. A forma como foi abordado pelo vigia e pelo porteiro sinaliza para as disputas entre trabalhadores que são também indicativas das tensões e conflitos historicamente estabelecidos entre patrões e empregados na experiência destes trabalhadores. Consta no depoimento do porteiro que:

O depoente e a testemunha anterior [o vigia] surpreenderam o rcte [o funcionário Inácio Pinheiro da Silva] dormindo, encontrando-se sentado e apoiando a cabeça com a palma da mão. O depoente chegou a dar um pontapé na cadeira e o rcte não acordou. A testemunha anterior iluminou o rosto do rcte com o farolete, mas o rcte não acordou. O rcte somente acordou quando o depoente balançou-o.²¹⁷

Talvez seja nesse tipo de processo – de fonte histórica – que as lutas e contradições sociais tornam-se mais evidentes, as quais podem ser alcançadas mesmo a partir das disputas estabelecidas entre os próprios trabalhadores – os que

²¹⁷ SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 9^a Junta. Processo nº. 46/83. Rcte: Inácio Pinheiro da Silva; Rcd: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Suspensão. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

afirmam que não estavam dormindo no trabalho e os que procuram se associar aos interesses dominantes, acordando, com pontapé e farolete no rosto, os que dizem que não estavam dormindo no trabalho.

As memórias constituídas a partir das histórias reveladas por tais processos remetem os trabalhadores – que lutavam contra a empresa e também contra os demais trabalhadores que assumiam os posicionamentos dos grupos dominantes empresariais – a um campo ativo da luta, afirmado uma identidade que não os caracteriza como sujeitos passivos, em harmonia com a dominação capitalista, mas como sujeitos que se valeram de diferentes estratégias contra a dominação e contra os grupos que a produz e reproduz na sociedade vivida. É a possibilidade de afirmação dessa identidade que torna os processos trabalhistas significativos aos sentidos empreendidos pela memória sindical.

Considerações Finais

A memória constituiu-se, no interior do processo histórico – aqui delimitado dos anos de 1980 aos dias atuais – como uma estratégia de luta utilizada pelas classes sociais. Tanto os grupos empresariais como os trabalhadores, através de suas instituições sindicais, disputam a hegemonia no/pelo social em processos que perpassam pela memória. Ao pensar sobre o recente cenário de reorganização do movimento sindical no Brasil e de suas lutas políticas, o então presidente da CUT no triênio 2009-2012, Artur Henrique da Silva Santos, nos leva a refletir sobre a importância e os sentidos adquiridos pelos projetos de memória quanto aos processos históricos em disputa no presente:

Recentemente, o cenário de reorganização do movimento sindical e de crescimento econômico em nosso país modificou os desafios, os tornaram mais complexos e se multiplicaram. Daí a importância da atualização da nossa estratégia, para armar nossa militância e nos colocar na disputa dos rumos do desenvolvimento para o Brasil, ampliando nossa capacidade de formulação e de mobilização. Nossa história é marcada pela ousadia, que construiu um sonho, e esse sonho, ao transformar-se em organização, caminhou em direção a uma nova estrutura sindical, a novos níveis de negociação, a novas formas de inserção do movimento sindical na sociedade. Concretizamos nossas aspirações e desejos, num permanente exercício pela liberdade, justiça social e cidadania. E essa ousadia tem que ser atualizada permanentemente para consolidar nosso projeto sindical. Por isso, necessitamos de que a organização documental, o resgate e a preservação da memória e da trajetória das lutas cutistas, assim como das lutas de todos os trabalhadores, façam parte do cotidiano das entidades sindicais, como ferramentas essenciais da ação sindical, dos processos informativo e formativo dos e para os trabalhadores. Pois isto tudo consolida ainda mais a classe trabalhadora como agente dessa história.²¹⁸

Ao abordar a memória, situando-a como campo investigativo para a História Social, estamos, portanto, tratando de processos sociais reais, de movimentos de dominação e também de luta e resistência que se desenvolvem na sociedade capitalista contemporânea, os quais trazem consequências para a vida de inúmeros

²¹⁸ SANTOS, Artur Henrique da Silva. Prólogo – Saudação de Artur Henrique da Silva Santos, presidente da Central Única dos Trabalhadores, Brasil. In: MARQUES, Antônio José et alii (Org.). O mundo dos trabalhadores e seus arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos trabalhadores, 2010. p. 17-18.

sujeitos, homens e mulheres trabalhadores. Logo, não poderíamos realizar, aqui, nessa dissertação, análises de discurso ou de processos mentais individuais, cuja memória humana armazena determinados fatos em detrimento de outros. O que foi desenvolvido, ou o que se procurou desenvolver, foram os processos de luta, de hegemonia e contra-hegemonia, as relações sociais e as experiências concretas de classe desenvolvidas na história, alcançadas através da memória.

Ao analisar a História, depois do fim da História, Fontana avaliou que “*um dos grandes desafios que temos como historiadores* [situados na realidade social contemporânea] é o de voltar a metermo-nos nos problemas do nosso tempo”. É, enfim, fazer “*como fizeram no passado aqueles nossos antecessores que ajudaram a melhorar as coisas com seus trabalhos*”.²¹⁹ Essa pesquisa de mestrado, cujos resultados se encontram aqui materializados, procurou enfrentar tais provocações colocadas por Fontana: ao pesquisar a memória empresarial – a partir das relações sociais e do campo de disputas que a constituiu enquanto projeto e processo de redefinição de hegemonia – eu queria, sobretudo, me “meter” nos problemas do meu tempo. Queria enfrentar os processos de construção de hegemonia e contra-hegemonia desenvolvidos no campo da memória, os quais provocam intervenções na realidade social vivida e projetam sentidos para a história. Queria construir um “olhar político”, de forma a revelar, perante as historicidades apresentadas pela memória empresarial, “*o escândalo de outras perspectivas*”, as quais vêm à tona, sobretudo, nos materiais preservados e disponibilizados pelos centros de documentação e memória sindical – processos trabalhistas, cordéis, cartas, cartazes, dentre outros documentos. Queria, enfim, recuperar as disputas e conflitos de classe, os processos de dominação, as desigualdades e contradições sociais e os mecanismos desenvolvidos para sua ocultação.

Nesse processo investigativo, de evidenciação das diferenças e antagonismos que tensionam o social, tornou-se necessário tentar fazer o que fizeram nossos antecessores, historiadores como a professora Déa Ribeiro Fenelon e a geração de historiadores brasileiros que, comprometidos com o social, passaram a se questionar sobre as implicações sociais e políticas dos trabalhos que estavam desenvolvendo. As contribuições de tais historiadores nos possibilitam, hoje, nos

²¹⁹ FONTANA, Josep. História depois do fim da história. Op. Cit. p. 36-37.

defrontarmos com projetos alternativos dos quais esses historiadores participaram da sua construção. Projetos esses, como os desenvolvidos pelos Sindicatos e pelas redes a eles articuladas, que se constituem em formas de resistência e de luta na sociedade contemporânea.

Nesse movimento de atuação dos historiadores, as discussões e embates em torno da memória se reprojetam para o futuro, na medida em que a Comissão Nacional da Verdade tem revelado novos elementos que fomentam as lutas sociais. As discussões aqui estabelecidas se inserem nessa perspectiva.

Fontes

ÁLBUM MUSICAL

BLADES, Rubén. Desapariciones. Intérprete: Maná. In: MANÁ. *MTV Unplugged*. [S.I.]: Warner, 1999. 1 CD, DVD. Faixa 7.

ENTREVISTAS

Projeto Memória Votorantim

DUARTE, Sidney. *Sidney Duarte*: entrevista [17 out. 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2012.

FURLAN, Nelson. *Nelson Furlan*: entrevista [20 maio 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

MELLO, Rosângela de. *Rosângela de Mello*: entrevista [17 out. 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

SILVA, Rogério Pereira da. *Rogério Pereira da Silva*: entrevista [17 out. 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2012.

SOUZA, Oscar Alonso de. *Oscar Alonso de Sousa*: entrevista [21 maio 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2012.

ZANELLA, Luís Carlos. *Luís Carlos Zanella*: entrevista [17 out. 2003]. Estórias que fazem a historia. São Paulo: Memória Votorantim, 2003. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/NossaHistoria/Estorias_que_fazem_a_historia/Paginas/Estorias_que_fazem_a_historia.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2012.

Centro de Memória Sindical

GATO, Marcelo. *Marcelo Gato*: depoimento. São Paulo: Centro de Memória Sindical, s. d. Disponível em:

<http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=618&friurl=_-Depoimento-de-Marcelo-Gato-_#.UdsDEse5eUk>. Acesso em: 8 jul. 2013.

ORTIZ, Carlos Andreu. *Carlos Andreu Ortiz*: depoimento. São Paulo: Centro de Memória Sindical, s. d. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=340&friurl=_-Depoimento-Carlos-Andreus-Ortiz-_#.UdsBXMe5eUk>. Acesso em: 8 jul. 2013.

Grupo Tortura Nunca Mais

FERREIRA, Luís Carlos. *Luís Carlos Ferreira*: depoimento. Rio de Janeiro, Grupo Tortura Nunca Mais, s. d. Ver: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=182>>. Depoimento à Comissão de Justiça e Paz. Acesso em: 2 jul. 2013.

Entrevista realizada pela autora

MENEZES, Irani Dias. *Irani Dias Menezes*: entrevista [18 abr. 2012]. Entrevistadora: Karine Marins Amaral Cruz. São Paulo, Sede do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, 2012.

NARRATIVAS

ANA PASSARINHO. *Homenagem à maior e melhor Empresa do Brasil*. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). São Paulo: Projeto Memória Votorantim, s. d. v. II. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Livros%20comemorativos/votorantim_pra_mim.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

ANDRESSA DANIELE. *Com Votorantim até o fim! (quadrinhos)*. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). São Paulo: Projeto Memória Votorantim, s. d. v. II. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Livros%20comemorativos/votorantim_pra_mim.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

JATOBÁ, Roniwalter. *Crônicas da vida operária*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

NASCIMENTO, Raimundo Mendes do. Um conto de versos. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). São Paulo: Projeto Memória Votorantim, s. d. v. II. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Livros%20comemorativos/votorantim_pra_mim.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

SANTOS, Zilá Pereira dos. *A alegria chegou a cavalo*. In: VOTORANTIM para mim. 30 vencedores do concurso interno de histórias (1918-2003). São Paulo: Projeto Memória Votorantim, s. d. v. II. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com.br/Livros%20comemorativos/votorantim_pra_mim.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

CORDÉIS

SILVA, Cleodon. *Chegou a hora: nós e os patrões: o desafio de morte.* S. I., 1979. Acervo Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Arquivo Cordéis. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/cordel_files/desafio.htm>. Acesso em: 1 jul. 2013.

_____. *Reco-reco: máquina de bater em patrão.* S. I., 1985. Acervo Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Arquivo Cordéis. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/cordel_files/reco.htm>. Acesso em: 1 jul. 2013.

NOTÍCIAS E JORNAIS

BOICOTE ao restaurante da Nitro. *Sindiluta*, São Paulo, ano IV, n. 795, 19 dez. 1986. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

BRANDALISE, Vitor Hugo. Os túneis “quase secretos” da cidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,os-tuneis-quase-secretos-da-cidade,744646,0.htm>>. Acesso em: 18 set. 2012.

CUBAS, Aline. Memorial da Justiça do Trabalho do RS participa de debate sobre preservação de processos no Coleprecor. *Tribunal Regional do Trabalho 4ª. Região*. Porto Alegre, 3 jul. 2013. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?action=2&d_estaque=false&cod=743081>. Acesso em: 10 jul. 2013.

LIMITES a Chávez. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2009.

MAGALHÃES, João Carlos. Comissão da Verdade chamará empresários vinculados à ditadura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1278097-comissao-da-verdade-chamara-empresarios-vinculados-a-ditadura.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2013.

PEDREIRA, William. Grupo investigará a fundo crimes cometidos contra a classe trabalhadora na ditadura. *CUT – Central Única dos Trabalhadores*, São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/23130/grupo-investigara-a-fundo-crimes-cometidos-contra-a-classe-trabalhadora-na-ditadura>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SANTO Dias ganha memorial. *Tribuna Metalúrgica*, São Paulo, p. 4, 4 nov. 2009. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/Interag/tribuna_pdf/%7BA00C9887-C7D1-4AF9-97DC-648612DF9BDD%7D_2741.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2013.

QUADROS, Vasconcelos. Ligação de empresários com a ditadura abre nova frente de indenização a vítimas. *IG, Último Segundo*, São Paulo, 11 maio, 2013. Apud. NASSIF, Luís. A comissão da verdade e os empresários ligados à ditadura. *Luis Nassif Online*, São Paulo, 12 maio 2013. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-comissao-da-verdade-e-os-empresarios-ligados-a-ditadura>>. Acesso em: 23 maio 2013.

SEVERO, Leonardo. CUT institui Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça. *CUT – Central Única dos Trabalhadores*, São Paulo, 9 maio 2013. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/acontece/23232/cut-institui-comissao-nacional-de-memoria-verdade-e-justica>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

TRABALHADOR demitido é reintegrado na Nitro. *Sindiluta*, São Paulo, ano IV, n. 798, 13 jan. 1987. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

RESOLUÇÕES E PROCESSOS

BRASIL. Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7627&tipo_norma=LEI&data=19871110&link=s>. Acesso em: 23 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. Resolução n. 10/CONPRESP/2011. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 22 jul. 2011.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. Resolução n. 10/CONPRESP/2011. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. p. 113. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/res1011_1317420068.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 14^a Junta. Processo nº. 1886/82. Rcte: Leopoldino Francisco Andrade; Rcda: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Anotação CP adicional de insalubridade. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 23^a Junta. Processo nº. 455/77. Rcte: Maria Aparecida Souza; Rcda: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Auxílio maternidade e estabilidade para gestante. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário, 9^a Junta. Processo nº. 46/83. Rcte: Inácio Pinheiro da Silva; Rcda: Companhia Nitro Química Brasileira; Objeto da ação: Suspensão. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Poder Judiciário. Juízo de Direito da 2^a Vara de Acidentes do Trabalho. Processo nº. 395/91. Autora: Ozeneide Ferreira Campos; Empregadora: Cia Nitro Química Brasileira; Réu: INSS. Acervo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

BLOGS E SITES

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Centro Santos Dias de Direitos Humanos*. São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://www.centrosantodias.org.br/index.html>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL – ABERJE. Diálogos ABERJE Universidade. Paulo Nassar: Importância da memória empresarial. ABERJE, São Paulo, 20 out. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=a9PLsEFhbDM>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. São Paulo. *Central Dos Movimentos Populares*. São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://cmp-sp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. *Memória Klabin*. São Paulo, s. d. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/a-klabin/centro-de-memoria.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA SINDICAL DA CUT. *Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT*. São Paulo, <<http://cedoc.cut.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Centro de Memória Sindical*. Disponível em: <<http://www.memoriasindical.com.br/home.php>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Balanço de atividades: um ano de Comissão Nacional da Verdade*. Brasília-DF: Governo Federal, 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento-sindical*. 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/271-ditadura-e-repressao-aos-trabalhadores-e-ao-movimento-sindical>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

ESPAÇO MEMÓRIA VOTORANTIM. *Memória Votorantim*. Disponível em: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/Paginas/Home.aspx>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

FUNDAÇÃO BUNGE. *Centro de Memória Bunge*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.fundacaobunge.org.br/linhas-de-atuacao/preservacao-da-memoria/centro-de-memoria-bunge/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ (GTNM/RJ). *Grupo Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

INSTITUTO ROBERT BOSCH. *Centro de Memória Bosch*. Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.institutorobertbosch.org.br/secao14/11/2/2/Centro-de-Memoria>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

INSTITUTO VOTORANTIM. *Instituto Votorantim*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/RSC/publicoInterno/Paginas/crescerDespertar.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

MEMÓRIA E IDENTIDADE. *Memória e Identidade*. Disponível em: <<http://www.memoriaeidentidade.com.br/>>. Acesso em 4 out. 2012.

MEMORIAL ATTÍLIO FONTANA. *Memorial Attílio Fontana*. Concórdia, 2004. Disponível em: <<http://www.memorialattiliofontana.com.br/>>. Acesso em 20 jul. 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Movimento dos Atingidos por Barragens*. São Paulo, Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MUSEU DA PESSOA. *Museu da Pessoa*. São Paulo. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/_index.php/v2013/home>. Acesso em: 2 jun. 2013.

NÚCLEO DA CULTURA ODEBRECHT. *Núcleo da Cultura Odebrecht*. Salvador, 2012. <<http://www.odebrecht.com/culturaodebrecht/>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. São Paulo. *A Comissão da Verdade no Brasil: Por quê? O que é? O que temos de fazer?* São Paulo: Núcleo Memória, s.d. PDF disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

PROJETO MEMÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA. *Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.iiep.org.br/index1.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Júpiter – Sistema de Graduação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. História. Disciplina: FLH0118 - História Empresarial. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0118>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

AMARAL, Karine Marins. *Trabalho e cotidiano dos profissionais do transporte de carga pesada em Uberlândia-MG no início do século XXI*. 2009. 89 f. Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. O mundo dos trabalhadores no acervo do CEDIC/PUC-SP. In: MARQUES Antônio José. et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p.191-200.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 100-114, 2007.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.

_____. Famintos do Ceará. In: MACIEL, Laura Antunes. et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 94-115

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 37-57, jul./dez. 2008.

BATALHA, Cláudio H. M.; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 65-77.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BENJAMIN. Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

CABRINI, Conceição et alii. *O ensino de história: revisão urgente*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Centros de memória: perspectivas. *Encontros Sesc Memórias*. São Paulo: SESC-SP, 26 nov. 2009. Disponível em:
<http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default082009.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 49-63.

CAMARGO, Célia Reis. Fontes de pesquisa para a história institucional. *Encontros Sesc Memórias*. São Paulo: SESC-SP, 27 ago. 2009. Disponível em:
<http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default082009.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais*. Texto produzido a partir da palestra proferida no TRT 4ª Região, por ocasião do Curso de formação de multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. 3 jun. 2005.

CHAUÍ, Marilena. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

_____. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

_____. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORDEIRO, José Lopes. Algumas questões para a salvaguarda do Patrimônio Industrial. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1., 1987, São Paulo. *Anais do 1. Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Eletropaulo, 1987. v. 1. p. 65-66.

CRUZ, Heloisa de Faria. Os trabalhadores em serviço: dominação e resistência 1900/1920. 1984. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

_____. *Trabalhadores em serviço: dominação e resistência em São Paulo, 1910-1920*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1991.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, dez/2007, p. 255-272.

DELMATO, Renato. Memória empresarial: é preciso coragem para resgatar o passado. ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, São Paulo, 15 nov. 2010. Disponível em:
http://aberje.com.br/acervo_colunas_ver.asp?ID_COLUNA=405&ID_COLUNISTA=69. Acesso em: 3 nov. 2012.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do historiador e a realidade do ensino. *Projeto História*. São Paulo, n. 2, p. 7-19, ago. 1982.

_____. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, jan./dez. 1985.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

_____. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-91, dez. 1993.

_____. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes. et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro. et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2005, p. 5-13.

FERNANDES, Simone Silva. Difusão da informação em centros de documentação e memória: construção de um espaço de mediação entre acervo e público. *Encontros Sesc Memórias*. São Paulo: SESC-SP, 24 set. 2009. Disponível em: <<http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default082009.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____. (Org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. VII-XI.

FIGUEIREDO, Miriam Collares. *Da memória dos trabalhadores à memória Petrobrás: a história de um projeto*. 2009. 109f. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRENCH, John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In: MARQUES, Antônio José et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 94-95.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *O passado de uma ilusão: ensaio sobre o ideário comunista do século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAGETE, Elida; TOTINI, Beth. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo. (Org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: ABERJE, 2004.

GIANNOTTI, Vito. *Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-232.

GLASE, André. *Raymond Williams: materialismo cultural*. São Paulo: Editora Biblioteca 24 horas, 2011.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2005, p. 282-295.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir et alii (Orgs.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 116-138.

KOBASHI, Nair Yumiko. Vocabulários controlados em centros de memória. *Encontros Sesc Memórias*. São Paulo: SESC-SP, 22 out. 2009. Disponível em:
<http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default082009.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2012.

LARA, Silvia Hunold. História, memória e museu. *Revista do Arquivo Municipal*. Memória e ação cultural. São Paulo, DPH, n. 200, 1991.

_____. Trabalho, direitos e justiça no Brasil. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOPEZ, Immaculada. *Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*. São Paulo: Museu da Pessoa; Senac São Paulo, 2008.

MACIEL, Laura Antunes; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *Pátria amada esquartejada*. São Paulo: DPH/Imprensa Oficial do Estado, 1992.

_____. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa (1880/1920). In: FENELOM, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 14-40.

_____. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008.

MARQUES, Antonio José. As políticas documentais da CUT e a criação do Centro de Documentação e Memória Sindical. In: _____ et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 131-160.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SILVA, Marcos Antônio da. Por que dialogar com E. P. Thompson. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, p. 9-10. Jul./dez. 1995.

NASSAR, Paulo Roberto. *Relações públicas e história empresarial no Brasil*: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas. 2006. 237f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n.45, p. 15-33, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Flávia Borges. Como tudo começou. *Em Tempo Editorial*, São Paulo, n. 2, p. 4, abr./maio/jun.2009.

PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando o ensino).

PORTELLI, Alessandro. Memória e Globalização: a luta contra o fechamento da Thyssen-Krupp em Terni, 2004-2005. In: BOSI, Antônio de Pádua; VERUSSA, Rinaldo José (Orgs.). *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 19-35.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 7-39, fev. 1997.

_____. O que faz história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 36, fev. 1997.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 1, 1978. p. 9-22.

ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). 2008. Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

_____. *Memórias, histórias, movimentos sociais*: mobilização, comunicação e projeto de luta. (Uberlândia – MG, anos 1980). 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antônio José et. alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 25-34.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antônio José et. alii (Orgs.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores*. Coletânea do 2º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2012.

SILVA, Marcos A. (Org.). *Repensando a história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d; FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

_____. *História*: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Contra o horror pedagógico. Ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. *História & Perspectivas*. Uberlândia, v. 1, n. 23, p. 85-98, jul./dez. 2000.

SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992. p. 17-20.

SOUSA, Sara Barbosa de. *Memória empresarial*: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica? 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. I, II e III.

_____. Folclore, antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 227-267.

_____. *Os românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.) *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004/2005.

_____. A história na empresa: identidades e oportunidades. MUSEU DA PESSOA, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.com.br/biblioteca/pdfs/ahistorianaempresa.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

ZANATTA, Elaine Marques. Arquivo Edgard Leuenroth: do documento ao conhecimento. A construção do arquivo dos trabalhadores. In: MARQUES, Antônio José et alii (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 211-224.